

UNIVERSIDADE ABERTA



UNIVERSIDADE
AbERTA
www.uab.pt

O Museu Municipal de Benavente

**Um espaço e uma região em mudança – contributos para novos
desafios**

José Manuel Valente Nunes Azevedo

Mestrado em Estudos do Património

2015

UNIVERSIDADE ABERTA



UNIVERSIDADE
AbERTA
www.uab.pt

O Museu Municipal de Benavente

**Um espaço e uma região em mudança – contributos para novos
desafios**

José Manuel Valente Nunes Azevedo

Mestrado em Estudos do Património

Tese orientada pelo Professor Doutor Pedro Eugénio Dias F. de Almeida Flor

2015

RESUMO

O início deste trabalho assenta numa breve reflexão sobre a Museologia em Portugal e consequentes reflexos na museologia regional e, de forma mais concreta, no Museu Municipal de Benavente. Qual o objetivo do museu moderno? Não será apenas a mera mas também importante função de preservar e expor todos os tipos de coleções, mas também saber comunicar com os diversos públicos, adaptando-se à contemporaneidade da região onde estão inseridos, promovendo a interação entre visitante/habitante local e o museu que deverá ter sempre presente a constante construção do espaço museológico sob a batuta da coerência científica, artística e temática, valorizando as grandes potencialidades regionais, sem esquecer a diversidade local, que permitem uma verdadeira coesão territorial.

Neste trabalho, para além da componente científica - ao descrever e analisar o papel do Museu Municipal de Benavente, existe também uma componente cívica que, através da análise realizada, de forma exequível, espera-se que contribua para a melhoria e promoção de forma eficaz e eficiente do património existente e incida no desenvolvimento local do concelho, podendo assim contribuir (em parceria com o poder local e demais organismos culturais, empresariais e turísticos) para uma melhor e maior divulgação patrimonial através de uma rede bem estruturada e aberta a toda a comunidade.

De forma genérica, podemos sintetizar os objetivos desta dissertação:

- Recuperar/ preservar e divulgar o património (histórico, arquitetónico, cultural, ambiental...);
- Criar um ambiente museológico estimulador da curiosidade e interesse pela cultura, património e ciência;
- Promover o desenvolvimento sustentável da região;
- Promover uma verdadeira gestão criativa dos recursos e do património natural e cultural;
- Impulsionar a conservação e valorização do património natural;
- Demonstrar em como a política comunitária pode servir como vetor para a promoção e divulgação, em todo território, do museu de carácter local e, em última análise, contribuir para o incentivo e afirmação dos princípios e práticas da Nova Museologia.

Palavras-chave: património, identidade, museologia, Benavente, turismo, desenvolvimento

ABSTRACT

This work is based on a brief reflection on Museology in Portugal and consequent impacts on regional museology and, more concretely, in the Municipal Museum of Benavente. What is the purpose of the modern museum? It will not be just a simple but also the important function to preserve and expose all sorts of collections, but also able to communicate with different audiences, adapting to contemporary in the region where they live, promoting the interaction between visitor / local inhabitant and the museum which should always bear in mind the constant construction of the museum space under the baton of scientific consistency, artistic and thematic, emphasizing the great regional potential, without forgetting the local diversity, which allow a real territorial cohesion. In this work, in addition to the scientific component - to describe and analyze the role of the Municipal Museum of Benavente, there is also a civic component that through the analysis, we expected to contribute to the improvement and promotion in a effectively and efficient way about the existing heritage and falls on the local development and can contribute (in partnership with local and other cultural, business and tourist organizations) for a better and higher equity release through a well-structured and open network to all community.

Generically, we can summarize the objectives of this work:

- Recover / preserve and disseminate the heritage (historical, architectural, cultural, environmental ...);
- Create a museum environment stimulating curiosity and interest in culture, heritage and science;
- Promoting sustainable development in the region;
- Promote a genuine creative management of resources and the natural and cultural heritage;
- To promote the conservation and enhancement of natural heritage;
- Demonstrate how EU policy can serve as a vector for the promotion and dissemination, throughout the territory, the local nature museum and, ultimately, contribute to the encouragement and affirmation of the principles and practices of New Museology.

Keywords: heritage, identity, museology, Benavente, tourism, development

AGRADECIMENTOS

A elaboração de uma tese de mestrado é um trabalho, em alguns períodos, solitário e individual mas indissociável de contributos de natureza diversa. É neste contexto, que gostaria de expressar os meus sinceros agradecimentos aos que me ajudaram, direta e indiretamente, desde o início até ao fim desta longa e enriquecedora aventura.

Em primeiro lugar, quero agradecer de forma muito especial ao Professor Doutor Pedro Flor pela orientação desta dissertação, disponibilidade prestada e, ainda, pela competência e rigor que conferiu a este desafio. O seu voto de confiança constitui, por si só, um incentivo à realização deste trabalho que, por vezes, se assumiu de difícil concretização.

De igual modo, gostaria ainda de agradecer a ajuda, disponibilidade e o aconselhamento dado pelos Professores que me acompanharam no Mestrado em Estudos do Património.

Agradeço ao Sr. Presidente da Câmara Municipal de Benavente, Dr. Carlos António Pinto Coutinho e à Sr.^a Vereadora da Cultura, Dr.^a Ana Carla Ferreira Gonçalves pelo encaminhamento dado à minha solicitação em estudar e visitar o Museu Municipal de Benavente.

Não poderia deixar de agradecer a todos os técnicos do Museu Municipal de Benavente: à Diretora do Museu, Dr.^a Cristina Gonçalves, aos Técnicos do Museu: Perpétua Martins e Aníbal Ferreira pela simpatia com que sempre me receberam, bem como pela disponibilidade manifestada na cedência de elementos informativos e didáticos respeitantes a este espaço museológico, fundamentais para a continuidade dos objetivos da minha investigação.

Neste sentido, gostaria de prestar o meu sincero agradecimento a todos os trabalhadores do Museu Municipal de Benavente, contribuindo para levar este trabalho a bom porto.

Agradeço a todos os meus Amigos pelo companheirismo e amizade demonstrada, pela energia dada nesta caminhada árdua mas gratificante.

Aos meus pais, aos quais agradeço toda a compreensão revelada e todo o apoio prestado, fazendo-me sempre acreditar na recompensa do meu esforço.

À minha querida irmã, tenho que agradecer os seus sorrisos constantes que funcionaram muitas vezes como impulso à concretização deste trabalho, ao seu apoio académico e incentivo.

ÍNDICE

○ Resumo	I
○ Abstract	V
○ Agradecimentos	VII
○ Índice geral	IX
○ Índice de quadros, gráficos e mapas	XI
○ Índice de figuras	XIII
○ Lista de abreviaturas	XV

PARTE I

Introdução

1

I. CAPÍTULO 1: ENQUADRAMENTO: BREVES NOTAS SOBRE MUSEOLOGIA

3

PARTE II

A Importância dos museus no desenvolvimento local/Caracterização do Município de Benavente

21

II. CAPÍTULO 2: POLÍTICAS PÚBLICAS: INSTRUMENTOS ORGÂNICOS E LEGISLATIVOS

23

III. CAPÍTULO 3: MUSEUS POLO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

30

IV. CAPÍTULO 4: CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BENAVENTE

49

V. CAPÍTULO 5: O TERRAMOTO DE 1909

81

PARTE III	
O Museu Municipal de Benavente	89
VI. CAPÍTULO 6: <u>O EDIFÍCIO DO MUSEU MUNICIPAL BENAVENTE</u>	91
VII. CAPÍTULO 7: <u>O MUSEU MUNICIPAL DE BENAVENTE</u>	95
VIII. CAPÍTULO 8: <u>MUSEOLOGIA E COLECIONISMO: NA VILA E A SUA EVOLUÇÃO EM RELAÇÃO AO SEU PATRIMÓNIO E HISTÓRIA</u>	99
IX. CAPÍTULO 9: <u>O ACERVO MUSEOLÓGICO E EXPOSIÇÕES</u>	101
X. CAPÍTULO 10: <u>A COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO</u>	134
XI. CAPÍTULO 11: <u>RECOMENDAÇÕES E CONCLUSÃO</u>	145
<u>BIBLIOGRAFIA</u>	153
<u>ANEXOS</u>	I
○ Anexo I	III
○ Anexo II	XIX
○ Anexo III	XXXI
○ Anexo IV	XXXV
○ Anexo V	LV
○ Anexo VI	LXI
○ Anexo VII	LXXIII
○ Anexo VIII	LXXXIX

GRÁFICOS

Anexo I (pág. 185/186)

Gráfico 1.2	Espectadores de cinema vs Visitantes de Museus	Anexo I
Gráfico 3.5	Evolução do nº de Museus em Portugal entre 2000 e 2011	Anexo I
Gráfico 3.6	Evolução do nº de Visitantes dos Museus Portugal, 2000 e 2011	Anexo I
Gráfico 3.7	Variação populacional concelhos da NUT III – Lezíria do Tejo	Pág. 61

MAPAS

Mapa 4.10	Região de Lisboa e Vale do Tejo e sub-região da Lezíria do Tejo	Pág. 55
Mapa 4.11	Benavente	Anexo I
Mapa 4.12	Mapa Urbano de Benavente	Anexo I
Mapa 4.13	Mapa Urbano de Samora Correia	Anexo I
Mapa 4.16	Padrão dos Movimentos pendulares	Pág. 62

QUADROS

Quadro 1.1	Tipologia de Museus	Anexo I
Quadro 1.3	Âmbitos de Intervenção dos dois tipos de Museologia	Pág. 18
Quadro 1.4	Âmbitos de Intervenção dos dois tipos de Museologia	Pág. 18
Quadro 3.7	Visitantes por tipologia de Museus em 2011	Anexo I
Quadro 3.1	Evolução do orçamento por domínios (milhões de euros)	Anexo I
Quadro 3.80	Despesa com a Cultura na Despesa total dos Municípios	Anexo I
Quadro 4.14	Caracterização de Benavente	Anexo I
Quadro 4.15	População residente em 1991, 2001, 2011 - Benavente	Anexo I
Quadro 4.16	Densidades populacionais, construtivas; Benavente e envolvente	Anexo I
Quadro 4.17	Eventos socioculturais nos Concelhos	Pág. 65
Quadro 4.18	Eventos religiosos nos Concelhos	Pág. 65
Quadro 4.19	Imóveis classificados, para classificação e a propor	Anexo I
Quadro 4.20	Listagem de elementos patrimoniais - Benavente	Anexo I

Quadro 4.21	Listagem do Instituto Português do Património Arqueológico	Anexo I
Quadro 4.22	Listagem do Instituto Português do Património Arqueológico	Anexo I
Quadro 4.23	Propostas potenciais/ações – Região Centro Oeste Vale do Tejo	Anexo I
Quadro 5.38	Zonas mais afetadas pelo Terramoto de 1909 - Benavente	Pág. 82
Quadro10.71	Museu Municipal de Benavente – Análise SWOT	Anexo I

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 4.9	Brasão do Município de Benavente	Pág.54
Figura 4.24	Capela de S. Brás – Barrosa	Pág.68
Figura 4.25	Fonte do Concelho – Samora Correia	Pág.69
Figura 4.26	Fonte dos Escudeiros – Samora Correia	Pág.70
Figura 4.27	Fonte de Santo António - Benavente	Pág.71
Figura 4.28	Cruz do Calvário - Benavente	Pág.71
Figura 4.29	Herdade das Pancas – Porto Alto/Samora Correia	Pág.72
Figura 4.30	Igreja Matriz – Samora Correia	Pág.73
Figura 4.31	Igreja da Misericórdia – Samora Correia	Pág.74
Figura 4.32	Convento de Jenicó - Benavente	Pág.75
Figura 4.33	Palácio do Infantado – Samora Correia	Pág.76
Figura 4.34	Palhavã – Samora Correia	Pág.77
Figura 4.35	Pelourinho - Benavente	Pág.77
Figura 4.36	Edifício da Câmara Municipal de Benavente	Pág.78
Figura 4.37	Atalaia de Belmonte - Benavente	Pág.79
Figura 4.38	Garrocheira – Olaria Romana - Benavente	Pág.80
Figura 5.39	Pormenor de uma imagem publicada no Diário de Notícias	Pág.83
Figura 5.40	Pormenor de um acampamento (terramoto de 1909)	Pág.84
Figura 5.41	Pormenor do património destruído – Terramoto de 1909	Pág.85
Figura 5.42	Locais de Benavente após Terramoto de 1909	Pág.86
Figura 5.43	Locais de Samora Correia após Terramoto de 1909	Pág.87
Figura 6.44	Museu Municipal de Benavente	Pág.91
Figura 6.45	Museu Municipal de Benavente (interior)	Pág.92
Figura 6.46	Núcleo Museológico Agrícola	Pág.94
Figura 7.47	Joaquim Rodrigues (Parracho)	Pág.97
Figura 9.47	Acervo Fotográfico (alguns exemplos das tradições)	Pág.104
Figura 9.48	Acervo Fotográfico (alguns exemplos das tradições)	Pág.105
Figura 9.49	A religiosidade em Benavente	Pág.118

Figura 9.50	Museu Municipal de Benavente – Sociedade/Traje	Pág.111
Figura 9.51	Traje da Mulher Ribatejana	Pág.112
Figura 9.52	Traje do Homem Ribatejano	Pág.114/115
Figura 9.53	Arquivo Histórico Municipal - MMB	Pág.117
Figura 9.54	Rancho	Pág.119
Figura 9.55	Adereços dos Ranchos utilizados nas suas pausas/ refeições	Pág.120
Figura 9.56	Manta Lobeira	Pág.120
Figura 9.57	Trabalho no Campo - sementeira	Pág.121
Figura 9.58	Foices – Núcleo Museológico Agrícola	Pág.121
Figura 9.59	Ancinhos – Núcleo Museológico Agrícola	Pág.122
Figura 9.60	Carro de Bois	Pág.123
Figura 9.61	Cangas	Pág.123
Figura 9.62	Alfaias agrícolas	Pág.128
Figura 9.63	Industrialização da Agricultura	Pág.129
Figura 9.64	Industrialização da Agricultura	Pág.130
Figura 9.65	Rolo Crosshill	Pág.130
Figura 9.67	Industrialização da agricultura	Pág.130
Figura 44	Acervo e reservas do Museu Municipal de Benavente	Anexo II
Figura 45	Acervo e reservas do Museu Municipal de Benavente	Anexo II
Figura 10.67	Exposições realizadas no MMB	Pág.135
Figura 47	Exposições / Catálogos realizados pelo MMB	Anexo II
Figura 48	Exposições / Catálogos realizados pelo MMB	Anexo II
Figura 49	Atividades lúdico/pedagógicas realizadas pelo MMB	Anexo II

LISTA DE ABREVIATURAS

AML	Área Metropolitana de Lisboa
ANTT	Arquivo Nacional da Torre do Tombo
BN	Biblioteca Nacional
CCDRLVT	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo
CMB	Câmara Municipal de Benavente
DGEMN	Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais
DGLAB	Direção Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas
DGPC	Direção Geral do Património Cultural
ICOM	The International Council of Museums
INE	Instituto Nacional de Estatística
IPM	Instituto Português dos Museus
MMB	Museu Municipal de Benavente
NUTS	Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
PROT	Programa Regional de Ordenamento do Território
QCA	Quadro Comunitário de Apoio

PARTE I.

Introdução

CAPÍTULO 1.

ENQUADRAMENTO: BREVES NOTAS SOBRE MUSEOLOGIA

- **Conceito de museu**

“Museums have a long history going back to the 3rd century B.C., when the first known museum was opened in the University of Alexandria in Egypt. Over the years, however, the museum culture has spread to nearly every part of the world and today it has become uncommon to find any country that does not have a museum, no matter how small it may be. This implies that the concept of the museum has become a global concept that has survived the 20th century.

The traditional role of museums is to collect objects and materials of cultural, religious and historical importance, preserve them, research into them and present them to the public for the purpose of education and enjoyment.

The early museums were elitist, uninspiring and aloof as they encouraged only the educated people to visit them. The general public were excluded. This focus has today become too narrow and unacceptable in a changing world where there is sustained clamour for more openness, pragmatism and collective involvement in dealing with issues that impact on people, communities and nations.”¹

O papel, o desenvolvimento e a gestão dos museus modificaram-se enormemente nas últimas décadas. As instituições museológicas centram-se cada vez mais nos visitantes, e alguns dos museus estão-se a voltar, com mais frequência, para modelos de gestão empresarial. Ao mesmo tempo, o ritmo de trabalho impede, muitas vezes, a capacidade do campo da museologia de parar para refletir sobre seus verdadeiros fundamentos e diretrizes a desenhar, daí haver uma necessidade crescente de que os profissionais a todos os níveis forneçam respostas claras e compreensíveis àqueles que questionam a relevância do museu para a sociedade e seus cidadãos, uma das alavancas que levou a encetar a realização desta dissertação.

Esta reflexão irá ajudar a perceber a compreender o papel do museu no espaço onde se insere, seja a nível internacional, nacional ou local.

O papel do museu na sociedade atual não se pode confinar a apenas ao papel de preservar, conservar, de restaurar, catalogar, aumentar a sua coleção, tem que ser capaz de se “transfigurar”, de cativar novos públicos; só possível se conseguir aliar, de forma coerente e eficaz, a tradição, a história, às novas tecnologias, estar aberto a novos conceitos de museu: museu virtual; criar interação entre acervo museológico e o próprio espaço e o visitante,

¹ ARINZE, Emmanuel N., President, Commonwealth Association of Museums, The Role of the Museum in Society, Public lecture at the National Museum, 1999: 1, Georgetown, Guyana

tendo sempre em atenção o seu papel essencial: o serviço à comunidade, à sociedade onde está inserido.

O museu não pode estar apenas ligado à noção de património, deve ser uma extensão de quem nele trabalha, técnicos devidamente preparados (histórica e cientificamente) e que, ao mesmo tempo, tenham capacidade de ter uma visão contemporânea na (re)construção do museu onde trabalham.

Transforma-se assim o espaço museológico de um simples “guardião” dos bens culturais, quer sejam eles nacionais ou locais, para um espaço dinâmico onde se interpreta/encena toda a história, todo o património para os diversos públicos que o visitam, contribuindo assim para dar a conhecer e descobrir os elementos, as peças mais características que contribuem e fazem parte do processo da construção da identidade cultural da região onde se inserem, do país.

Todo este processo de transformação de conceito de museu leva a que, visitantes, estudantes e habitantes, tenham e sintam uma maior afinidade e memória sensorial e emocional, pois de um conservadorismo praticado durante décadas, passamos para uma aventura de descoberta cada vez mais interativa, educativa, formativa e lúdica. Sim, é verdade, as novas tecnologias, ao contrário do que se possa pensar, não são ameaças à existência, à descoberta dos museus. Bem pelo contrário, são ferramentas essenciais à continuidade, ao crescimento, à informação e divulgação de todo o espaço museológico e das atividades inerentes para todas as faixas etárias e grau de conhecimento, só assim se poderá fidelizar públicos, obter receitas e, tarefa essencial, apesar da questão orçamental, rescrever-se, reinventar-se. Neste aspeto todos os recursos humanos devem ser chamados para que, em conjunto, definam, desenhem atividades, prioridades, alternativas para que o museu tenha continuidade, visibilidade e impacto na região. Tarefa difícil? Poderá parecer que sim, mas não é impossível, desde que se tenha sempre uma verdadeira perceção do budget e se faça atempadamente um plano de atividades e orçamental tendo em conta as iniciativas que contribuam para o conhecimento, a descoberta do museu.

- Preservação do Património;
- Assegurar as coleções e respetivo acervo e promover a montagem de exposições;
- Incentivar e criar conhecimento acerca, e para a localidade onde estão inseridos e para visitantes,

- Criação de iniciativas que colaborem e contribuam para o crescimento económico local (aumento de visitantes ao museu e, paralelamente à região onde se encontra);
- Apoio, promoção e organização de iniciativas que tenham como objetivo o desenvolvimento cultural e formação (debates, visitas guiadas, workshops);
- Incentivar e colaborar na construção e valorização do sentido de comunidade;
- Criação de iniciativas que contribuam para o bem-estar, felicidade e gosto da descoberta.

O museu deve ter em conta a preservação e salvaguarda do seu acervo com o intuito de dar a conhecer as todas as faixas etárias para que, de forma continuada, possam apreender melhor o passado e, simultaneamente, compreender melhor o presente vivido.

Daí que o museu da sociedade atual não deve ser visto como “mero coletor de peças” como um simples “sótão” da região onde se encontram, mas como uma fonte viva de descoberta, de conhecimento e aprendizagem. Ideia subjacente à discussão da Associação de Museus do Reino Unido sobre os Museus 2020:

“This Museums 2020 discussion paper sets out the possibilities for museums and seeks your views about how museums could change to better fulfil their potential to play a part in improving people’s lives, building communities, strengthening society and protecting the environment.(...) Museums can be so much more than buildings that interpret collections. Just for starters, they can help people “develop their identity, build confidence through volunteering, understand cultural differences, have non-partisan public spaces to enjoy, support intergenerational understanding, help recently arrived migrants learn a language/culture/history and find their place in it, give a place for a father to take his son/daughter on their one day a week/month together, inspire the next generation of scientists, provoke debate, build community cohesion, help prevent illnesses associated with old age, make people go ‘wow’, encourage tourism, promote economic growth through cultural regeneration, and let people learn through the power of touch”²

Todo este processo de regeneração local, de aprendizagem e do papel que o museu ocupa só será possível com a intervenção de todos com o intuito de salvaguardar o seu património e dá-lo a conhecer não só á comunidade onde habitam como a todos que queiram e sejam levados a descobrir e visitar uma região que ser quer dar a conhecer e crescer cultural e economicamente. Preocupação esta também partilhada por Hugues de Varin:

² Museums Association, Museums 2020 Discussion Paper, 2012, UK, www.museumsassociation.org (2015-02-18)

“Il est donc important que la population, la communauté humaine, accepte d’assumer une responsabilité pour son propre développement, pour son patrimoine, pour son existence, non pas indépendante, mais d’une certaine façon autonome. Pour cela, le musée peut être un instrument, parmi d’autres, de la participation des citoyens et globalement de la communauté, avec leur patrimoine, dans cette dynamique du développement (...) le musée communautaire/local, dans l’endroit, il serait importante, ou même indispensable, dans l’avenir, de mettre en oeuvre le processus de création d’un tel musée, pour mobiliser à la fois la communauté et le patrimoine en vue du développement.”³

Desta forma, os museus locais, em conjunto com toda a comunidade onde estão inseridos, têm um papel fulcral na defesa, preservação e divulgação do património histórico-cultural português, tornando-se verdadeiras estruturas mobilizadoras e de experiências inovadoras capazes de dar respostas concretas aos problemas em prol da dinamização e crescimento cultural e económico, de forma sustentável, de toda a região/de todo o país; um verdadeiro serviço público com uma dimensão cultural, informativa/formativa e lúdica.

“En tant qu’équipement structurant d’un territoire, le musée peut être à la base de la constitution et de l’organisation d’une politique culturelle de réseau, comprenant soit plusieurs équipements ou institutions culturelles à vocation différente (musée, théâtre, bibliothèque), soit plusieurs musées travaillant entre eux sur une problématique commune. Il peut constituer l’équipement culturel principal structurant, le point central autour duquel pourra s’organiser toute la politique culturelle d’un établissement public de coopération intercommunale.”⁴

O Museu deve ser um verdadeiro contador de histórias, a alma de toda uma comunidade, o espelho de todos que habitam na região e daqueles que a descobrem. Cada vez mais, na sociedade atual, o museu deve assumir-se como uma sólida entidade que promova a mudança, o desenvolvimento e o progresso.

Através da criação e divulgação de verdadeiros e eficazes programas de atividades, exposições, os museus poderão atingir os distintos públicos (professores, investigadores, crianças, jovens, 3ª idade, turistas) para que possam descobrir e vivenciar a experiência, a partilha do conhecimento de toda uma herança que se torna essencial conhecer e compreender para que a construção de uma sociedade contemporânea seja coesa e sólida. Tarefa só concretizável através de uma boa dinamização comunicacional para promoção

³ VARINE, Hugues de, Ecomusées, musées communautaires, développement local, X Jornadas sobre a Função Social do Museu, 1997, Póvoa do Lanhoso in Seleção de textos XV Jornadas sobre a Função Social do Museu, IX Atelier Internacional do MINOM, 2003, Santiago do Cacém, www.minom-icom.net/old/signud/DOC%20PDF/200403004.pdf (04 de março de 2015)

⁴ BOSSEBOEUF, Claire, Les musées territoriaux: un enjeu de structuration et de développement des territoires, ATER à l’Université d’Orléans, www.asrdlf2013.org/.../C - Bosseboeuf - Les mus (04 de março de 2015)

das exposições, das atividades; não se limitando a meros espaços onde diversos objetos/materiais estão expostos. O espaço museológico deve ser para quem nele trabalha e para quem o visita uma descoberta e interação desafiadora e constante.

Compreende-se deste modo a questão de David Fleming⁵ sobre o conceito de museu e o seu papel numa sociedade moderna:

“I want to pose the question, are there new factors and pressures at play in the early years of the 21st century which are shifting the role of museums into new territory? I would argue that essentially there is little that is totally new in museums activity beyond a massive change in our attitude towards audiences, which might best be described as one of total inclusion that is of all the public, not just a narrow sector. It is this change in attitude that has given rise to a new approach to our work, most especially in collecting, exhibiting, promotion, advocacy and partnership, learning and helping effect social change. And it is the cause of the new ways that museums need to structure and develop their staff.”⁶

Podemos desta forma afirmar que a operacionalização dos museus passa pela criação de novas iniciativas, recriar novas exposições, tornando-as mais apelativas e democratizar o acesso. Só assim os museus poderão enfrentar os desafios da era moderna: a atratividade dos parques temáticos, a comodidade da televisão e o fascínio das novas tecnologias.

Pra além disso, infelizmente, o papel da educação cultural e a contribuição dos museus no processo de educação cultural não é ainda reconhecido.

Para tal é necessário um trabalho conjunto, transversal e interdisciplinar para que os museus (alguns já o fazem) criem um novo estilo para as suas exposições, muitas vezes criadas de forma tradicional e um pouco desatualizadas. As exposições deverão ser apresentadas de uma forma animada e tangível, e integrar-se com contextos e cenários de determinada época, região e ou temática.

Em suma, as exposições devem ser projetadas para estimular a imaginação a criatividade do visitante e, conseqüentemente, aumentar o número de visitas e fidelizar um público que ser quer heterogéneo e interessado.

⁵ Diretor do National Museums Liverpool

⁶ FLEMING, David, Managing Change in Museums – Keynote Address in The Museum and Change International Conference, 8-10 novembro, 2005, Praga, República Checa, www.intercom.museum/conferences/.../DavidFlemin (10 de março de 2015)

- **Breve panorama da Museologia Contemporânea em Portugal**

“Mieux organisés, plus professionnels, davantage préoccupés de leur rentabilité, les musées n’ont ils pas aussi change de rôle et de missions? L’élargissement de leurs thèmes, le rapport nouveau qu’ils instaurent vis-à-vis du patrimoine, le développement spectaculaire des expositions tissent de nouveaux rapports avec le public. Apparaît ainsi la figure du visiteur expert tandis que le musée deviant un élément moteur des politiques culturelles, aussi bien au plan national que localement”⁷

Na verdade, tem-se verificado, por parte dos Museus, um trabalho intenso na recolha, organização, requalificação e mostra de todo um conjunto de bens, testemunhos materiais da História, pertencentes às comunidades rurais e urbanas da Região, é essencial para que se tome consciência do longo percurso que une as gerações passadas e presentes, e as projeta no futuro, levando a um reforço identitário urgente e indispensável à sua promoção pessoal e coletiva.

O sector museológico português, ao longo dos últimos anos, tem vindo a afirmar-se como um sector dinâmico, mas igualmente heterogéneo, em muitos casos revelando grandes fragilidades.

A definição do ICOM/UNESCO é a referência e a base da pluralidade das abordagens ao sector. Trata-se de uma definição que tem evoluído, desde 1946, no sentido de uma maior precisão e abrangência. A versão mais recente data de 2001 (20^a Assembleia Geral) e é a seguinte:

“Um museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberto ao público, e que adquire, conserva, estuda, comunica e expõe testemunhos materiais do homem e do seu meio ambiente, tendo em vista o estudo, a educação e a fruição”.

Esta definição, acrescenta o ICOM, deverá ser aplicada sem quaisquer limitações resultantes da natureza da entidade responsável, do estatuto territorial, do sistema de funcionamento ou da orientação das coleções da instituição em causa. Este organismo prevê ainda que para além das instituições designadas ‘museus’, sejam abrangidas diversas outras instituições.

Tendo em conta as tipologias definidas pelo ICOM e pelo IMC, determinaram-se diversas categorias tipológicas de classificação para os Museus e Espaços Museológicos (*ver quadro 1.1 – anexo I*)

Relativamente à organização destes espaços, é de salutar algum esforço por parte das

⁷ DAVALLON, Jean, Professeur Universitaire à l’Université Jean Monnet, L’évolution du rôle des musées, in la lettre de l’OCIM (Office de Coopération et d’Information Muséales), 1997, N°49

entidades de tutela, principalmente das Câmaras Municipais, mas também por parte de diversas pessoas individuais e coletivas, como as Paróquias, as Misericórdias, os Grupos Etnográficos e outros, em dotar os Museus e Espaços Museológicos de instalações condignas, bem como de reorganizar e de valorizar os espaços anteriormente existentes, de melhorar a organização e a exposição do espólio, e ainda, de melhorar o acolhimento ao público e de promover atividades de animação comunitária.

No entanto, muito embora se assista a esta vontade de renovação, há ainda muito trabalho a desenvolver no âmbito da inventariação e das condições de exposição, para que todas as coleções se possam integrar pelo menos na categoria de Coleção *Visitável*, tal como a Lei prevê.⁸

Perante o quadro supra exarado, é de perceber alguma dificuldade da aplicação integral a nível nacional da noção do ICOM, perante tamanha diversidade do panorama museológico nacional, o que levou também a que, na atualização do instrumento legal regulador do sector – a Lei-quadro dos Museus Portugueses⁹ – tenha sido estabelecida uma distinção entre museu e coleção visitável.

Assim, a definição de museu é a seguinte (art.º 3):

1. Museu é uma instituição de carácter permanente, com ou sem personalidade jurídica, sem fins lucrativos, dotada de uma estrutura organizacional que lhe permite: garantir um destino unitário a um conjunto de bens culturais e valorizá-los através da investigação, incorporação, inventário, documentação, conservação, interpretação, exposição e divulgação, com objetivos científicos, educativos e lúdicos; facultar acesso regular ao público e fomentar a democratização da cultura, a promoção da pessoa e o desenvolvimento da sociedade.
2. Consideram-se museus as instituições, com diferentes designações, que apresentem as características e cumpram as funções museológicas previstas na presente lei para o museu, ainda que o respetivo acervo integre espécies vivas, tanto botânicas como

⁸ Lei nº 47/2004 de 19 de Agosto, art. 4º.1; é o caso de várias pessoas individuais e coletivas, que no âmbito da sua ação social, desenvolveram coleções de objetos de arte e/ou ligados à vivência e atividades do dia-a-dia do homem.

⁹ Lei nº 47/2004, de 19 de Agosto, artigo 3º. As 7 funções museológicas a que a Lei alude (no seu artigo 7º) são: Estudo e investigação; Incorporação; Inventário e documentação; Conservação; Segurança; Interpretação e exposição e Educação.

zoológicas, testemunhos resultantes da materialização de ideias, representações de realidades existentes ou virtuais, assim como bens de património cultural imóvel, ambiental e paisagístico.

A definição de coleção visitável é a seguinte (art.º 4):

1. Considera-se coleção visitável o conjunto de bens culturais conservados por uma pessoa singular ou por uma pessoa coletiva, pública ou privada, exposto publicamente em instalações especialmente afetas a esse fim, mas que não reúna os meios que permitam o pleno desempenho das restantes funções museológicas que a presente lei estabelece para o museu.
2. A coleção visitável é objeto de benefícios e de programas de apoio e de qualificação adequados à sua natureza e dimensão através do Estado, das Regiões Autónomas e dos municípios, desde que disponha de bens culturais inventariados nos termos do artigo 19.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro.
3. Os programas referidos no número anterior são preferencialmente estabelecidos quando seja assegurada a possibilidade de investigação, acesso e visita pública regular.

A estrutura polinucleada pode ser entendida como uma forma encontrada pelas tuteladas, nomeadamente da Administração Local, para solucionar questões ligadas, por exemplo, à necessidade de preservação dos patrimónios *in situ*, a aspetos temáticos, funcionais ou à gestão dos espaços museológicos.

Em termos de análise quantitativa, o modelo de gestão polinucleado tem enorme implicação porque pode determinar uma diminuição do número total de unidades, uma vez que apenas se considera a sede. Ou seja, tem implicações na determinação do número de museus existentes no país, afetando significativamente diversos indicadores que têm por base esse número (Santos et al., 2000: 61-64).¹⁰

Esta alteração, relativamente recente no universo museológico português, é justamente

¹⁰ SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos (coord.) e NEVES, José Soares (2000), *Inquérito aos Museus em Portugal*, Lisboa, MC/IPM.

muito expressiva tendo-se identificado, de 2000 para 2003, um aumento anual quer dos museus polinucleados quer do número dos seus próprios núcleos, já em funcionamento ou ainda em fase de projeto. Trata-se ainda de um fenómeno presente em boa parte das regiões (Santos et al., 2005).¹¹

O alargamento da noção de património conduz ao aparecimento de novas problemáticas ligadas às especificidades das coleções e a novos problemas de salvaguarda, surgindo assim novas soluções como as musealizações *in situ* (Cordeiro, 2002).¹²

Refira-se ainda uma outra tendência a este propósito, que diz respeito à solução encontrada para a valorização dos Sítios arqueológicos através da construção de centros de acolhimento e/ou de centros interpretativos, com cariz museológico ou não, mas que têm sempre associada uma componente científica e pedagógica. No caso de possuírem cariz museológico (e como tal serem incluídos no tipo Sítios arqueológicos) estes sítios destacam-se pela possibilidade do contacto com a realidade envolvente e de apreensão "direta"; pela possibilidade de recriação de ambientes à escala natural; e pelo desenvolvimento local e regional proporcionado pelos fluxos turísticos (Raposo, 2008).¹³

Poder-se-á afirmar que, de forma global, têm-se verificado alterações significativas na qualificação do panorama museológico português. Estas mudanças contribuíram para uma nova perspetiva e um novo olhar sobre o papel dos museus na região, na sociedade onde estão inseridos.

Claro que importa questionar o que levou a este aumento de interesse na descoberta/visita dos museus - o 25 de abril, a qualificação da população, o turismo e a Internet ajudam a explicar esta evolução.

Se por um lado as idas ao cinema voltaram a descer - menos 480 mil do que em 2013 - o número de visitantes de museus registam a tendência oposta. Os 11 milhões de entradas em 2013 são um recorde desde 1950. Houve mais um milhão de visitas do que em 2012, contrariando a perda dos dois anos anteriores, importa aqui salientar que esta tendência não foi muito significativa no Museu Municipal de Benavente, cerne deste trabalho.

¹¹ SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos (coord.), NEVES, José Soares, SANTOS, Jorge Alves dos e NUNES, Joana Saldanha (2005), *O Panorama Museológico em Portugal [2000-2003]*, Lisboa, IPM/RPM e OAC.

¹² CORDEIRO, José Manuel Lopes, "A propósito de coleções industriais", em *Boletim RPM*, nº 3, 2002: 10-13.

¹³ RAPOSO, Luís, "Museus de arqueologia e sítios arqueológicos musealizados – identidades e diferenças, 2008 [?]

Quando se olha para a evolução dos números desde 1950, comparando os museus e o cinema, ficam refletidos alguns momentos-chave. Por um lado, explica José Soares Neves¹⁴:

"... assistimos paulatinamente à valorização da memória, do património", algo que se torna mais visível na década de 1970 com o crescimento do número de museus, "sobretudo municipais".

A tendência de aumento das décadas seguintes, ainda que com algumas exceções, refletem não só o impacto do turismo, mas também a "articulação" dos museus com as escolas, assim como a "qualificação escolar e profissional da população portuguesa".¹⁵

Interessante a comparação que José Soares Neves faz entre o aumento de visitantes nos museus e, paralelamente, o decréscimo de espetadores no cinema (*ver gráfico 1.2 – anexo I*). Para além de uma notória descida de espetadores no cinema: devido a novos comportamentos, acesso às novas tecnologias, a um maior grau educacional, a procura de novas sensações, de novas descobertas, verifica-se o interesse por saber mais sobre a sua própria herança o seu património, incentivando a descoberta, o interesse pela preservação e valorização de todas as tradições culturais, etnográficas e vestígios do passado, bem como no elemento que lhe assegura identidade e corporiza – o Património material e imaterial, testemunhos de autenticidade, que confere um valor de pertença, de origem e, simultaneamente, de contemporaneidade – permitindo um reencontro com a identidade.

Os museus transformam-se assim em vivas plataformas que, através do seu acervo museológico, atividades lúdicas e formativas, como de visitas guiadas contribuem para a descoberta/construção de sentido de pertença, de posse, partilhada por uma sociedade, um grupo pelo seu património.

*“O património não tem um valor único, intrínseco e definido para todas as épocas. Afinal, ele incorpora o valor que as pessoas lhe atribuem, o que pode variar com o contexto histórico, social e cultural da época em que é perspetivado. Com efeito, aquilo que, numa determinada altura, pode ser considerado de elevado valor patrimonial, noutra pode ser secundarizado ou até ignorado como património.”*¹⁶

¹⁴ Professor do ISCTE/IUL, Investigador do CIES (Centro de Investigação e Estudos de Sociologia) e coordenador do último Panorama Museológico em Portugal.

¹⁵ <http://expresso.sapo.pt/visitar-um-museu-ja-e-quase-tao-comum-como-ir-ao-cinema=f904308#ixzz3VJdCUUUj> [10 de março de 2015]

¹⁶ MENDES, J. Amado, Estudos do Património, Museus e Educação, 2ª edição, Universidade de Coimbra, 2013: 263.

Os museus, ao longo dos últimos anos, foram-se despindo de uma roupagem nostálgica e transformaram-se num espaço simbólico e dinâmico de vários referentes de identidade, mas, acima de tudo, uma construção social, um ato de legitimidade e, como tal objeto de invenção ou ativação seletiva e reflexiva realizada por agentes, períodos da nossa história, da nossa política e sociedade civil, a fim de mostrar e acentuar uma imagem de "nós", a identidade, a impressão digital de uma comunidade.

Numa perspetiva sociocultural, o museu não se limita aos recursos, traços culturais, económicos e objetos herdados do passado, embora este seja um fator importante; torna-se um espaço vivo, em constante mudança e construção.

Em suma, resultado da criatividade da sociedade e dos diversos grupos que a constituem, formando uma identidade, uma memória e, simultaneamente, darem a conhecer, valorizar e preservar o imenso legado do passado que torna-se essencial para a compreensão e construção do futuro, pois a sua complementaridade é óbvia e necessária.

Em *Confissões* (Livro XI, capítulo XX), Santo Agostinho de Hipona identifica três tempos: “Um presente das coisas passadas, um presente das coisas presentes e um presente das coisas futuras. O presente das coisas passadas é a memória, o presente das coisas presentes é a vida e o presente das coisas futuras é a espera”. Considera, assim, o doutor da Igreja que passado e futuro são figuras de linguagem que facilitam determinada referência de um tempo considerado, que já foi ou que virá a ser, mas que não é.

E é a partir deste entendimento que uma conceção atual de museu deve abranger a compreensão dos três presentes, de modo que a memória seja revivida e respeitada, assumindo a relação que se estabelece entre as pessoas, a sociedade e a herança que recebem e que projetam no futuro.¹⁷

Esta ponte dinâmica que tem sido construída nos últimos anos entre museus e sociedade tem tido bastante impacto nas diversas regiões, onde os museus municipais, apoiados pela respetiva câmara e múltiplas associações culturais e económicas e a população local, movem-se em unísono para a criação de uma sociedade melhor, transformado o museu numa verdadeira porta de descoberta, viagem, conhecimento, interação, investimento e trabalho; valorizar a cultura o património material e imaterial, promovendo e organizando programas de animação com iniciativas para todos os gostos, idades e nacionalidades, que passem pela música, poesia, artes performativas, dança, cinema, teatro, gastronomia,

¹⁷ MARTINS, Guilherme d'Oliveira, Património, Herança e Memória. A Cultura como Criação, Edições Gradiva, Lisboa, 2009 [?]

exposições, contos, provérbios, ateliês, recriações históricas, visitas comentadas, viagens no tempo. Só desta forma o museu poderá estar lado a lado com a realidade do presente e ajudar a construir um futuro em prol de um maior conhecimento e desenvolvimento cultural, educacional e também económico. Os museus, que antes eram discretos e raros santuários, abrem-se agora largamente a todas as classes sociais, que antes os ignoravam completamente.

Ao Museu de hoje, compete a missão de despertar esses valores, fazendo com que o homem sinta a necessidade de valorizá-los, devido à sua importância para completa realização do mesmo.

Dentro desse contexto, o Museu toma uma nova feição, atuando como órgão educativo, didático e de investigação.

O Museu não deve estar, simplesmente, associado à simples ideia educativa ou de trabalho científico, mas deve representar uma mistura harmoniosa de três componentes: trabalho educativo, documentação e apresentação.

Para o ICOM (Comissão Internacional para a Museologia da UNESCO), os Museus têm por fim:

1. Agrupar;
2. Conservar;
3. Estudar;
4. Expor para fins educativos, exame e estudo, e de prazer;
5. Animar – coleções de bens culturais ou naturais.

Estas linhas orientadoras são essenciais para que os museus cativem e fidelizem novos públicos, divulguem o seu acervo, o seu património, a sua identidade, as suas gentes, a sua região.

- **A nova museologia na sociedade atual versus tradição**

Poderemos afirmar que o museu tradicional teve sempre uma perspectiva elitista; voltado para si mesmo, desfasado de toda a realidade quotidiana dos indivíduos e dos respetivos grupos a que pertencem.

Sabemos que a criação dos museus foi lenta durante os primeiros anos, mas já no século XIX começam ser consideradas instituições de prestígio e de poder. Nos anos 70 do século XX, um grupo de profissionais ligados à museologia, alguns deles professores universitários, sentiram necessidade de transformar o museu em algo que fizesse parte da realidade da comunidade onde ele estava inserido.

Todos os esforços para modernizar o museu e para que a instituição museológica ganhasse importância cultural tinham falhado: “os museólogos mais empenhados e inovadores por todo o mundo perderam as ilusões: o museu como uma instituição devota à tradição estava a morrer, apesar de todos os esforços feitos para melhorar o seu futuro” (Varine, 1979: 29). Do seu ponto de vista a modernização da arquitetura do museu, a tecnologia e a investigação em públicos-alvos aumentou os custos e o comércio, sem mudar a qualidade da visita ao museu e sem aumentar o número de visitantes, com exceção dos grupos escolares (Varine, 1987: 1-2).

No novo Museu há um diálogo constante entre os sujeitos da ação museológica e os membros da comunidade que não são simples sujeitos passivos deste Museu, mas atuantes em todas as fases da ação museológica.

A Nova Museologia desenvolve a reflexão sobre o Museu como uma instituição dinâmica e baseada na memória coletiva e não nos objetos. Os objetos são apenas portadores desta memória e não o foco principal do Museu.

Sobre a nova museologia é interessante a reflexão que Alice Duarte, docente da Universidade do Porto faz:

“A Nova Museologia é um movimento de larga abrangência teórica e metodológica, cujos posicionamentos são ainda centrais para uma efetiva renovação de todos os museus do século XXI. Hoje, a clareza da expressão parece deficitária, até pela proliferação de outras designações: museologia crítica, museologia pós-moderna, sociomuseologia... A palavra “ecomuseu” foi criada por H. de Varine-Bohan para traduzir um conjunto de novas ideias desenvolvidas por G. H. Rivière.

A Nova Museologia ganhava uma das suas palavras-chave, mas é fortemente redutor identificar o movimento da Nova Museologia, em exclusivo, com as dinâmicas do ecomuseu. Neste artigo, procuro clarificar os componentes centrais da Nova Museologia, defendendo que não é preciso inventar uma nova designação.

Continuemos com “Nova Museologia”, já que nas suas linhas orientadoras se encontra suporte, quer para a renovação iniciada nos anos 60 do século XX, quer para a ainda faltante e ambicionada renovação do museu do século XXI.”¹⁸

¹⁸ DUARTE, Alice, Nova Museologia: os pontapés de saída de uma abordagem ainda Inovadora, in Revista Museologia e Património, 2013: 99, vol. 6, nº 1

Da apreciação crítica de que, até aí, o museu tinha sido um instrumento ao serviço das elites sociais e intelectuais, é entendido que a continuação da sua existência deve passar pela sua transformação em instituição ao serviço de todos e utilizada por todos. O museu pode e deve ser um instrumento privilegiado de educação permanente e um centro cultural acessível a todos.

Nas palavras de G. H. Rivière:

*“ [...] o sucesso de um museu não se mede pelo número de visitantes que recebe, mas pelo número de visitantes aos quais ensinou alguma coisa. Não se mede pelo número de objetos que mostra, mas pelo número de objetos que puderam ser percebidos pelos visitantes no seu ambiente humano ”.*¹⁹

O museu deve ser visto como instrumento educativo e auxiliar na maior consciencialização dos cidadãos traduzindo-se igualmente na defesa de outras inovações. De forma abrangente, é defendida a abertura do museu ao exterior, podendo isso significar, quer a divulgação da instituição fora de portas e em lugares tão inabituais como feiras, quer a realização de conferências ou concertos nas instalações do museu. O intuito da proximidade às populações e a preocupação com o acesso destas à instituição sustentam igualmente a criação dos primeiros serviços educativos para públicos escolares e dos serviços de ação cultural destinados a públicos mais vastos.

Os museus regionais/etnográficos corporizam em si mesmo uma ampliação da noção de objeto de museu, já que os artefactos com que lidam são objetos quotidianos de toda a espécie que não cabem na categoria tradicional de “obra de arte”. Por outro lado, o entendimento dos objetos etnográficos como destituídos de valor intrínseco, já que o seu significado só pode ser compreendido pelo respetivo enquadramento sociocultural em que são produzidos e/ou utilizados, reforça a necessidade da sua contextualização e, portanto, de os situar no interior de um discurso expositivo.

Existe assim uma forte necessidade de ampliar as tradicionais atribuições do museu e de integrar as populações nas suas ações, especificando também que a nova museologia abarque a “ecomuseologia, a museologia comunitária e todas as outras formas de museologia ativa”. Enquanto prática museológica essencialmente reflexiva e crítica, a Nova Museologia apresenta-se como capaz de conduzir uma agenda de pesquisa mais próxima e mais recetiva

¹⁹ DUARTE, Alice, Nova Museologia: os pontapés de saída de uma abordagem ainda Inovadora, in Revista Museologia e Património, 2013: 101, vol. 6, nº 1

às problemáticas contemporâneas das ciências sociais (ROLLAND; MUREUSKAYA, 2008). Abordando a instituição museológica em termos da sua história e dos seus propósitos, a Nova Museologia desdobra-se, nomeadamente, na consideração da sua função social e das suas narrativas e estratégias expositivas. Como instituição social que é, o museu tem responsabilidades sociais para com a comunidade em que está inserido, cujo bem-estar e satisfação de necessidades várias devem fazer parte da sua missão (SANDELL, 2002, 2003). O museu torna-se assim um verdadeiro agente de mudança social, de regeneração e de empowerment das populações, na medida em que se torne mais consciente da comunidade que o rodeia e se torne um efetivo espaço de congregação para essa comunidade (DUARTE, 2010; KEENE, 2005).

A consolidação da função social do museu pressupõe, quer o abandono do seu tradicional isolamento em relação a entidades como escolas, bibliotecas ou associações locais, com as quais importa estabelecer parcerias tendo em mente o interesse das populações, quer a redefinição da sua organização, que deixa de estar centrada nas coleções, para passar a focar-se em temáticas e histórias que façam sentido para as respetivas populações (MAIRESSE et al., 2010). Por sua vez, as novas narrativas expositivas são cada vez mais materializadas através de objetos e muitos outros suportes expositivos. Estes tendem a resultar da crescente ativação de metodologias participativas, cujo grau de aplicação pode ir desde a simples escuta ou consulta de diferentes subgrupos da comunidade até ao estabelecimento de acordos com esses subgrupos, tendo em vista a cedência de materiais ou a sua efetiva.

Facilmente nos apercebemos da evolução do papel dos museus na sociedade; de espaço erudito, apenas reservado a um número pequeno de pessoas, de especialistas, de estetas ou de meros curiosos iluminados, os museus de hoje visam alargar ao máximo o espectro dos seus frequentadores: crianças, velhos, turistas, estudantes, investigadores. Das salas frias e sombrias do passado, das vitrinas hermeticamente fechadas e sem vida, da profusão de peças só à distância apercebidas, passa-se para a construção de espaços iluminados; os objetos não são apenas mostrados, mas também explicados e interpretados; não vivem só por si, mas também pelo contexto de onde provêm: evocam situações, factos, problemas, locais...

Ao silêncio sepulcral e à imobilidade absoluta dos objetos, sucedeu o som ambiental, a música de fundo, a rotação da peça, a variação da luz: entrou-se no domínio do espetáculo, da sedução, da comunicação.²⁰

²⁰ TRINDADE, Maria, Beatriz Rocha, Iniciação à Museologia, Universidade Aberta, Lisboa, 1993:17

Quadro 1.3. Âmbitos de intervenção dos dois tipos de Museologia²¹

Museologia Tradicional	Nova Museologia
Edifícios	Território
Coleções	Património
Público determinado	Comunidade participativa
Função educativa	Função pedagógica entendida como essencial para o desenvolvimento local

Como se pode observar neste quadro, em vez de trabalhar todo um local edificado, a Nova Museologia propõe trabalhar um território; ao invés de apenas estudar, analisar e mostrar uma coleção, propõe-se trabalhar todo um vasto património existente na região, no país; alargar o âmbito da sua intervenção de um determinado público que visita o Museu para toda uma comunidade e finalmente, funcionar como base para o desenvolvimento local em oposição a educar o visitante numa determinada especificidade.

Luís Alonso Fernández vai mais longe ao completar e desenvolver o quadro de Varine exemplificando-o da seguinte forma:

Quadro 1.4 Âmbitos de intervenção dos dois tipos de Museologia²²

Museu "Clássico"	Museu de Desenvolvimento da Comunidade
Edifício(s)	Território
Coleção(ões)	Património (cultural e/ou natural) e todos os recursos disponíveis presentes na comunidade
Disciplina(s) científica(s) e prática(s)	Desenvolvimento global, perspetiva interdisciplinar: a) População da comunidade b) Visitantes da comunidade
Público (voluntário e aficionado)	Capacidade de iniciativa criativa
Prossecação do conhecimento, educação e entretenimento	

²¹ Hugues de Varine, consultor na área do desenvolvimento comunitário. Formou-se na Universidade de Paris em História e Arqueologia. Teve vários cargos de relevo na gestão de instituições. Talvez o mais conhecido tenha sido o lugar de director do ICOM (Conselho Internacional de Museus), cargo que ocupou durante vários anos, primeiro como adjunto de Georges Henri Rivière e depois como seu sucessor. Tem tido uma relação de proximidade com Portugal desde a década de oitenta, altura em que esteve à frente do Instituto Franco Português (1982-1984), em Lisboa. Continua a colaborar em projectos ligados ao património e a museus em vários países (França, Itália, Espanha, Portugal, Brasil, entre outros), in Cadernos de Sociomuseologia, Universidade Lusófona, nº20, 2003: 49

²² FERNÁNDEZ, L. – Introducción a la nueva Museologia, Alianza Editorial, S.A, Madrid, 1999: 105

Resumindo, a Nova Museologia não pretende substituir ou terminar com as práticas da Museologia Tradicional, propõe somente um alargamento da noção de Museologia Tradicional funcionando em complementaridade.

Deste modo, a Nova Museologia abre caminho para uma nova tipologia de Museus: Ecomuseus, Economuseus, Exomuseus ou Museus *in situ*, entre outros.

PARTE II.

A Importância dos museus no desenvolvimento local/Caracterização do Município de Benavente

CAPÍTULO 2.

POLÍTICAS PÚBLICAS: INSTRUMENTOS ORGÂNICOS E LEGISLATIVOS

Desde muito cedo que surgiu em Portugal uma preocupação com a salvaguarda do património nacional. Segundo a Constituição da República Portuguesa, o Património Cultural faz parte da estrutura do Estado Português e é um elemento vivificador da nacionalidade portuguesa e dos cidadãos. É tido como um fenómeno de valorização pessoal dos cidadãos e de desenvolvimento dos mesmos sendo um elemento de afirmação de Portugal no mundo.

Este é o espírito presente na Constituição da República Portuguesa que afirma ser tarefa fundamental do Estado “proteger e valorizar o património cultural do povo português” incumbindo ainda ao Estado de “(...) classificar e proteger paisagens e sítios de modo a garantir (...) a preservação de valores culturais de interesse histórico ou artístico”, promover, em colaboração com as autarquias locais, a “proteção das zonas históricas” e ainda “promover a salvaguarda e valorização do património cultural, tornando-o vivificador da identidade cultural comum.”²³

Neste âmbito do património cultural, existem três domínios de ação: o dever de preservar, consistindo em não atentar contra; o dever de defender traduzindo-se na obrigação de impedir a destruição e o dever de valorizar, ou seja, de agir para que o património cultural seja fruído por todos e para que em última análise seja promotor do enriquecimento da herança cultural do país.

Quanto aos cidadãos, a Constituição Portuguesa consagra o direito de ação popular para preservação do património cultural português. Confere ainda aos cidadãos o direito à fruição cultural incentivada e assegurada pelo Estado em colaboração com diversas entidades, designadamente as associações de defesa do património cultural. Refere ainda que “todos têm direito à fruição e criação cultural, bem como o dever de preservar, defender e valorizar o património cultural”. (Ibidem)

Deste modo, e tendo por base estes pressupostos, foram produzidos diversos diplomas contemporâneos no âmbito da salvaguarda do património cultural nacional.

²³ Constituição da República Portuguesa, de 2 de Abril de 1976 (*revista pelas Leis Constitucionais n.ºs 1/82, de 30 de Setembro, 1/89, de 8 de Julho, 1/92, de 25 de Novembro, e 1/97, de 20 de Setembro*) www.constitution.org/cons/portugal/constit_1997.doc (18 de julho de 2015)

Como reflexão sobre este aspeto, não podemos deixar de questionar que se os cidadãos veem consagrado na sua constituição o direito à fruibilidade cultural, por que terão de pagar o acesso aos museus? O pagamento constitui uma limitação ao acesso. Não deveriam ser os museus de livre acesso para usufruto dos cidadãos à luz da Constituição Portuguesa? Não deveria caber ao Estado esse garante, tal como faz com o acesso à educação e à saúde?

Pode afirmar-se que, para além dos dois grandes marcos legislativos da proteção do património cultural, segundo João Martins Claro (1996, p.80) – o Decreto n.º 20 985, de 7 de Março de 1932 e a Lei n.º 13/85²⁴ – existem ainda outras leis posteriores neste âmbito e que estão em vigor no momento.

Ainda com relevância para o património cultural, foi publicada em 2006 a Nova Lei Orgânica do Governo que deu origem à Nova Lei Orgânica do Meio Ambiente e Reordenamento do Território e Desenvolvimento Regional – Dec. Lei 207/2006 de 27 de outubro e ainda a Nova Lei Orgânica do Ministério da Cultura – Dec. Lei 215/2006 de 27 de outubro que define os organismos que estão diretamente dependentes do Estado, havendo ainda, as Câmaras Municipais como entidades com competências específicas neste campo. Igualmente com responsabilidades na defesa do património surgem entidades como as Juntas de Freguesia, as Associações de Defesa do Património Cultural, Associações de moradores, Comunicação Social, escolas e o cidadão comum que detém um papel importante na preservação, sensibilização e alerta para a destruição do património evitando a adulteração ou descaracterização do património.

Como documento de extrema importância no âmbito da salvaguarda do património cultural, surge a Lei de Bases da Política e do Regime de Proteção e Valorização do Património Cultural – Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro, em substituição da Lei n.º 13/85 e abrange uma diversidade considerável de noções patrimoniais devido à sua grande atualidade.

Esta Lei estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural, revogando as Leis n.º 2032, de 11 de junho de 1949, e 13/85, de 6 de julho, mantendo em vigor o Decreto n.º 20 985, de 7 de março de 1932 com sucessivas alterações.

²⁴ Sobre esta lei, entre outros, João Martins Claro, «Enquadramento e apreciação crítica da Lei n.º 13/85», in AAVV, *Direito do Património Cultural*, Oeiras, 1996:279-328; José Manuel Sérvulo Correia, «Procedimento de classificação de bens culturais», in AAVV, *Direito do Património Cultural*, p. 329-353; António Marques dos Santos, «A proteção dos bens culturais no ordenamento jurídico português», in *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Manuel Gomes da Silva*, Coimbra, 2001, p. 669-695; Casalta Nabais, «Considerações...», p. 731.

A temática ao longo deste diploma será o património enquanto elemento de extrema relevância para a identidade nacional e para a democracia.

Nesta Lei de Bases, o património cultural é perspectivado como “uma realidade da maior relevância para a compreensão, permanência e construção da identidade nacional e para a democratização da cultura” sendo tarefa fundamental do Estado “elaborar as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural” pois “a salvaguarda e valorização do património cultural consubstancia um instrumento de transmissão de uma herança nacional cuja continuidade e enriquecimento constitui elo de união intergeracional. O Património Cultural é visto neste diploma como a identidade de um povo, a sua herança e ainda como um elo intergeracional, o que torna essa cultura viva e permanente.

Não nos podemos abstrair do facto de que o Estado Novo foi um período bastante longo do século XX português (1933-1974), marcado por um regime político autoritário e corporativista de Estado. No entanto, para uma correta compreensão do desenvolvimento da museologia nesta época, não podemos ignorar o desenvolvimento das políticas e práticas museológicas e patrimoniais durante a 1ª República (1910 – 1926), já que neste hiato temporal vamos assistir a mudanças sociais e culturais que terão impacto nas políticas e práticas patrimonialistas e museológicas portuguesas e que de algum modo marcarão as conceções vigentes no Estado Novo.

Com a instauração do Governo Provisório presidido por Teófilo Braga em 1910²⁵, no que diz respeito ao panorama museológico e patrimonial nesta época, assistimos sobretudo a momentos de continuidade teórica e prática, já que “as políticas que governavam a estrutura museológica portuguesa, durante este período, foram condicionadas por práticas e convicções do regime anterior”.²⁶ De facto, embora o novo regime se tenha revelado um momento de exaltação patriótica em que “Portugal passou a designar uma cultura coletiva”, baseada nas suas tradições – o que terá tido o devido impacto nos discursos museológicos e na valorização do património cultural –, não podemos esquecer que esta “busca romântica das origens e das identidades nacionais” que veio a ser enaltecida com a implantação da república, já vinha do final do século XIX, com a reação ao Ultimato Britânico de 1890.

²⁵ Portugal Liberal; Cronologia do Liberalismo – de 1777 a 1926 – O regime republicano de 1910 a 1926; O Portal da História: <http://www.arqnet.pt/portal/portugal/liberalismo/lib1910.html> (22 de agosto de 2015)

²⁶ ALMEIDA, Maria Mota, Um Museu-Biblioteca em Cascais: Pioneirismo mediado pela ação cultural e educativa, trabalho apresentado para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção de grau de Doutor em Museologia realizado sob a orientação científica de Mário Canova de Magalhães Coutinho, retirado a (16 de agosto de 2015), em http://www.museologia-portugal.net/files/upload/doutoramentos/maria_mota.pdf

Uma das principais ações do Governo Provisório de Teófilo Braga com consequências patrimonialistas foi a promulgação a lei de separação do Estado e da Igreja (decreto de 20 de Abril de 1911), do que resultou a nacionalização de grande parte dos bens daquela.

Foi ainda no ano de 1911 que surgiu alguma legislação sobre a proteção do património cultural do país, nomeadamente um diploma legislativo que “exprime clara preocupação descentralizadora, não só pela amplitude de competências atribuídas aos [então criados] Conselhos de Arte e Arqueologia, como também pela importância conferida aos museus das regiões, aos quais é concedida mesmo prioridade quanto à incorporação de obras de arte cuja integridade perigasse caso fossem mantidas no local de origem”, estando diretamente relacionado com a questão sobre o que fazer com os bens da igreja que seriam nacionalizados. Quando o golpe militar de 1926 derrubou o regime republicano vigente, o sistema museológico nacional encontrava-se claramente definido, organizado “de acordo com um discurso regionalista e descentralizado”

O Estado Novo foi um regime ditatorial marcado por um forte discurso nacionalista que usou como conceitos fundamentais as noções de território, nação, tradição e história e por uma “visão de um estado forte, de uma autoridade capaz e atuante, uma ordem imposta e respeitada”. Foi sobre estes valores, que “formam um todo, explicativo da identidade portuguesa, indivisível e coesa” que “foi pensada muita da museografia da época”, através de críticas à “conceção dominante dos museus regionais da 1ª República, genericamente de arqueologia e arte (...), chamando a atenção para a ausência do sector etnográfico (...) nos museus até então criados”.

As disciplinas etnográficas eram entendidas pelo novo regime como as mais adequadas a um discurso que tendia a realçar os valores acima referidos. Assim, sobretudo a partir da década de 30 do século XX, “a etnografia e a história regionais seriam as componentes disciplinares dominantes, perspectiva que passará a caracterizar o modelo dos museus regionais mais significativos”. Foram extintos os Conselhos de Arte e Arqueologia, para darem origem ao Conselho Superior de Belas Artes (1932), passando “os museus de etnografia e mesmo os de arte” a ser “alvo de uma atenção especial em relação aos de arqueologia”, já que deste modo o discurso museológico podia apresentar mais facilmente a produção nacional. Em 1932 o Regime de Ditadura Militar iria promulgar legislação relativa à reorganização do património cultural português. Este documento (Decreto-Lei nº 20985, também designado como Carta Orgânica dos Museus) sugeria que a organização do património cultural deveria ser orientada através de uma “rede de elementos corporativos”

interessados na salvaguarda e divulgação do património artístico, seguindo de algum modo a estrutura legislativa implementada pelo regime republicano, nomeadamente no que diz respeito à política de descentralização. Foi estabelecida ainda a classificação dos museus, coleções e tesouros de arte sacra do Estado, das autarquias locais ou de entidades particulares subsidiadas pelo Estado em três grupos – Museus Nacionais, Museus Regionais e “Museus, museus municipais, tesouros de arte sacra e outras mais coleções oferecendo valor artístico, histórico ou arqueológico” – o que constituiu alguma inovação no panorama museológico nacional.

Contudo, aparte esta legislação promulgada no início do novo regime, a estrutura museológica nacional não conheceu na prática uma diretriz empenhada e coerente da parte governamental, não havendo efetivamente grandes desenvolvimentos nas políticas museológicas e acabando estas por ficarem inseridas no programa cultural geral da “política do espírito” promovida por António Ferro.

A “política do espírito” – que constituiu “a primeira tentativa em Portugal de controlar o sector da cultura de acordo com um programa governamental” – seguia a trilogia ditatorial baseada na “restauração material, restauração moral e restauração nacional” e as suas premissas assentavam na ideia de glorificação da cultura portuguesa, da sua tradição e do seu passado, acabando por ser a base de um “período áureo no que diz respeito à recuperação dos testemunhos simbólicos desse passado (...), tais como castelos, sés. Conventos, museus, etc.”.²⁷ No que concerne ao panorama museológico e patrimonial nacional, estas premissas teriam como consequência o projeto de criação de museus regionais e de museus etnográficos.

Pois, “no plano regional e local serão de ter igualmente em atenção os reforços concretizados” (...) “Em sintonia com estes avanços julga-se indispensável que se venha operar no contexto autárquico uma maior autonomização dos museus dependentes e consolidação da sua estrutura...”²⁸

As grandes exposições do Estado Novo também foram, tal como outras ações culturais do regime (recuperação de tradições religiosas e folclóricas, campanhas de recuperação de património imóvel) não só importantes “instrumentos para ajudar a tipificar as pequenas identidades (regionais) numa grande identidade cultural” mas também importantes

²⁷ MAGALHÃES, Fernando, *Museus, Património e Identidade – Ritualidade, Educação, Conservação, Pesquisa, Exposição, Profedições*, Leiria, 2005

²⁸ Revista *Museologia* nº1/2007, em http://issuu.com/imc-ip/docs/museologia_n1 (12 de junho de 2015)

instrumentos para a criação de uma imagem do regime, pois o “Estado Novo aparentava estar convencido de que a mensagem transmitida era clara: Portugal era um país que respeitava o património, protegia os espólios museológicos, que pugnava pelo respeito dos antepassados ilustres e ao que da sua cultura material havia chegado ao presente.”²⁹

“A contração do papel confiado à administração central no contexto museológico, decorrente do aparecimento e reforço progressivo de um órgão governativo próprio mais vocacionado para um tal exercício, terá de ser ponderada, pois poderá contrariar o enriquecimento da realidade museológica do país.”

Para tal, não nos podemos esquecer, da dimensão educativa dos museus, essencial à captação de novos público e a fidelização dos já existentes, dando não só a conhecer como, e mais, importante, em serem plataformas essenciais na construção e divulgação da identidade local e nacional.

A Lei-quadro dos Museus Portugueses (Lei nº 47/2004 de 19 de Agosto) vem definir e ajudar a reforçar o papel e o conceito de Museu não só enquanto instituição que mostra um determinado acervo específico e temático, como estrutura de cariz cultural, formativo, lúdico e pedagógico e sobretudo como polo essencial na divulgação, preservação e salvaguarda do património local e nacional - (art. 3) como sendo “ uma instituição de carácter permanente, com ou sem personalidade jurídica, sem fins lucrativos, dotada de uma estrutura organizacional que lhe permite: a) Garantir um destino unitário a um conjunto de bens culturais e valorizá-los através da investigação, incorporação, inventário, documentação, conservação, interpretação, exposição e divulgação, com objetivos científicos, educativos e lúdicos: b) Facultar acesso regular ao público e fomentar a democratização da cultura, a promoção da pessoa e o desenvolvimento da sociedade. “ (Lei nº 47/2004 de 19 de Agosto, art. 3º.1)

Tendo nós um conhecimento (ainda em construção) do País, no que respeita às tentativas e formas de preservação do património móvel, a Lei distingue ainda a Coleção Visitável como “o conjunto de bens culturais conservados por uma pessoa singular ou por uma pessoa coletiva, pública ou privada, exposto publicamente em instalações especialmente afetas a esse fim, mas que não reúna os meios que permitam o desempenho das restantes funções

²⁹ BARROS, Ana Bárbara da Silva M. Veríssimo, De Corpo e Alma: Narrativas dos Profissionais de Educação em Museus na Cidade do Porto, trabalho apresentado para a obtenção do título de Mestre, sob a orientação científica de Alice Semedo, retirado a 24 de julho de 2015, em <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/8486/3/tesemestdecorpoealma000062850.pdf>

museológicas que a presente lei estabelece para o museu.” (Lei nº 47/2004 de 19 de Agosto, art. 4º.1)

Esta distinção é de vital importância, não só pela vontade de inclusão deste tipo de coleções no conjunto do património móvel português, e pelo reconhecimento implícito da sua importância para as comunidades onde se inserem, mas ainda porque se propõem apoios para a melhoria das suas condições de conservação, interpretação, exposição e divulgação, desde que “disponha de bens culturais inventariados nos termos do artigo 19º da Lei 107/2001 de 8 de Setembro”, sendo alvo de preferência aquelas coleções a que “seja assegurada a possibilidade de investigação, acesso e visita pública regular “ (Lei nº 47/2004 de 19 de Agosto, art. 4º.2 e 4º.3), permitindo assim ao visitante um amadurecimento do conhecimento do seu local e, paralelamente usufruir de um espaço público que, para além de ser “guardião” da história da região/do país é também um espaço de troca de sensações, experiências que, importa dizer, não deverão ser efémeras, mas sim experiências que os visitantes fiquem “presos” a elas através de toda a dinamização criada não só no museu como no seu entorno. Claro está que o caminho que tem sido percorrido, por vezes é lento, mas tem-se obtido resultados de relevo como é o caso do Museu de Arte Antiga que, no meu entender, cada vez mais existe uma preocupação extrema de motivar sensações, provocar experiências, incentivar a descoberta o conhecimento das diversas exposições que organiza e também pela sua exposição permanente. Existe um trabalho constante em eliminar barreiras que distanciem o público do museu.

No entanto existem outros casos menos conseguidos, como é o Museu de Benavente, onde por falta de recursos humanos, apoio técnico e falta de um verdadeiro visionamento sobre o papel do Museu na região, acaba por não fidelizar públicos, cativar novos observadores com vontade de conhecer a história da região.

É de salientar o grande trabalho e empenho que o Município de Benavente tem realizado, assim como pessoas individuais e coletivas, como a Igreja, algumas coletividades sociais, e Etnográficas, em dotar o Museu e de instalações condignas, bem como de reorganizar e de valorizar todo o espaço, de melhorar a organização e as exposições organizadas e do espólio. Contudo, muito embora se assista a esta vontade de renovação, há ainda muito trabalho a desenvolver no âmbito da inventariação e das condições de exposição, para que todas as coleções se possam integrar pelo menos na categoria de Coleção Visitável, tal como a Lei prevê e de melhorar o acolhimento ao público e de promover atividades de animação comunitária.

Como é visível, o percurso legislativo nacional em matéria do património cultural foi longo, havendo hoje um maturamento que permite a existência de uma mais ampla e completa visão nesta matéria do que em relação ao passado, embora não convincente para muitos especialistas nesta área, havendo, nas suas perspetivas, ainda um longo caminho a percorrer.

CAPÍTULO 3.

MUSEUS COMO POLO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

A cultura na sociedade atual, tida como sociedade de conhecimento, tem um importante papel na valorização e estímulo da componente participativa e popular nos diversos eventos, promovidos e organizados pelos municípios. Ao mesmo tempo dá ênfase e realça a importância das inúmeras iniciativas culturais para as populações, promovendo e divulgando a riqueza e diversidade do território que integram.

Segundo João Rebelo³⁰, no seu artigo *Redes culturais e desenvolvimento Local - A experiência Comum*, refere, do ponto de vista da operacionalidade, que as autarquias configuram-se como o parceiro privilegiado. São elas as que detêm o maior poder de intervenção junto das populações, quer pelos meios à sua disposição quer, sobretudo, pelo conhecimento e interação com as forças vivas de cada concelho.

Dentro da economia do conhecimento e do alcance de um desenvolvimento económico e social equilibrado, a UE assumiu que o sector cultural e criativo tem um papel fulcral, através de impulsos positivos no crescimento económico, na competitividade, no emprego e na inovação, na linha do assumido pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), segundo a qual a cultura pode influenciar o desenvolvimento económico regional (OECD, 2005:):

“By disseminating benchmarks conducive to synergy among players and projects implementation; By creating an environment that is attractive for residents as well for visitors and tourists; By providing leverage for the creation of products that combine aesthetic dimension and utilitarian functionality”.

Isto é, a cultura deve ser assumida, simultaneamente, como um investimento em capital social e como um intermediário e consumidor final de bens, com fortes efeitos de *spillover*.

³⁰ Centro de Estudos Transdisciplinares para o Desenvolvimento – <http://www.apdr.pt/siterper/numeros/RPER15/15.2.pdf> (19 de abril de 2015)

A cultura, nesta perspetiva, é expressa em termos de valores e costumes fundamentais para o funcionamento de uma sociedade em particular, que evolui ao longo do tempo e à medida que é transmitida de uma geração para outra. Está aqui envolvido o conceito de capital cultural³¹, que não deve ser consumido mas antes legado entre gerações, sendo necessário, para tal, assegurar a sua sustentabilidade como garante do próprio desenvolvimento económico.

A cultura é base essencial para o desenvolvimento local, em que assenta um mundo simbólico de significado, crenças, valores, tradições que se exprimem em língua, arte, religião e mitos. Como tal, desempenha um papel fundamental no desenvolvimento humano e no complexo tecido das identidades e dos hábitos dos indivíduos e das comunidades.

Perante a importância da cultura na sociedade, interessa refletir qual o papel dos museus enquanto polos de desenvolvimento local. Luz González afirma:

*El museo, cuya misión ha sido la salvaguarda, la conservación y la exhibición pública de las colecciones, se ha transformado hoy en una institución con vocación de lugar de encuentro, donde los objetos patrimoniales son exponentes de la civilización y evidencias de la actividad de una comunidad en el pasado, otorgándole así un valor de identidad cultural capaz de ilustrar las ideas que el museo trata de transmitir a sus visitantes bajo su nueva función de servicio público y social.*³²

De facto os museus locais, para além da preservação, salvaguarda e divulgação da memória de uma localidade, de todas as tradições, vivências de um povo, tem também, cada vez mais, o papel fulcral de ser um espaço de intercâmbio entre o passado e o presente; entre a memória e o espaço atual; entre plataforma dinâmica de conhecimento, de descoberta e construção de uma verdadeira identidade cultural e local que deixa de estar numa estrutura hermética e abre as suas portas ao seu verdadeiro papel: servir a comunidade onde se encontra.

Percebe-se agora o porquê termos falado na diferença entre a museologia tradicional e a nova museologia pois, esta última, apoiada na legislação criada a nível nacional e internacional, procura de forma constante novos caminhos para incentivar e promover o verdadeiro desenvolvimento local. Por isso cabe a nós analisarmos, observarmos o museu local como espaço de promoção de uma verdadeira descentralização e polinucleado essência

³¹ O conceito de capital cultural aparece pela primeira vez em David Throsby – Economista Cultural (1999), que o associa às outras três formas reconhecidas de capital (físico, humano e natural)

³² GONZÁLEZ, Luz María Gilabert, Universidade de Múrcia – Espanha, El patrimonio y los museos: Una relación para el desarrollo sociocultural y político de las ciudades, [¿]:355, <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/10366.pdf> (12 de abril de 2015)

não só na salvaguarda patrimonial como também do desenvolvimento local de forma sustentada local; tendo em conta o seu contributo para visando o desenvolvimento económico e social da região onde está inserido.

Toda esta ideia integra-se na Constituição da República Portuguesa, onde o Património Cultural faz parte da estrutura do Estado Português e é um elemento vivificador da nacionalidade portuguesa e dos cidadãos. Considerado como um fenómeno de valorização pessoal dos cidadãos e de desenvolvimento dos mesmos sendo um elemento de afirmação de Portugal no mundo.

Os museus estão em constante evolução e mutação, acompanhando a contemporaneidade, importantes espaços de construção, descoberta e solidificação da identidade: onde cada habitante é levado a descobrir o seu sentir de pertença, ser levado a viajar, a descobrir um verdadeiro manancial de referências, essenciais para a construção do sentir de pertença, de se identificar com o local onde vive, dorme e trabalha.

O museu local ao dinamizar-se, reinventar-se, põe em “diálogo”, em “confronto o observador (o visitante, o habitante) e o observado (o museu, o seu acervo, o seu programa) com as características do local onde vive, com o seu património.

Cria-se uma ligação com a história individual, a respetiva memória e, simultaneamente, preserva a memória social contribuindo para o desenvolvimento cultural, social, turístico e económico num intenso processo de identidade social e cultural.

O museu tem, um papel muito importante, do qual não dever-se-á alhear na promoção e desenvolvimento do “turismo cultural” que, cada vez mais, tem tido uma crescente relevância na economia, daí se justifique que, gradualmente, o discurso político comece a ver a atividade cultural realizada nos museus locais, como uma franca alternativa aos problemas económicos. Talvez por isso o programa político das entidades locais e também do governo central, numa verdadeira estratégia de desenvolvimento sustentável, esteja empenhado na construção de dinâmicas de produção identitária e de incentivar a descoberta e estudo de todas as manifestações culturais locais, enquanto referências que podem projetar em termos culturais, turísticos e económicos o desenvolvimento da região.

Daí que, nas regiões do interior, o turismo cultural, cada vez mais, seja visto como uma alternativa económica, capaz de movimentar e desenvolver as localidades muitas vezes estagnadas, como também, proporcionar uma maior variedade de interesses aos habitantes e visitantes.

Contudo, muitas localidades e, sendo Benavente um dos casos, têm dificuldade em estruturar e desenvolver verdadeiras e eficazes políticas públicas de turismo cultural.

Essa dificuldade prende-se com a falta de sólidas infraestruturas, dificuldade em captar investimentos, falta de participação e interesse dos cidadãos de forma a criar uma alicerçada plataforma de turismo cultural.

A importância do Museu em Portugal constata-se através da aprovação da Lei-quadro dos Museus Portugueses nº47/2004 de 19 de agosto e no seu conteúdo. Nesta Lei afirma-se que “*cada Museu efetua o estudo e a investigação do património cultural afim à sua vocação*” (artigo 9, 2º). Outro ponto interessante é o ponto 3 do artigo 9º, no qual se afirma: “*A informação divulgada pelo Museu, nomeadamente através de exposições e edições, da ação educativa e das tecnologias de informação, deve ter fundamentação científica*”³³

Segundo as estatísticas oficiais, o número de Museus em Portugal tem aumentado significativamente. No ano de 2000 existiam em Portugal 201 Museus³⁴ (ver gráfico 3.5 – anexo I) passando para 375 em 2011, o que se traduz num acréscimo de cerca de 85%.

Uma leitura um pouco mais atenta do gráfico que expressa a evolução anual dos visitantes nos Museus portugueses (ver gráfico 3.6 – anexo I) revela o papel crescente destas instituições no nosso país.

De verificar (ver quadro 3.7 – anexo I) que o número de visitantes aos denominados Museus de Território ainda é um número pouco significativo, o que faz pensar o motivo do desinteresse ou desconhecimento dos museus locais. No território, sobre o qual se debruça este trabalho, nas freguesias que compõem o concelho de Benavente deparamo-nos com um vasto e rico património cultural, acrescido de uma grande biodiversidade e geografia – essenciais à realização de eventos culturais que, muitas vezes, nem sempre são divulgados da melhor forma, impedindo os interessados e apaixonados pelas temáticas de conhecer tamanha riqueza e, paralelamente, entrar em contacto com a história local, o meio ambiente, a geografia enquanto espaço de referência, indispensável para estruturar e descobrir aquilo que pensamos ser e descobrir uma rica multiplicidade de práticas culturais e existentes que importa conhecer.

³³ In http://www.icom-portugal.org/documentos_leg.129.164.lista.aspx (16 de abril de 2015)

³⁴ Os valores apresentados correspondem aos Museus que, no ano de referência, cumpriam os seguintes critérios: existência de, pelo menos, uma sala ou um espaço de exposição; abertura ao público, permanente ou sazonal; existência de, pelo menos, um conservador ou um técnico superior (incluindo pessoal dirigente); existência de um orçamento e existência de um inventário.

Devido a diversas especificidades e conjugação de fatores, faz com que os municípios assumam um papel fundamental e relevante no futuro da promoção da cultura em Portugal. Assim, devem as autarquias, em conjunto com as associações locais, procurar fortalecer o seu papel na gestão cultural e, sobretudo museológica, nas mais diversas manifestações (na respetiva localidade) de forma a incentivar e promover e divulgar todo o património local enquanto produto de conhecimento, de consumo, de interação por parte não só dos habitantes locais, como de quem visita.

Coloca-se a questão qual será o papel do poder local no desenvolvimento e apoio da e na atividade museológica enquanto sinónimo e essencial contributo para o desenvolvimento local? Arrisca-se a resposta que as autarquias deverão definir verdadeiras estratégias para realizar uma verdadeira divulgação e, conseqüentemente promover uma fruição do seu conhecimento partilhado por todos através da organização, dinamização, promoção e correta divulgação de eventos culturais, onde o Museu seja cerne principal de toda a atividade, estabelecendo estruturas coesas entre o espaço museu e a região.

Esta árdua tarefa só se poderá realizar através de uma verdadeira fiscalização em parceria entre o poder central e poder local, no que respeita aos eventos realizados, ou em curso e na elaboração de legislação específica.

Deve também a autarquia apostar na criação de uma verdadeira política de coordenação e enquadramento das equipas que trabalham no campo, fomentando a exploração dos resultados produzidos, que deverá ser dinamizada e apoiada por equipas pluridisciplinares e, procurando assim, captar a verdadeira atenção de toda a comunidade e outras entidades (museus, associações, universidades, entidades privadas, entre muitas outras...), pois só assim se conseguirá caminhar para uma verdadeira estrutura de gestão partilhada em prol não só, do desenvolvimento local, como também de incutir o gosto cultural, a descoberta do museu, como espaço dinâmico, pela descoberta e participação, nomeadamente junto da população local, da população escolar, dos visitantes (criando roteiros eficazes para a promoção e conhecimento museológico, patrimonial e cultural da respetiva localidade), desenvolvendo assim uma verdadeira educação para a importância de toda a tradição e conhecimento cultural como fatores essenciais para a construção da cidadania.

No entanto, importa realçar que, apesar da transferência de competências do poder central para o poder local, não deve o Estado, de forma alguma, abstrair-se do seu papel de responsabilidade e fiscalização técnica das intervenções que vão sendo realizadas e que,

devido à escassez de meios (humanos, técnicos e financeiros) das respetivas autarquias, importa salvaguardar em prol do interesse nacional.

Estas questões constituem, assim, um bom exemplo do equilíbrio frágil entre crescimento económico e desenvolvimento, traduzido no conflito, que, por vezes, ainda se verifica, entre economia, atividade museológica e cultural em Benavente e em muitos outros municípios do país.

Assim sendo, seria vantajoso haver fusões de sinergias das diversas equipas dos municípios limítrofes, contribuindo dessa forma para a redução da pressão urbanística e garantir o crescimento de investimentos para a valorização entre património, lazer, religião e o turismo. Por razões políticas e/ou económicas, não tem sido efetuado um trabalho bem estruturado e fundamentado, como se pode constatar *in situ*. Diante deste facto torna-se necessário pensar melhor nas formas de divulgação, pois a parte museológica e cultural de cariz municipal é muito importante. Não basta realizar livros, usar o website da autarquia (por vezes pouco atrativo e com informação reduzida) e folhetos “insípidos” para dinamizar o espaço existente, mas sim utilizar as novas tecnologias (sites, redes sociais,...) e, paralelamente melhorar e os métodos tradicionais de divulgação (folhetos, cartazes, publicações diversas...) de forma a potenciar e incentivar a visita e estabelecer redes bem estruturadas de conhecimento, estudo e partilha, só desta forma o Museu tornar-se-á um espaço interativo, dinâmico, fidelizando e captando novos públicos que, através das atividades realizadas dentro ou fora do museu é dar a conhecer um passado, pleno de memórias, tradições.

Claro que, nos tempos atuais as diversas formas de globalização coloca-nos sob a necessidade de criar e promover ferramentas que tenham como objetivo primordial o conhecimento e transmissão da respetiva identidade do local onde vivemos.

Pretende-se assim criar um diálogo interativo e participativo, até agora inexistente, entre a construção de um verdadeiro roteiro do património cultural e todos aqueles que vivem perto do mesmo ou o visitam, despertando a importância vital do seu conhecimento, preservação e valorização; fatores essenciais para a divulgação e promoção da região, não só como sinónimo de identidade local, mas também como elemento essencial ao desenvolvimento económico, cultural e turístico da região, tornando-se assim numa plataforma criada sob uma estratégia integrada de desenvolvimento para incentivar os municípios e os cidadãos a olhar para a cultura, não como algo acessório ou supérfluo mas como componente importante para o incremento turístico, patrimonial, cultural e económico, promovendo assim o interesse na participação, conhecimento e organização de eventos de cariz cultural, pois ainda existe uma

débil incidência de práticas culturais e atividades museológicas entre a população local devido não só à oferta limitada de opções na região, como também, pela falta de conhecimento e informação a respeito das diversas opções.

Numa sociedade em constante transformação, faz assim todo o sentido de ver o Museu local como estrutura que promove e desenvolve atividades que incentivem a **aprendizagem ao longo da vida** de forma a capacitar todos os cidadãos com verdadeiras ferramentas, para uma sociedade em mutação que importa compreender, criticar, refletir, adaptar e, simultaneamente promover a inclusão e acesso equitativo a todas as oportunidades, serviços e desafios da sociedade.

Por isso, torna-se essencial, que o poder local, e o próprio Estado, promovam e incentivem objetivos e programas estratégicos para o desenvolvimento local através do “aproveitamento” e verdadeira divulgação da diversidade patrimonial e cultural existente.

Como Alexandre Herculano afirma: *“Uma geração não pertence unicamente a si, pertence ao pretérito cuja herdeira é, ao futuro, cuja testadora será.”*³⁵

- **A importância dos Museus Locais**

O fenómeno dos Museus Locais pode ser entendido como um processo, localizado um pouco por todo o país, que caracteriza as instituições museológicas criadas desde meados dos anos 70 em Portugal. Fruto de iniciativas locais no âmbito de associações culturais, de defesa do património ou das próprias autarquias, defendem uma nova perspetiva museológica assente na participação comunitária, na dinâmica do património e da memória e na inserção do museu no seio das diferentes comunidades como fator de desenvolvimento.

As mudanças no panorama museológico português após o 25 de Abril podem ser, segundo Mário Moutinho³⁶, divididas em quatro fases, que são:

Primeira Etapa: A afirmação das possibilidades de outras práticas museológicas:

- Aparecimento dos ecomuseus;
- Ecomuseu do Seixal como o primeiro ecomuseu em Portugal;

³⁵ HERCULANO, Alexandre, “Monumentos Pátrios”, in Opúsculos (org., introd. e notas de Jorge Custódio e José Manuel Garcia), vol. I, Lisboa, Presença, s. d. [1982], p. 188

³⁶ Cf.: MOUTINHO, Mário. Museus locais em Portugal após o 25 de Abril. Palestra proferida em 1998., in Cadernos de Sociomuseologia, nº25, 2006, Universidade Lusófona, Lisboa, p.43

- Debate entre a nova museologia versus museologia tradicional;
- Divulgação em Portugal das linhas expostas na Declaração de Santiago;
- Alheamento do ICOM e da comissão nacional do ICOM acerca dos debates e de todos esses processos.

Segunda Etapa: Ausência de uma oposição consistente por parte dos museus do Estado:

- Reforço das associações e autarquias na criação de instituições culturais;
- Recuperação, por parte dos museus tradicionalmente instituídos das “ideias novas”;
- Democratização da ideia de museu;
- Os debates das Jornadas sobre a função social do museu começam a enveredar para o caminho da discussão sobre os conceitos: alargamento da noção de património; formas participativas de gestão do museu e dos bens patrimoniais;
- A busca do lugar do profissional no cerne do museu: museólogo/ conservador, museólogo/ militante, militante/ profissional, profissional/ técnico.

Terceira Etapa: Solidificação da Segunda fase e a Museologia reconhecida como disciplina pela Universidade:

- Criação do primeiro curso universitário em 1989;
- Criação pela UE de programas voltados para o desenvolvimento local e a inclusão da ação museológica e do património nesses programas.

Quarta Etapa: Museologia entendida enquanto recurso:

- Entendimento do património enquanto noção abrangente dos aspetos culturais, naturais, paisagístico, geológicos, etc.;
- Museologia entendida como meio de comunicação e possui função educativo;
- Museus enquanto objeto de planeamento, integrando vetores variados;
- Museologia enquanto meio e não mais como um fim em si mesma.

Deste modo podemos identificar os museus locais como os museus que consideram a sua intervenção patrimonial como o meio indicado para atingir os objetivos que levam ao desenvolvimento dos contextos territoriais em que estão inseridos. Assumem formas e meios bastantes diversos, representando assim vários graus de conceitualização. A sua intervenção

não se resume ao trabalho com as coleções, assumindo, na sua generalidade, uma interferência, entre outros aspetos, na área da valorização dos recursos locais, valorização patrimonial, valorização de aspetos culturais, apoio ao ensino, fomento do emprego e formação profissional.

Assim sendo, é importante entendermos que gerir um museu local pressupõe equipá-lo de forma a poder lidar com um acervo de difícil e em constante mudança. A riqueza desses museus assenta, exatamente, nos processos de transformação e mudança que englobam a vida de uma localidade. Com base numa lógica que se estrutura em duas vertentes de coerência interna: a cronológica e a temática, Fernando João Moreira elaborou um quadro no qual é possível estabelecermos as interligações temáticas do tipo causas/ efeitos no processo de criação de um museu local que seja estruturado em vista do desenvolvimento local.

Importa, ainda, reiterar a constatação de que uma das transformações que ocorreu nos últimos anos no nosso país foi a recuperação e/ou construção, de algumas infraestruturas culturais, entre as quais alguns museus, esta transformação advém do financiamento obtido através do recurso aos fundos estruturais europeus. Claro que este fenómeno veio contribuir para o alargamento da oferta de programação e possibilidade de melhorar as condições de acesso à cultura e descoberta do património e história local por parte das populações locais e, contribuindo assim, para a eliminação de grandes assimetrias existentes no país.

Os Municípios, ao longo dos últimos anos viraram na cultura e divulgação do seu património uma fonte de receita, através do turismo cultural e religioso, atraindo até si muitos visitantes, daí o investimento na construção de infraestruturas de apoio ao turismo (hotéis, restaurantes, lojas...) e nos equipamentos locais (museus, património edificado, associações culturais e de defesa e divulgação patrimonial).

Conforme referido por José Soares Neves, referindo apenas ao período entre 1986 e 2003, “*a evolução da despesa dos municípios com cultura evidencia, a preços correntes mas sobretudo a preços constantes, uma forte tendência de crescimento deste nível administrativo local, tendo o volume de despesa passado de 55 milhões de euros em 1986 para 395 em 2003, o que representa uma variação real de 61,3%.*”³⁷

No entanto, a partir de 2002, verifica-se uma inversão do sentido desta evolução, sugerindo o autor que a tendência regressiva se deve mais “*à escassez de meios dos municípios do que*

³⁷ ARTEMREDE, Plano Estratégico 2008-2015, Artemrede, Santarém, 2005:10

à diminuição do peso do sector cultural, ou seja, a queda da despesa com o sector cultural é reflexo da crise económica e não da perda de importância no sector no conjunto das atribuições municipais”³⁸

A crise económica que teve início em 2007 e que, atinge atualmente uma dimensão inusitada, aliando-se ao acréscimo de competências que, nos últimos anos têm sido transferidas para os municípios, desresponsabilizando, de certa forma, o poder central, deverão certamente provocar nova inflexão nas tendências de evolução da despesa municipal na cultura.

A política de descentralização da Secretaria de Estado da Cultura, fator essencial de configuração do sistema de partilha e articulação de competências entre a administração central e a administração local, também tem vindo a perder definição e dimensão estratégica e orçamental.

O investimento da Secretaria de Estado da Cultura, na altura Ministério da Cultura (*ver quadros 3.8 e 3.9 – anexo I*), atingiu o seu valor mais elevado nos anos de 2001 e 2002 e, não obstante os numerosos investimentos físicos e materiais realizados a partir de finais dos anos 90, princípio da década de 2000, não voltou a alcançar aqueles valores.

Note-se a **Região Lisboa e Vale do Tejo**, onde se insere o Município em estudo (**Benavente**), ao longo dos anos a despesa com a cultura, face à crise económica que se reflete em todo o país, tem vindo a diminuir, prejudicando não só um maior investimento nas atividades culturais, como também na reestruturação e apoio à manutenção das infraestruturas culturais e todo o património edificado da região. De salientar ainda que, estas dificuldades orçamentais também têm tido um forte impacto na remodelação do Museu Municipal, na sua melhoria quer no seu alargamento com infraestruturas condignas e eficazes na mostra do espólio existente e realização de mais e melhores ações de divulgação de toda a história da região, na melhoria dos recursos humanos existentes, como também no investimento próprio para a comunicação e divulgação das atividades promovidas e organizadas pelo Museu, assim como na construção de um *site* mais apelativo, interativo e eficaz na divulgação das atividades do museu, do seu calendário de exposições, que permita um melhor e maior conhecimento de todos aqueles que vivem na região e visitantes (turistas, estudantes, investigadores...), permitindo uma viagem virtual por toda a história da região e o acervo existente no museu (sobre este assunto falaremos mais à frente, aquando da análise e descrição do Museu Municipal de Benavente.

³⁸ ARTEMREDE, Plano Estratégico 2008-2015, Artemrede, Santarém, 2005:10 e 11

Os museus são, cada vez mais, importantes pois são:

- Catalisadores da divulgação da história da região, da plataforma que contribui para a construção da identidade local, mas também da diversidade e diálogo intercultural que existem nas regiões, resultado da imigração, trazendo outra forma de estar e cultura que, muitas vezes, interagem com a cultura e tradições existentes;
- Estruturas essenciais para a promoção e crescimento cultural, económico, construção do espírito de cidadania e criação, de forma direta e indireta, de postos de trabalho, contribuindo para o crescimento da região;
- Locais estruturantes, edificadores, promocionais e indispensáveis nas relações inter-regiões, de cariz histórico, patrimonial, educacional e lúdico: verdadeiros polos de conhecimento e prazer – transformando casa visitante em verdadeiros construtores e mercadores de memórias.

Importa aqui falar um pouco sobre a importância da memória e qual o papel dos museus na sua construção e crescimento. Ao mergulhar na informação e literatura consultada, deparamo-nos com uma (re)descoberta da memória enquanto “espaço” ilimitado de armazenamento, semelhante a uma vasta rede de conceitos linguísticos, visuais, sensoriais... todos eles inter-relacionados, o que nos faz descobrir as diferenças e semelhanças enquanto indivíduos que nos integramos em sociedade... integração essa que é realizada através de um conhecimento semântico, de experiências pessoais ou meros episódios ou situações a que assistimos ou somos intervenientes, o que nos leva a um conhecimento processual, essencial à aprendizagem, compreensão e assimilação do que observamos, sentimos, lemos, e aprendemos.

Claro que, para que esta aprendizagem seja feita em pleno, teremos que encarar a nossa memória não como mero acervo de recordações, mas sim como plataforma em constante reconstrução através de tudo o que assimilamos enquanto seres individuais e seres coletivos, pois não nos podemos abstrair do facto de que é em plena integração na sociedade que vamos assimilar as nossas recordações através das experiências vivenciadas em determinados locais com determinadas pessoas, daí que os museus sejam plataformas essenciais para potenciar e dinamizar estas mesmas experiências através da descoberta de toda uma história e património local e nacional.

Percebe-se assim que a memória coletiva seja essencial para a formação de uma identidade coletiva e, simultaneamente para o constante conhecimento individual e convivência com todos os outros elementos do grupo, no qual nos inserimos.

Entende-se por isso que, Maurice Halbwachs nos mostre que o passado não é apenas “armazenado” na nossa memória individual mas também na nossa memória social, histórica e coletiva de todos nós – transformando as lembranças individuais em reconstruções ou construções de um passado, de uma história à qual pertencemos como um todo.

Jacques Le Goff, tal como Marc Bloch, encaram a memória como a estrutura essencial para a construção de uma verdadeira história social, política e económica, onde o passado deve-se refletir no presente para que possamos entender o verdadeiro funcionamento das sociedades e de todos os mecanismos que as fazem ou as levam a transformar, tais como os museus, recintos que devem estar ao serviço de toda a comunidade, incentivando a partilha, troca de conhecimentos, vivências, memórias; só assim será possível uma verdadeira construção de identidade e cidadania.

O historiador francês Jacques Le Goff, em “*Memória*”, escrito para a Enciclopédia Einaudi, demonstra acreditar numa extrema importância das lembranças do passado e da tradição na construção da identidade de um indivíduo ou de um grupo social. Afirma ele: “*A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual e coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia*”³⁹

Bloch considera que a memória, tanto a coletiva como a individual, não conserva exatamente o passado, ela o reconstrói incessantemente, partindo do presente. Toda a memória é um esforço (BLOCH, 1925, p.77). Afinal, a memória só pode ser elaborada no presente, a partir de um passado repensado, re-significado, ao longo do tempo, por um indivíduo, ou uma coletividade.⁴⁰

Claro que esta reconstrução do passado será mais eficaz a partir do momento que consigamos (enquanto seres individuais) estar em constante interação com as inúmeras e diversas memórias coletivas onde as mesmas também ficam de “portas abertas” (os museus) para absorver as memórias de cada elemento que pertence a esse mesmo grupo, através da

³⁹ LE GOFF, Jacques “Memória” in Enciclopédia Einaudi, Memória – História (trad.) Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984, vol.1:46

⁴⁰ WEBER, Regina; PEREIRA, Elenita Malta, Halbwachs e a Memória: Contribuições à História Cultural, in Revista Territórios e Fronteiras, 2010 <file:///C:/Users/joseph/AppData/Local/Temp/Dialnet-HalbwachsEAMemoria-4807369.pdf> (23/10/2015)

linguagem utilizada, o espaço e tempo onde se insere – só assim poder-se-á alcançar uma verdadeira vivência social, identificando-se e estruturando, ou não, com a identidade do grupo, e na construção de uma tomada de decisão política, social e estética.

Torna-se agora claro o porquê da distinção, efetuada pelo sociólogo Maurice Halbwachs, entre dois universos opostos: de um lado a memória com tudo o que ela representa, que flui; o resultado da experiência, as diversas imagens retidas/armazenadas e, no lado oposto a história: definida pelo seu carácter crítico, conceptual, problemático, exclusivo e secular, o que nos leva a arriscar a afirmar que a memória coletiva está fortemente enraizada nas diversas comunidades sociais.

A memória torna-se assim a capacidade humana para reter os elementos do passado e em constante mutação, é plural, pois provem de vários grupos sociais, religiosos e políticos; a história, feita pelos historiadores, é vista, descrita como um discurso impessoal, abstrato, ignorando a experiência humana, tendo uma visão mais ecuménica e universal.

Todo este processo de análise ligado à memória, quer seja individual, coletiva, social é decorrente de um estudo pluridisciplinar.

A memória é estabelecida e modificada através das relações que temos enquanto seres individuais inseridos num coletivo, num grupo social, num determinado meio, que ocorre como resultado da prática, da experiência e/ou observação. No traçado do nosso caminho de aprendizagem e pelas experiências e dos conhecimentos adquiridos, a nossa memória vai tendo a capacidade de armazenar e partilhar esses mesmos conhecimentos e experiências. Claro que esta capacidade de captação de grandes capacidades de informação e de evolução cognitiva só se consegue obter em pleno através do nosso envolvimento com o meio onde nos inserimos, só assim podemos assimilar, partilhar, processar e perceber a realidade que vivenciamos constantemente. Daí falarmos de memória a curto prazo (MCP) – contém informações, dados de curta durabilidade, temporais que se inserem na memória a longo prazo (MLP) – que nos permite ir buscar as nossas recordações mais distantes, processo que não é feito de imediato, mas através de um “recall” acionado pelo contexto onde nos inserimos: um autêntico banco de dados pronto a ser processado e partilhado.

Bartlett⁴¹, pioneiro da teoria construtivista da memória, onde defende que a recordação é uma constante construção pessoal de episódios passados, daí que se compreenda que a

⁴¹ Psicólogo cognitivista inglês, Frederic Charles Bartlett nasceu a 20 de outubro de 1886 em Stow-on-the-Wold, Gloucestershire. Ficou conhecido pela sua abordagem na compreensão da memória humana e está comumente associado à psicologia experimental.

memória tenha uma dimensão social. O que significa que a memória está fortemente identificada com a pessoa. No entanto, a pessoa (como ser individual) é mais do que a sua memória, e a própria memória individual só atinge plenitude e significado integrada numa verdadeira dimensão coletiva; através das relações estabelecidas com o mundo e com os outros – sendo capaz de comunicar, reproduzir os diversos saberes de distintos e díspares locais.

Leroi-Gourhan⁴² distingue três tipos de memória: memória específica, memória étnica e memória artificial.

Desta forma, com a passagem do registo oral ao registo escrito, a memória coletiva, e mais particularmente a memória artificial, é profundamente transformada.

Essa transformação é feita através do tempo (esse grandes escultor - Yourcenar), há uma constante procura da reconstrução da memória, do tempo perdido (Proust e Bachelard), permitindo a criação de uma identidade de pertença, de coletivo, daí que a construção da verdadeira atmosfera espacial no museu seja importante, pois esta contribui para construção e vivenciar dinâmico entre passado e presente.

Para além da escrita a memória é também perpetuada através do património edificado, das manifestações religiosa e/ou pagãs, das comemorações, da existência das bibliotecas, arquivos, fotografia e, nos tempo modernos através das TIC (internet, redes sociais, email...) – o que torna a memória num verdadeiro acontecimento de transmissão globalizante, democrático e em perpétua mutação.

A memória desempenha, sem qualquer dúvida, um papel vital na estruturação do desenvolvimento do nosso conhecimento, da nossa aprendizagem na forma como somos capazes de nos adaptar (memória individual), de “caminhar” em diversos meios (memória coletiva). A distinção entre memória individual e memória coletiva pode ser visto assim como um reflexo da fronteira epistemológica entre as disciplinas que são, por um lado, ciências da vida e, por outro lado, as ciências humanas e ciências sociais.

⁴² Etnólogo e arqueólogo francês, André Leroi-Gourhan nasceu em 1911, em Paris. Recebeu uma formação em línguas orientais (russo e chinês) antes de se dedicar à Etnologia e à Arqueologia. Leroi-Gourhan doutorou-se em Arqueologia, na Universidade de Lyon, em 1945, depois de realizar trabalho de campo no Japão entre 1937 e 1939. Foi professor de Etnologia na Universidade de Lyon, e fundador do Centre de Formation à la Recherche Ethnologique, no Musée de l'Homme, de que foi diretor, desde o final da Segunda Guerra Mundial até 1954. Entre 1956 e 1967 Leroi-Gourhan foi professor de Etnologia Geral na Universidade de Paris. Autodidata e académico muito versátil, Leroi-Gourhan deixou importantes contribuições em vários ramos do conhecimento, com destaque para a Antropologia Física, a Etnologia e a Pré-História. São importantes as descobertas de Leroi-Gourhan sobre a arte e indústria de instrumentos dos povos pré-históricos, em particular do Alto Paleolítico (*Arquéologie du Pacifique Nord*, 1946).

Daí que se compreenda que Halbwachs, fundador da sociologia da memória considere a vida social, as atividades realizadas em sociedade, não como obstáculo ao desenvolvimento pessoal, mas sim como plataforma coadjuvante que nos ajuda e leva-nos a recordar, a memorizar. Só em grupo, num perfeito envolvimento social, podemos e temos a capacidade concordar ou discordar, partilhar e contribuir as nossas experiências para ajudar os outros. Teremos assim a verdadeira capacidade de reconstruir o passado a partir do presente e do meio que nos encontramos, de forma a sermos capazes de mudar, de evoluir juntamente com os demais grupos nos quais nos movimentamos e pertencemos. Ninguém tem a capacidade de se lembrar sem o contributo das memórias, das obras, das palavras, da presença de outros (memória social) - Durkheim⁴³ considera que o verdadeiro conhecimento e evolução psicológica individual só é bem conseguida através da integração plena do indivíduo singular em meios sociais “efervescentes”; onde haja partilha constante de recordações, sejam elas sensoriais, físicas ou semânticas.

Por isso Pierre Nora afirma que “*A memória coletiva é o que fica do passado na vivência dos grupos ou aquilo que os grupos fazem do passado*” construída a partir de lugares funcionais (autobiografias, associações, manuais), topográficos (bibliotecas, **museus**, arquivos) e simbólicos (comemorações, procissões, emblemas, peregrinações).

A etnia, a região, o país, a língua, o grupo social, económico, hereditariedade, genealogia, ideologia e religião, são características que corroboram para a construção de uma verdadeira identidade cultural, dando-nos assim um sentimento de pertença e de identificação cultural assente na pluralidade e diferença cultural e social, o que contribui para a redução de manifestações egocêntricas, pois existe uma construção da mente dos sujeitos individuais que se torna coletiva na medida que é partilhada pelos e com os elementos do ou dos grupos de que se faz parte - havendo assim um constante jogo de espelho, de imagem refletida e recebida, uma dicotomia entre o eu e os outros.

É a nossa identidade cultural distinta que nos define como povo, construtores de uma longa linhagem de antepassados bravos (tome-se o caso da época dos descobrimentos ou então os

⁴³ Émile Durkheim foi um dos responsáveis por tornar a sociologia uma matéria académica, sendo aceite como ciência social. Durante a sua vida, publicou centenas de estudos sociais, sobre educação, crimes, religião, e até suicídio. Um dos focos de Durkheim era observar em como as sociedades poderiam manter a sua integridade e coerência na era moderna, quando as coisas como religião e etnia estavam tão dispersas e misturadas. A partir disto, procurou criar uma aproximação científica para os fenómenos sociais. Descobriu a existência e a qualidade de diferentes partes da sociedade, divididas pelas funções que exercem, mantendo o meio equilibrado. Isto ficou conhecido como a teoria do Funcionalismo.

heróis que estiveram envolvidos na revolução de abril). Torna-se assim, a identidade cultural, tudo o que queremos transmitir às gerações futuras - uma fonte de orgulho, uma bola de espelho pluridimensional que brilha em todas as direções, refletindo a nossa própria imagem e o mundo que nos rodeia – assim se constrói o nosso património cultural – assim se constrói o museu em prol da preservação da memória, do nosso património, da nossa história, contribuindo para a construção de um verdadeiro sentimento de pertença de identidade.

Desta forma, o Museu enquanto guardião do património deve despertar em todos os cidadãos para o património cultural, natural e ambiental que lhe pertence e, paralelamente, em colaboração com o poder local e o Estado central, procurar e melhorar para a legislação que salvguarde a sua preservação e, ao mesmo tempo, o cidadão para o seu papel na preservação desse mesmo património; Deve ainda, o Museu local desempenhar um papel fulcral no que se refere à recuperação e transmissão de valores da comunidade.

O Museu, cada vez mais, assume-se como instrumento de desenvolvimento local, tendo como função a recuperação do património cultural de uma comunidade e, simultaneamente, desempenhando um papel social.

“Hoje, não existe, por assim dizer, nenhuma localidade, cidade ou aldeola que não queira possuir um Museu, o que não está necessariamente ligado apenas ao desejo, aliás bem patente, de uma população em busca da sua história e da sua identidade regional”⁴⁴.

É um facto consumado que têm vindo a crescer os apoios às entidades museológicas por parte dos governos, das autarquias, empresas, e organismos responsáveis pela promoção do desenvolvimento. Estes apoios constituem uma mais-valia para a salvaguarda e divulgação de legados, que, sem intervenção museológica estariam condenados a desaparecer rapidamente.

No entanto é claro que o Museu nos surge como um elemento importantíssimo a considerar em políticas e estratégias de desenvolvimento, constituindo não só um valioso repositório de história e cultura, como também um agente dinâmico ao serviço da comunidade, em prol do progresso e desenvolvimento local.

⁴⁴ MENDES, J., O Museu na comunidade: património, identidade e desenvolvimento, in Gestão e Desenvolvimento, nº 8; universidade Católica Portuguesa, Viseu, 1999:217-23

Para Primo⁴⁵, o grande desafio que se coloca no panorama dos Museus é a sua capacidade de funcionar, por um lado, como instrumento de desenvolvimento pessoal e, por outro, como instrumento de desenvolvimento local. Para tal é necessário que os Museus assumam que a sua intervenção se insere também:

- Na discussão e busca de solução dos problemas dos indivíduos enquanto pessoas e enquanto seres que fazem parte de uma coletividade;
- Na interpretação e intervenção comunitária;
- Na importância que assumem os processos de intervenção.

Também Fernando João Moreira⁴⁶ afirma a estreita relação entre Museus e o desenvolvimento local. Segundo este autor, o nascimento de um Museu local justifica-se por duas razões:

- Para recolher e conservar as manifestações de um passado considerado importante enquanto referência do presente e guia do futuro;
- Para promover o desenvolvimento pessoal e o desenvolvimento local. No primeiro caso estamos perante um Museu-armazém, um Museu com funções de conservatório, ao passo que no segundo caso estamos na presença de um Museu entendido como ação, como processo. O Museu local, na segunda ótica, como ação e como processo, é um instrumento de desenvolvimento que pode atuar em dois domínios: um domínio interno que visa diretamente a promoção do bem-estar, material e imaterial, da população da sua área de influência; um domínio externo que visa indiretamente a promoção desse bem-estar.

No primeiro caso as ações do Museu local procuram:

- A promoção da identidade local através de estudos de pesquisa, realização de exposições em torno dos elementos identitários locais;
- A promoção da identificação territorial dos habitantes de forma a transformar o espaço vivido em espaço sentido;

⁴⁵ PRIMO, J., Museus Locais e Ecomuseologia: estudo do Projeto para o Ecomuseu da Murtosa. Dissertação apresentada na ULHT para a obtenção do grau de Mestre em Museologia, Lisboa, 2000

⁴⁶ MOREIRA, F., The creation process of a local Museum, in Sociomuseology, Cristina Bruno, Mário Chagas e Mário Moutinho (Ed.), Lisboa, Edições Universitárias, 2000

- A promoção de laços interpessoais por forma a tornar um grupo de pessoas que partilham um mesmo espaço numa comunidade;
- A promoção da integração dos recém-chegados e de grupos minoritários ou marginalizados;
- A promoção de estudos relacionados com saberes e técnicas tradicionais, na ótica da estabilização de procedimentos, tendo em vista a sua valorização em termos de economias pessoais ou locais;
- A promoção de ações capazes de induzir sentimentos de autoconfiança, para criar um ambiente de dinamismo individual e coletivo;
- A promoção de ações de formação em domínios considerados pertinentes por parte da população;
- A promoção de outras ações que se liguem diretamente com o principal acervo do Museu: a população e os problemas na sua área de influência.

Por outro lado, quando o Museu atua valorizando o domínio externo, desenvolve as seguintes ações:

- A promoção da atratividade do local, sendo o Museu um polo de atração turística;
- A promoção da visibilidade externa do local através da divulgação das características patrimoniais do local;
- A promoção dos produtos locais e conseqüente valorização desses produtos no sentido de viabilizar o sistema produtivo local de base tradicional;
- A promoção dos valores locais tendo em vista a educação de turistas e visitantes na ótica do turismo responsável e conectando com a sustentabilidade e dinâmicas locais;
- A promoção de outras iniciativas que sejam pertinentes para melhorar as condições de vida e alcançar o bem-estar das populações locais.

Em suma, os Museus que optem pelo plano de ação interno são promotores de ações, de processos, cujos atores serão a população local ao passo que, os que elegem o domínio externo, são espaços de contemplação em que as pessoas são meras observadoras.⁴⁷

⁴⁷ AMADO, Marta Margarida Rodrigues, O Museu do Pão em Seia, Uma Iniciativa de desenvolvimento local com expressão nacional, Coimbra, 2011:47-49.

Contudo, não importa esquecer, que muito trabalho há a realizar no nosso país para além do disposto relativamente ao papel da cultura na Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável e no Plano Estratégico Nacional para o Turismo, o Programa Nacional da Política do Ordenamento do Território/PNPOT, existe uma importante necessidade da “manutenção da diversidade natural e cultural das regiões.

Como tal existe a necessidade das diversas regiões do país definirem os seus objetivos estratégicos em prol do desenvolvimento territorial, económico, turístico e cultural. Não de forma isolada, mas em perfeita teia contruída através da interdisciplinaridade e diálogo entre os diversos *stakeholders* culturais, económicos, políticos e académicos para que em conjunto reflitam e tracem objetivos eficazes:

- Reforçar a capacidade das cidades/regiões de se afirmarem com verdadeiros motores de desenvolvimento ao nível nacional e internacional, o que exige que as cidades/regiões se tornem mais atrativas, bem equipadas, com forte qualificação do capital humano e institucional, cultural e económico;
- Incentivar a cooperação interurbana e inter-regional em diversas redes de natureza temática para valorizar recursos territoriais comuns em domínios relevantes para intensificar a procura turística e para otimizar a qualificação e gestão de equipamentos coletivos, nomeadamente culturais (museus, bibliotecas, arquivos...);
- Apoiar iniciativas para valorizar as atividades criativas, culturais e atrair estratos populacionais mais jovens nomeadamente em áreas de menor densidade e vitalidade demográfica e social;
- Implementar uma estratégia eficaz que promova o aproveitamento sustentável do potencial turístico de Portugal, às escalas nacional, regional e local (devendo ser elaborados instrumentos de gestão territorial ou alterados os existentes de forma a estimular uma oferta estruturada de produtos de turismo cultural, patrimonial, rural,...);
- Assegurar a equidade territorial no provimento de infraestruturas e de equipamentos coletivos e a universalidade no acesso aos serviços de interesse geral, promovendo a coesão social;
- Dinamizar uma forte rede de equipamentos culturais que valorize a identidade, patrimónios e formas de expressão artística num quadro de aprofundamento da

educação para a cultura e de reforço da equidade de acesso e de participação nas diversas e multidisciplinares atividades culturais.

CAPÍTULO 4.

CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BENAVENTE

- **História do Município**

Indiscutivelmente, a evolução de um povo está fortemente ligada às condições geográficas e naturais, aos recursos e estruturas económico-sociais do território que ocupa. Estas características, no decorrer dos tempos, moldam persistentemente os povos, ao mesmo tempo que estes vão influenciando e transformando o quadro geográfico existente.

Duplo fenómeno, o das condições naturais exercendo influência sobre as pessoas e estas, evoluindo, sobre o ambiente, o qual deve ser tomado em consideração, ao mesmo tempo que a tecnologia vai avançando e contribuindo igualmente para a consolidação da comunidade.

Benavente representa um conjunto territorial muito diverso, tanto do ponto de vista geográfico, como económico, social e cultural, daí fazer sentido pensar a questão do património nas diversas dinâmicas de representatividade cultural das freguesias que fazem parte da região.

É uma região rica em diversos rituais religiosos, festas laicas, práticas culinárias, materiais utilizados, objetos de fabrico artesanal, alfaias, cantares, danças, usos e costumes que têm sido divulgados no museu, patenteando a diversidade e riqueza de um passado que importa preservar.

A origem do nome da vila não é muito precisa, os que até agora têm aludido a este ponto, apenas dizem constar por tradição local que, havendo os cristãos alcançado ali vitória completa contra os infiéis (bárbaros ou mouros), se apoderaram do lugar e deram-lhe o nome de *Beneventum* ou *Bene eventus*, (Benvindo ou Bem sucedido).⁴⁸

O nome da vila ribatejana, muito provavelmente adveio indiretamente por intermédio da Benavente leonesa, que se pode inferir da profunda interferência que o reino leonês teve em Portugal, como mostra Alexandre Herculano na sua História de Portugal.

O facto de serem adotadas para terras portuguesas nomes de outras terras leonesas não é raro: a mera confrontação dos mapas de ambos os países assim o prova. Os nomes das duas

⁴⁸ D'AZEVEDO, Álvaro Rodrigues, Benavente Estudo Histórico-descritivo, Lisboa, 1926:5

vilas mais próximas da nossa Benavente, - Salvaterra de Magos e Samora Correia, leoneses são:

Afonso IX de Leão fundou em princípios do século XIII a sua via fortificada de Salvaterra, e no decurso do mesmo século, em 1229, o nosso D. Sancho II fundou a de Salvaterra do Extremo na Beira Baixa, bem como D. Dinis a Ribatejana Salvaterra de Magos, em 1295. A pequena cidade de Samora Correia (outrora vila) (*Çamora*, em textos antigos) cujo mais antigo documento é o seu foral manuelino de 1510, exorna-se com o nome da vetusta Zamora, cidade leonesa.⁴⁹

Benavente deve a sua origem a um grupo de colonos estrangeiros que se fixou na margem Sul do Tejo. A vinda destes estrangeiros obedecia ao plano de D. Sancho I de povoar as terras conquistadas aos mouros, realizando assim a sua ocupação efetiva. Em 1199 surge a povoação de Benavente, que por ficar nos limites do Castelo de Coruche, subordinado à Ordem de Calatrava, foi construída sob a égide e senhorio desta ordem militar. Neste facto se tem também filiado o nome da povoação, sabido que à mesma ordem pertencia também o castelo de Benavente, no reino de Leão.

Benavente foi o segundo concelho instituído ao Sul do Tejo. Tem foral antigo, dado por D. Paio, ou Pelágio, mestre da Ordem Militar de Évora, em 25 de Março de 1200, confirmado em Santarém em 1218, e foral novo de D. Manuel I, dado em 16 de Maio de 1516. Além disso recebeu privilégios de vários monarcas, especialmente D. Dinis e D. Fernando.⁵⁰

Benavente, permite definir um centro histórico consolidado, uma vez que toda a área se encontra bem delimitada pelo rio Sorraia, a nascente e pela designada lezíria dos cavalos, na face poente. O seu centro histórico assume uma forma triangular, localizando-se no vértice o Cruzeiro do Calvário e no centro, o local onde se erguia a antiga Igreja Matriz, destruída pelo terramoto de 1909.⁵¹

Relativamente à cidade de Samora Correia, pertencente ao concelho de Benavente, presume-se que a sua origem esteja ligada ao Fortim de Belmonte. A zona do Fortim de Belmonte nunca se constituiu em povoação, pois a sua zona era erma, os terrenos pantanosos e a charneca adjacente era árida, não permitindo o cultivo. Assim, á sua volta, foram surgindo novas Comendas, entre as quais a de Samora Correia.

⁴⁹ D'AZEVEDO, Álvaro Rodrigues, Benavente Estudo Histórico-descritivo, Lisboa, 1926:7

⁵⁰ In "Roteiro Turístico", Região de Turismo do Ribatejo

⁵¹ "Benavente – Origem – Fastos do Concelho", artigo em "Benavente", folheto comemorativo da Exposição-Feira de Santarém, 1936:5-14

Com a decadência de Belmonte, surge a necessidade de procurar novos locais onde o cultivo das terras fosse possível, e a zona mais propícia para a concretização deste objetivo, era sem dúvida, a charneca ou a *chacoteca*.

Um documento datado de 1252, cita um outro de 1245, quanto a um acordo estabelecido entre o Bispo e Capítulo de Lisboa e o Mestre de Sant'Lago (Mestre da Ordem Religiosa de Sant'Lago á qual pertencia o Fortim de Belmonte), sobre uma concessão de igrejas á Ordem de Sant'Lago. O documento diz: "(...) concedamos entregar-lhes as Igrejas de Almada, de Sesimbra, de Palmela, de Belmonte, de Vila Nova de Canha. Também concedemos àqueles que possam construir igrejas em Chacoteca e em Sabonha (...)". Este documento indica-nos que, já na primeira metade do século XIII, existiria um povoamento na Chacoteca; um povoamento ainda sem nome mas que requeria a necessidade de haver uma outra igreja para além da de Belmonte. Este povoamento terá começado por ser uma quinta ou vila rural, sem nome mas com um aglomerado populacional grande.

Em 1270, segundo um documento assinado pelo Mestre de Sant'Lago D. Paio Peres Correia, aparece o nome de "*Çamora*" como Comenda, ou seja, território autónomo com sede de povoação e Comendador. Esta *Çamora* estava desligada da Comenda de Belmonte e estava localizada na Chacoteca.

Ora, se entre 1252 e 1270, deixa de se falar em Chacoteca e se passa a falar em *Çamora*, terá sido neste espaço de tempo que se formou a vila de Samora Correia. Até aqui, só se ouviu falar em *Çamora*, ainda sem o topónimo Correia, mas uma representação da Ordem do Papa, em 1303, refere uma entrega de terras ilegal que terá acontecido "(...) entre outras villas, á vila de *Çamora Correya*". Também em 1315 documentos escritos por D. Dinis se referem a *Çamora Correya*. O que prova que, no início do século XIV, a vila já existia com os dois nomes.⁵²

O nome da vila de Samora Correia sempre suscitou muitas dúvidas quanto á sua origem. Para se falar na origem do nome desta vila, é primeiro necessária a divisão entre o primeiro e o segundo topónimo. "*Çamora*", foi o topónimo que mais dúvidas suscitou e a mais hipóteses deu origem. Uns acharam que este nome foi dado a esta vila por causa de uma moura, *Ça-a-moura*, que residia junto á Fonte do Concelho em Samora Correia.

Outros, também atribuem a origem deste nome a uma mulher. Esta mulher, de nome *Çamora*, seria familiar de D. Paio Peres Correia, o fundador desta vila. Muitos também acreditam que

⁵² MARTINS, Camilo Neves, *Samora Correia através dos Tempos*, Torres Novas, 1996

o nome tenha sido a alcunha atribuída a algum morador da vila. A hipótese que apresentam é a alcunha do fidalgo Pedro Afonso de Çamora. Estas três hipóteses não podem ser credíveis; a primeira e a segunda não têm fundamento histórico, e na terceira hipótese, existiu uma confusão de identidades. Mas existe uma quarta hipótese que parece ser a mais credível. Esta hipótese atribuí a origem do nome "Çamora" a D. Paio Peres Correia, que terá trazido este nome de Zamora (em Espanha). Perto desta cidade leonesa, existem outras terras com os nomes de Samora, Benavente e Salvaterra, o mesmo que acontece com a nossa região. Quanto ao topónimo "Correya", não são tantas as dúvidas criadas em relação á sua origem. Supõem-se que tenha tido origem no nome do fundador da vila, D. Paio Peres Correia. A povoação desta pequena vila terá querido homenagear o seu fundador, e acrescentado ao nome "Çamora", o Correia do seu fundador. Só a partir de 1830, é que Samora Correia se deixou de escrever sem o "Ç". Samora correia recebeu Carta de Foral em 1510, doada por D. Manuel; embora se tenham encontrado documentos datados de 1318 e 1426, que se referem já ao Concelho de Samora Correia. Como sabemos as Cartas de Foral apenas vêm confirmar concelhos já existentes.

Na sequência da reorganização administrativa desencadeada por Mouzinho da Silveira e que decorreu da Revolução Liberal, em 1836 o concelho de Samora Correia foi extinto e integrado no concelho de Benavente. A vila de Samora Correia possui, do ponto de vista da tipologia urbana, dois núcleos históricos ainda definidos e circunscritos á área envolvente da Igreja de Nossa Senhora da Oliveira e ao Largo 25 de Abril, entendendo como limite natural a poente, o Rio Almansor.⁵³

Uma outra freguesia de Benavente: Santo Estevão, Santo Estevão da Ribeira ou ainda, Aldeia de Santo Estevão da Ribeira de Canha, nomes pelos quais era conhecido, define um núcleo urbano cuja referência mais antiga data do século XIV. Integrado, na denominada região alentejana do Concelho de Benavente, a charneca, localiza-se na margem direita do Rio Almansor ou Ribeira de Santo Estevão. Compreende terras de cultivo e pastagem. As condições naturais de implantação favorecem, atualmente, o desenvolvimento agroturístico. A freguesia da Barrosa resulta do antigo núcleo rural de São Brás, localizado mais próximo do Rio Sorraia e distando desta, cerca de 3 Km's. São Brás da Barrosa ostenta ainda uma modesta capela datada, provavelmente do século XV e onde se realiza anualmente a tradicional Festa de São Brás, na quinta-feira da Ascensão. O lugar de São Brás foi sede da

⁵³ MARTINS, Camilo Neves, Samora Correia através dos Tempos, Torres Novas, 1996

antiga freguesia rural de São Brás da Barrosa. Em 1988, depois de muitos anos de luta e determinação, a população da Barrosa viu finalmente a sua terra ser Freguesia do Concelho de Benavente. A Barrosa afirma-se hoje como uma aldeia de carácter marcadamente rural, evidenciando um casario regular.⁵⁴

Importa realçar de que o município de Benavente foi sempre tido por um dos mais ricos do Ribatejo. De facto, pelos livros de tombo dos seus bens e propriedades, livros que ainda hoje se conservam no seu arquivo, se pode bem avaliar a sua antiga opulência.

Até à eclosão do Caminho-de-ferro, o concelho de Benavente disfrutava uma posição privilegiada no respeitante à capacidade de drenagem das suas produções devido às excelentes condições de transporte fluvial: Vala Nova, que unia Benavente diretamente ao Tejo; Rio Sorraia, que servia Benavente e parte da freguesia de Samora Correia; Rio Almansor, que ligava a vila de Samora Correia ao Sorraia. Diversos latifúndios foram construídos pelos concelhos vizinhos das duas margens do Tejo, destacavam-se os da Coroa, do Infantado, da Casa da Rainha, da Patriarcal que, entre outros, vieram a dar origem, com a nacionalização no regime liberal, à Companhia das Lezírias, a primeira grande empresa agrícola de tipo capitalista moderno.⁵⁵

Podemos afirmar que o século XX trouxe à lavoura ribatejana a mais moderna utensilagem e maquinaria agrícola. Ao *pé de besta*, na debulha de trigo, sucedeu-se a debulhadora mecânica; à flexível e vaporosa parga de palha, fundo reluzente de que sobressaía o cenário pulcro e multiforme da eira ribatejana, sucedeu o esquadrejado e rígido fardo que a prensa mecânica efetua minuto a minuto.

Toda a tradição do concelho de Benavente (património, festas locais, festas religiosas, a paixão pela tourada...) representa, para além da mera função recreativa e lúdica, um papel essencial para integração social e edificação da memória local.

⁵⁴ Câmara Municipal de Benavente, www.cm-benavente.pt

⁵⁵ MARTINS, Camilo Neves, Samora Correia através dos Tempos, Torres Novas, 1996

Figura 4.9. Brasão do Município de Benavente - CMB



Escudo de prata uma cruz florenciada de verde, vazia de campo, ladeada por duas travas de vermelho em pala e acompanhada por uma bandeira quadrada, requifada em faixa de prata e de verde, franjada e realçada de negro, desfraldada, para a sinistra no chefe e com a haste e lança de negro colocada em pala. Coroa mural de quatro torres de prata. Listel branco com a legenda de negro: " BENAVENTE "⁵⁶

- **Enquadramento geográfico**

Benavente está numa encruzilhada, entre um Ribatejo marcadamente agrícola e rural e a pressão da Área Metropolitana de Lisboa. Ser capaz de aproveitar e conciliar o melhor destes dois mundos é o desafio que se coloca a este concelho.

É um dos concelhos do distrito de Santarém que apresenta os melhores indicadores socioeconómicos, beneficiando da proximidade da Área Metropolitana de Lisboa: tem a menor taxa de envelhecimento, apresenta o maior crescimento da população residente, e apresenta ainda a maior taxa de natalidade. Apesar do grande crescimento industrial dos últimos anos, o sector secundário apenas emprega 33,78% da população, e o comércio e serviços são responsáveis por 45,79% do emprego no concelho. As indústrias agroalimentares têm um peso predominante no concelho, seguidas a alguma distância das indústrias de madeiras.

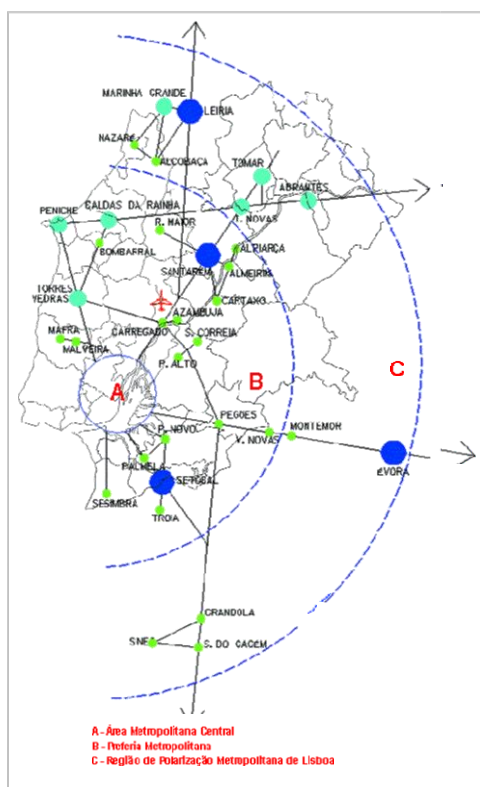
⁵⁶ Diário do Governo - II Série - Nº 151 de 30 de Junho de 1972

A agricultura continua a ter grande peso, com 20,43% da população empregada, percentagem superior à média distrital, a que não é alheio o facto de estar situada no concelho a maior empresa agrícola do País - a Companhia das Lezírias.

Com uma área de 521Km², o concelho de Benavente pertence ao distrito de Santarém e integra a região da Lezíria do Tejo.

Em termos estatísticos o concelho foi integrado na NUT II – Alentejo e NUT III Lezíria do Tejo, apesar de, em termos de administração regional em matéria de ambiente e ordenamento do território permanecer na área de intervenção da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento de Lisboa e Vale do Tejo (CCDRLVT).

A Região de Lisboa e Vale do Tejo (RLVT) é talvez das regiões mais heterogéneas de Portugal, característica decorrente de fatores naturais, exacerbada por fatores humanos. A Sub-região da Lezíria do Tejo, à qual pertence Benavente, Almeirim, Alpiarça, Azambuja, Cartaxo, Chamusca, Coruche, Golegã, Rio Maior, Salvaterra de Magos e Santarém, corresponde à área da antiga Associação de Municípios da Lezíria do Tejo (AMLT) que deu lugar à Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo (CULT) e mais recentemente à Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo (CIMLT).



Mapa 4.10. Região de Lisboa e Vale do Tejo

Estando integrado na Lezíria do Tejo, a sua localização “às portas” da Área Metropolitana de Lisboa (AML) determina grande parte das dinâmicas socioeconómicas e urbanísticas do concelho. De acordo com o Plano Estratégico da Região de Lisboa e Vale do Tejo, o concelho de Benavente encontra-se no raio de polarização da AML incluindo-se na chamada periferia metropolitana.

A RLVT, como já foi referido anteriormente, é caracterizada por um elevado grau de heterogeneidade gerado pela diversidade do património natural, paisagístico, histórico e cultural e pela diversidade socioeconómica.

A gestão coerente desta diversidade pode gerar um potencial benéfico para o desenvolvimento regional,

sendo fundamental considerar os problemas complexos de coesão social económica e territorial decorrentes das limitações existentes.

Algumas dessas limitações prendem-se cm:

- As tensões em torno de estratégias concorrenciais de ocupação do solo, com consequências gravosas ao nível da degradação ambiental e dos mercados fundiário e imobiliário;
- A atual inexistência de processos de articulação suficientemente intensos em termos de diferenciação de funções e de tipos de uso do solo para promover a complementaridade.
- As disparidades que têm ocorrido, geradas pelo défice de infraestruturas e equipamentos sociais, que ainda ocorre em áreas mais rurais e suburbanas, e pela crescente transformação do perfil económico regional, associado ao declínio das atividades tradicionais relacionadas com a agricultura, pesca ou com certo tipo de indústrias caídas em desuso.

O concelho de Benavente encontra-se numa zona marcadamente plana do território nacional entre a cota 0 e a cota 100 metros – a Lezíria, integrado na bacia hidrográfica do Tejo e na unidade de paisagem denominada Ribatejo.

Situado no domínio ecológico sub-mediterrânico, é importante referir também que o território do concelho de Benavente integra o sistema aquífero das aluviões do Tejo.

O rio Tejo é, sem dúvida, o elemento natural mais marcante da sub-região da Lezíria do Tejo, sendo a sub-bacia do Sorraia que determina a paisagem do concelho de Benavente.

A presença do rio Tejo e de zonas de valor ecológico singular, determinou a delimitação da Reserva Natural do Estuário do Tejo (RNET), da Zona de Proteção Especial do Estuário do Tejo (ZPE) e dos paus de Belmonte e Trejoito, estes últimos propostos para classificação, uma vez que o seu papel como ponto intermédio entre o estuário e o Paul de Boquilobo é essencial para muitas espécies.

Entre os principais pontos fracos do concelho contam-se as deficientes acessibilidades ao nível de transportes e a carência de infraestruturas hoteleiras. O grande ponto forte do

concelho é, no entanto, a localização geográfica (*ver mapas 4.11; 4.12, e 4.13 – anexo I*) no centro do País e beneficiando da proximidade de Lisboa, a existência de zonas industriais infraestruturadas e com terrenos disponíveis, a par do "bom apoio da autarquia à instalação de empresas". Os recursos hídricos e a potencialidade dos solos para a agricultura integram os pontos fortes do concelho.

O concelho de Benavente (*ver quadro 4.14 – anexo I*), embora ainda não participe ativamente do dinamismo da Área Metropolitana de Lisboa, aparece-nos já na sua sombra, integrando-se progressivamente, quer pelo desenvolvimento de certas atividades económicas, quer pelo crescimento da função dormitório. É na freguesia de Samora Correia que este processo se encontra em fase mais adiantada.⁵⁷

Benavente, em virtude da grande dimensão das explorações e da elevada importância da orizicultura, é o município com o maior VPPT⁵⁸ médio por exploração, 12 vezes superior à média nacional.⁵⁹

De acordo com o último Recenseamento Agrícola, existiam no concelho de Benavente 1.054 explorações, que correspondiam a uma Superfície Agrícola Utilizada (SAU) de 28.696 ha, sendo esta constituída principalmente por terras aráveis que ocupavam cerca de 18.850 ha, e também por pastagens permanentes, tendo as terras com culturas permanentes pouca expressão.

Das culturas temporárias presentes no concelho, existia um predomínio das culturas forrageiras anuais, sendo também importantes as áreas ocupadas com o milho, o arroz, o trigo e as culturas hortícolas. Nas culturas permanentes a vinha, com os seus cerca de 460 ha, era a que tinha maior significado. Pela sua importância, valerá a pena realçar ainda as potencialidades ímpares de regadio das várzeas do Sorraia e Almansor.

Na atividade pecuária havia um predomínio da produção de bovinos, cerca de 13.820 cabeças, seguindo-se em importância a criação de equídeos. Na composição do VAB⁶⁰ agrícola concelhio a produção vegetal representava cerca de 70%, a produção florestal 16% e o produto animal 12%. Sob a forma empresarial laboravam no concelho, na atividade do sector primário, 43 empresas.⁶¹

⁵⁷ In Diagnóstico Sociocultural do distrito de Santarém - Estudo 1, Santarém, 1985:92.93.

⁵⁸ Valor de Produção Padrão Total

⁵⁹ Fonte: Recenseamento Agrícola 2009, INE: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=119564579&PUBLICACOESmodo=2&xlang=pt (12 de maio de 2015)

⁶⁰ Valor Acrescentado Bruto

⁶¹ In Região de Turismo do Ribatejo

Benavente, integrou o LEADER +⁶² trazendo alguns benefícios para o desenvolvimento da região. Esta iniciativa comunitária visa incentivar a aplicação de estratégias originais de desenvolvimento sustentável integradas, cujo objeto seja a experimentação de novas formas de:

- Valorização do património natural e cultural;
- Reforço do ambiente económico, no sentido de contribuir para a criação de postos de trabalho;
- Melhoria da capacidade organizacional das respetivas comunidades.

Os objetivos específicos do LEADER+ para Portugal são: mobilizar, reforçar e aperfeiçoar a iniciativa, a organização e as competências locais; incentivar e melhorar a cooperação entre os territórios rurais; promover a valorização e a qualificação dos espaços rurais, transformando estes em espaços de oportunidades; garantir novas abordagens de desenvolvimento, integradas e sustentáveis; dinamizar e assegurar a divulgação de saberes e conhecimentos e a transferência de experiências ao nível europeu.

O território do concelho de Benavente situa-se no domínio ecológico sub-mediterrânico, numa zona de mosaico de montado e campina, de terrenos alúvio-mediterrânico de natureza hidromórfica com características naturais de pauis e sapais, em parte empregue na orizicultura ou noutras culturas de regadio mediterrânico, representando um importante património natural.

Montados de Quercíneas:

Estas formações são povoamentos arbóreos relativamente abertos de árvores do género *Quercus* sp., que abrigam um conjunto diversificado de unidades florísticas, quer em extensas manchas com sub-bosque e com elevado valor florístico e fisionómico, ou em grandes extensões sem vegetação arbustiva, sob a forma de pousio-pastagem com um valor florístico reduzido.

São estas formações que compõem a maior parte da mancha florestal do concelho e sustentam um património cinegético muito elevado.

⁶² Quadro Comunitário de Apoio III, Portugal 2000 – 2006: <http://www.qca.pt/iniciativas/leader.asp>

Biótopo Campos/Searas:

O extenso biótopo Campos/Searas que atinge um índice ecológico de valorização próximo do atingido pelo pinhal ou pelas áreas húmidas. Nos campos, as comunidades oníricas apresentam os valores máximos. Este resultado poderá ser explicado pela presença de espécies escassas ou pouco abundantes, que ocorrem tipicamente neste tipo de meio e pela utilização deste meio como habitat de alimentação por parte de espécies ubíquistas.

Zonas de Pinhal Manso:

Estas formações, embora sejam áreas intervencionadas, apresentam um valor ecológico elevado no contexto local e mesmo regional. A presença do sobreiro e do sub-bosque que o acompanha confere-lhes características de transição que se manifestam nas fitocenoses⁶³ e zoocenoses⁶⁴ presentes.

Vales Aluvionares

Em áreas significativas, os vales aluvionares ligados aos rios Tejo, Sorraia e Almansor (Ribeira de Santo Estevão) funcionam como autênticas ilhas ao interromperem a secura característica dos montados.

A zona ribeirinha, que acompanha o Tejo e todas as áreas encharcadas, constituem as zonas de maior diversidade biológica. As formações de galeria que envolvem as margens dos rios, constituem termos florísticos, uma zona de valor conservacionista médio que servem de suporte a zonas de valor conservacionista elevado, no que respeita a fauna, pois estas constituem bons locais de refúgio, nidificação e alimento para diversas comunidades. Esta zona é marcada, em termos ecológicos pela presença de biótopos⁶⁵ húmidos de elevado valor ornitológico.

- **Rede de Acessibilidades**

Tendo por base este contexto natural, o Homem foi-se apropriando do território, criando acessibilidades, ocupando zonas com habitações, serviços, indústria, foi gerando uma rede de espaços diferenciados.

Numa região marcada pela intensidade dos valores naturais, o concelho de Benavente, encontra-se às portas da Área Metropolitana de Lisboa, próximo e atravessado por algumas

⁶³ Conjunto de plantas que ocupam determinado habitat

⁶⁴ Conjunto de animais que habitam um determinado habitat em perfeito equilíbrio

⁶⁵ Área física na qual determinada comunidade vive

das principais vias estruturantes do território nacional, algumas das quais ainda em fase de projeto e execução:

- EN10- atual via de distribuição por excelência, antigo eixo principal de ligação Norte-sul do território nacional.
- EN118 - no sentido longitudinal faz a ligação a Lisboa e a Santarém
- EN119 - serve o Sul do concelho, ligando-o a Coruche e a Lisboa.
- A10 (IC11) – ligação ao IP1 (Carregado) que liga o Norte do País ao Algarve por autoestrada
- A13 (IC3) – ligação Setúbal a Coimbra

Este enquadramento viário torna o concelho de Benavente num território de proximidade, ou seja, a facilidade de deslocação não só para a envolvente próxima como para qualquer ponto do território nacional, é uma mais-valia considerável.

Pode falar-se em posição geoestratégica, tendo em consideração a localização de nós viários estruturantes e a proximidade aos centros de decisão.

O concelho de Benavente, encontra-se a 30 minutos de Lisboa, à mesma distância temporal da sede de distrito (Santarém) e a apenas 20 minutos de Vila Franca de Xira, onde é possível o acesso ao transporte ferroviário e ao atual nó de ligação ao IP1.

Mais distantes, mas com acessos de excelência, estão o Porto a 3 horas pela IP1, Sines (zona portuária) a 1h30minutos pelo IC11/IP1/IP8 e Espanha a apenas 2 horas de distância pelo IP7.

A rede de acessibilidades serve de suporte aos espaços construídos e condiciona o seu maior ou menor crescimento. Na região de Lisboa e Vale do Tejo, encontram-se cenários de crescimento marcadamente heterogéneos, frutos de uma metropolização densificada e de uma periferia que foi tentando integrar as dinâmicas de proximidade às áreas ocupadas, que de forma heterogénea povoam o território da região de Lisboa e Vale do Tejo.

- **População**

A densidade populacional e de alojamentos (*ver quadros 8 e 9 – anexo I*) são os indicadores reais da intensidade de apropriação dos espaços, tendo em consideração as condicionantes e características morfológicas dos territórios em presença. A análise destes indicadores reforça

a ideia apresentada - Benavente é o espaço de “descompressão” pela presença de elementos e espaços naturais de qualidade e pela contínua preservação dos mesmos em equilíbrio com o crescimento urbano.

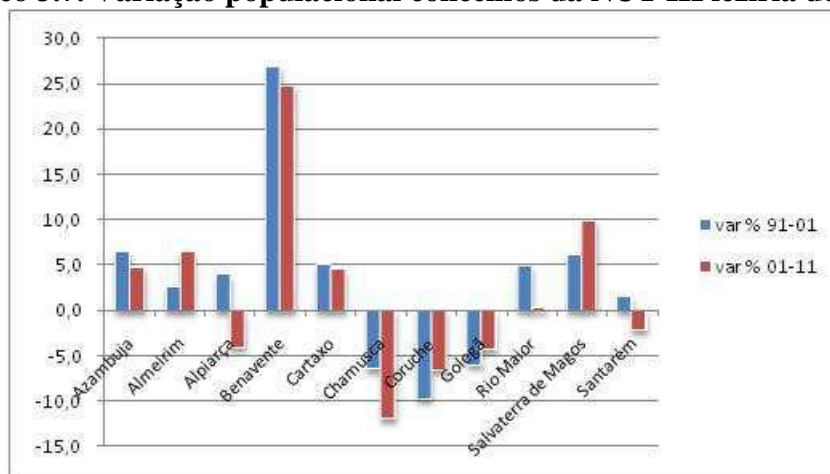
As dinâmicas demográficas e sociais, que caracterizam um determinado território, são causa e consequência da sua interação com a envolvente.

O conhecimento da realidade intra-concelhia depende de uma visão alargada ao espaço exterior.

No enquadramento sociodemográfico são abordados os quantitativos populacionais, a estrutura etária da população, os níveis de ensino, os fluxos migratórios regionais e a cobertura dos equipamentos de apoio à população como sinal da socialização dos espaços. De acordo com os dados dos recenseamentos gerais da população de 1991, 2001 e 2011 (resultados definitivos), ocorreram alterações significativas na distribuição da população na sub-região da Lezíria do Tejo, sendo de destacar o crescimento populacional registado no concelho de Benavente como o principal indutor do crescimento global regional.

Apresentam-se os dados que sustentam as transformações ocorridas neste período para a sub-região da Lezíria do Tejo.

Gráfico 3.7. Variação populacional concelhos da NUT III lezíria do Tejo⁶⁶



Benavente destaca-se no contexto regional e sub-regional pelo exacerbado aumento populacional que registou no último decénio intercensitário. Na Lezíria do Tejo apenas três concelhos registaram uma diminuição populacional (Alpiarça, Chamusca, Coruche e

⁶⁶ INE, 2011

Golegã), no entanto o aumento populacional registado em Benavente está 20% acima da média sub-regional.

Conhecendo a dinâmica populacional bruta, importa conhecer também a dinâmica por escalões etários. Os escalões apresentados correspondem à divisão da população em classes ativas e dependentes.

A evolução da população por grupos etários, tem assumido um padrão comum a nível nacional, com uma tendência para o envelhecimento e progressivo decréscimo populacional nas faixas etárias mais jovens. Curiosamente, também neste indicador, Benavente destaca-se do padrão nacional e regional, no sentido positivo, uma vez que é o único concelho onde o aumento populacional registado, não se deveu exclusivamente ao aumento dos escalões etários mais velhos. Em Benavente todos os escalões etários tiveram variação positiva, o que demonstra um forte potencial de atração que importa preservar e qualificar.

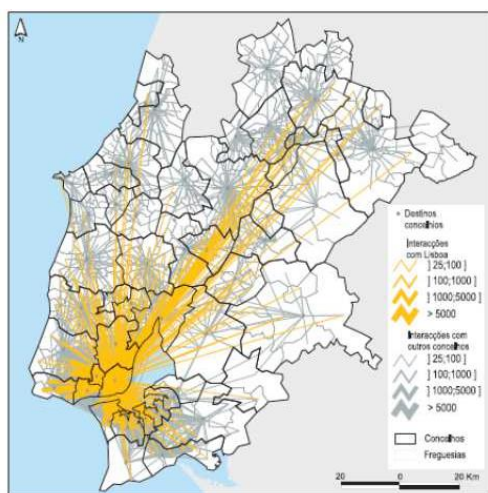
O concelho de Benavente é no conjunto regional, o que regista mais residentes imigrantes, cerca de 6%. Os residentes provenientes de outros concelhos correspondem a 78% do total de residentes imigrantes, o que indica o forte poder de atração residencial que o território de Benavente tem, quer na sub-região e região, nomeadamente entre os concelhos vizinhos e da AML.

Os valores percentuais dos níveis de escolarização da população da Lezíria do Tejo, assemelham-se aos valores nacionais até ao ensino secundário, sendo menor a percentagem

de população com ensino superior e maior a população sem nenhum nível de ensino.

No território sub-regional foi no concelho de Benavente e em Salvaterra de Magos que se registaram as descidas mais significativas do valor da taxa de analfabetismo.

“A análise profunda da mobilidade populacional constitui um requisito essencial à definição e implementação de uma estratégia territorial de desenvolvimento, devido aos impactes territoriais que comporta. Estes impactes podem advir pela via da migração, responsável pelas principais alterações na estrutura populacional, ou pela via dos movimentos



Mapa 4.16. Padrão de movimentos Pendulares na RLVT

*pendulares que, simultaneamente, resultam e contribuem para a (des)estruturação do sistema urbano da região.”*⁶⁷

Como se vê na figura, o padrão de movimentos pendulares da RLVT têm como núcleo polarizador a cidade de Lisboa, sendo curioso a quase inexistência de movimentos pendulares entre o concelho de Benavente e este polo.

Em 1991, em Benavente, os movimentos pendulares mais significativos são internos, o que demonstra o forte tecido produtivo presente no concelho e a sua capacidade empregadora.

O cenário em 2001 é caracterizado da seguinte forma por Roca⁶⁸:

A variação do número de novos residentes e a variação das deslocações diárias de população apresentam correlações positivas, estatisticamente significativas, nos dois territórios analisados.

No território da AML e de sua Área de Influência, o grau de correlação é médio (0,43) o que leva a concluir que boa parte das freguesias que registam um crescimento significativo de novos residentes, experimentam, também um crescimento significativo dos movimentos pendulares para outro concelho, em geral Lisboa, onde se concentra a oferta de emprego. Assim, deduz-se que, em parte, os “imigrantes” vêm engrossar os movimentos pendulares. O fato da correlação não ser mais forte pode ser devido a haver um número considerável de freguesias que apresentam altos valores de crescimento da “imigração” e baixos valores de crescimento dos movimentos pendulares. Isto quer dizer que uma boa parte dos novos residentes não se inseriu nos movimentos pendulares.

Interessante é notar que, em geral, essas freguesias são medianamente urbanas e situam-se no litoral sul do Oeste ou na Lezíria do Tejo.

Pode-se, portanto, supor que, além dos “imigrantes” que se inserem nas deslocações diárias, há três outros tipos de novos habitantes do espaço periurbano localizado na AML ou em sua Área de Influência: (i) indivíduos já reformados, atraídos pela proximidade do mar ou pela vida no campo e que, talvez, tenham transformado as suas segundas residências em residência habitual; (ii) indivíduos que optaram por viver em lugares pequenos com melhor qualidade de vida mas não muito distantes da metrópole e que exercem atividades

⁶⁷ Oliveira, C. e Rodrigues D., Mobilidade e Território da Região de Lisboa e Vale do Tejo: Pistas para uma Análise Integrada, 2001

⁶⁸ Roca, M.N.O. “Migrações internas e circulação da População: o caso da RLVT” Centro de Estudos de Geografia e Planeamento Regional [?]

profissionais no lugar de residência através do uso das novas tecnologias da informação e da comunicação; (iii) filhos dos novos residentes, em idade pré-escolar ou a frequentar o ensino básico que, sendo assim, participam raramente nas deslocações diárias para fora do concelho de residência.

Benavente aparece nesta área de influência da AML, com um aumento das deslocações por motivos de trabalho para fora do concelho em 2001. Dado em muito relacionado com o elevado aumento populacional registado.

A dotação de uma rede de equipamentos de utilização coletiva adequada à população é determinante na qualidade dos espaços e na sua capacidade de retenção e atração.

A Carta de Equipamentos e Serviços de Apoio à População (CESAP) elaborada em 2002 pelo INE é um documento estratégico para o conhecimento do panorama regional.

Metade das freguesias da RLVT registava um máximo de 3 infraestruturas culturais, sendo que a estas freguesias correspondia um peso populacional de 47%. Apenas 5% das freguesias disponibilizavam 7 ou mais serviços, compreendendo 16% da população residente. Para além destes indicadores é importante referir que, de acordo com o trabalho realizado pela Área de Investigação e Conhecimento e da Rede Social⁶⁹, Benavente encontra-se tipificado como território moderadamente inclusivo.

- **Cultura**

Em todos os municípios e, no caso concreto de Benavente, os equipamentos culturais têm um papel chave na qualificação de espaços de encontro e de socialização, e no reforço da coesão social.

Indique-se ainda, enquanto manifestações culturais importantes no Concelho, em termos de animação sócio cultural, a listagem abaixo apresentada.

⁶⁹ Tipificação das situações de Pobreza em Portugal Continental, ISS, Janeiro 2005

Quadro 4.17. Eventos socioculturais Concelhos⁷⁰

EVENTO	LOCAL	CALENDARIZAÇÃO
TEMPORADA DA MÚSICA, DO TEATRO E OUTRAS ARTES	BENAVENTE	OUTUBRO A DEZEMBRO
SARDINHA ASSADA – FESTA DA AMIZADE		JUNHO
MÊS DA JUVENTUDE		MARÇO
FEIRA DAS TASQUINHAS FEIRA ANUAL		SETEMBRO
CARNAVAL	SAMORA CORREIA	FEVEREIRO
FESTIVAL DA GASTRONOMIA DA LEZÍRIA RIBATEJANA		JULHO
FEIRA DE MAIO		MAIO
SARDINHA ASSADA	BARROSA	JULHO
SARDINHA ASSADA	PORTO ALTO	JUNHO
SARDINHA ASSADA	SANTO ESTEVÃO	JULHO

Os eventos religiosos têm uma forte tradição no concelho de Benavente, pelo que durante os meses de Verão se pode assistir a inúmeros arraiais e cerimónias religiosas, que envolvem toda a comunidade.

Quadro 4.18. Eventos religiosos Concelhos⁷¹

E	L	M
FESTA EM HONRA DE N. Sr.ª DA PAZ (FESTA PEQUENA)	BENAV	JA
FESTA EM HONRA DE SÃO BRÁS – ASCENSÃO	SÃO	M
FESTA DA COUTADA – S. JOÃO	COUTADA VELHA	J
FESTA EM HONRA N. Sr.ª DE FÁTIMA	BARR	J
FESTA EM HONRA DE SANTO ESTEVÃO – NOSSA	SANTO ESTEVÃO	A
FESTA EM HONRA DE N. Sr.ª PAZ	BENAV	A
FESTA EM HONRA DE N. Sr.ª CONCEIÇÃO E GUADALUPE	SAMORA CORREIA	A
FESTA EM HONRA DE N. Sr.ª DO CARMO	FOROS DA CHARNECA	A
FESTA DOS SANTOS POPULARES	PORTO ALTO	J
FESTA DOS FOROS DE ALMADA – N. Sr.ª DA CONCEIÇÃO	FOROS DE ALMADA	J U L H

- **Património**

De acordo com a Lei nº107/2001 de 8 de Setembro, integram o património cultural todos os bens que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, devam ser objeto de especial proteção e valorização. O interesse cultural relevante, designadamente histórico, paleontológico, arqueológico, arquitetónico, linguístico, documental, artístico, etnográfico, científico, social, industrial ou técnico, dos bens que integram o património cultural refletirá valores de memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade.

⁷⁰ Pré diagnóstico Rede Social 2004

⁷¹ Pré diagnóstico Rede Social 2004

No concelho de Benavente existem 3 Imóveis de Interesse Público (a Igreja de Nossa Senhora da Oliveira, o Cruzeiro e Adro do Largo do Calvário e o Pelourinho de Benavente) e 1 Imóvel de Interesse Municipal (a Fachada do antigo Palácio de D. Miguel), que se encontra em vias de classificação. Além destes, foram inventariados pela Direção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais, outros três imóveis, pertencentes à Misericórdia, mas cujo valor social e histórico merece a sua inclusão em rotas de património concelhio. São eles a Igreja da Misericórdia de Benavente, que possui atualmente uma unidade museológica, o Hospital da Misericórdia de Benavente e a Casa do Monte da Bela Vista.

No entanto, o município considera existirem muitos outros imóveis de interesse concelhio, pelo que apresenta uma listagem (*ver quadro 4.19 – anexo I*) dos que considera que devem ser propostos para classificação.

É visível a preocupação da autarquia em promover o seu património, ao considerar a importância de diversos imóveis concelhios (*ver quadro: 4.20 – anexo I*).

O município deverá também elaborar uma maior aposta na divulgação do seu património, diversificando os eventos culturais e promovendo desta forma a valorização e o conhecimento deste património tão vasto, permitindo ao mesmo tempo, uma maior e melhor preservação.

A base de dados de património arqueológico, também designada de “Endovélico”, que consiste num sistema de informação e gestão arqueológica, desenvolvido para prossecução das atribuições das Instituições tutelares do património arqueológico, visando conferir uma dimensão espacial, permitindo pesquisas de natureza territorial e localização dos sítios arqueológicos, ajuda a identificar no concelho de Benavente os Sítios Arqueológicos, os registados na Planta dos Elementos Patrimoniais e no quadro 4.21 e 4.22 (*anexo I*).

- **Património Natural**

Na Reserva Natural, no concelho de Benavente, está integrada a Reserva Integral de Pancas apresentando-se como o principal local de alimentação e repouso de aves, constituindo ainda local privilegiado de alimentação e refúgio dos juvenis de peixes na maré- cheia. Esta Reserva Integral possui cerca de 1.013 ha e engloba a maior mancha de sapal do estuário que se desenvolve entre a foz do Rio Sorraia e Alcochete.

Na vegetação da Reserva Natural do Estuário do Tejo destaca-se a vasta mancha halofítica⁷² que bordeja o estuário. Constituída sobretudo por gramíneas e arbustos de pequeno porte, que colonizam os solos de vasa compactada nas margens estuarinas onde chegam as marés, representa a continuidade de produtividade primária entre o ambiente aquático e o terrestre.

Para além do Estuário do Tejo, existem ainda outras áreas com interesse superior para a biodiversidade, como é o caso do Paul de Belmonte e do Paul do Trejoito, zona húmida compreendendo uma apreciável diversidade de micro habitats e a Ribeira de St. Estêvão, zona envolvente de montado de sobro, associado a pinhal manso, é caracterizado por Solos aluviais ocupados por cultura de arroz e por uma rede de canais marginados por tábua. Subsiste, ainda, uma pequena área palustrina do tipo paul, composta por mancha densa de salgueiros e tábua.

- **Turismo**

O turismo é considerado como uma das atividades económicas de maior importância para o desenvolvimento do nosso país. O Plano Estratégico Nacional de Turismo (PENT) apresenta uma visão ambiciosa para o sector, afirmando que “*Portugal deverá ser um dos destinos de maior crescimento na Europa, através do desenvolvimento baseado na qualificação e competitividade da oferta, transformando o sector num dos motores de crescimento da economia nacional.*” (PENT)⁷³

Enquadrado num dos sistemas biofísicos mais importantes do país, o Estuário do Tejo, Benavente possui condições de excelência para a prática da atividade turística, nomeadamente no que se refere aos sectores do turismo de natureza e turismo rural. No entanto, este sector ainda não se encontra significativamente desenvolvido, existindo uma baixa oferta de infraestruturas de apoio ao turismo e lazer. Estas condições de excelência, aliadas à baixa oferta em termos hoteleiros, foram percebidas por alguns grandes grupos económicos que começaram a intervir no território de Benavente através da construção de empreendimentos turísticos ligados essencialmente à prática de golfe.

Por estes motivos, e para que o sector do turismo cresça de forma sustentável no território de Benavente, urge a necessidade de implementar estratégias que potenciem os recursos

⁷² Plantas que, sendo essencialmente terrestres, estão adaptadas a viverem no mar ou próximo dele, sendo tolerantes à salinidade

⁷³ Turismo de Portugal - PENT: Plano Estratégico Nacional do Turismo

naturais e culturais existentes, sendo para tal necessário planear de forma adequada os espaços destinados a este sector (*ver quadro 4.23 – anexo I*)

- **Património Arquitetónico**

O território do concelho de Benavente, de características tipicamente ribatejanas, apresenta uma biodiversidade muito elevada e uma notável diversidade paisagística. A riqueza ambiental é uma característica que distingue o município, tal como o património histórico, desde a pequena ermida de São Brás, na Barrosa, a Fonte do Concelho de Samora Correia datada de 1758, a Igreja Matriz inaugurada em 1721 ou o Palácio do Infantado, um dos edifícios mais emblemáticos da vila de Samora.

Em Benavente, salienta-se o pelourinho que foi erigido em 1516, o Convento de Jenicó mandado construir por D. Luís, o edifício da Câmara Municipal, com a sua majestosa torre metálica, ou o Museu Municipal instalado num palacete do Séc. XVIII.

Figura 4.24. Capela de São Brás - São Brás – Barrosa



CAPELA DE S. BRÁS - FONTE: CM BENAVENTE

São Brás da Barrosa é uma pequena ermida, situada na margem esquerda do Rio Sorraia e distando cerca de 3 Km da aldeia da Barrosa, constituindo provavelmente o seu núcleo original. Em seu redor reúne-se um conjunto de casas térreas e, anualmente, na quinta-feira da Ascensão, realiza-se ali a Festa de São Brás. Instituída pelo Padre António Fernandes de Moura, tesoureiro da Igreja Matriz de Benavente, esta capela (datada provavelmente do século XV) foi a mais importante entre as várias que se encontravam vinculadas á Matriz. Estamos perante um templo despojado, de uma só nave e de planta retangular. É possível constatar no lavrado da talha, elementos que se enquadram de modo perfeito com a talha Maneirista.

Figura 4.25. Fonte do Concelho - Samora Correia



Fonte do Concelho: CM Benavente

A referência mais antiga que existe da Fonte do Concelho, encontra-se nas "Memórias Paroquiais" de 1758, realizadas pelo Padre Luís Cardoso e que consistiam num inquérito dirigido a todos os párocos. Este documento refere a existência de "*huma fonte chamada do concelho, que suas águas sam boas para os olhos e de que faz menção (...) medicinal*". Embora este documento, constitua a referência documental mais segura sobre a antiguidade desta fonte, as características da sua construção remetem-nos para um período muito anterior, provavelmente para o século XIV, num enquadramento de tradição românica. Muitos dizem que é de origem moura, mas isso não seria possível. Na época dos mouros, toda a margem ribeirinha a Sul do Tejo (onde está situada a vila de Samora Correia), era um ermo. Os mouros não usavam o arco quebrado nas suas construções e a posição da fonte, em relação ao Tejo Velho, permite datá-la como contemporânea da fundação da vila de Samora Correia. Está situada numa das partes mais antigas da vila, incrustada em muros e casas. É uma fonte de construção simples, que apresenta um arco em pedra de dimensões regulares (3,5 metros de largura por 1,55 metros de altura; este arco está tapado com uma parede), abatido e teto abobadado revestido com tijolo. No interior, define-se um tanque com cerca de 70 cm de profundidade. É uma construção que não ostenta quaisquer elementos decorativos.

Figura 4.26. Fonte dos Escudeiros - Samora Correia



FORTE DOS ESCUDEIROS - CM BENAVENTE

Aparece, referida, na planta da vila de Samora Correia de 1790, com este mesmo nome e está situada na única rua da vila que conserva a toponímia original. Podemos ver na própria fonte a inscrição de 1863, que se julgava ser a da sua construção. Mas dados mais recentes, vieram provar que a sua existência é mais antiga. Esta data de 1863, é a data de uma das remodelações a que a fonte foi sujeita e que lhe veio alterar a configuração inicial. Na década de 70, a Fonte dos Escudeiros foi submetida a um novo arranjo, durante o qual abriram, na sua estrutura, um nicho para a colocação de uma imagem religiosa. Ao lado da Fonte dos Escudeiros, existem umas pequenas escadas, que nos levam até um jardim, conhecido em Samora Correia, como o Jardim da Fonte.

Neste jardim, construção mais recente, podemos encontrar um lago construído em 1881 pela Câmara Municipal de Benavente.

Figura 4.27. Fonte de Santo António – Benavente



FONTE DE SANTO ANTÓNIO: CM BENAVENTE

A fonte de Santo António, construída no final do século XVIII, constituiu a primeira canalização pública existente na vila de Benavente. A água era canalizada a partir da Fonte de D. João V, existente nos Camarinhais. As pessoas vinham abastecer-se aqui de água, utilizando as tradicionais quartas d'água.

Figura 4.28. Cruz do Calvário – Benavente



CRUZ DO CALVÁRIO: CM BENAVENTE

Em Benavente, no ano de 1644, foi erigido, no então denominado "Rocio do Moinho de Vento", um Calvário em mármore de Estremoz. O local da construção passou a designar-se por Largo do Calvário. O cruzeiro foi erigido com a seguinte inscrição: "*Esta obra mandarao fazer os irmaos dos Santos Passos em o anno de 1644*". O cruzeiro está envolto por um adro,

sobranceiro ao Rio Sorraia, de onde se avista toda a lezíria, e corresponde ao limite Norte da vila de Benavente.

Imóvel de Interesse Público, Monumento e Área Envolvente. Decreto-Lei n.º 42692 de 30.11.1959.

Figura 4.29. Herdade de Pancas - Porto Alto - Samora Correia



HERDADE DE PANCAS: CM BENAVENTE

A Herdade de Pancas é um dos lugares mais antigos de Samora Correia. É citada em muitos documentos do século XIV. O primeiro documento que a refere, data de 1374, quando D. Fernando a doou, como título de residência, a Álvaro Dias Sarrozeira. Pancas esteve sempre ligada a nobres. Esteve na posse de D. Fernando, 3º Duque de Bragança, que foi Senhor de Pancas até 1483, altura em que D. João II o decapitou em Évora, por conspiração contra o Rei e lhe confiscou todos os bens. Era um dos lugares preferidos da antiga fidalguia, pois está situada bem perto do Mar da Palha e de Lisboa.

No princípio do século XIX (1800), o Senhor de Pancas era José Sebastião de Saldanha Oliveira e Duan, filho dos Condes de Rio Maior, neto do Marquês de Pombal, e que geria a Herdade de Pancas através de administradores e apenas aparecia quando se realizavam caçadas. A Herdade pertence atualmente à família Aires de Carvalho, possui um palácio e uma capela, a Capela do Senhor Jesus da Quinta de Pancas. Em pancas forma encontrados vestígios paleolíticos, nomeadamente utensílios de pedra talhada.

Figura 4.30. Igreja Matriz - Samora Correia



IGREJA MATRIZ DE SAMORA CORREIA: CM BENAVENTE

Em 1718, a Igreja existente em Samora Correia foi destruída, para dar lugar á atual Igreja Matriz, consagrada a Nossa Senhora de Oliveira, Padroeira da freguesia. A atual Igreja Matriz de Samora Correia, foi inaugurada e benzida em 1721, tendo sido mandada construir pelo Pároco Freire Henrique da Silva Araújo, da Ordem de Sant'Iago da Espada. Para além de ser dedicada á padroeira, Nossa Senhora de Oliveira, consagra-se também, como monumento em honra do Apóstolo São Tiago Maior e da Ordem. A sua área coberta é de 650 m² e o átrio vedado com gradeamento de ferro, é de 374,5 m². Mede 14 metros, aos quais acrescentamos mais 6 metros da base das torres sineiras até ao pináculo. Os azulejos que revestem as suas paredes interiores, datam do século XVIII e fazem alusão ao Apóstolo São Tiago. Sobre um grande painel de jarras e florões de variada qualidade, desenham-se quadros da vida de São Tiago Maior, em dois maravilhosos e extensos painéis centrais, de 16 metros de comprimento por quase 2 de altura, ladeados de outros menores. A partir do século XII, São Tiago é apresentado como Apóstolo, pregando e ensinando, guerreiro geralmente a cavalo e com escudo, ou peregrino com manto, bordão, cabaça, largo chapéu e bolsa de couro presa á cintura. Só na Igreja de Samora Correia, ele aparece representado como peregrino-guerreiro, ao mesmo tempo, combatendo a pé, com hábito de peregrino e escudo de guerreiro. Os painéis estão simplesmente assinados por P.M.P.. Os terramotos de 1755 e 1909, provocaram vários danos, entre os quais o derrube de muitos azulejos, que depois foram colados á sorte e sem nexos, tendo portanto, ficado os painéis um pouco desfigurados. O altar-mor é em talha dourada, com a imagem da padroeira; do lado oposto ao da epístola, encontra-se um pequeno retábulo com a imagem de Nossa Senhora do Ó.

Imóvel de Interesse Público, incluindo os altares de talha dourada, os painéis de azulejo e as pinturas murais. Decreto-Lei n.º 41191 de 18.07.1957.

Figura 4.31. Igreja da Misericórdia - Samora Correia



IGREJA DA MISERICÓRDIA - CM BENAVENTE

Esta Igreja teve a sua origem numa antiga Capela do Espírito Santo e data dos finais do século XV, início do século XVI, a avaliar pelos azulejos existentes no seu interior. O edifício da Igreja não conserva, no exterior, o seu traço primitivo. No início do século XVIII foi sujeita a uma remodelação, tendo conservado no interior os azulejos, o Cadeiral dos Irmãos do espírito Santo e o Retábulo, que ainda existe na capela-mor e que representa a Visitação de Nossa Senhora a Santa Isabel. A sua última remodelação ocorreu em 1909. A Igreja da Misericórdia de Samora Correia está encaixada no edifício das antigas cozinhas do Palácio do Infantado. E, antigamente, estava ligada ao antigo Hospital da vila, por um quintal existente nas traseiras das suas instalações. Possui um espólio de imagens muito rico e valioso. Uma bela Pietá do século XVIII (de madeira, ricamente estofada) e o Senhor Jesus das Misericórdias do século XVII (vindo da Capela de Pancas).

Figura 4.32. Convento de Jenicó – Benavente



CONVENTO DE JENICÓ - CM BENAVENTE

Em 1542, D. Luís mandou construir o Convento de Jenicó. Este foi construído no sopé de uma pequena elevação, onde em 1626 foi construído o edifício de que hoje apenas restam algumas ruínas. Desta segunda construção, ainda podemos ver os seus muros exteriores, o arranque de arcarias e uma pequena capela, dedicada a São Baco.

O Convento de Frades Arrábidos, foi construído segundo os preceitos da Ordem Religiosa a que pertenciam. A construção obedeceu a critérios de pobreza e não tinha quaisquer elementos de ostentação; possuía um só dormitório no piso superior, oficinas e uma capela. No piso inferior, tinha a casa de habitação do Infante e um pequeno claustro, cujos lados eram formados por dois arcos que assentavam numa coluna de jaspe. Nesta construção, existiam lindos painéis de azulejos, que foram retirados e aproveitados para revestir as paredes da atual Igreja da Misericórdia de Benavente.

Quinta da Murteira - Samora Correia

A Quinta da Murteira é nomeada no Foral de 1510. Situada a 2 Km's da vila de Samora Correia, esta antiga quinta foi palco de grandes acontecimentos, como por exemplo as conhecidas touradas reais. Existem documentos que referem ter sido aqui, na Quinta da Murteira, que se terá realizado a "Última Tourada Real". Foi também palco de farras no tempo de D. Miguel, havia até quem lhe chama-se a "Quinta da Maroteira". Agora em ruínas, esta quinta parece ter sido algo de grandioso. Dizem que tinha um lindo palácio, que foi destruído pelo fogo, durante um terramoto. Podemos ainda encontrar um antigo forno, uma

adega, uma casa (que parece ser a casa dos serviçais), duas piscinas, bancos de cimento (que devem ter feito parte de um jardim) e duas fontes (que vertem ainda água límpida).

Figura 4.33. Palácio do Infantado - Samora Correia



PALÁCIO DO INFANTADO - CM BENAVENTE

O Palácio da Companhia das Lezírias, atualmente designado por Palácio do Infantado, foi durante muito tempo conhecido como Palácio D. Miguel. Localiza-se no eixo central do núcleo histórico da vila de Samora Correia, assumindo-se como um dos seus edifícios mais marcantes. Datado do final do século XVIII e integrado na antiga Casa do Infantado, nele se fixa, no século XIX, a Administração da Companhia das Lezírias.

O edifício manteve-se até 1976, as suas características iniciais, mas nesse ano foi devorado por um violento incêndio que arrasou todo o seu interior, reduzindo a cinzas importantes valores da história da região e do espólio da Companhia das Lezírias.

Este edifício apresenta uma construção sólida, que envolve um quarteirão e se desenvolve em dois pisos. Apresenta todas as fachadas cortadas por janelas, no piso térreo, e varandas, no piso superior.

O Palácio do Infantado, mesmo destruído no seu interior, permaneceu como referência patrimonial no imaginário coletivo e foi objeto de uma recuperação arquitetónica. Em 1998, o edifício foi reaberto como espaço cultural. Compreende uma Biblioteca, um auditório, galerias de exposição, etc...

Figura 4.34. Palhavã - Samora Correia



PALHAVÃ - CM BENAVENTE

Hoje está perdida na margem esquerda do Rio Sorraia, mas em tempos foi uma propriedade de grande beleza. A meia légua da vila, esta propriedade pertenceu aos Condes de Sarzedas e depois aos Duques de Aveiro. Possuía um pavilhão de caça ou paço, e uma ermida, construída em honra de Nossa Senhora da Guadalupe. Este pavilhão de caça ou paço foi mandado construir pelo Conde de Sarzedas e recebeu o nome de Palhavã por arrastamento, visto o nome estar relacionado com a família Sarzedas. Era um pavilhão magnífico com inúmeras janelas revestidas de pedra, que mais tarde foi convertido em palheiro. A ermida encontrava-se em ruínas, quando em 1941 foi destruída para que fosse construído um valado junto ao rio. Ainda restam algumas portadas e janelas, que mostram a grandiosidade da ermida.

Figura 4.35. Pelourinho – Benavente



PELOURINHO : CM BENAVENTE

Supõe-se que o Pelourinho de Benavente tenha sido erigido em 1516, aquando da atribuição do novo Foral a Benavente por D. Manuel I. enquanto símbolo de jurisdição municipal, o Pelourinho erguia-se junto aos Paços do Concelho, na Praça Principal da vila, onde se encontrava também a antiga Igreja Matriz (derrubada pelo sismo de 1909). No século XVII, o Pelourinho foi transportado para a Praça Nova e colocado á esquerda dos antigos Paços do Concelho, de modo a que nesse local pudessem continuar a ser corridos os touros. Com a construção do novo edifício dos Paços do Concelho, que iria ampliar a área de implantação do anterior, o Pelourinho foi apeado em 1847 e apenas em 1954 foi recolocado, desta vez no centro da nova praça, a atual Praça do Município. O Pelourinho de Benavente "*é de muito boa pedra laurada, alto com os seus ferros, e grimpa, e Cruz de São Bento com suas pomas douradas, com cinco degraus a redondo da mesma pedraria*" (In Tombo do Concelho, 1574). Antes de ser demolido, o Pelourinho já não apresentava a sua construção inicial, uma vez que se podia notar a ausência da grimpa, da cruz e das pomas douradas. Os ferros que ostentava, na altura da sua demolição, também não seriam os originais. Os que existiam nessa altura, eram utilizados para sustentar uma balança, pertença da Câmara Municipal, para pesar todas as manhãs o peixe, antes da venda a miúdo, de forma a esta poder cobrar o Imposto do Pescado (In Rui d' Azevedo).

Imóvel de Interesse Público, Decreto-Lei nº 23122 de 11.03.1933.

Figura 4.36. Câmara Municipal – Benavente



CÂMARA MUNICIPAL: CM BENAVENTE

O edifício da câmara foi construído de raiz para o efeito, em 1875, no local onde anteriormente se situavam os Paços do Concelho. Este edifício albergava, também, o

Tribunal, a cadeia e outras repartições públicas. É uma construção de implantação retangular, definindo um quarteirão e apresenta a sua fachada principal recortada por varandas no 1º piso e janelas no piso térreo.

As restantes fachadas ostentam, igualmente, janelas. A porta principal de acesso, abre num átrio lajeado com pedra e de onde parte uma escadaria central, também em pedra, que se desdobra em duas, dando acesso ao 1º piso. O edifício possui, ainda, dois pisos intermédios, um de cada lado, desnivelados entre si.

Durante o sismo que abalou a vila de Benavente, em 1909, o edifício sofreu alguns danos. O desabamento do varandim que circundava o telhado e numerosas fissuras nas paredes. Quando se realizaram as obras de restauro, foi introduzido um novo elemento, que hoje é uma referência no edifício, uma torre metálica com miradouro e relógio.

Figura 4.37. Atalaia de Belmonte



ATALAIA DE BELMONTE - CM BENAVENTE

A Atalaia de Belmonte integrava, em pleno século XII, o termo de Palmela, representando o seu ponto estratégico mais avançado a Noroeste e definindo os limites com Coruche, através da Ribeira de Canha ou de Santo Estevão. A individualização de Benavente, promovida pela Ordem Militar de Évora, que se concretiza na doação da Carta de Foral em 1200, provoca o desmembramento desta do Castelo de Coruche, passando a Ribeira a delimitar os termos de Palmela e Benavente. Construído antes de 1207, segundo documentação conhecida, o "Castelo de Belmonte" constitui um elemento essencial na consolidação e posse das terras marginais do Baixo Tejo, reconquistadas pelos cristãos. Enquanto comenda da Ordem Militar de Santiago, vinculada a Palmela, Belmonte adquiriu alguma projeção sob o ponto de vista militar, eclesiástico e administrativo. O surgimento de um núcleo urbano, mais a Norte, denominado Samora Correia, com Foral datado de 1512,

conduziu ao abandono quase sistemático deste local. O Baluarte de Belmonte era uma construção tosca, constituída por um Fortim redondo, casas baixas para o pessoal serviçal, uma casa apalaçada para o comendador, uma igreja e um túnel para o rio.

Atualmente, em ruínas, foi a sede da primeira paróquia, tendo como padroeiro São João Baptista. A fortificação medieval de Belmonte exhibe características de construção invulgares, que demonstram a utilização exclusiva da matéria-prima disponível na região, os seixos rolados. A estrutura é composta por enormes calhaus rolados toscamente argamassados que definem uma torre bastante sólida.

Figura 4.38. Garrocheira



OLARIA ROMANA – GARROCHEIRA - CM BENAVENTE

Situada na margem direita do Rio Sorraia, em local outrora bordejado pelo "rio velho", encontramos a olaria romana da Garrocheira, constituída por uma bateria de dois fornos destinados á produção de ânforas, cujo período de laboração, segundo a tipologia das cerâmicas, aponta para os séculos III e IV d.C..

A localização destes fornos, numa zona navegável e de fácil acesso fluvial, imprimiu á época alguma projeção regional, tanto mais que parece provável a sua relação com estruturas semelhantes, situadas na Quinta do Rouxinol (Seixal), em Porto dos Cacos (Alcochete) e, naturalmente, com as fábricas de salga e conservas de peixe de Lisboa, Almada e Setúbal.

CAPÍTULO 5.

O TERRAMOTO DE 1909

- **O impacto do terramoto de 1909 no concelho de Benavente**

Importa falar do terramoto de 1909, momento que veio afetar muitas famílias, postos de trabalho, destruição de património edificado. Um momento que marcou uma geração e, ainda hoje, através de registo fotográfico, memórias partilhadas é descrito como um momento onde tudo se transformou, deixando uma forte e cruel recordação.

O terramoto de 23 de abril de 1909 veio patentear a existência de um foco sísmico na região de Benavente.

“Foi pelas cinco horas da tarde desse dia de primavera, encontrando-se uma grande parte da população fora da vila, nas suas habituais ocupações agrícolas, que o solo benaventense estremeceu numa fúria aterradora, qual navio colhido de surpresa por uma vaga enorme. Tudo veio a terra nesse momento: pessoas, móveis, lares e templos.

Alguns segundos após o violentíssimo choque – apenas o tempo necessário para que se desfizesse a densa nuvem de pó que se levantou da derrocada e para que cada família munida de alguns agasalhos se aprestasse a abandonar o lar destruído – começou a afluir ao largo do Chaveiro gente de todos os pontos da vila. E em breve, estando já de volta dos campos, a classe rural aglomerava-se ali quase a totalidade dos seus habitantes, que pernoitou ao ar livre.”⁷⁴

Descrição quase cinematográfica pela riqueza de pormenores, colocando-nos numa época onde se viveu momentos de verdadeira aflição e, paralelamente, olhava-se em redor e viam-se as memórias “rasgadas” pelo sacudir da terra. Em Benavente, as casas ficaram quase todas destruídas e a Igreja Matriz ruiu. Em Samora Correia, caíram muitas casas e a Igreja Matriz ficou muito danificada. Em Santo Estevão também ruíram casas e houve muitos estragos.

⁷⁴ D’AZEVEDO, Álvaro Rodrigues, Benavente Estudo Histórico-descritivo, Lisboa, 1926:265

Quadro 5.38. Zonas mais afetadas pelo terramoto de 1909⁷⁵



O património religioso foi sem sombra de dúvida o mais afetado, tendo ficado destruídas a Igreja Matriz, a Igreja de Santiago, e a Capela de N.ª. Sra. da Paz (Benavente) e bastante danificada a Igreja Matriz de Samora Correia.

Dos edifícios públicos, apenas os edifícios da Câmara Municipal e do atual Museu Municipal (em Benavente) e o Palácio da Companhia das Lezírias (em Samora Correia) resistiram, mesmo assim com danos relevantes.

No dia seguinte, o rei D. Manuel visita a zona sinistrada e as forças militares começam a instalar tendas de campanha trazendo consigo mantas, camas, roupas. O Hospital Militar da Estrela envia para o local médicos e enfermeiras.

Por todo o país e no estrangeiro foram feitas subscrições, bandos precatórios e récitas de caridade, com a finalidade de angariar meios para acudir aos mais necessitados. Destacam-se as iniciativas levadas a cabo pelos jornais: “Diário de Notícias”, “O Século” e ainda pela Associação Comercial de Lisboa e pelo Clube de Fenianos do Porto, contribuindo assim para a reconstrução e recuperação de habitações e escolas.

Vale a pena ler alguns excertos do Diário de Notícias de então:

⁷⁵ Divisão Municipal de Cultura, educação e Turismo da Câmara Municipal de Benavente: <http://www.cm-benavente.pt>

Os Dias em que o DN Contou: A 23 de abril de 1909 a terra tremeu. Com uma magnitude estimada de 6,7 graus na escala de Richter o terramoto atingiu principalmente Benavente, Samora Correia e Santo Estevão.

“Não se registam muitos desastres pessoais, mas são inúmeros os prejuízos materiais – As autoridades tomam providências imediatas e nas ruas aparecem rapidamente os socorros do corpo de bombeiros, e a guarda municipal e a polícia para defesa dos edifícios públicos e das propriedades particulares – O tremor de terra faz-se sentir em todo o país, mas sem consequências graves – El-rei e o sr. infante D. Affonso percorrem a parte baixa da cidade”.

A notícia publicada, no dia 24 de abril, e que ocupa metade da primeira página do DN, ainda ignora o drama que se vivia em Benavente. Neste sábado, os relatos são sobretudo sobre Lisboa. O longo texto sobre o acontecimento, que prossegue na página dois, é pontuado com destaques informativos que ilustram os momentos mais importantes.

Figura 5.39. Pormenor de uma imagem publicada na capa do DN



Na página dois o DN relata o que se passou no país. E surgem pequenas notícias sobre 32 localidades afetadas. O texto publicado sobre Benavente é do correspondente de Santarém que resume a história em poucas palavras. *“Pediam socorro”*, escreveu.

No domingo, 25 de abril, a manchete do DN revela o drama.

“Quatro povoações em ruínas”. O texto que se lhe segue explica a tragédia. “Uma derrocada pavorosa em Benavente, onde havia cerca de 900 propriedades, não deixa uma só casa habitável; a população acampa nos largos e praças, tendo muita gente fugido para os campos, em Samora Correia e Santo Estevão, do concelho de Benavente, foram também grandes as derrocadas, estando a população tomada de pavor; em Salvaterra são muitas as casas destruídas e na sua maioria tem as paredes fendidas, estando, por isso, inabitáveis”.

O “Grande Tremor” tinha provocado “37 mortos e muitos feridos”. Os deputados tinham aprovado um crédito de “100.000\$00 réis para ocorrer aos desastres produzidos” e “o rei, o senhor D. Affonso e os srs. ministros das obras publicas e da marinha” tinham visitado “as povoações arrasadas”.

Na segunda-feira, na primeira página do DN são publicadas cinco ilustrações da tragédia. A dimensão do “Grande Tremor” é devastadora: “Duas povoações destruidas, 46 mortos e 38 feridos, cerca de sete mil pessoas sem casa e sem pão”. A “catastrophe de sexta-feira” regista ainda uma dúvida expressa na primeira página do Diário de Notícias. “Samora e Benavente resurgirão?”.

A reportagem que ocupa a primeira e segunda páginas do DN sobre a “morte e a desolação” da “terrivel scena” conta que no dia anterior, por ser domingo, “grande numero de pessoas resolveu aproveitar o dia de hontem para visitar os locaes onde o cataclysmo produziu mais terriveis e efeitos”.⁷⁶

Figura 5.40. Pormenor de Acampamento – Ilustração Portuguesa



⁷⁶ <http://150anos.dn.pt/2014/10/22/o-devastador-terramoto-de-1909/> , (12 de maio de 2015)

Figura 5.41. Pormenores e Património destruído – terramoto de 1909



PORMENOR DE ACAMPAMENTO – CENTRO PORTUGUÊS DE FOTOGRAFIA



IGREJA MATRIZ BENAVENTE – ILUSTRAÇÃO PORTUGUESA



CAPELA DE MADEIRA – MUSEU MUNICIPAL DE BENAVENTE



IGREJA MATRIZ BENAVENTE – ILUSTRAÇÃO PORTUGUESA

Figura 5.42. Locais de Benavente após Terramoto de 1909



IGREJA MATRIZ BENAVENTE – ILUSTRAÇÃO PORTUGUESA



RUA NEGUES BENAVENTE – ARQUIVO MUNICIPAL FOTOGRÁFICO /
CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA



IGREJA MATRIZ BENAVENTE – ILUSTRAÇÃO PORTUGUESA



RUA ARCO BENAVENTE – ARQUIVO MUNICIPAL FOTOGRÁFICO /
CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA



NOSSA SENHORA DA PAZ BENAVENTE – ILUSTRAÇÃO PORTUGUESA



RUA DA MISERICÓRDIA BENAVENTE – MUSEU MUNICIPAL DE
BENAVENTE⁷⁷

⁷⁷ Câmara Municipal de Benavente: <http://www.cm-benavente.pt>

Figura 5.43. Locais de Samora Correia após Terramoto de 1909



Benavente – <http://fotos.sapo.pt/fotosamora/perfil>



Samora Correia – Junta de Freguesia de Samora Correia

Dois extratos de periódicos da época dão-nos uma forte imagem em relação ao sucedido, causando enormes estragos nas vidas pessoais, habitações e património:

Correio da Estremadura, 1 de maio de 1909

“Entramos em Samora, a desolada. Parece que o mesmo é entrar num cemitério. Há muitas derrocadas e todas as moradias abrindo fenda pelos cunhais. O enorme barracão das máquinas da Companhia [das Lezírias] está quase inteiramente coberto com a sua cobertura de zinco. A igreja fendida. Não se vê uma alma pelas ruas. Andam nos campos mondando o trigo e chorando as suas 7 vítimas.”⁷⁸

Ilustração Portuguesa, 10 de maio de 1909

⁷⁸ Correio da Estremadura, 1 de maio de 1909 in <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=619750>

“Em Samora, 24 horas depois do cataclismo, todas as casas que ameaçavam desabar tinham sido escoradas. Pela vila silenciosa e deserta apenas ressoavam os passos dos forasteiros, ávidos de emoções violentas, e que os habitantes guiavam mostrando o entulho ensanguentado de onde havia sido removido um cadáver, de um namorado morto sob a fachada do prédio da sua noiva, ou o quarto onde uma pobre mãe ficara sepultada sob a calça com a cabeça do filho enterrada no peito. Por toda a parte a mesma confrangedora resignação, perante o desastre irremediável; uma resignação cheia de nobreza, como se a própria enormidade da catástrofe tivesse fortalecido as almas com uma coragem heroica. Nem uma só mão se estendia para a esmola. Apenas uma criança pedia pão.”⁷⁹

O terramoto de 1909 teve um forte impacto na região e nas suas gentes, o seu património foi bastante “castigado”, causando perdas irreparáveis, restauros incompletos, peças perdidas. Todo este vivenciar do momento foi perpetuado por diversas fotografias que se encontram no vasto e rico acervo fotográfico do Museu Municipal de Benavente, possibilitando-nos uma viagem intensa sobre o momento vivido.

⁷⁹ Ilustração Portuguesa, 10 de maio de 1909 in <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=619750>

PARTE III.

O Museu Municipal de Benavente / Recomendações e Conclusão

CAPÍTULO 6.

O EDIFÍCIO DO MUSEU MUNICIPAL DE BENAVENTE

Figura 6.44. Museu Municipal de Benavente – J. Azevedo



O Museu Municipal de Benavente, denominado Museu Municipal Dr. António Gabriel Ferreira, encontra-se instalado num palacete do século XVIII, mandado construir no antigo “arrabalde” da vila, hoje um dos eixos mais movimentados de Benavente,⁸⁰ por Francisco José Colaço Lobo, antigo lavrador e capitão-mor da vila de Benavente.

O edifício funcionou como casa de habitação até meados do século XX, altura em que foi adquirido pelo Dr. António Gabriel Ferreira Lourenço, para lá ser instalado o Pensionato do Colégio de Benavente. Por testamento deste, a casa foi doada á Câmara Municipal de Benavente para criação de um Museu Municipal, cuja designação deveria incluir o nome do dador.

⁸⁰ www.cm-benavente.pt

A 20 de Dezembro de 1976, foi celebrada a escritura de doação do edifício. Em 12 de Julho de 1981 viria a ser inaugurado o Museu Municipal de Benavente, com a Exposição de Arqueologia "A Arte Rupestre no Vale do Tejo".

O edifício é composto por dois pisos (plantas no anexo III), e originalmente possuía ainda, outras construções anexas para estábulos e armazéns, bem como um pequeno jardim, que facilitava o acesso ao exterior, através de um portão contíguo á fachada principal. Esta fachada principal ostenta varandas no primeiro piso e em baixo, uma porta com frontão de pedra. No piso inferior existe um grande átrio de entrada de onde parte, num dos extremos, uma escadaria em pedra que começa num patamar encimado por dois arcos de cantaria. Em 1983, foi construído um anexo contíguo á casa, reduzindo a área do jardim. Os traços originais do edifício nunca foram alterados, e mesmo com o violento sismo, que em 1909 destruiu quase a vila de Benavente, esta sólida construção não sofreu quaisquer danos.

Figura 6.45. Interior do Museu Municipal de Benavente – J. Azevedo



O Museu Municipal de Benavente é uma entidade permanente da estrutura orgânica da Câmara Municipal de Benavente.

Enquanto entidade de carácter museal, o Museu Municipal integra a Rede Portuguesa de Museus e tem definida como missão a investigação, recolha, interpretação, conservação, valorização e divulgação de testemunhos materiais do homem e do ambiente, no seu território de influência.

Acentuando o carácter de museu de território, o museu reúne um conjunto de coleções de referência na área das alfaias agrícolas, traje, fotografia, cerâmica e ofícios tradicionais; uma vasta coleção de carácter etnográfico reunida ao longo de cerca de 40 anos por um habitante local – o Sr. Joaquim Parracho. O desenvolvimento deste trabalho de recolha realizado por um apaixonado pelas tradições e património da sua região permitiu a criação de uma relação importante e duradoura entre a comunidade mais velha e o seu museu.

Por outro lado, a recolha exaustiva de todos os objetos da vida quotidiana, familiar e de trabalho, evitou o seu desaparecimento físico e conseqüentemente o esquecimento da memória coletiva.

- **Núcleo Museológico Agrícola**

O Núcleo Museológico Agrícola, criado em 2000, encontra-se instalado no antigo Matadouro Municipal de Benavente e, mais do que uma proposta de musealização de um espaço relevante no quadro do património industrial concelhio, apresenta uma exposição que assume em pleno a vivência rural desta região. A exposição conduz-nos através do calendário agrícola tradicional, iniciando o percurso nas características da Borda-d'água e seguindo por cada uma das fases de produção, cuja materialização é possível graças ao espólio presente no Museu Municipal.

O Matadouro Municipal de Benavente foi construído em 1890, seguindo o projeto definido em 1886, embora apresentando alterações significativas, nomeadamente no que respeita à diminuição da área de implantação e à redução do número de corpos que compõem o edifício. Como resultado destas alterações, o Matadouro Municipal de Benavente, ficou menor mas manteve a linguagem arquitetónica e orgânica inicialmente propostas.

Enquanto estrutura industrial o Matadouro Municipal de Benavente laborou de forma contínua até ao final da década de 70, altura em que foi completamente desativado.

No decorrer da sua atividade foram realizadas algumas obras de recuperação e adaptação a novas exigências, mas o edifício manteve inalteradas as suas características essenciais.

Figura 6.46. Núcleo Museológico agrícola – J. Azevedo



De salientar que o edifício onde hoje se encontra o Núcleo Museológico (antigo Matadouro) destaca-se da malha envolvente pela simetria do seu alçado principal, pelo cromatismo utilizado nos vários elementos constitutivos e ainda pela sua situação visual privilegiada em relação a um dos principais eixos de acesso a Benavente.

A volumetria dos corpos e a harmonia da fachada tornam esta construção uma referência na malha urbana. Os elementos trabalhados em madeira são pintados a vermelho sangue-de-boi, sobre os panos de parede em ocre que repousam sobre um saco cor de cinza. A

acrescentar a esta paleta cromática dever-se-á referir os gigantes do portão em pedra talhada a pico grosso e juntas em bujarda fina e as cantarias das janelas e dos óculos em liós, também com o mesmo acabamento.

No Núcleo Museológico Agrícola podemos ver uma exposição das alfaias agrícolas, o que iremos abordar neste trabalho e uma extensão do Museu Municipal onde somos convidados a observar pelas diversas fotografias e objetos os diversos trabalhos inerentes ao calendário agrícola: preparação da terra, o animal e o trabalho, os campinos, os ranchos, as sementeiras, a ceifa, a debulha e os transportes.

O surgimento deste Núcleo Agrícola, mais do que uma proposta de musealização de um espaço relevante no quadro do Património Industrial concelhio, apresenta uma exposição que assume em pleno a vivência rural da região. O edifício assume, sem qualquer dúvida, uma dupla valência; se por um lado, nos é permitida a leitura da sua própria memória através da permanência de alguns elementos de referência, por outro conduz-nos através do calendário agrícola tradicional, cuja materialização é possível tendo como suporte o espólio presente no Museu Municipal de Benavente.

CAPÍTULO 7.

O MUSEU MUNICIPAL DE BENAVENTE

O projeto para a criação do Museu Municipal de Benavente resultou de um conjunto de fatores que, em articulação coesa, permitiram reunir uma equipa técnica para a respetiva coordenação efetiva, um edifício para a instalação da estrutura e uma coleção notável, quer na quantidade de materiais, quer no próprio valor patrimonial.

A partir da década de 80, assistiu-se ao grande impulso da Museologia e dos Museus, em estreita relação com a mudança experimentada no respeito e valorização do património histórico por parte da sociedade em geral. O conceito de museu resulta deste processo proporcionando novas tendências nos princípios museológicos, nos programas museográficos e nos próprios serviços que a instituição deve prestar. Esta deverá dar respostas às necessidades criadas com a renovada relação Museu – Sociedade, proporcionando junto dos diferentes públicos o conhecimento, valorização e salvaguarda dos recursos histórico-patrimoniais no sentido do desenvolvimento da comunidade e identidade local.

O Museu de Benavente é considerado um museu de território, possui coleções relevantes no âmbito de alfaias agrícolas, do traje, da cerâmica e dos ofícios tradicionais. A sua coleção de fotografia constituída por centenas de registos representa um complemento essencial para a compreensão das vivências tradicionais, promovendo a articulação entre aspetos relativos à cultura material e aos comportamentos.

Por sua vez, as coleções de alfaias agrícolas e traje dão expressão viva às diversas atividades desenvolvidas na região desde o final do século XIX.

A criação em 2000, do Núcleo Museológico Agrícola, instalado no antigo Matadouro Municipal, permitiu o alargamento do conceito formando a estrutura polinucleada. Neste núcleo o programa museológico previu a instalação de uma exposição permanente “Calendário Agrícola”, bem como a preservação do edifício, como exemplo do património industrial.⁸¹

Podemos então afirmar que, o Museu Municipal de Benavente para além da função primordial da recuperação, divulgação e preservação de todo um vasto e diverso património cultural de uma comunidade, desempenha também um forte papel social e de inclusão. Além disso, deve assumir, cada vez mais, como uma plataforma dinâmica de desenvolvimento económico, turístico, promoção da região e, conseqüentemente, contribuindo como verdadeira ferramenta a ser utilizada em prol do desenvolvimento local.

Claro que para tal, é essencial e vital o apoio da autarquia e do governo central, se bem que, ultimamente se tem falado muito da municipalização dos museus...questiona-se se esta transferência de competências para as autarquias locais, para além de “aliviar” o Estado, sobrecarregando as autarquias que, bem sabemos, encontram-se financeiramente débeis e existe uma maior necessidade de recursos humanos devidamente qualificados, terá a continuidade do apoio estatal, pois este não pode “ausentar-se” do seu papel de apoio e incentivo ao desenvolvimento cultural, económico, turístico e social que são fatores estruturantes para um verdadeiro desenvolvimento regional. Mas, sobre este assunto falaremos mais à frente.

Regressando ao Museu Municipal de Benavente, o seu surgimento deve-se a um cidadão muito conhecido na região, reconhecido o seu valor por pesquisar, descobrir, recolher o património perdido da região e, paralelamente com a sempre preocupação em o divulgar, dar

⁸¹ Museu Municipal de Benavente

a conhecer aos mais novos - **Joaquim Rodrigues (Parracho)** 1920-1989, natural de Benavente.

Figura 7.47. Joaquim Rodrigues (Parracho) ⁸²



Durante muitos anos foi funcionário da Câmara Municipal de Benavente, onde desempenhou diversas funções. Foi também responsável pelo mercado diário e mensal da vila e coordenava a realização da Feira Anual de setembro, entre outros eventos de responsabilidade camarária.

Afável no trato, curioso, dedicado e conhecedor da terra e das suas gentes, abraçou a difícil tarefa de recolher muitos objetos da vida quotidiana, familiar e de trabalho que hoje constituem grande parte do espólio museológico. Após a criação do Museu Municipal em 1980, Joaquim Parracho continuou a exaustiva recolha de objetos até à data do seu falecimento. O desenvolvimento deste trabalho, sobretudo junto de particulares, permitiu a criação de uma relação importante e duradoura entre a comunidade local e o Museu Municipal. O seu nome está perpetuado numa sala de exposições à entrada do edifício e na principal rua do maior bairro da vila de Benavente.⁸³

O Museu de Benavente assume-se como um importante centro onde a ruralidade de uma região e conseqüente património são temas que se cruzam e se debatem e onde a investigação, dinamização de diversas ações lúdicas e pedagógicas, visitas guiadas e exposições tornam-se vias de divulgação, conhecimento e reflexão sobre a diversidade patrimonial da região que abarca, como já vimos anteriormente, diversas componentes

⁸² Museu Municipal de Benavente

⁸³ Museu Municipal de Benavente

(paisagem, edifícios, técnicas, alfaias, traje, vivências, festas e rituais...), um vasto e rico património material e imaterial, cultural, edificado, natural e paisagístico.

Ao longo dos últimos anos, tem-se esforçado para, não só preservar, como dar a conhecer o valor de todo um passado, torna-lo conhecido, acessível e, paulatinamente, interativo com as diversas camadas da população, contribuindo para o desenvolvimento sustentável da região e do salutar reforço de pertença, de identidade e também autoestima.

Por isso, é uma constante, a preocupação da pequena equipa que compõe o Museu, na realização das diversas exposições e ações pedagógicas (apenas destinadas aos alunos do 1º e 2º ciclos) de dar a conhecer a importância, o impacto que a paisagem da região, modificada ao longo dos tempos, através das diversas intervenções das populações num contexto rural, explorando não só os recursos da terra como mostrando o trabalho realizado para poderem e, muitas vezes, sobreviverem com os produtos provenientes da terra; dar a conhecer os múltiplos bens imóveis, como as construções utilizadas na exploração agrícola, os instrumentos (alfaias) utilizados ao longo dos tempos, assim como o artesanato e indústria; divulgar a decoração das casas particulares, a sua estrutura, mobiliário, as construções religiosas (dando a conhecer a decoração, as igrejas e capelas existentes na região); mostrar as tradições ligadas à terra, ao trabalho no campo (inseridas, muitas vezes, no calendário agrícola), os dias festivos, a religiosidade, a música, os cantares, os trajes, tradições não escritas, a importância da literatura oral (contos, lendas); dar a conhecer os diversos produtos saídos da terra, os animais utilizados na lavoura, a culinária, as diversas profissões existentes na região, muitas já inexistentes.

Todos estes diferentes elementos quando mostrados, divulgados e devidamente explicados às novas gerações, aos visitantes, conferem-lhe não só um sentido de valor para toda a comunidade como também para o território onde o Museu está inserido.

A equipa do museu, mediante o regulamento, com o qual se regem (anexo 2) tem procurado assinalar os diversos elementos que compõem o diversificado património existente e, paralelamente localizá-los, datá-los e inventariá-los, este trabalho, para além da respetiva inventariação contribui para um eficaz e eficiente trabalho de preservação e respetiva valorização patrimonial.

Claro que todo este trabalho descrito é, importa realçar de novo, por uma reduzida equipa que compõe o quadro de pessoal do museu. Esta equipa é multifacetada, resultante de um trabalho realizado em verdadeira e coesa equipa (responsável pela inventariação dos materiais que compõem o acervo, pela divulgação, montagem e organização das exposições,

da pequena loja de produtos da região e alusivos ao museu (livros, catálogos das exposições, folhetos...), responsáveis ainda pela organização e dinamização de diversas ações lúdico-pedagógicas onde, através de personagens criadas e vestidas, mais uma vez, por todos os elementos da equipa do museu, dão a conhecer através de “uma viagem pelo tempo” a região de Benavente noutros tempos. Estas histórias vivas são muitas vezes contadas e encenadas nas instalações do museu e, muitas outras nas escolas da região e em outros espaços como no palácio do infantado, promovendo a itinerância do museu, pois o mesmo tem instalações muito reduzidas, para um vasto espólio que se encontra “oculto” aos olhos dos visitantes, de toda a comunidade.

CAPÍTULO 8

MUSEOLOGIA E COLECIONISMO NA VILA E A SUA EVOLUÇÃO EM RELAÇÃO AO SEU PATRIMÓNIO E HISTÓRIA

Antes de abordar o acervo museológico do Museu Municipal de Benavente e o seu impacto na região, importa referir as alterações que o museu foi sofrendo, não só como espaço expositivo, mas também como pensamento museológico.

Da mera paixão de um habitante local que foi recolhendo e conservando diversos artefactos, fotografias e outros testemunhos materiais e imateriais, dando azo à criação de uma “montra” onde os diversos materiais eram expostos para gáudio de quem os tinha doado conhecimento de alguns curiosos e estudantes que, por obrigação, visitavam o museu, observando os objetos, as fotografias de forma descontextualizada e sem qualquer ligação com o presente, tornando o espaço um local “amorfo” e pouco atrativo, o que veio a refletir-se ao longo dos anos, numa frequência muito reduzida pelos habitantes locais e turistas.

Muito recentemente, a autarquia, percebendo-se da grande importância histórica, etnográfica e cultural de todo o acervo, começo a perspetivar o museu como um local de constante viagem entre passado e presente, dispondo e contextualizando as diversas peças pertencentes ao seu acervo, enquadrando-as de forma cénica, temporal e espacial para uma melhor compreensão pelas gerações mais novas e fidelização de novos públicos através do carácter lúdico, informativo e pedagógico – numa verdadeira visão integrada na nova museologia.

Esta nova visão sobre a realidade museológica fundamenta-se em dois eixos essenciais: o primado do indivíduo/visitante sobre o do objeto e a consideração de que o museu é um instrumento ao serviço da sociedade e do património.⁸⁴

Desta forma, embora paulatinamente, o museu tem assumido um papel mais relevante e responsável perante o seu acervo, o espaço onde está localizado e as constantes transformações da sociedade, sensibilizando-se e compreendendo as diversas e distintas necessidades da mesma.

Entende-se assim que, qualquer atividade museológica deve ter subjacente um carácter pluridisciplinar e integrador da comunidade e do território onde se insere o museu, isto é, a conceção de um museu ativo e participado. A evolução do pensamento museológico traduz-se numa reflexão sobre a melhor forma do museu servir não só a comunidade, mas também a designada aldeia global e as suas necessidades informacionais. Daí que a informação seja considerada o quarto recurso das organizações pós-industriais, juntamente com os recursos financeiros, humanos e materiais.⁸⁵

Da mera conceção tradicionalista de objeto museológico valorizado pela sua materialidade e utilização, passa-se agora (gradualmente) à valorização e compreensão do objeto observado como documento, como fonte ilimitada de informação. Esta perspetiva introduz potencialidades sobre o que é um objeto museológico e amplia a conceção teórica sobre a museologia e, paralelamente e mais importante, aproxima o espaço museológico do local onde está inserido, convidando a todos, sem exceção a visitar e a perceber o espaço onde habitam e trabalham. Daí assistir-se à realização de exposições temporárias que são novos olhares da terra que está em constante mudança e que não esquece o seu passado - conjugando o passado e presente, aposta-se num verdadeiro enriquecimento do património local, pleno de contrastes e emoções que importa descobrir.

Claro está que muito há a melhorar, nomeadamente na alteração e recriação do conceito de serviços no museu. Embora as dificuldades financeiras sejam escassas, importa repensar todo o espaço envolvente, criando novos serviços complementares e atrativos (loja, zona de restauração, estacionamento...) indo ao encontro das exigências dos visitantes e potenciando o aumento de novas visitas.

⁸⁴ FERNÁNDEZ, Luis Alonso – Introducción a la nueva museología. Madrid: Alianza Editorial, 1999:16

⁸⁵ TORRES, Maria Teresa Marín – Historia de la documentación museológica: la gestión de la memoria artística. Gijón: Ediciones Trea, 2002:296;

Além disso importa transformar o ambiente museológico e do próprio museu, pois têm um papel determinante quer na atitude do visitante e nas suas futuras intenções de voltar, quer na sua vontade de recomendar a experiência a amigos e conhecidos. Acresce ainda, que o ambiente pode ser usado como elemento diferenciador do museu, permitindo perpetuar o significado da marca e unicidade na mente do visitante, criando uma vantagem competitiva para a atração por herança cultural.⁸⁶

Da monodisciplinaridade o Museu de Benavente tem feito um trabalho, que ainda é reduzido mas importante, em rumo à multidisciplinaridade: *“el museo tradicional construye sus actividades sobre un enfoque monodisciplinar heredado de la constitución de disciplinas científicas autónomas del siglo XIX (historia del arqueología, etnología, ciencias naturales, ect). El nuevo museo antepone enfoque interdisciplinal y ecológico, el acento estriba en las relaciones entre el hombre y su medio ambiente natural e cultural”*⁸⁷.

Triunfa um sistema mais aberto tendo como objetivo o património doado pela comunidade ao invés das tradicionais coleções cujo intuito era unicamente preservar. Há efetivamente uma consciencialização da comunidade relativamente à existência e ao valor da sua própria cultura em que se apela à participação dos cidadãos.

CAPÍTULO 9

O ACERVO MUSEOLÓGICO E EXPOSIÇÕES

- **O acervo museológico**

Importa salientar que o MMB apresenta uma política de incorporações definida de acordo com a sua missão, encetando um programa que objetiva a continuidade do enriquecimento do acervo museológico no âmbito da temática definida – património histórico do concelho. Para além das coleções já existentes, heterogéneas e distribuídas por diferentes temáticas da história e património da região, são também incorporados no Museu os seguintes bens culturais:

⁸⁶ Bonn, Mark; Joseph- Mathews, Sacha; Dai, Mo; Hayes, Steve e Cave, Jenny e (2007), “Heritage/Cultural Attraction Atmospherics: Creating the Right Environment for the Heritage/Cultural Visitor”, *Journal of Travel Research*, 2007:45, 345-354;

⁸⁷ FERNÁNDEZ, L. (1999) – *Introducción a la nueva Museología*, Alianza Editorial, S.A, Madrid, 1999:83;

- a) Os adquiridos pelas dotações orçamentais da Câmara Municipal de Benavente ou por verbas extraordinárias destinadas especialmente para esse fim;
- b) Os resultantes de legados ou doações;
- c) Os que venham a ser expropriados, nos termos previstos da Lei n.º107/2001, de 21 de setembro;
- d) Os que, em virtude de contenciosos com terceiros, sejam dados em pagamento;
- e) Outros que, em virtude de transferências ou permutas sejam considerados propriedade do município;
- f) Os que resultem de trabalhos arqueológicos e de achados fortuitos realizados na área do concelho de Benavente;
- g) Os que derivem da atividade do Museu.

Estes bens culturais são incorporados nas coleções distribuídas pelos seguintes temas: arqueologia, etnografia, traje, alfaia agrícola, cerâmica, fotografia e pintura.

Como já verificámos, o Museu Municipal de Benavente assume-se como um verdadeiro Museu de território, possui coleções relevantes no âmbito da alfaia agrícola, do traje, da cerâmica e de ofícios tradicionais.

- **A Fotografia: Impressão digital de uma região**

A sua coleção de fotografia, constituída por centenas de registos, representa um complemento essencial para a compreensão da vivência tradicional, promovendo a articulação entre aspetos relativos à cultura material e aos comportamentos.

Muito importantes são as diversas exposições fotográficas que são realizadas, representando um verdadeiro testemunho das vivências das populações ribeirinhas, dando-nos um verdadeiro enquadramento histórico e social. Muitas são as exposições que têm sido realizadas dando-nos um novo olhar dos trabalhos realizados e, em contraste com o acervo existente, evidenciam uma região em mutação, cumprindo-se assim o papel do museu: contar uma história, revelar o quotidiano de um tempo que não quer parar.

Todo o arquivo fotográfico existente no Museu dá-nos um verdadeiro conhecimento integral do território nas suas múltiplas atividades, no trabalho ou nas relações sociais e ainda na fixação de momentos de referência como por exemplo os registos anteriores ao terramoto de 1909, da catástrofe ou da reconstrução do concelho.

Não nos esqueçamos que, a fotografia não se apresentava, então, como um recurso fácil e acessível a todos, captar um cenário, uma pose ou um determinado ângulo, exigia rigor.

Através deste importante acervo fotográfico somos levados a viajar no espaço e no tempo e vivenciar as mudanças significativas, nos modos de trajar, nas tradições lúdicas e religiosas (feiras, festa brava, eventos religiosos,...) e mesmo na atitude perante a câmara – a fotografia torna-se assim um verdadeiro instrumento para a construção e para a real perceção da identidade de toda uma região.

Todo este vasto acervo fotográfico é usado para organizar diversas exposições temáticas não só no espaço do MMB, como também noutros espaços do concelho, sendo de referir o Palácio do Infantado – Samora Correia, onde muitas vezes são realizadas exposições, promovendo o diálogo de gerações, conhecimento e descoberta dos usos e costumes de uma região, avivar de memórias. Um acervo de enorme riqueza, ao cuidado da reduzida equipa técnica que muito faz para preservar este legado e torna-lo público, muitas das fotos estão já devidamente inventariadas e encontram-se disponíveis ao público através do blog do museu:

<http://picasaweb.google.com/museubenavente>

Figura 9.47. Acervo Fotográfico (alguns exemplos das tradições) – Museu Municipal de Benavente – MMB e de J. Azevedo



O IMPACTO DO TERRAMOTO DE 1909 NO PATRIMÓNIO DA REGIÃO



O TRAJE FEMININO



O CAMPINO – PERSONAGEM ICONOGRÁFICA DA REGIÃO



O PATRIMÓNIO NATURAL – A SUA IMPORTÂNCIA NA REGIÃO

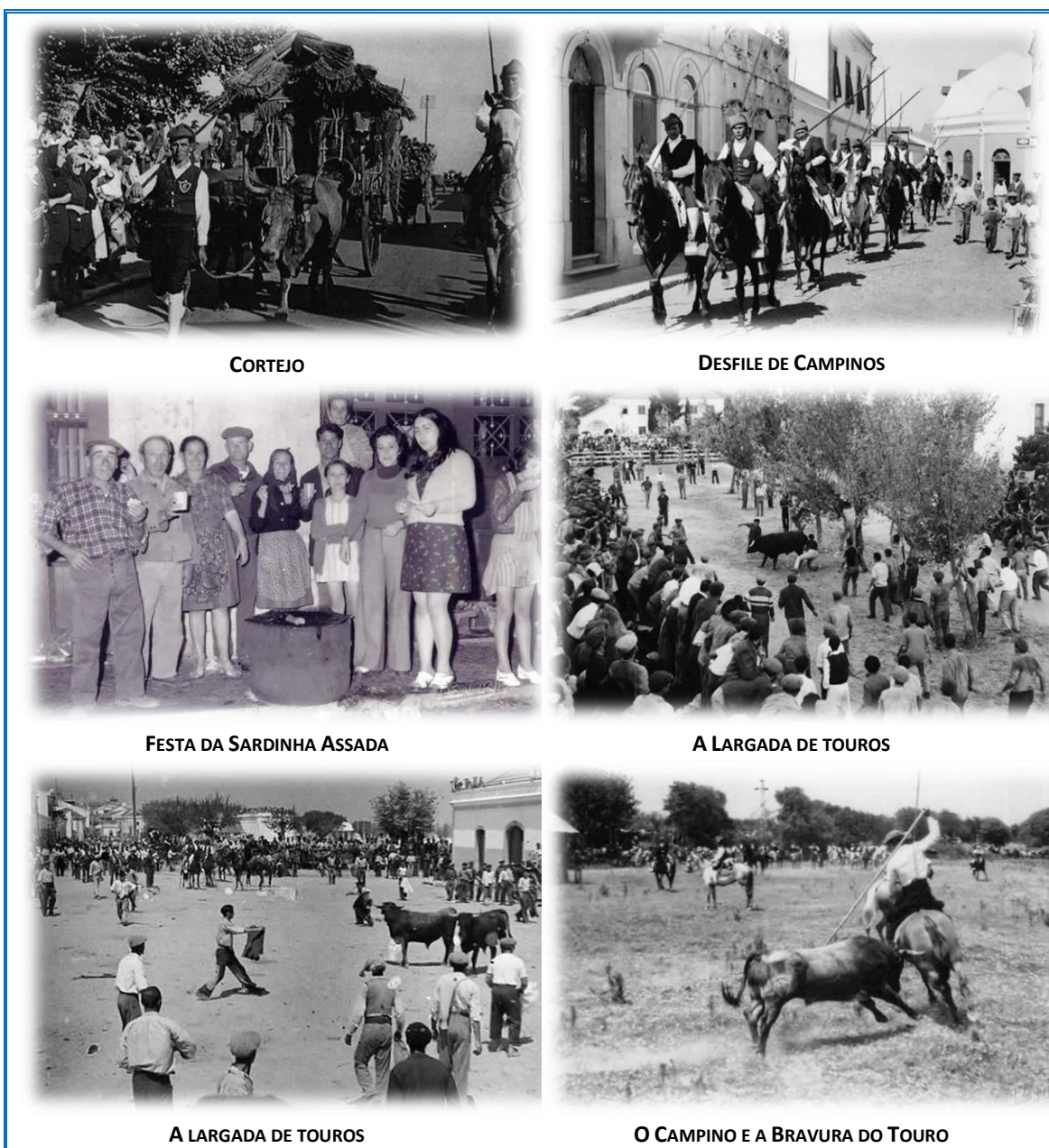


EXPOSIÇÃO DE FOTOGRAFIA SOBRE A IMPORTÂNCIA DA RELIGIOSIDADE NA REGIÃO



EXPOSIÇÃO NO NÚCLEO AGRÍCOLA – CENAS DO TRABALHO RURAL DO TRAJE FEMININO

Figura 9.48. Acervo Fotográfico (alguns exemplos das tradições) – Museu Municipal de Benavente



<http://www.sardinhassada.net>)

- **Religiosidade**

Voltando à religiosidade esta está muito marcada no concelho, contudo as tradições, rituais e memórias tem sido preservada pelos mais antigos e pelo acervo fotográfico existente no MMB, dando-nos a conhecer, geração presente e gerações vindouras a importância da religião na região a par de outras atividades consideradas profanas.

Benavente como já tivemos oportunidade de caracterizar, é uma região tranquila, onde a atividade agrícola teve sempre um forte impacto económico e social e, onde a sua ligação telúrica à terra e na sua relação com o divino, o sagrado se reflete através da simplicidade das suas orações, como reação aos fenómenos naturais, do desconhecido, dos seus anseios, medos, alegrias, crenças e rituais.

Da mentalidade rural tradicional, fazem parte numerosas práticas de religiosidade popular a par da perpetuação de um pensamento religioso que é a expressão de um sagrado omnipresente no quotidiano das populações.

Existe, pois, uma esfera do sagrado que remete para uma natureza divina de quem se espera socorro e proteção, mas que, ao mesmo tempo, incute respeito e temor.⁸⁸

A título de curiosidade e, para mostrar o impacto da religiosidade no dia-a-dia da região, a simplicidade e singeleza das orações que eram ditas para cada momento, muitas destas orações chegaram até aos nossos dias pela oralidade, onde os mais antigos tentam partilhar aos mais novos, um importante legado patrimonial que corre o risco de se perder e que importa preservar:

Ao sair de casa para o trabalho, o trabalhador pedia, desta forma singela, a proteção divina contra as astúcias do satanás:

*Da minha casa vou sair
P´rá minha casa vou governar
Que os anjos acompanhem
Os passos qu’eu hei-de dar
Deus comigo, eu com Deus
Deus à frente, Deus atrás
Deus me livre
Das astúcias de Satanás.⁸⁹*

Algumas cantigas, de sabor bem popular, ajudavam a passar o tempo e faziam até esquecer a do trabalho, como estas:

*Lá no Convento
No fim da oração
Dancemos o fandango
Senhor Sacristão*

⁸⁸ LOPES, Aurélio, *Religião Popular no Ribatejo*, Santarém, Assembleia Distrital de Santarém, [?]:14 - 33

⁸⁹ SILVA, Mário Justino; HENRIQUES, Maria Filomena Santos, *Aspetos da Religiosidade Popular no Concelho de Benavente*, Benavente, Câmara Municipal de Benavente, 1999:16.

*Benavente, Salvaterra
Jericó fica no meio
As meninas de Samora
Dançam com todo o anseio.*

*Jesus Cristo andava na rua
Batendo de porta em porta
Bateu na minha e na tua
Responder é o que importa.⁹⁰*

Todas estas pequenas orações ajudavam a suportar mais um dia de trabalho nos campos, alimentava as almas que em cada momento de aflição ou de graças procuram a resposta junto da Virgem Maria, entende-se assim porque as festas e romarias que se realizam e continuam a efetuar são dedicadas a Maria. São disso exemplo as festas em honra da Nossa Senhora da Oliveira, Nossa Senhora da Guadalupe e Nossa Senhora de Alcané (Samora Correia), Nossa Senhora da Paz (Benavente).

Como bem refere Silva – A ligação mística à terra, as épocas de crise produtiva e a situação de pobreza das populações, parecem ser fatores que influenciam o pensamento religioso de uma população que interpreta a fertilidade da terra como o resultado direto ou indireto de uns quaisquer poderes superiores. E de tal modo assim era que, em tempo de seca, recorria-se a esta forte ligação com o culto mariano de forma a obter benesses e ajuda no campo.

A par desta forte religiosidade acompanha em paralelo, um forte legado de crenças e superstições, do desconhecido, do misterioso, povoadas de seres do mal, contra os quais, reunidas à lareira, as avós balbuciam os seus esconjuros e ensinam aos ais pequenos histórias de “cortar a respiração”. Todas estas ladainhas, histórias fora, através dos tempos, transmitidas oralmente, o que coloca em risco a sua salvaguarda e preservação.⁹¹

Claro que o vasto acervo fotográfico do MMB atesta estes momentos, onde demonstram a forte religiosidade e o seu impacto na vida de quem vive e trabalha nesta região ribatejana. Seria também importante, apesar de Mário Justino Silva e Maria Henriques terem feito uma

⁹⁰ SILVA, Mário Justino; HENRIQUES, Maria Filomena Santos, *Aspetos da Religiosidade Popular no Concelho de Benavente*, Benavente, Câmara Municipal de Benavente, 1999:17.

⁹¹ SILVA, Mário Justino; HENRIQUES, Maria Filomena Santos, *Aspetos da Religiosidade Popular no Concelho de Benavente*, Benavente, Câmara Municipal de Benavente, 1999:15 e 25

recolha importante de orações, ladainhas⁹², existe ainda muito a descobrir e que importa investir em prol de preservar este vasto património cultural.

Figura 9.49. A Religiosidade em Benavente – Fotos: Museu Municipal de Benavente/Samora online/Vida Ribatejana



PROCISSÃO RELIGIOSA – A PRESENÇA DO CAMPINO

U terramoto no Ribatejo



Em Benavente, — Imagem de Nossa Senhora da Fim que as mulheres do povo foram buscar à ermitagem exposta, recolhendo-a ao acompanhamento da procissão. António

O PAPEL DA RELIGIOSIDADE APÓS O TERRAMOTO DE 1909



O PAPEL DA RELIGIOSIDADE APÓS O TERRAMOTO DE 1909



PROCISSÃO



NOSSA SENHORA DA OLIVEIRA – SAMORA CORREIA

⁹² Mário Jacinto Silva e Maria Filomena Santos Henriques são dois professores que, no âmbito de uma ação contínua em que participaram, demonstraram o seu interesse para a necessidade de conhecer e utilizar didaticamente um vasto património cultural relacionado com o quotidiano e com a mundividência das populações rurais do concelho de Benavente, originado o livro: *Aspetos da Religiosidade Popular no Concelho de Benavente*.



- **O Traje Ribatejano**

Relativamente ao traje e as formas de trajar de então, são um contributo essencial para a compreensão do Homem inscrito num espaço físico definido e condicionado por fatores de ordem cultural, económica, social e psicológica.

Toda a vivência ribatejana foi sempre construída e cimentada à volta da terra; no trabalho nos campos, no cultivo do arroz, criação de gado bovino e equídeo. A terra é, por assim dizer, metaforicamente falando, o útero o regaço de toda uma região, pois a ligação com a terra é forte; existiu sempre uma unidade coesa, experiências partilhadas em conjunto. Destaque-se os trabalhos nos campos, o terramoto de 1909, a guerra colonial onde, como em todo o país, os homens, saem, deixando a gestão da casa e a educação entregue às mulheres que, muitas delas deixam de usar roupas mais coloridas, para passar a usar cores mais sóbrias e escuras; são elas, tal como a terra da vasta lezíria, o pilar sustentável de toda uma região de toda uma história local.

Como muito bem descreve Aurélio Lopes: são as mulheres do campo; de opiniões firmes e decididas que não mandavam dizer por ninguém o que tinham a dizer. Camponesas morenas de corpo robusto e pelo na venta, de sonoras gargalhadas e língua afiada, temperadas da geada e do calor da lezíria. Participantes, pouco discretas, de um universo laboral particularmente duro, instável e, principalmente, competitivo!⁹³

Esta ligação à terra ribatejana através do trabalho duro, da vivência sóbria, acaba por refletir-se no guarda-roupa feminino: cores variadas, com predominância para os tons discretos. As

⁹³ http://www.folclore-online.com/textos/carlos_gomes/barrete_campino_fotos.html#.VWNH-E9Viko (15 de julho de 2015)

saias podem ser azuis, pretas, verdes e castanhas. Já as blusas são mais claras e os aventais (quando envergados) de cores mais vivas e lenços de cabeça pouco garridos. No entanto, é no traje de festa que a mulher do Ribatejo se aplica, usando saia rodada através do emprego de largas pregas laterais desenhando maior volume para trás. Sob a saia usa saiote e colotes, que apresentam um ligeiro folho de bordado inglês, conferindo ao conjunto grande requinte. A blusa de gola redonda, rematada com folho de bordado inglês, tal como na carcela e nos punhos.

Figura 9.50. Museu municipal de Benavente – Sociedade/Traje – Museu Municipal de Benavente / J. Azevedo



FOLCLORE RIBATEJANO – A COR DO TRAJE – SÍMBOLO DE UMA REGIÃO



EXEMPLOS DO TRAJE NA REGIÃO DE BENAVENTE



O CAMPINO - FANDANGO



A MULHER NO CAMPO – O TRAJE FEMININO



TOURADA - FORCADOS



A EDUCAÇÃO



VISITA DE AMÉRICO TOMAZ A BENAVENTE



VIVER EM BENAVENTE – A CHARCUTARIA

É na confeção do avental que a mulher se esmera, demonstrando os seus dotes de bordadeira, e a sua imaginação na escolha dos bordados e na confeção do modelo. Calça meias de renda branca e sapatos de carneira de cor natural.⁹⁴

Figura 9.51. Traje da Mulher Ribatejana – Museu Municipal de Benavente



⁹⁴ <http://trajesdeportugal.blogspot.pt> (15 de julho de 2015)

A figura masculina é, também ela, uma figura importante na estrutura social e familiar da região; homem trabalhado, habituado a uma vida dura nos campos, ao confronto constante com os touros – são os Campinos, figuras tão típicas nas lezírias ribatejanas, e ícones do folclore nacional, como o comprova este transcrito de Oliveira Martins dos finais do século XIX:

" (...) *chegamos ao Tejo (...). Nele com efeito o campino nos traz à ideia o tipo dessas raças da África setentrional, Líbios ou Mouros cujo sangue anda misturado nas nossas veias.* " ...
"A cavalo, de pampilho⁹⁵ ao ombro, grossos sapatos ferrados, gorro vermelho na cabeça, o Ribatejano, pastoreando os rebanhos de toiros nas campinas húmidas e vicejantes, é como um beduíno do Nilo (...) ".⁹⁶

Com a implantação do Estado Novo em Portugal, o campino até então um mero e simples trabalhador rural, foi transformado num arquétipo social, uma referência simbólica onde a Nação se reconhecia e através do qual se procurava dar às pessoas um motivo de orgulho nacional.

A máquina propagandista do SNI⁹⁷, torna o Campino uma das personagens do seu universo vivencial, elevando-o a símbolo do homem ribatejano, num processo de sublimação mítica que o virá a tornar, gradualmente, arquétipo nacionalista do cavaleiro português de antanho. Essa transformação refletiu-se no traje de festa, que mais não passa de uma farda fornecida pelos patrões e devidamente identificada com o monograma da Casa Agrícola, para que os seus campinos os representassem com garbo nas feiras e festas onde se deslocavam com o seu gado.

Assim, distinguem-se claramente dois tipos de trajes:

⁹⁵ Vara comprida usada pelos campinos do Ribatejo

⁹⁶ MARTINS, Oliveira, História de Portugal, Edições Vercial, capítulo IV – A Terra e o Homem, p.35, <http://pt.scribd.com/doc/191126256/Historia-de-Portugal-Oliveira-Martins-pdf#scribd> (10 de junho de 2015)

⁹⁷ SNI – Serviço Nacional de Informação - As razões que levaram à criação de um Secretariado de Propaganda Nacional junto da Presidência do Conselho de Ministros, em 1933, consistiram essencialmente no reconhecimento do papel fundamental da propaganda nos Estados modernos.

O Secretariado dirigiu e superintendeu a propaganda nacional, centralizou os respetivos serviços e coordenou a informação de todos os Ministérios. Durante a primeira década do Estado Novo, António Ferro foi a personalidade que empreendeu a concretização da política de propaganda do regime.

Para esse efeito, o Secretariado de Propaganda Nacional procurou implementar, internamente, as seguintes ações: regulamentar as relações da imprensa com os poderes do Estado; editar publicações que dessem a conhecer a atividade do Estado e da Nação Portuguesa; centralizar a informação relativa à atuação dos diferentes serviços públicos; preparar manifestações nacionais e festas públicas, com intuito educativo ou de propaganda; combater as "ideias perturbadoras e dissolventes da unidade e interesse nacional"; contribuir para a solução dos problemas referentes à "política do espírito", através da colaboração com artistas e escritores portugueses e do estabelecimento de prémios que estimulassem uma arte e uma literatura nacionais; utilizar a radiodifusão, o cinema e o teatro como meios indispensáveis à prossecução da sua missão.

(Torre do Tombo: <http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=4314203>)

- a roupa que é usada nos dias de trabalho (no dia-a-dia de um campino) é, regra geral, constituída por jaqueta, colete, cinta preta e calça comprida até aos sapatos;
- e o traje que é utilizada nos dias de festa, que é o que, de forma geral, o público mais rapidamente identifica como sendo do Campino. Este traje de festa é composto por calção com abotoadura lateral e ajustados à perna por botões, seguindo o modelo de traje de corte do séc. XVIII. O colete tem como principal característica a cor vermelha e a configuração do decote que deixa antever a camisa engomada. No traje de campino a camisa é simples, embora com carcela dupla que esconde os botões. Este conjunto é acompanhado por uma faixa vermelha e um barrete verde e vermelho. A jaleca tem a configuração de uma casaca, não sendo abotoada, muito embora se ajuste ao corpo e tenha botões de ambos os lados.⁹⁸

Figura 9.52. Traje do Homem Ribatejano – Museu Municipal de Benavente



⁹⁸ Transcrição de excertos do texto Trajes de Portugal: <http://trajesdeportugal.blogspot.pt> (18 de junho de 2015)



A figura do campino tem assumido, ao longo dos tempos, uma forte carga simbólica, representando o trabalho árduo nos campos, a masculinidade, a bravura, homem de grande devoção (em resposta aos diversos perigos na lide diária com o gado bravo), daí não ser estranho a sua importância no calendário religioso da região, cabendo-lhe a responsabilidade de carregar o andor da santa de devoção. Em suma o campino é uma profunda reafirmação da identidade local.

- **O Arquivo histórico**

O arquivo histórico municipal de Benavente, composto por mais de 1280 livros e 440 maços, com datas compreendidas entre 1559 e 1961, encontra-se depositado em duas salas contíguas do rés-do-chão do Museu Municipal de Benavente.

Para além do arquivo histórico da Câmara Municipal, existem 17 fundos de outros organismos/instituições públicas e privada que funcionaram na região. É o caso da Administração do Concelho de Benavente, da Provedoria, representantes do poder central no concelho, de instituições ligadas ao poder judicial, como eram o Juiz da Paz⁹⁹, ou o Juiz de Fora¹⁰⁰, diversas associações comerciais, financeiras e agrícolas, e ainda alguns documentos de dois fundos arquivísticos do extinto concelho e atual freguesia de Samora Correia e da Provedoria de Samora Correia.¹⁰¹

Sem dúvida um manancial de informação com interesse, não só, para o concelho de Benavente, como, igualmente, para a história da região, de todo o vale do Tejo e para a história nacional – documentos fundamentais e informativos para o conhecimento, tanto da administração autárquica nacional, como do quotidiano dos habitantes locais que viviam fora dos grandes centros de decisão, para os interessados e estudiosos em sismografia encontra, igualmente, neste arquivo, inestimáveis fontes sobre o terramoto que ocorreu na região em 1909.

O Museu de Benavente afirma-se como fiel depositário da história e, de acordo com a moderna historiografia, contribui para a divulgação e realce importante da História regional e local na História geral de um país.

Por isso, o tratamento arquivístico do arquivo existente e no Museu Municipal de Benavente, através da divulgação dos seus instrumentos de descrição e abertura à leitura/consulta pública, contribui para o conhecimento da região, da sua história.

⁹⁹ Estabelecidos por D. Manuel I, sob a designação de avindores ou concertadores de demandas, em janeiro de 1519. Esta instituição ficou a dever-se a solicitação dos procuradores do terceiro estado a D. João III, em 1481, nas cortes de Elvas.

¹⁰⁰ Juizes que, como o próprio nome indica, eram estranhos ao concelho. O juizado de fora de Benavente foi criado por alvará de 21 de maio de 1643 (IANTT – Chancelarias Antigas da Ordem de Aviz, Livro 14, fol.139).

¹⁰¹ Tendo-lhe sido concedido foral por D. Manuel, em Santarém, a 13 de abril de 1510, Samora Correia “terminou a sua vida” como concelho, em 1836 no seguimento da política de reforma administrativa de Mouzinho da Silveira. Com esta política muitos concelhos do país foram suprimidos e anexados a outros.

Figura 9.53. Arquivo Histórico Municipal – Museu Municipal de Benavente (Foto: J. Azevedo)



- **O calendário agrícola**

O calendário agrícola tradicional é nos dado a conhecer não só pelo vasto espólio fotográfico que já falámos como também pelas alfaias agrícolas existentes e instrumentos de trabalho utilizados em inúmeros e dispares trabalhos no campo e com o gado bravo:

A Borda-d'água

A Borda-d'água não assume limites exatos, desenvolve-se nas zonas marginais ao Tejo, “até onde chegam as inundações, os terrenos de aluvião”. São terras imensas que se estendem a partir do rio. As cheias periodicamente alagam estes campos, mas a água fertiliza os solos, transformando-os em excelentes campos de lavoura ao mesmo tempo que os cobre de pastos ideais, conferindo à região uma invejável posição no domínio da pastorícia.

Preparação da terra

A preparação da terra constitui um dos fatores determinantes para o sucesso da seara, permitindo o arejamento dos solos, o melhoramento das condições de drenagem, o enterramento dos restolhos e a destruição das ervas infestantes.

O animal e o trabalho

Depois de corridos, muitos touros eram selecionados para os trabalhos da lavoura, transformando-se em bois da terra através de um complexo processo designado de amansia do gado bravo.

Um grande chocalho era colocado ao pescoço, precedendo o momento da castração. O animal era amarrado preso a um poste, deitado de lado e com a pata traseira direita esticada, era castrado manualmente ou com a ajuda de um alicate. Na mesma ocasião era-lhe colocada uma corda grossa e comprida, presa aos cornos, que o animal a partir daí tinha de arrastar atrás de si.

Todos estes procedimentos, supervisionados pelo maioral, constituíam apenas a primeira fase deste processo cujo objetivo era o animal a vergar a cabeça, fazendo-o perder a sua dignidade. Segundo alguns testemunhos, muitos touros refugiavam-se na charneca sem comer ou beber.

Mais tarde, o boi era integrado nas juntas que puxavam as charruas, seguindo ao seu lado o boi de encosto e, em definitivo, tornava-se o boi da terra.¹⁰²

- **Ranchos**

Ciclicamente, os campos exigiam mão-de-obra, pelo que a juntar a todos os trabalhadores da região, deslocavam-se para a Borda-d'água grupos de pessoas vindas, sobretudo da Beira, para o desempenho dos trabalhos da lavoura.

Fugiam do norte, “despovoando as aldeias, e vinham para a Borda-d'água. Os homens enrolavam-se em gabões desbotados, trazendo ao ombro sacos e foices, paus e caldeiras, as mulheres embrulhadas em xailes desfiados, de pés descalços sem cantigas na boca” (Alves Redol, 1969). Eram contratados por uma Casa Agrícola através de um capataz que os ajustava por determinado tempo e para determinados trabalhos. Estes ranchos de trabalhadores migrantes eram, normalmente, designados de beirões. Esta expressão procura acentuar a superioridade sentida pelo camponês ribatejano, face a este trabalhador que sazonalmente se deslocava para trabalhar as grandes searas.

¹⁰² Museu Municipal de Benavente – Núcleo agrícola

Toda esta gente era agrupada em ranchos e desempenhavam todos os trabalhos agrícolas, da sementeira à monda e da ceifa à debulha. Trabalhavam sob as ordens diretas de um capataz e os ranchos de mulheres sob as ordens de uma rainha.

A duração das campanhas dependia do trabalho a realizar, podendo permanecer no campo por dois ou três meses no caso dos trabalhadores migrantes, enquanto os ranchos da vila iam aviados por apenas oito ou quinze dias.

Estas gentes, no sentido de evitar deslocações diárias, alojavam-se junto do campo de trabalho e por isso as Casas Agrícolas possuíam ou construíam aposentos destinados a albergá-los, denominados os quartéis ou barracões.

O interior destas construções não era dividido e, neste espaço amplo, distribuía-se homens e mulheres com os poucos haveres que levavam consigo. Dormiam sob palha ou esteiras fornecidas pelo patrão. De resto, cada um levava, além do avio semanal, os escassos objetos que precisava para uso pessoal: uma toalha escura, sabão, pente e manta lobeira.

Pela manhã, bastante cedo, o manajeiro¹⁰³ dava a voz de levantada “*Va acima!*”.

Figura 9.54. Rancho



¹⁰³ O que dirige o trabalho da ceifa

Figura 9.55. Alguns adereços utilizados pelos ranchos quando faziam as suas pausas para comer



Fig:9.56 Manta lobeira



Sementeira

A sementeira faz-se na primavera quando o tempo mais seco ainda assegura a queda das chuvas que permitem a planta medrar. As vastas extensões de terra a semear promoveram, muito cedo, a introdução de uma alfaia essencial para a produção de grandes searas, o semeador.

FIGURA 9.57. TRABALHO NO CAMPO - SEMEITEIRA



Campinos

O guardador de touros é, como já vimos, vulgarmente designado por campino. A bravura do touro, a paisagem a perder de vista e a permanência solitária no campo, concorreram para que se acentuassem os feitos e se evocassem os atos de coragem e valentia desta “figura da lezíria que nasce morre nos campos da Borda d’agua.” Aprender a campinar, à parte os falsos simbolismos dos cortejos e festas de touros, é uma vida.

Ceifa

Pelo mês de setembro, fazia-se a ceifa e o rancho, com a foice na mão direita cortava as panículas que, à esquerda, ia dispondo em gavetas. Todo este trabalho, feito por grandes ranchos era, exclusivamente, manual necessitando apenas de foices ou verdugos e de muita, muita resistência física.

Figura9.58. Foices – Núcleo Museológico agrícola – Foto de J. Azevedo



Debulha

“Empunhando então grandes forquilhas de madeira, principiavam os eirantes a levantar a palha e atirá-la para a comprida e farta párga¹⁰⁴ que se formara no comoro¹⁰⁵ da eira. Depois, quando o vento estava de feição, mandava esmoinhar com as forquilhas mais pequenas, saía então, a palha miúda.”

Figura 9.59. Vários Tipos de Forquilhas de madeira/Forcados de Madeira e Ferro, Vassoura de Palha, Pá de Valar, Pá de Madeira, Ancinho, Malha/Marreta – Núcleo Museológico Agrícola – Fotos de J. Azevedo



Transportes

O carro de bois assume na Borda-d’água, uma variante designada por carro Lezirão, o transporte que cruza a grande lezíria, transportando a produção resultante de grandes searas. É um carro amplo que apresenta como singularidade, o facto de ter dois eixos, sendo um deles, móvel. De resto todo o sistema de atrelagem é jugular e cornal.

De referir ainda que os animais utilizados usavam umas cangas, ostentando o prestígio da casa a que pertenciam. Eram ainda utilizadas e feitas propositadamente com o brasão, com um trabalho na madeira de muito luxo, para levar às festas, para levar a feiras.

¹⁰⁴ Monte de palha e trigo, disposto de modo que o grão fique resguardado da chuva.

¹⁰⁵ Pequena elevação do terreno

Figura 9.60. Carro de Bois – Museu Municipal de Benavente



Figura 9.61. Alguns tipos de Cangas utilizados para aparelhar os Bois – J. Azevedo



- **As Alfaias**

A mecanização da agricultura já havia alterado, em definitivo, a estrutura da organização agrária, bastando para o efeito referir a introdução das máquinas a fogo. No que respeita à debulha, as ceifeiras debulhadoras, com grande difusão a partir do final da década de 50 iniciaram uma nova dinâmica nesta operação envolvendo apenas o trabalho de um homem, enquanto anteriormente eram necessários 30 a 40 jornais para a realização do mesmo trabalho.

As inúmeras alfaias agrícolas anteriores à mecanização representam, para além de meros instrumentos de trabalho agrícola, verdadeiros testemunhos das vivências de uma sociedade rural, são um verdadeiro testemunho e partilha de memórias e de referência identitária que importa divulgar às gerações presentes e futuras.

Importa especificar, partilhando a investigação de Joaquim Pais de Brito, da diversidade e utilidade diversa e distinta das alfaias empregues no trabalho, na lavoura; muitas destas alfaias foram (alguma ainda são) utilizadas na região de Benavente, outras no país e outras apenas nalgumas regiões específicas, dependendo da morfologia do terreno e das culturas.

ALFAIA AGRÍCOLA¹⁰⁶

- Instrumentos de mobilização da terra

EX. Arado, charrua, enxada, grade, desterroador, maço, etc.

- Acessórios e Correlacionados

EX. Aguilhada, arrilhada, alçadoiro, etc.

- Instrumentos de recolha e manuseio de fertilizantes naturais

EX. Foicinho, enxada, gancho, forcado, etc.

- Instrumentos de corte e manuseio de forragens

EX. Gadanha, ancinho, corta-palhas, foicinho, etc.

- Acessórios e Correlacionados

EX. Bigorna, relho, arrocho, pedra de afiar a lâmina da gadanha, etc.

- Instrumentos de sementeira

EX. Espicha, semeador à linha, semeador de peito, cesta, bornal, etc.

- Instrumentos de poda e enxertia

EX. Tesoura de poda, serrote de poda da oliveira, etc.

- Instrumentos de rega e monda

EX. Sacho, enxada, sachador, aguadouro, cabaço, motor de rega, medida de água, etc.

- Instrumentos de proteção e tratamento

¹⁰⁶ BRITO, Joaquim Pais de; CAMPOS, Ana Margarida; COSTA, Paulo Ferreira da, Alfaia Agrícola – Normas de Inventário, Instituto Português dos Museus, Lisboa, 2000:42 a 44.

EX. Enxofradeira, torpilha, pulverizador, seringa da filoxera, espantalho, caravela, ratoeira para toupeiras e ratos do campo, ratoeira de fogo, funda da passarada, etc.

- Instrumentos de colheita de frutos e tubérculos

EX. Ladra, ripo, tenaz de tabaibo, forcado para arranque da beterraba, vara de varejar, etc.

- Instrumentos de colheita de cereais

EX. Foice, dedeiras, etc.

- Acessórios e Correlacionados

EX. Suporte de foicinha, banco de picar foicinha, etc.

- Instrumentos de debulha

EX. Trilho, mangual, furador, pedra de debulhar, malhadeira, descarolador, etc.

- Instrumentos de limpeza de cereais e manuseio de palhas

EX. Forcado, forquilha, crivo, joeira, pá, rodo, tarara, etc.

- Acessórios e Correlacionados

EX. Estaca para crivo, etc.

TRANSPORTES

- Transportes de tração humana

EX. Carreta, zorra, carro de mão, etc.

- Instrumentos de acarreo humano

EX. Cesto, canastra, cabaz, etc.

- Acessórios e Correlacionados

EX. Rodilha, cajado, “sacho” de cesto vindimo, etc.

- Transportes de tração animal

EX. Carroça, carro de bois, galera, etc.

- Acessórios e Correlacionados

EX. Tabuleta, fueiro, etc.

- Transportes a dorso de animal

EX. Ceirão, cangalha, albarda, cesto asnal, caniço, etc.

- Instrumentos de atrelagem

EX. Jugo, chavelha, molhelha, tamoeiro, barrigueira, arreio, etc.

- Instrumentos de condução e controle dos animais

EX. Aguilhada, sogas, freio, cabeçada, cofinho, barbilho, etc.

Os objetos que aqui se distribuem e classificam em diversas subcategorias inscrevem-se em tipologias morfológicas, elaboradas com grande precisão por Jorge Dias, Ernesto Veiga de Oliveira, Fernando Galhano e Benjamim Pereira e apresentadas em diversos estudos monográficos sobre a cultura material: Os arados portugueses e as suas prováveis origens (1948), Alfaia agrícola portuguesa (1979), Tecnologia tradicional agrícola dos Açores (1987), Atividades agro-marítimas em Portugal (1975), O carro de bois em Portugal (1973), Sistemas de atrelagem dos bois em Portugal (1973), etc.

A mostra do espólio existente no Museu Municipal de Benavente, no que concerne o uso das alfaias agrícolas, destaca a importância das diversas culturas, sendo o destaque para a orizicultura, desde os tempos mais remotos até à atualidade, onde o arroz continua a marcar a paisagem rural e a economia local.

Na exposição perante destaca-se o passado histórico da agricultura, do cultivo do arroz, onde se mostram alfaias e utensílios agrícolas utilizados com grande esforço humano, retratando, ao mesmo tempo as condições de trabalho do nascer ao pôr-do-sol, os tormentos diários de uma faina dura em condições quase desumanas, onde homens e mulheres passavam horas vergados na ceifa, com os pés dentro dos canteiros de arroz, pernas gretadas pelas águas e mordidas pelas sanguessugas ou outros bichos. Revela também a camaradagem nos ranchos

de trabalho, o cancionero alegre dos bailes improvisados nos quartéis onde ficavam alojados, e por fim destaca a mecanização agrícola.

Figura 9.62. Alfaias agrícolas – J. Azevedo



ARADO DE FERRO



LABREGO OU ABRE REGOS



GRADE DE BICOS – ARADO COM AIVECA DE FERRO DE VIRAR



CHARRUA DE 2 AIVECAS



ESCARIFICADOR



SEMEADOR DE TRAÇÃO ANIMAL



TRENÓ



BALANÇA

- **A mecanização na região ribatejana**

No séc. XIX os governos liberais quiseram fazer alguma coisa quanto ao atraso do país. Por isso eles tentaram desenvolver a agricultura.

Quanto a isso foram tomadas várias medidas:

- Tiraram as terras aos nobres e aos clérigos e venderam-nas a burgueses ricos, para que as aproveitassem melhor.
- Acabaram com o "direito do morgadio"- que permitia que o filho mais velho herdasse tudo quando o pai morresse.
- Dividiram os "TERRENOS INCULTOS".

Mesmo assim a agricultura só avançou com a aplicação de novas técnicas de cultivo. A utilização de sementes selecionadas, o uso de adubos e a técnica de "alternância de culturas". Ao mesmo tempo os proprietários mais ricos compraram novas máquinas agrícolas feitas em ferro, charruas, ceifeiras, debulhadoras.

A maioria das máquinas era puxada por animais; no entanto, em 1860, em Évora já havia duas máquinas a vapor.

Assim, a mecanização da agricultura era feita muito lentamente, principalmente nas grandes planícies como no Ribatejo.

Todas estas inovações no reino permitiram um melhor aproveitamento da agricultura do país, com maior produção e menor número de trabalhadores.

Também nessa altura dá-se a expansão do cultivo do arroz.

Figura 9.63. Industrialização da Agricultura – núcleo Museológico agrícola – J.

Azevedo



Figura 9.64. Industrialização da Agricultura – NMA – J. Azevedo



Figura 9.65 Rolo “crosshill” – MMB



Figura 9.67. Industrialização da Agricultura: MMB



- **Sobre o Inventário do Museu Municipal de Benavente**

Todo o espólio existente (*ver fig. 9.66 e 9.67 do anexo II*) no Museu Municipal de Benavente, apesar de devidamente cuidado e preservado, não pode, devido às dificuldades do espaço do Museu, expor todos objetos, todos os registos da história, da memória de uma região. Mesmo assim, em exposições temporárias e bem encenadas, os diferentes trajes da região ribatejana são dados a conhecer, assim como através de ações pedagógicas e lúdicas levadas às escolas do 1º e 2º ciclo, onde as crianças entram, através de histórias encenadas pela equipa do museu, em contacto com a história local, as profissões de outrora, os objetos, os cantares, as músicas, a gastronomia, os trajes.

Muitos são objetos de uso quotidiano que não estão expostos pelas limitações de espaço, sendo usados em exposições que são organizadas para demonstrar e compor retratos de época, onde aprecem os aparelhos radiofónicos, eternos companheiros de quem trabalha e vivia no campo, inúmeras peças de cerâmica (louças que eram usadas nas diversas atividades do dia a dia e trabalho no campo, balanças que serviam para medir os produtos nas mercearias e grandes armazéns, material de pesca, pois o rio para além de representar um meio lúdico (pesca desportiva), é também um meio de subsistência (pesca artesanal) e transporte (outrora muito usado), diversas alfais agrícolas e outros instrumentos utilizados no trabalho do campo e no trabalho com os animais.

Torna-se essencial que haja uma decisão política local, e também estatal, para que a região tenha um espaço onde possa ter uma exposição permanente com o vasto espólio existente e, simultaneamente, como tem acontecido, promover e organizar exposições temporárias onde abordem diversos temas ligados à região: (os cantares, as histórias, as lendas, festas, romarias, momentos da sociedade...).

Todo o acervo¹⁰⁷ tem sido inventariado de forma paulatina, dificultando uma leitura e estudo mais profunda de quem pretende conhecer melhor determinada peça. No entanto, há que referir, que a parca equipa do Museu tudo tem feito, apesar de se multiplicar em múltiplas tarefas, em não descurar da inventariação das peças. Muito trabalho ainda se encontra pela frente para que todo o espólio esteja devidamente inventariado e acessível ao público, como já acontece com o acervo fotográfico que se encontra acessível em <http://picasaweb.google.com/museubenavente> .

¹⁰⁷ Ver anexo II

Esta falta de pessoal, poderá ficar mais acentuada, nalguns casos, com a municipalização dos museus que poderá pôr em causa o número de funcionários e o património existente. Aliás, Nuno Vassalo, diretor-geral do Património Cultural afirmou, em declarações à Antena 1 ser verdade que “os museus não têm colaboradores necessários para todas as suas atribuições.”

“Temos os colaboradores mínimos para assegurar as condições de segurança, vigilância, a parte de conservação, a investigação, mas não estão ainda no número necessário.”¹⁰⁸

A inventariação e documentação dos bens culturais incorporados são pautadas pelos princípios gerais do inventário definidos pelo Conselho Internacional dos Museus (ICOM) e pela Lei-Quadro dos Museus Portugueses no seguimento das “Normas de Inventário” publicadas pelo IPM.

O inventário do Museu é feito através da ferramenta ***In Patrimonium – Gestão Integrada do Património.***

Esta plataforma permite uma gestão global do património cultural. O *in patrimonium* inclui de base pelo menos dois produtos, sendo possível integrar e combinar num único programa as diferentes aplicações (*in arte, in domus, in doc, in natura e in memoria*) permitindo uma melhor gestão e integração do património.

A informação está organizada de uma forma muito concisa, prescindindo de grandes fichas, sendo possível configurar os campos de informação específica de acordo com o interesse dos utilizadores. Toda a informação contida no programa pode ser relacionada entre si.

Toda a informação existente na base de dados poderá ser relacionada entre si através do Módulo de Relações que é uma ferramenta transversal a toda a aplicação. Através deste módulo poderão ser estabelecidas todas as relações entre as tarefas de Inventário e documentação, a título de exemplo, que tenham algum significado para melhor documentar a coleção.

Para além deste módulo existem também um conjunto de Tabelas Auxiliares que permitem a introdução estruturada (em formato de árvore) da informação mais comumente utilizada em cada uma das tarefas, funcionando como lista de termos. Estas tabelas reduzem, significativamente, a margem de erro na introdução de dados, controlam o tipo de dados a

¹⁰⁸ In http://www.rtp.pt/noticias/cultura/diretor-geral-do-patrimonio-cultural-admite-falta-de-pessoal-nos-museus_a829473 (09 de agosto de 2015)

inserir, bem como facilitam a correção de erros ortográficos que possam ter ocorrido na sua introdução. Também o processo de acesso à informação fica facilitado com a utilização destas listas.

As Normas de inventário (gerais e particulares) que têm sido publicadas pelo Instituto Português de Museus, atual Instituto de Museus e Conservação, são completamente respeitadas estando assegurada a sua utilização nas referidas aplicações caso o Museu as queira adotar.

A plataforma encontra-se dividida em diversos módulos:

Tabelas Auxiliares: gestão e parametrização de diferentes tabelas/termos para auxílio na introdução de dados nos restantes módulos da aplicação.

Inventário: registo da informação genérica e específica do património, à qual se poderá juntar todo o tipo de documentação multimédia (imagens, documentos, vídeos, etc.).

Património integrado: contém pelo menos a junção de duas áreas do património (móvel+imóvel, por exemplo) e as respetivas fichas, possibilitando a gestão e documentação do património de uma forma integrada. .

Entidades: registo dos dados relativos às entidades: autores, autores de documentos, colaboradores, coletores, fotógrafos, intervenientes, inventariantes, proprietários, seguradoras ou qualquer outro tipo de entidade necessário para a documentação do património. .

Eventos: registo dos dados relativos aos eventos: exposição, produção de catálogos, conservação e restauro, empréstimos, solicitações, movimentos, abate, seguros, projetos de investigação, reproduções ou qualquer outro tipo de evento relevante.

Documentação: registo dos dados relativos aos documentos de biblioteca: bibliografia (monografias, periódicos ou eletrónicos), imagens fixas, imagens em movimento, gráficos, material de arquivo e cartografia.

Multimédia: módulo para gestão e tratamento de todo o tipo de ficheiros digitais que permite à aplicação reconhecer o seu local físico e as suas propriedades em termos de metadata. Todos os ficheiros documentados nesta tarefa poderão ser classificados por assunto ou tema de acordo com as necessidades da gestão do património em causa.

Pesquisas: assistente de pesquisas - inserção, alteração, eliminação e visualização de pesquisas criadas e parametrizadas pelos utilizadores da aplicação.¹⁰⁹

¹⁰⁹ www.sistemasfuturo.com

CAPÍTULO 10

A COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO

Segundo o regulamento do MMB, a divulgação da informação faz-se com recurso aos seguintes meios:

- a) Documentação impressa – toda a documentação gráfica emanada pelo Museu deve conter o logotipo e sigla do MMB de acordo com o respetivo guia de identidade visual, bem como a referência à CMB e o respetivo logotipo e, ainda, outros dados relevantes para o conhecimento e identificação do Museu e da CMB.
- b) Internet – o Museu procura divulgar na internet, no website da CMB e no próprio sítio, no sítio RPM/IPM ou noutros congéneres, as iniciativas que desenvolve de modo a ser capaz de promover o Museu. Cada vez mais os conteúdos disponibilizados na Internet são uma mais-valia e uma das possibilidades de divulgação desenvolvida no Museu.

O MMB apresenta os bens culturais que constituem o seu acervo através de um plano de exposições que contempla a realização de exposições temporárias, permanentes ou itinerantes. O planeamento e a execução destas exposições são da responsabilidade do Museu, podendo este obter, para a realização das mesmas, a colaboração de entidades exteriores.

Todo o espólio existente no MMB permite a realização de exposições de temática diversificada dentro da sua vocação, bem como o estatuto do território e identidade local.

Por isso a Sede apresenta exposições temporárias de carácter identificativo, divulgando o seu espólio museológico e dando a conhecer a fixação das populações no seu território. Ainda recebe no seu espaço exposições temporárias de artes plásticas, fotografia entre outras.

Relativamente ao Núcleo Museológico Agrícola tem patente uma exposição permanente sobre a temática agrícola. Esta exposição apresenta conteúdos expositivos que implicam uma rotatividade dos objetos expostos.

Figura10.67. Alguns Exemplos Das Exposições realizadas no Museu Municipal de Benavente – Foto: MMB



Relativamente à divulgação das atividades, o MMB usa todos os meios ao seu alcance para a divulgação das suas atividades e iniciativas, dispondo para o efeito dos meios internos facultados pelos serviços da autarquia através do Gabinete de Informação e Relações Públicas (GIRP), fazendo-se a divulgação institucional interna e externa, nos diferentes

meios de comunicação; imprensa local, regional e nacional, assim como, rádio, televisão e Internet.

Não esquecendo o seu Blog <http://museubenavente.blogspot.pt> onde é inserida toda a informação sobre o Museu, o respetivo regulamento, das exposições, atividades lúdicas, educativas, workshops, publicações, acervo de fotografia e informação de links para outros sítios relacionados com a museologia e património.

Alguns exemplos da divulgação de exposições, atividades no Museu Municipal de Benavente através dos cartazes/folhetos criados para o efeito, notícias em órgãos de comunicação local, regional e nacional, Internet e das suas publicações/catálogos onde divulgam o acervo do Museu, e as exposições realizadas: (*ver fig. 10.68 e 10.69 – anexo II*)

Relativamente à comunicação e divulgação feita nos museus, importa não esquecer que o museu é uma instituição sem fins lucrativos que serve a sociedade e, paralelamente contribui para o seu desenvolvimento cultural, económico, turístico e social, fazendo e incentivando a pesquisa dos testemunhos materiais e imateriais do local onde está inserido (museu local), adquire, restaura, estuda e preserva aqueles que são o mais-valia para a compreensão de um passado de uma região, de uma cultura e, simultaneamente, divulga esse mesmo acervo, espólio, através de exposições, ações pedagógicas, visitas guiadas, workshops e usando não só a comunicação interna como externa.

O museu representa, na sociedade contemporânea em que vivemos, um importante órgão de comunicação e divulgação de conhecimento que importa os museus não esquecerem e procurar instrumentos e meios eficientes e eficazes para fortalecer e dinamizar o seu papel. Já não é suficiente realizar meras exposições, sejam elas de carácter permanente e/ou temporário, onde o espólio é apresentado com valor estético, equilibrado e elegância. O museu tem que, cada vez mais, procurar a interação constante entre a instituição, as obras de arte e os diversos públicos que acolhe,

Daí que seja necessário que em cada ação de comunicação esta seja um plataforma de convite à reflexão, descobrir em cada meio de comunicação, sejam eles visuais ou auditivos, verdadeiros instrumentos que agucem, despertem e desenvolvam os nossos sentidos que nos levem a tornar a visita um verdadeiro desafio. O museu deve vestir a pele da sedução constante.

Interessante ler o texto de Daniel Jacobi¹¹⁰ sobre esta matéria:

¹¹⁰ Professor Universitário emérito na área da Cultura e Comunicação

« À la question « *Qu'est-ce qui a changé depuis dix ans dans les musées ?* », il est, sans aucun doute, possible d'apporter bien des réponses. Les musées sont plus nombreux ; on a beaucoup construit, ou aménagé. Les musées ne sont plus prioritairement des équipements consacrés aux beaux-arts. Beaucoup d'entre eux ont été rénovés ou agrandis. Leurs responsables, comme leurs employés, se sont professionnalisés et leur muséographie est de meilleure qualité. Les nouvelles technologies de communication et d'information ont été introduites et y ont trouvés des terrains d'application remarquables... et ainsi de suite. Tout cela est sans doute avéré. Pourtant, on soutiendra ici un point de vue un peu différent : c'est l'introduction de la dynamique communicationnelle dans le monde des musées qui a signé leur véritable transformation. Et l'indice le plus visible de cette mutation est l'importance de la place occupée dorénavant par les expositions. Autrefois, on allait au musée. C'est-à-dire qu'on se rendait dans une institution immuable, rassurante, pour y admirer des œuvres reconnues, des objets remarquables ou des spécimens de référence. Aujourd'hui, on va voir une exposition. Ou plutôt la dernière exposition, la nouvelle exposition. C'est-à-dire quelque chose d'inconnu, de surprenant, un autre regard. Le musée était (et demeure) une institution. L'exposition, c'est le média privilégié dont s'emparent les musées pour devenir des institutions culturelles, davantage intégrées dans la société de consommation et de loisirs. La tyrannie de l'exposition signe l'irrésistible irruption de la communication dans le monde des musées.

Le conservateur (et l'appellation réfère inexorablement au rôle antérieur du musée) est contraint de devenir auteur d'exposition qui, le vernissage de « sa » dernière exposition pas encore achevé, travaille déjà à la conception des prochaines expositions, consacrant ainsi le renouvellement comme modèle de fonctionnement du musée. Ces messages (culturels) qui se succèdent et se renouvellent de plus en plus rapidement correspondent à l'économie de tous les médias. L'annonce de la nouvelle exposition, et surtout la campagne de communication autour d'elle, avec son côté mondain (l'inauguration) ou publicitaire (les affiches dans les vitrines des commerçants et, à Paris, dans les couloirs du métro) est la façon dont le musée clame à l'extérieur que le cœur de la machine bat encore, qu'il est bien vivant. [...] Une conséquence quasi immédiate de l'orientation communicationnelle est l'inquiétude que l'on ressent, partout, dans les échanges avec les professionnels quant à la fréquentation. Passer du paradigme de la collection et du conservateur, à celui du média exposition, n'est pas une évolution quelconque, mais une rupture. Autrefois, la qualité des fonds, l'étendue et la richesse des collections, leur ancienneté et leur réputation suffisaient à assurer l'attractivité d'un lieu. Dorénavant, sa réputation comme sa notoriété sont aussi, sinon proportionnelle à son audience, en tout cas dépendante d'elles. »¹¹¹

No que concerne o Museu Municipal de Benavente, cerne deste trabalho, importa refletir sobre a comunicação e divulgação que é feita, cujos exemplos já foram supra explanados.

O Museu tem feito um grande esforço para promover o seu espaço, o património, as exposições e atividades realizadas. No entanto, mediante dificuldades financeiras e também de recursos humanos, nem sempre é possível realizar o trabalho desejado.

¹¹¹ Daniel Jacobi, « Les musées sont-ils condamnés à séduire toujours plus de visiteurs ? », La Lettre de l'OCIM no 49, 1997 : 9-10. http://www.louvre.fr/sites/default/files/medias/medias_fichiers/fichiers/pdf/louvre-txt-ref-daniel-jacobi.pdf (06 de agosto de 2015)

A elaboração gráfica de folhetos, cartazes e atualização do blog do Museu tem contado com a excelente equipa do Departamento de Comunicação da Câmara Municipal de Benavente, conforme se pode constatar por alguns folhetos/cartazes.

Relativamente à comunicação e divulgação nos órgãos de comunicação social (local, regional e nacional) existem algumas notícias que surgem nos meios de comunicação local e regional (rádio e imprensa escrita). Neste caso importa refletir se esta divulgação é a mais adequada ou se torna demasiado insípida, não passando devidamente a informação e, mais importante, não atraindo novos públicos.

Se não vejamos, os cartazes e folhetos têm tido uma preocupação de serem graficamente apelativos e também informativos, sendo distribuídos pela Câmara Municipal de Benavente, Juntas de Freguesia, Boletim Cultural da Câmara, no Museu, escolas e outras instituições. Mas será que cumprem o seu total objetivo: atrair pessoas, novas pessoas para dentro do Museu e fazer com que as mesmas se sintam parte integrante do espaço que visitam e, assim sendo, da história e da cultura da região onde vivem? Numa análise mais profunda podemos afirmar que não, pois apesar de graficamente apelativos, não são suficientemente sugestivos para incentivar a descoberta, a procura. O mesmo se passa com as notícias veiculadas pelos órgãos de comunicação que, nem sempre chegam a todos os públicos. Além disso torna-se uma informação demasiado apagada, quer por estar misturada com outras notícias passando, muitas vezes, despercebida, quer seja transmitida (rádio) como se mais um produto para vender se tratasse.

Perante estas questões importa refletir e procurar novos instrumentos e inovar os existentes. E aqui entramos nas novas tecnologias, onde o progresso tecnológico, associado à computação gráfica e difusão das novas tecnologias e redes de comunicação/sociais permitirão uma maior e abrangente divulgação, de forma inovadora, de todo o acervo existente no Museu e das atividades realizadas e promovidas.

O Blog do MMB, apesar de terá alguma informação sobre o Museu e atividades desenvolvidas, acaba por não ser um instrumento de verdadeira captação de público e fidelização dos mesmos. Este não é interativo, não serve a todos os públicos e a informação dada torna-se insuficiente.

Seria importante e essencial que o MMB criasse um verdadeiro website tendo a preocupação de ter uma imagem gráfica apelativa e interativa, onde os utilizadores, independentemente da sua idade e interesse pudessem interagir de forma lúdica e pedagógica com a informação disponibilizada:

- Vídeos;
- Visitas guiadas pelo Museu e exposições;
- Jogos interativos, explicando a história do concelho, o traje, as alfais, antigas profissões, tradições...
- Colocar toda informação em mais uma língua (inglês), pois o Museu é, também ele, um importante ator no desenvolvimento turístico, cultural e económico da região;
- Haver a possibilidade (de forma interativa) de o público ter acesso à descrição/inventariação do acervo museológico e não só de parte do espólio fotográfico, como agora acontece através do Blog, onde as fotografias estão acessíveis, mas falta informação que faça o devido enquadramento da época;
- Despoletar uma Newsletter para divulgar atividades do Museu
- Criar uma plataforma de e-learning onde promova o conhecimento, a descoberta e aprendizagem para todos.

Veja-se alguns bons exemplos de Museus onde os respetivos websites têm um papel fundamental na construção de conteúdos, divulgação e comunicação sobre o museu e suas atividades:

- Museu da Ciência da Universidade de Coimbra:
<http://www.museudaciencia.org/> (Prémio de melhor website da Associação Portuguesa de Museologia).
- Museu de Angra do Heroísmo: <http://museu-angra.azores.gov.pt/>
- Cinemateca Portuguesa – Museu do Cinema: <http://www.cinemateca.pt/>
- Museu Municipal de Vila Franca de Xira: <http://www.museumunicipalvfxira.pt/>
- Museu Municipal de Coruche: <http://www.museu-coruche.org/>
- Museu do Pão: <http://www.museudopao.pt/>
- Câmara Municipal de Palmela: <http://turismo.cm-palmela.pt/events/?m=a43> / <http://sig.cm-palmela.pt/sig/>

Claro está que, para elaborar este site, alimentar e renovar os conteúdos, nele inclusos, será necessário, em primeiro lugar dotação orçamental, havendo assim a necessidade da autarquia fazer um maior esforço para que esta operação se opere, podendo recorrer ao tecido

empresarial da região ao Estado, a um maior envolvimento de todos os cidadãos que vivem e ou trabalham na região, procurar novas formas de financiamento, como por exemplo o tão falado *crowdfunding*, como ocorreu muito recentemente com o restauro de uma tela da autoria de Bento Coelho da Silveira, na Igreja de São Cristóvão, em Lisboa, este processo tem uma vantagem interessante, motivar o movimento cívico num verdadeiro exercício de cidadania, contribuindo para a salvaguarda, preservação e dinamização da divulgação das atividades do Museu, da história e cultura da região.

Além da questão financeira temos ainda a questão do aumento de recursos humanos qualificados para que possam contribuir para a construção e alimentação do site, quer seja ao nível de *webdesign*, quer a gestão de conteúdos.

- **O papel e impacto do serviço educativo do Museu Municipal de Benavente**

Uma outra componente, essencial à comunicação e divulgação do Museu, da qual a reduzida equipa do MMB tem tido um papel importante, refere-se à sua componente educativa, respeitando sempre a diversidade cultural, visando a educação, a participação. Através do seu serviço educativo, são criados diversos programas de mediação cultural e atividades educativas que contribuem para melhor conhecer a história e património da região. Estas atividades pedagógicas são muito inovadoras quer na abordagem do património quer em modelos de relação escola – museu onde, através de pequenas histórias criadas, encenadas e interpretadas pela, mais uma vez, equipa do Museu, são dadas a conhecer verdadeiras viagens pela história, uma verdadeira aventura destinada a crianças do 1º e 2º ciclo, havendo ainda visitas guiadas e outras atividades destinadas a outros públicos.

Sob este plano educativo e também comunicacional, apesar de o trabalho ser de excelência (*ver fig.10.70 – anexo II*), acaba por não atingir verdadeiramente o objetivo a criação de novos públicos, pois o trabalho desenvolvido destina-se a crianças do 1º e 2º ciclo, não havendo depois continuidade nos ciclos seguintes, quer por não estar incluído nos respetivos programas pedagógicos, quer por falta de interesse por parte dos jovens.

Perante esta situação o MMB necessita de repensar, recriar toda a estratégia de Educação Patrimonial, motivando e atraindo diferentes categorias de público, com ênfase na aprendizagem através de experiências, vivências, lazer e tantas outras intermediadas pela comunicação.

Desengane-se quem ainda pense, de que as ações pedagógicas e lúdicas são apenas para crianças, pois este pensamento promove o afastamento do público jovem e adulto.

O património da região de Benavente deve ser encarado e divulgado como memórias do coletivo, das quais o Museu é fiel depositário e, assim sendo, deverá melhorar, atualizar e criar ações que verdadeiramente sirvam para compartilhar com diferentes públicos, saber divulgar o património da região atingindo toda a sociedade local e não só, públicos tão diversos quanto diversa é a região ribatejana, o país.

Para além das ações já realizadas no MMB, outras poder-se-ão efetuar ou recriar:

- Visitas guiadas temáticas;
- Convite a outros museus limítrofes para criar uma verdadeira experiência partilhada entre experiências, histórias, vivências;
- Fazer do Museu uma Casa para a toda a comunidade e, ao mesmo tempo levar espalhar esse espírito para fora de portas, criando programas lúdicos e educacionais que vão para além da essência e filosofia de Museu: música, dança, poesia, teatro, jogos, visitas à região;
- Promover e dinamizar seminários, conferências (em parceria com associações culturais locais e limítrofes, escolas, universidades).

O Museu deve assim continuar e dar maior dimensão a todas as atividades educativas e à comunicação e divulgação das mesmas. Apostar forte num departamento que trabalhe a comunicação e marketing da região. Saber usar, melhorar e recriar (usando as novas tecnologias) que, para além de serem uma nova, atual e dinâmica forma de comunicar, servem também para criar verdadeiros cenários apelativos; usando as cores, sons, comunicação.

- **Breve reflexão sobre o número de visitas e participação nas atividades do Museu Municipal de Benavente**

O museu tem o permanente desafio de promover o diálogo entre informação, encantamento e conhecimento e captar novos públicos e fideliza-los. Só através da inovação, da

dinamização e atualização da informação, se poderá colmatar um problema que persiste em muitos museus regionais: a falta de público.

Vejamos o caso do Museu Municipal de Benavente e o seu Núcleo Museológico Agrícola, em relação às visitas efetuadas entre 2010 e 2014:

Número de visitantes no Museu Municipal de Benavente (espólio e diversas exposições temporárias):

- Ano de 2010: 1550 visitantes
- 2011: 2369 visitantes
- 2012: 2572 visitantes
- 2013: 1425 visitantes
- 2014: 1683 visitantes

Total: 9599 visitantes

Núcleo Museológico Agrícola (Exposição permanente “O Calendário Agrícola”):

- Ano de 2010: 822 visitantes
- 2011: 570 visitantes
- 2012: 706 visitantes
- 2013: 430 visitantes
- 2014: 131 visitantes

Total: 2659 visitantes

Verifica-se que ao longo dos anos em análise tem havido um decréscimo de visitantes, que importa refletir: Existe o problema da dimensão do espaço museológico, que não permite expor o acervo existente, impossibilita a organização de exposições com alguma dimensão, de receber grandes grupos, não existem espaços para organização de eventos ligados ao museu ou a outras áreas que interesse ao museu explorar. A comunicação, como já falámos, também não tem atingido em pleno os seus objetivos, assim como as atividades organizadas para crianças e falta das mesmas para jovens e adultos.

O público parece ser atualmente a razão de ser e existir dos museus. Mais do que preservar, conservar, restaurar e estudar a coleção, hoje os museus devem preocupar-se com o seu público e com os serviços que podem oferecer, expectantes de um alargamento qualitativo e sobretudo quantitativo.

Perante esta “viagem” pelo Museu e pela região de Benavente, poderemos arriscar em fazer uma análise SWOT do Museu (*ver quadro 10.71 – anexo I*)

CAPÍTULO 11

RECOMENDAÇÕES E CONCLUSÃO

Esta última parte, não significa o fechar de portas ao estudo, à análise da temática que levou à realização deste trabalho. Bem pelo contrário; a dedicação, as inúmeras horas de trabalho, as dificuldades e obstáculos que foram sendo ultrapassados, resultaram neste trabalho que teve como objetivo dar a conhecer o Museu Municipal de Benavente, a região onde se encontra enquadrado, as suas tradições, a sua cultura, o seu património e, simultaneamente ousar contribuir para a construção e melhoria de uma estrutura sustentável e essencial ao crescimento da região. Muito mais se poderá descobrir, analisar e dar a conhecer, basta para tal estar interessado em ser académico e cidadão ativo.

Cultivando uma cidadania participativa e ativa poderemos contribuir de forma eficaz para uma verdadeira estrutura de preservação conservação e recuperação de um sem número de manifestações tradicionais do concelho de Benavente, construir um museu urbano dinâmico que corrobore na vivificação e construção da memória local e, mais importante, seja veículo transmissor de toda uma riqueza que se torna essencial passar às gerações futuras.

Assim ao valorizarmos a tradição, estamos a destacar a sua história e o seu valor histórico, contribuindo para uma verdadeira recuperação da respetiva identidade. Só assim, com trabalho conjunto e participativo de toda a sociedade, numa verdadeira plataforma interdisciplinar, poderemos caminhar para uma eficiente e eficaz valorização, preservação e salvaguardada de todo um manancial cultural, pleno de tradições, e que se torna vital dinamizar.

Conhecer e entender o património, é entender a sociedade na qual se está inserido, é saber a origem de um povo, o significado e o porquê de certos costumes e tradições perpassados através do património histórico-cultural que é um bem coletivo, ou seja, diz respeito a identidade cultural de uma determinada localidade. Para tal torna-se necessário elaborar ações de educação patrimonial realizadas de forma criativa e agregadas a um roteiro cultural de forma a possibilitar a todos os cidadãos do respetivo município e visitantes de conhecer, despertar o sentimento de pertença ao local, resultando assim, na preservação e transmissão da história da região através dos testemunhos móveis e imóveis, materiais e imateriais às gerações futuras, construir e fortalecer a memória de uma sociedade cheia de tradições que importa não esquecer, pois só assim nos conseguimos compreender.

O museu, nos tempos atuais, não deve ser visto como mero local de lembranças e relatos históricos, mas sim como um espaço em que o tempo se constrói. Para tal deveremos encarar o museu com o “útero” da nossa memória não como mero acervo de recordações, mas sim como plataforma em constante reconstrução através de tudo o que assimilamos enquanto seres individuais e seres coletivos.

Por isso o museu local deve se assumir como um verdadeiro catalisador de experiências, de procura e conhecimento dos habitantes onde o museu se insere, fortalecendo ou trazer à tona a representação simbólica de toda uma história da região – incentivando uma reflexão sobre a memória e a identidade local a partir de um olhar sobre a herança legada.

No entanto, importa salientar que, numa sociedade em constante mudança e, sendo a memória, uma verdadeira “ferramenta” de transformação social e comunitária, não faz qualquer sentido encarmos o museu local como mero espaço “bolorento”, estático, local hermético onde os vestígios, lembranças são armazenados – o Museu, inserido na comunidade, guardião da história da região onde se insere deve ser visto como plataforma essencial e pluridisciplinar da transformação social e construção e reconstrução identitária de cada um dos habitantes. Torna-se importante olhar e educar a olhar o Museu como um verdadeiro lugar da memória; um espaço para a reconciliação entre todos aqueles que vivem em Benavente e aqueles que a visitam e, paralelamente, servir de base de informação para as gerações futuras e aprendizagem para a cidadania.

O museu de Benavente assenta numa verdadeira construção de narrativa local/regional, desempenhando um papel fundamental na construção da identidade regional e social e, como museu etnográfico, como se assume, é um centro de diversos bens culturais pertencentes ao nosso património que contribuem para nos ensinar a olhar e compreender melhor a nossa identidade e, simultaneamente a aprender a respeitar outras memórias, de outros grupos, de outras regiões, permitindo um verdadeiro diálogo construtivo e enriquecedor entre formas de estar e viver distintas. Daí que não se crie um “endeusamento” à volta dos objetos exposto, mas sim a constante criação de uma perfeita comunhão entre o visitante e o pedaço da história que observa, fazendo-o lembrar-se, aproximar-se das suas raízes. Talvez por isso, poderíamos arriscar, ao estabelecer um paralelo entre o percurso, a visita que se faz ao museu e alegoria da caverna de Platão: através do conhecimento, é possível captar a existência do mundo sensível (conhecido através dos sentidos) e do mundo inteligível (conhecido somente através da razão) – o Museu é isso mesmo, uma constante viagem na procura do

conhecimento, da compreensão e assimilação de toda uma realidade existente à nossa volta e que nos envolve e faz parte da nossa memória.

Para tal, o interesse pelo património da região ou por um dado elemento patrimonial, embora seja importante só por si, não é suficiente. Por isso, neste contexto, o ensino vocacionado para o património é indispensável, permitindo a tomada de consciência dos valores patrimoniais, não devendo, no entanto, ser considerado de forma isolada. Para despertar o interesse pelo património, este deve ser integrado em programas de ensino através de diversas atividades (aulas práticas, visitas de estudo, pesquisa, entre outras...) e da aprendizagem de matérias específicas diretamente ligadas ao património (de carácter artístico, histórico, cultural e ambiental, etc.). Neste contexto, as novas tecnologias de informação e comunicação (TIC), como foi referido no trabalho, podem igualmente representar uma verdadeira oportunidade de eleição para contribuir para a divulgação do património existente na região e uma ferramenta que estabeleça uma “ponte” dinâmica, interativa e participativa entre sociedade e museu.

Sabe-se que, em meio rural, como é classificada a região de Benavente, o património não é tradicionalmente uma temática que faça parte das preocupações da comunidade. Daí que as ações de animação, no âmbito da cultura popular, seja essencial na construção e consequente evolução da relação do património e das tradições com a população local.

Estas ações podem e devem ser dirigidas a diferentes públicos e a diferentes categorias de parceiros, designadamente: **Agentes locais**, nomeadamente os autarcas, responsáveis pelas diversas associações envolvidas direta ou indiretamente nas temáticas patrimoniais; **Agentes da administração pública**, com responsabilidade na gestão dos instrumentos financeiros de apoio ao património e, finalmente aos **Representantes dos meios de comunicação social**, enquanto vetores essenciais à divulgação das intervenções e atividades sobre o património local.

Não nos podemos esquecer que valorizar o património local, numa verdadeira ótica de interesse coletivo, enquanto sinónimo de atratividade e identidade do território, tornando-o acessível a toda a população, deverá ser assumido como um dos objetivos importantes a atingir em qualquer estratégia de desenvolvimento local.

O património da região, cujo fiel guardião é o Museu Municipal de Benavente, assume uma importante relação entre o passado e o presente, daí a importância que o mesmo seja preservado, valorizado, divulgado e transmitido às gerações vindouras e induzindo um verdadeiro sentimento de pertença; contribuir para a construção de uma identidade,

simultaneamente respeitadora e congregadora de todos aqueles que escolheram a região de Benavente para viver e/ou trabalhar.

O Museu Municipal de Benavente tem uma importante missão de restituir ao público, sob a forma de exposições, os bens patrimoniais que conserva à sua guarda, divulgando e explicando todo o património material e imaterial da região (usos e costumes, fotografia, alfaias, traje, tradições, “saberes-fazer”, etc...) através de feiras, mostras, exposições, desfiles, festas, suporte de divulgação.

Claro está que, para tal, os poderes públicos não podem assumir-se como os únicos intervenientes no processo de conceção e definição da filosofia, da política e atividades do Museu, atendendo a que a conservação e a valorização do património de um território depende, e muito, do espírito participativo da população local. Torna-se essencial sensibilizar a população e os diversos atores do território para o interesse e importância do museu local.

Assim deve o Museu Municipal de Benavente estar ligado direta ou indiretamente a:

- Festas e outros eventos locais;
- Recuperação e vivência das festas tradicionais;
- Incentivar a realização de eventos culturais dentro e fora de portas de Museu e, também com as regiões limítrofes;
- Ter um papel importante no desenvolvimento cultural, turístico e económico da região;
- Divulgar e partilhar conhecimentos e “saberes-fazer” tradicionais;
- Enraizamento da cultura comunitária na população local;
- Transmissão às gerações futuras dos aspetos da cultura local;
- Integração e, simultaneamente divulgação de todos aqueles que escolheram a região ribatejana para viver e trabalhar, trazendo consigo outros hábitos, outros conhecimentos, outra cultura (comunidade chinesa, russa, brasileira...);
- Existência de mais animadores culturais;

Esta breve síntese que apresentámos sob a forma de desafios, procura contribuir com referenciais relativamente transversais e potencialmente consensuais, comumente partilhados pela região e seus diversos atores. No entanto, caberá às opções concretas – as

Políticas – e à capacidade de mobilizar a região de Benavente para as empreender – a Política – o desígnio último a traçar o rumo do que deverá ser o futuro, o papel e a realidade do Museu Municipal de Benavente e de todo o património material e imaterial que representa. Para dar forma a este conjunto de desafios, deixamos expressas diversas propostas de base a programas de ação, que resultam da análise e reflexão sobre a temática que nos propusemos abordar. São elas:

- Manutenção, valorização e divulgação dos usos atividades da região ribatejana;
- Valorização das atividades com tradição e especificidade da região de Benavente;
- Promoção de atividades com forte poder de atração que funcionem em complementaridade e sinergia com o centro histórico da região;
- Distribuição espacial de atividades em função de critérios de diversidade e equilíbrio entre ocupação e animação diurna/noturna e compatibilidade/convivência de usos e costumes tradicionais;
- Desenvolvimento de políticas de inovação, animação, qualificação e modernização não só dos recursos humanos do Museu como dos diversos atores locais, particularmente nos domínios que potenciem o papel de interface entre dinâmicas locais e dinâmicas exógenas, inerente à região, ao seu património e ao conceito de museu como fulcro essencial ao crescimento sustentável da região;
- Valorização de estratégias de aproveitamento e valorização das atividades tradicionais, culturais baseadas na especificidade territorial e regional (por exemplo, turismo, lazer, património, cluster ambiental, agroindústria);
- Qualificação do ponto de vista arquitetónico e paisagístico da área e estruturas afetas à região (antigo e contemporâneo), bem como das infraestruturas e acessos que lhes estão associadas;
- Implementação de um programa de intervenção social, cultural e comunitário (multi-institucional) dirigido à população local;
- Assumpção de uma vocação rural e tradicional para a região de Benavente, enquanto elemento identitário que referencie e norteie iniciativas de desenvolvimento cultural e local e de promoção da multiculturalidade;

- Envolver os diversos atores públicos e privados em fortes parcerias, com base em compromissos assumidos de forma transparente, enquadrados pelas premissas definidas para o crescimento da região;
- Estimular formas de participação e mobilização popular e cidadã mais ativas e inseridas nos processos de reflexão, análise, promoção, preservação e divulgação das atividades do Museu, nomeadamente na construção de um *Projeto do Museu*, como instrumento de orientação estratégica a longo prazo e fortemente associado às expectativas, interesses, curiosidade e desígnios da população e atores da região;
- Melhorar e reforçar o quadro dos recursos humanos do Museu Municipal;
- Promover a discussão para a aquisição de um espaço maior, com melhores condições para acolher o Museu e todo o seu acervo e, paralelamente, aumentar a capacidade de realização de mais exposições e eventos de carácter lúdico, pedagógico e científico;
- Promover e incentivar o serviço de Voluntariado – contar com a participação dos mais velhos de forma a partilhar memórias, de histórias e pela partilha e explicação de como se fazia, trabalhava e vivia-se na região – criando um verdadeiro intercâmbio ativo e participativo entre gerações;
- Incentivar o crowdfunding numa verdadeira lógica de construção de uma plataforma colaborativa essencial para colmatar as dificuldades financeiras do museu (não nos esqueçamos da tão falada municipalização dos museus que, na maioria dos casos, a acontecer irá a gravar o financiamento);
- A vontade de preservar para as gerações vindouras o património móvel e imóvel, nos diferentes aspetos arqueológicos, históricos e artísticos, bem como nos aspetos ambientais: quer nos que estão ligados à Terra e às atividades humanas, que se foram desenvolvendo na vivência do dia-a-dia da região, quer no que respeita à produção agrícola e artesanal, quer ainda na preservação de património ligado às artes da transformação de diferentes produtos locais e à indústria nascente. É também urgente a proteção e valorização da Arte Sacra nas diversas vertentes ligadas ao uso litúrgico: paramentaria, alfaias religiosas, bem como a talha, a pintura e a imaginária, que nalguns casos, têm sido alvo de exposições permanentes e temporárias, havendo ainda muito a realizar neste campo;
- Apoiar e incentivar a função extremamente importante na recolha e preservação do património etnográfico e antropológico regional através da colaboração dos Grupos

Etnográficos que têm um grande conhecimento de diversos tipos de documentação oral e material;

- Rever a regularidade dos horários de abertura e atendimento personalizado dos visitantes e horários de fins-de-semana, sendo perspectivados numa lógica de verdadeiro interesse na promoção turística e cultural da região;
- Promover e criar uma verdadeira rede entre os concelhos e respetivos museus limítrofes em prol da melhoria, partilha, conhecimento, rigor e profissionalismo das técnicas museográficas, práticas museológicas e atividades desenvolvidas.

Como diz André Malraux: *“O Museu transforma a obra em objeto”*, significando no contexto no qual nos debruçamos que o Museu não deve ser apenas um espaço de exposição de recolha de objetos, mas sim de verdadeira compreensão, conhecimento, de interatividade e procura constante.

BIBLIOGRAFIA:

ABREU, A. Cancela, CORREIA, T. Pinto, Contributos para a Identificação e Caracterização das Paisagens em Portugal, DGOTDU, Lisboa, 2004;

ALMEIDA, Alfredo Betâmio de, O Convento de Jenicó – 1542/1834, Câmara Municipal de Benavente, 2000;

ALMEIDA, Maria José; CARVALHO, António (eds.), Atas do Encontro Arqueologia e Autarquias, Câmara Municipal de Cascais, 2008;

AMADO, Marta Margarida Rodrigues, O Museu do Pão em Seia, uma iniciativa de desenvolvimento local com expressão nacional, Coimbra, 2011;

ALMEIDA, Maria Mota, Um Museu-Biblioteca em Cascais: Pioneirismo mediado pela ação cultural e educativa, trabalho apresentado para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção de grau de Doutor em Museologia realizado sob a orientação científica de Mário Canova de Magalhães Coutinho, retirado a (16 de agosto de 2015), em http://www.museologia-portugal.net/files/upload/doutoramentos/maria_mota.pdf

ARINZE, Emmanuel N., President, Commonwealth Association of Museums, The Role of the Museum in Society, Public lecture at the National Museum, Georgetown, 1999;

ASCHER, François, Metapolis: Acerca do Futuro das Cidades, Editora Celta, Oeiras, 1998;

ATAS do VII ENCONTRO NACIONAL, Museologia e Autarquias, Experiências e Perspetivas, Câmara Municipal do Seixal, Editora Plátano, Lisboa, 1998;

AZEVEDO, Álvaro Rodrigues, Benavente estudo histórico – descritivo, Gráfica Central de Almeirim, 1994;

BARROS, Ana Bárbara da Silva M. Veríssimo, De Corpo e Alma: Narrativas dos Profissionais de Educação em Museus na Cidade do Porto, trabalho apresentado para a obtenção do título de Mestre, sob a orientação científica de Alice Semedo, retirado a 24 de julho de 2015, em:

<https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/8486/3/tesemestdecorpoealma000062850.pdf>

BEAUCHARD, Jacques, L'espace projet des collectivités territoriales, Datar/Éditions de l'Aube, Paris, 1994;

“Benavente – Origem – Fastos do Concelho”, artigo em “Benavente”, folheto comemorativo da Exposição-Feira de Santarém, 1936:5-14;

BÉNOIST, Luc. Musées et Muséologie. Paris: Press Universitaires de France. 1971, 1ª edição, 1961;

BENSAUDE, Alfredo, CHOFFAT, Paul, Estudos sobre o Sismo do Ribatejo de 23 de abril de 1909, Imprensa Nacional, Lisboa, 1912

BONN, Mark; Joseph- Mathews, Sacha; Dai, Mo; Hayes, Steve e Cave, Jenny e (2007), “Heritage/Cultural Attraction Atmospherics: Creating the Right Environment for the Heritage/Cultural Visitor”, Journal of Travel Research, 2007;

BORJA, Jordi, La ciudad y la nueva ciudadanía, Factoria, nº17, 2002;

BOSSEBOEUF, Claire, Les Musées Territoriaux: un enjeu de structuration et de développement des territoires, ATER à l'Université d'Orléans (04 de março de 2015);

BRITO, Joaquim Pais; CAMPOS, Ana Margarida; COSTA, Paulo Ferreira, Alfaia Agrícola – Normas de Inventário, Instituto Português dos Museus, Lisboa, 2000;

CABRAL, Clara Bertrand, Património Cultural Imaterial, Edições 70, Lisboa, 2011;

CANDAU, Joël, Anthropologie de la Mémoire, Presses Universitaires de France, Paris, 1996;

CARITA, Alexandre, Museus : Lugares das nossas questões fundamentais, in Jornal Expresso (30 de março de 2013) ;

CARVALHO, Paulo ; FERNANDES, João Luís J., Património Cultural e Paisagístico – Políticas, Intervenções e Representações, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2012 ;

CASTELLS, M., A era da informação: economia, sociedade e cultura, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2002 ;

CATÁLOGO da Exposição: O ciclo do Arroz, Museu Municipal de Benavente, 1998;

CATÁLOGO da Exposição: Coudelarias e Ganadarias, Câmara Municipal de Benavente, 2005;

CATÁLOGO da Exposição: O Campino, imaginário de uma identidade – Representações nas Artes Visuais Portuguesas, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, 2013;

CATÁLOGO da Exposição: Trajar na Campina, Museu Municipal de Benavente, 1996;

CATROGA, Fernando, Os Passos do Homem Como Restolho do Tempo – Memória e Fim do Fim da História, 2ª edição, Almedina, Coimbra, 2011;

CHOAY, Françoise, Alegoria do Património, Edições 70, Lisboa, 2013;

CHOAY, Françoise, As Questões do Património – Antologia para um combate, Edições 70, Lisboa, 2011;

CLARO, João Martins, «Enquadramento e apreciação crítica da Lei n.º 13/85», in AAVV, Direito do Património Cultural, Oeiras, 1996;

CONNERTON, Paul, Como as Sociedades Recordam, Celta Editora, Oeiras, 1993;

CORDEIRO, José Manuel Lopes, A propósito das coleções industriais, in Bletim RPM, nº3, 2002;

CORDOVIL, M., Sobre o Conceito de Museologia Social: Novos Museus, Novos Museus Profissionais, in Cadernos de Museologia nº1, UHLT, Lisboa, 1993;

CORREIA, Francisco, Inventário do Arquivo Histórico de Benavente, Câmara Municipal de Benavente, 2002;

CORREIA, Francisco, Subsídios para a História Benaventina do Século XVI – (Sumários de um Livro de Atas da Câmara de 1559 a 1564), Câmara Municipal de Benavente, 1995;

CORREIA, José Manuel Sérvulo, «Procedimento de classificação de bens culturais», in AAVV, Direito do Património Cultural [?]

COUTO, Matilde Tomaz do, História do museu in Museu de José Malhoa. Roteiro, Lisboa: Instituto Português dos Museus, 2005;

CUCHE, Denys, A Noção de Cultura nas Ciências Sociais, Editora Fim de Século, Lisboa, 2003;

DAMASCENO, Joana, Museus Para o Povo Português, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2010;

DAVALLON, Jean, L'évolution du rôle des musées, in la lettre de l'OCIM (Office de Coopération et d'information Muséales), 1997;

DELOCHE, B., Le Musée Virtuel, Paris: Presses Universitaires de France, 2001;

DUARTE, Alice, Nova Museologia: os pontapés de saída de uma abordagem ainda inovadora, in Revista Museologia e Património, vol. 6, nº1, 2003;

FERNANDES, J. CARVALHO, P., Património, memória e identidade: repensar o desenvolvimento, in Lucília Caetano (coord.) Território, ambiente e trajetórias de desenvolvimento; Centro de Estudos Geográficos, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2003;

FERNÁNDEZ, L., Introducción a la Nueva Museologia, Alianza Editorial, S.A., Madrid, 1999;

FLEMING, David, Managing Change in Museums – Keynote Address in the Museum and Change International Conference, (08-10, novembro, 2005, Praga, República Checa);

FERNÁNDEZ, L. (1999) – Introducción a la nueva Museologia, Alianza Editorial, S.A., Madrid, 1999;

FONSECA, Luís Adão, As comemorações e os caminhos da memória colectiva, in RIBAS, Ricard Vinyes. Os caminhos da memória, in História Universal, vol.20, Fim de século: os grandes temas do séc. XXI. Espanha: Editorial Salvat / Portugal: Público, 2005;

FRAGOSO, A., Contributos para o Debate Teórico sobre o Desenvolvimento Local: um ensaio baseado em experiências investigativas, Revista Lusófona de Educação, nº 5, Lisboa, 2005;

GOMES, Carla Amado; RAMOS, José Luís Bonifácio, Direito da Cultura e do Património Cultural, Edição do Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito de Lisboa, Lisboa, 2011;

GONÇALVES, A., Museus, Turismo e Comunidade Local, in Actas do I Congresso Internacional de Turismo Cultural, Territórios e Identidades, Instituto Politécnico de Leiria, 2006;

GONZÁLEZ, Luz María Gilabert, El patrimonio y los museos: Una relación para el desarrollo sociocultural y político de las ciudades, Universidade de Múrcia: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/10366.pdf> (12 de abril de 2015);

GOUVEIA, Henrique Coutinho, Acerca do Conceito e Evolução dos Museus Regionais Portugueses desde finais do século XIX ao regime do Estado Novo, in Bibliotecas, Arquivos e Museus. Vol.I. Tomo 1, IPPC, Lisboa, 1985;

HERCULANO, Alexandre, Monumentos Pátrios, in Opúsculos (org., introd.e notas de Jorge Custódio e José Manuel Garcia, Vol I, Editora Presença, Lisboa, 1982;

JACOBI, Daniel, Les musées sont-ils condamnées à séduire toujours plus de visiteurs?, La lettre de l'ICOMn° 49, 1997: <http://www.louvre.fr> ;

LEAL, J., O Património Imaterial e a Antropologia Portuguesa: uma perspetiva histórica, in P. Costa, Museus e Património Imaterial: agentes, fronteiras, identidade, Instituto dos Museus e da Conservação, Soflimits, Lisboa, 2009;

LE GOFF, Jacques “Memória” in Enciclopédia Einaudi, Memória – História (trad.) Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984, vol.1:46

LYON, D., A Sociedade da Informação. Questões e Ilusões, Celta Editora, Oeiras, 1992;

MAGALHÃES, Fernando, Museus, Património e Identidade – Ritualidade, Educação, Conservação, Pesquisa, Exposição, Profedições, Leiria, 2005

MALRAUX, A., O museu imaginário, Edições 70, Lisboa, 2000;

MARTINS, Camilo Neves, Samora Correia Através dos Tempos, Gráfica Almondina, Torres Novas, 1996;

MARTINS, Guilherme d'Oliveira, Património, Herança e Memória. A Cultura como Criação, Edições Gradiva, Lisboa, 2009;

MATOS, M., Desenvolvimento e Cidadania: intervenção associativa e ação comunitária, in Espinay, R. e Correia, J. (coord.) – Inovação, Cidadania e Desenvolvimento Local; Cadernos ICE, nº 7, Instituto das Comunidades Educativas, Setúbal, 2004;

MENDES, J., O Museu na Comunidade: Património, identidade e desenvolvimento, in Gestão e Desenvolvimento, nº8, Universidade Católica Portuguesa, 1999;

MENDES, J. Amado, Museus e Educação, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2ª edição, 2013;

MOREIRA, F., The Creation Process of a local Museum, in Sociomuseology, Cristina Bruno, Mário Chagas e Mário Moutinho (Ed.), Edições Universitárias, Lisboa, 2000;

MORENO, L., Desenvolvimento local em meio rural: caminhos e caminhantes. Dissertação de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2002;

MOUTINHO, Mário, Museus locais em Portugal após o 25 de abril, Palestra proferida em 1998, in Cadernos de Sociomuseologia, nº25, Universidade Lusófona, Lisboa, 2006;

NABAIS, José Casalta, Introdução ao Direito do Património Cultural, Edições Almedina, Coimbra, 2010;

NEVES, J e SANTOS, J., Os Museus em Portugal no período de 2000-2005: Dinâmicas e Tendências. Observatório das Actividades Culturais, Lisboa, 2006;

NUNES, G., A História Regional e Local – contributos para o estudo das identidades locais, in: Atas do V Encontro Nacional de Museologia e Autarquias. Cadernos de Sociomuseologia, nº8, ULHT, Lisboa, 1996;

Observação do Património Rural, Guia 2009, Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, Lisboa, 2009;

OLIVEIRA, C. e RODRIGUES, D., Mobilidade e Território da Região de Lisboa e Vale do Tejo: Pistas para uma Análise Integrada, CCDR-LVT, Lisboa, 2001;

PEREIRA, Paulo, Arte Portuguesa – História Essencial, Editora Temas e Debates, Lisboa, 2011;

PRIMO, J., Museus Locais e Ecomuseologia: estudo do Projeto para o Ecomuseu da Murtosa, Dissertação apresentada na UHLT para a obtenção do Grau de Mestre em Museologia, Lisboa, 2000;

RAPOSO, Luís, Museus de Arqueologia e sítios arqueológicos musealizados – Identidades e diferenças;

REVISTA de Cultura, Benavente – Terras d'Água, nº2, Museu Municipal de Benavente, 2002;

REVISTA Museologia nº1/2007, em http://issuu.com/imc-ip/docs/museologia_n1

ROCA, M.N.O., Migrações internas e circulação da População: o caso da RLVT, Centro de Estudos de Geografia e Planeamento Regional, Lisboa, 2000;

“ROTEIRO Turístico”, Região de Turismo do Ribatejo;

SANTOS, António Marques dos, «A proteção dos bens culturais no ordenamento jurídico português», in Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Manuel Gomes da Silva, Coimbra, 2001;

SANTOS, Maria de Lourdes Lima (coord.) e NEVES, José Soares, Inquérito aos Museus em Portugal, Lisboa, MC/IPM, 2000;

SANTOS, Maria de Lourdes (coord.) O Panorama Museológico em Portugal 2000/2003, Lisboa, IPM/RPM e OAC;

SILVA, Mário Justino; HENRIQUES, Maria Filomena Santos, Aspetos da Religiosidade Popular no Concelho de Benavente, Câmara Municipal de Benavente, 2009;

TEBOUL, R. e CHAMPARNAUD, L., Le public des musées: analyse socio-économique de la demande muséale, L'Harmattan, Paris, 1999;

TORRES, Maria Teresa Marín – Historia de la documentación museológica: la gestión de la memoria artística. Gijón: Ediciones Trea, 2002;

TOTA, A., A sociologia da arte: do museu tradicional à arte multimédia, Editorial Estampa, Lisboa, 2000;

TRINDADE, Maria Beatriz Rocha (coord.), Iniciação à Museologia, Universidade Aberta, Lisboa, 1993;

VARINE, Hugues de, Ecomusées, musées communautaires, développement local, X Jornadas sobre a Função Social do Museu, 1997, Póvoa do Lanhoso in Seleção de textos XV Jornadas Sobre a Função Social do Museu, IX Atelier Internacional do MINOM, Santiago do Cacém, 2003;

VIEIRA, Rui Santos, Do Terramoto de 23 de Abril de 1909 à Reconstrução da Vila de Benavente – um processo de reformulação e expansão urbana, Câmara Municipal de Benavente, 2009;

XAVIER, Jorge Barreto, Entrevista ao Secretário de Estado da Cultura, in Expresso (29 de março de 2013)

WEBER, Regina; PEREIRA, Elenita Malta, Halbwegs e a Memória: Contribuições à História Cultural, in Revista Territórios e Fronteiras, 2010

<file:///C:/Users/joseph/AppData/Local/Temp/Dialnet-HalbwachsEAMemoria-4807369.pdf>
(23/10/2015)

Sítio da Câmara Municipal de Benavente: <http://www.cm-benavente.pt> (consultado ao longo de 2015);

Sítio do Museu Municipal de Benavente: <http://museubenavente.blogspot.pt> (consultado ao longo de 2015);

Sítio do Jornal O Público; (Novas regras para a atribuição dos Golden Visa), <http://www.publico.pt/economia/noticia/emissao-de-vistos-gold-suspensa-por-falta-de-regulamentacao-da-nova-lei-1701968> (14 de julho de 2015);

Museums Association, Museums 2020 Discussion Paper, uk, 2012: www.museumsassociation.org (18 de fevereiro de 2015);

Sítio da Ciência Viva: www.cienciaviva.pt (08 de março de 2015);

Sítio do Centro de Estudos Transdisciplinares para o desenvolvimento: <http://www.apdr.pt/siterper/numeros/RPER15/15.2.pdf> (19 de abril de 2015);

Sítio do ICOM (International Council of Museums): <http://www.icom-portugal.org> (16 de abril de 2015);

Sítio de ArtemRede: www.artemrede.pt (consultado ao longo de 2015);

Sítio do Instituto Nacional de Estatística (INE): <https://www.ine.pt> (consultado durante o 1º trimestre de 2015);

Sítio do Quadro Comunitário de Apoio III: <http://www.qca.pt> (consultado em janeiro de 2015);

Sítio da Direção Geral do Património Cultural: www.patrimoniocultural.pt (consultado ao longo de 2015);

Sítio da Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais: www.monumentos.pt (consultado ao longo de 2015);

Sítio do Porto de Lisboa: www.portodelisboa.pt (consultado em março de 2015);

Sítio do Turismo de Portugal: www.turismodeportugal.pt (consultado no 1º trimestre de 2015);

Sítio do Folclore: <http://www.folclore.com> (15 de julho de 2015);

Sítio dos Trajes de Portugal: <http://trajesdeportugal.blogspot.pt> (15 de julho de 2015).

Sítio do Parlamento Português: www.parlamento.pt (18 de julho de 2015)

Constituição da República Portuguesa, de 2 de Abril de 1976 (*revista pelas Leis Constitucionais n.ºs 1/82, de 30 de Setembro, 1/89, de 8 de Julho, 1/92, de 25 de Novembro, e 1/97, de 20 de Setembro*) www.constitution.org/cons/portugal/constit_1997.doc (18 de julho de 2015)

Sítio do Portal da História: www.arqnet.pt

ANEXOS

ANEXO I

ANEXO I. Quadros

Quadro 1.1. Tipologia de Museus:

Tipologia de Museus¹¹²
1. Museus de Arte (incluindo a Arte Sacra)
2. Museus de História e Arqueologia (incluindo a Arqueologia Industrial)
3. Museus de Ciências Naturais e História Natural e Ecomuseus
4. Museus das Ciências e de Técnica
5. Museus de Etnografia e Antropologia
6. Museus Mistos e pluridisciplinares
7. Sítios Arqueológicos e Monumentos Musealizados
8. Outros museus e espaços museológicos

Quadro 3.7. Visitantes, por tipologia de Museus, jardins zoológicos, botânicos e aquários em 2011:

Visitantes, por tipologia de Museus, jardins zoológicos, botânicos e aquários, em 2011	
JARDINS ZOOLOGICOS, BOTANICOS E AQUARIOS	3.317.790
OUTROS MUSEUS	28.638
MUSEUS DE TERRITÓRIO	311.847
MUSEUS MISTOS E PLURIDISCIPLINARES	811.100
MUSEUS DE HISTÓRIA	2.686.272
MUSEUS ESPECIALIZADOS	1.348.341
MUSEUS DE ETNOGRAFIA E ETNOLOGIA	300.107
MUSEUS DE CIÊNCIA E DE TÉCNICA	878.317
MUSEUS DE CIÊNCIAS NATURAIS E HISTÓRIA NATURAL	256.446

¹¹² Não foram inquiridos os Monumentos, Centros Históricos, Jardins zoológicos e botânicos, reservas naturais, etc...

Quadro 3.8 Evolução do Orçamento por Domínios (Milhões de Euros) ¹¹³

Domínios/Anos	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Património	92,0	110,3	124,0	94,2	116,3	108,9	92,1	84,4	83,1	71,7
Arquivos e Bibliotecas	38,4	34,3	36,3	28,2	33,4	35,0	32,2	26,9	29,7	26,1
Atividades de Apoio Sociocultural	12,0	29,2	18,3	51,2	21,6	35,6	26,8	38,9	26,8	34,5
Total	142,4	173,8	178,6	173,6	171,3	179,5	151,1	150,2	139,6	132,3

Quadro 3.9. Despesa com Cultura na Despesa Total dos Municípios por Região (1986-1988 e 1992-2006) ¹¹⁴

Entre 1986 e 2003, apresentam-se os dados com referência a preços correntes e a preços constantes de 2003, de 2004 a 2006, apenas a preços correntes

Região	1986	1987	1988	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Portugal	*3,0	*3,3	*3,1	3,4	*4,4	*4,7	4,7	4,8	5,0	4,9	5,9	6,1	*6,4	6,0	5,9	6,7	7,2	7,2
Continente	3,0	3,3	3,1	3,5	4,4	4,6	4,7	4,9	5,1	4,9	5,9	6,1	6,4	6,1	6,0	6,8	7,3	7,1
Norte	3,0	2,6	3,3	3,8	4,4	4,1	4,7	4,7	4,9	4,8	6,7	5,8	6,4	6,5	5,8	6,7	6,8	7,3
Centro	2,0	3,2	3,5	2,9	4,0	3,8	3,7	4,3	5,1	5,3	5,2	6,6	7,1	5,0	4,4	7,5	7,4	6,6
L.V.T./Lisboa	3,6	2,8	2,7	3,0	4,0	5,3	4,9	4,9	5,1	4,7	5,2	5,7	5,7	7,0	6,6	4,9	5,8	5,5
Alentejo	4,0	2,7	3,3	6,1	7,3	6,7	7,7	8,0	7,7	7,3	8,7	9,4	9,8	5,8	7,1	9,3	10,3	10,7
Algarve	2,0	2,0	2,7	2,4	3,5	3,6	2,5	2,5	2,6	3,0	5,1	4,8	4,8	4,5	8,7	7,7	10,0	7,9
R.A. Açores	n/d	n/d	n/d	3,5	n/d	n/d	5,6	3,8	4,6	4,8	6,8	8,9	n/d	5,3	5,1	7,7	8,1	7,3
R.A. Madeira	n/d	n/d	n/d	2,8	2,7	2,3	4,0	3,8	2,5	3,0	4,1	3,6	4,2	4,3	4,5	3,5	3,6	54,3

115

116

¹¹³ Fonte: INE, Anuário Estatístico de Portugal e Estatísticas da Cultura, 2011

¹¹⁴ Fonte: Secretaria Geral/ Secretaria de Estado da Cultura, 2006, in Artemrede

¹¹⁵ Fonte: Secretaria Geral/ Secretaria de Estado da Cultura, 2006, in Artemrede

¹¹⁶ Fonte, INE, Census 2011 <https://www.ine.pt>

Quadro 4.14. Caracterização de Benavente

Município	População Residente Total	População Residente Homens	População Residente Mulheres	População Presente Total	População Presente Homens	População Presente Mulheres	Famílias	Alojamentos	Edifícios
Benavente	29019	14166	14853	27830	13375	14455	10963	14748	9547

Quadro 4.15 - POPULAÇÃO RESIDENTE EM 1991, 2001 E 2011¹¹⁷

ZONA GEOGRÁFICA	POP.1991	POP.2001	POP.2011	VAR % 91-01	VAR % 01-11
Continente	9375926	9869343	10047621	5,3	1,8
Alentejo	782331	776585	757302	-0,7	-2,5
Lezíria do Tejo	232969	240832	247453	3,4	2,7
Azambuja	19568	20837	21814	6,5	4,7
Almeirim	21380	21957	23376	2,7	6,5
Alpiarça	7711	8024	7702	4,1	-4,0
Benavente	18335	23257	29019	26,8	24,8
Cartaxo	22268	23389	24462	5,0	4,6
Chamusca	12282	11492	10120	-6,4	-11,9
Coruche	23634	21332	19944	-9,7	-6,5
Golegã	6072	5710	5465	-6,0	-4,3
Rio Maior	20119	21110	21192	4,9	0,4
Salvaterra de Magos	18979	20161	22159	6,2	9,9
Santarém	62621	63563	62200	1,5	-2,1

¹¹⁷ Câmara Municipal de Benavente, <http://www.cm-benavente.pt/>

Quadro 4.16. DENSIDADES POPULACIONAIS E CONSTRUTIVAS – BENAVENTE E TERRITÓRIO ENVOLVENTE¹¹⁸

ZONA GEOGRÁFICA	ÁREA KM²	DENSIDADE POPULACIONAL	DENSIDADE ALOJAMENTOS
CONTINENTE	89070	113	63
ALENTEJO	31550	24	15
LEZÍRIA DO TEJO	4274	58	32
AZAMBUJA	263	83	45
ALMEIRIM	222	105	55
ALPIARÇA	95	81	43
BENAVENTE	521	56	28
CARTAXO	158	155	84
CHAMUSCA	744	14	8
CORUCHE	1114	18	11
GOLEGÃ	77	71	41
RIO MAIOR	273	78	46
SALVATERRA DE MAGOS	244	91	48
SANTARÉM	560	111	63
MUNICÍPIOS VIZINHOS			
VILA FRANCA	318	430,3	205
ALCOCHETE	128	136,9	69
LISBOA	85	6447	3814
LOURES	169	1211,2	587
AML	1231	1963,1	1209

119

Quadro 4.19. IMÓVEIS CLASSIFICADOS, PROPOSTO PARA CLASSIFICAÇÃO E A PROPOR PARA CLASSIFICAÇÃO

IMÓVEIS CLASSIFICADOS	
IMÓVEIS DE INTERESSE PÚBLICO	
IP1	IGREJA DA N.º S.º DE OLIVEIRA, PRAÇA DA REPÚBLICA, SAMORA CORREIA
IP2	PELOURINHO, PRAÇA DA REPÚBLICA, BENAVENTE
IP3	CRUZEIRO E ATRIO, LARGO DO CALVÁRIO, BENAVENTE
IMÓVEL PROPOSTO PARA CLASSIFICAÇÃO	
PC1	FACHADA DO PALÁCIO DE D. MIGUEL, PRAÇA DA REPÚBLICA, SAMORA CORREIA
IMÓVEIS A PROPOR PARA CLASSIFICAÇÃO	
PC1	PALÁCIO DE D. MIGUEL, PRAÇA DA REPÚBLICA, SAMORA CORREIA
PC3	PRÉDIO URBANO, PRAÇA DA REPÚBLICA, 29 E 30, BENAVENTE
PC17	CONJUNTO DE ACOMODAÇÕES AGRÍCOLAS E FRENTE URBANA DE CASAS DE TRABALHADORES DA C.º DAS LEZÍRIAS
PC18	PRÉDIOS URBANOS, 2 A 28, RUA DO POVO, SAMORA CORREIA
PC19	CONJUNTO URBANO DA PRAÇA DA REPÚBLICA, INCLUINDO PRAÇA ARBORIZADA E CONSTITUÍDO POR IGREJA E PALÁCIO D. MIGUEL, SAMORA CORREIA
PC20	CAPELA DA MISERICÓRDIA, RUA DO ALMIRANTE CÂNDIDO REIS, 14, SAMORA CORREIA
PC21	EDIFÍCIO DA COMPANHIA DAS LEZÍRIAS, GAVETO DA RUA DO ALMIRANTE CÂNDIDO DOS REIS COM A RUA DR. MANUEL GONÇALVES, 3 E 5, SAMORA CORREIA
PC22	PRÉDIO URBANO DE GAVETO, LARGO 1.º DE MAIO COM A RUA DR. MANUEL GONÇALVES, 7, ONDE SE ENCONTRA INSTALADA A GNR, SAMORA CORREIA





¹¹⁸ Fonte INE, 2011

¹¹⁹ (FONTE: INE, 2011, RESULTADOS PROVISÓRIOS)

PC23	PRÉDIO URBANO DE GAVETO, RUA DO DR. MANUEL GONÇALVES, 4, COM A RUA ALMIRANTE CÂNDIDO DOS REIS, 7 A 9, SAMORA CORREIA
PC24	CONJUNTO URBANO, INCLUINDO O LARGO DO CALVÁRIO (LARGO 25 DE ABRIL), VARANDIM E CELEIRO CONTÍGUO (CONFINANTE COM A RUA POPULAR), SAMORA CORREIA
PC25	EDIFÍCIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE BENAVENTE, UTILIZADO COMO MUSEU MUNICIPAL, RUA LUÍS DE CAMÕES, 8, BENAVENTE
PC26	MOINHOS, 5, BENAVENTE
PC27	CAPELA S. BRÁS, BARROSA
PC28	QUINTA DA MURTEIRA, SAMORA CORREIA
PC29	IGREJA DE ST. ESTEVÃO, SANTO ESTEVÃO

120


QUADRO 4.20 – Listagem de elementos Patrimoniais

LISTAGEM DO INSTITUTO DE GESTÃO DO PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO E ARQUEOLÓGICO (IGESPAR)				
DESIGNAÇÃO	GRAU DE CLASSIFICAÇÃO	CATEGORIA/TIPOLOGIA	DECRETO	IMAGEM
FACHADA DO ANTIGO PALÁCIO DE D. MIGUEL	EM VIAS DE CLASSIFICAÇÃO (HOMOLOGADO – IIM INTERESSE MUNICIPAL)	ARQUITECTURA CIVIL / FACHADA		SAMORA CORREIA 
IGREJA DE NOSSA SENHORA DA OLIVEIRA	IIP IMÓVEL DE INTERESSE PÚBLICO	ARQUITECTURA RELIGIOSA / IGREJA	41 191, DG 162, DE 18-07-1957	SAMORA CORREIA 
CRUZEIRO E ADRO DO LARGO DO CALVÁRIO	IIP IMÓVEL DE INTERESSE PÚBLICO	ARQUITECTURA RELIGIOSA / CRUZEIRO	42 692, DG 276, DE 30-11-1959	
PELOURINHO DE BENAVENTE	IIP IMÓVEL DE INTERESSE PÚBLICO	ARQUITECTURA CIVIL / PELOURINHO	23 122, DG 231, DE 11-10-1933	 BENAVENTE

121

¹²⁰ Fonte: Câmara Municipal de Benavente

¹²¹ IGESPAR e DGEMN

INVENTÁRIO DA DIRECÇÃO GERAL DE EDIFÍCIOS E MONUMENTOS NACIONAIS				
DESIGNAÇÃO	UTILIZAÇÃO E PROPRIEDADE	ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO	TIPOLOGIA	IMAGEM
CASA DO MONTE DA BELA VISTA	<p>UTILIZAÇÃO INICIAL RESIDENCIAL: RESIDÊNCIA DE MONTE</p> <p>UTILIZAÇÃO ACTUAL DEVOLUTO</p> <p>PROPRIEDADE PRIVADA: MISERICÓRDIA</p>	Séc.19/20	<p>ARQUITECTURA CIVIL OITOCENTISTA. CASA ROMÂNTICA, COM COMPARTIMENTAÇÃO ATRAVÉS DE PILASTRAS, GRANDE NÚMERO DE VÃOS POUCO ESPAÇADOS, COM CORPO TÍPICO DOS ANOS 40-60 COM JANELAS DE ARCO OGIVAL. CASA TORREADA, AQUADRADADA, COM DOIS PISOS E 4 ÁGUAS, COM DOIS CORPOS TÉRREOS DE 2 ÁGUAS JUSTAPOSTOS. VOLUMES MACIÇOS, CAIADOS, COM ALÇADOS LATERAIS CEGOS, MOLDURAÇÃO DE CUNHAIS, CAIADOS DE BRANCO, COM CINTAS DE COR, TELHADOS SANQUEADOS, COM BEIRA, COBERTURAS INTERIORES EM TECTO DE PAINEL.</p>	
HOSPITAL DA MISERICÓRDIA DE BENAVENTE	<p>UTILIZAÇÃO INICIAL HOSPITALAR E ASSISTENCIAL</p> <p>UTILIZAÇÃO ACTUAL ASSISTENCIAL: CATEI - CENTRO DE ACOLHIMENTO TEMPORÁRIO DE EMERGÊNCIA PARA IDOSOS / LAR DE IDOSOS / CONSULTA EXTERNA.</p> <p>PROPRIEDADE PRIVADA: MISERICÓRDIA</p>	Séc.20	<p>ARQUITECTURA CIVIL HOSPITALAR E ASSISTENCIAL, REVIVALISTA. EDIFÍCIO INICIALMENTE ADAPTADO ÀS NECESSIDADES DE UM CENTRO HOSPITALAR, COM INTERESSANTE DISTRIBUIÇÃO PLANIMÉTRICA DEFINIDA POR VÁRIOS CORPOS LONGITUDINAIS E TRANSVERSAIS, ARTICULADOS EM REDOR DE UMA AMPLA SALA OCTOGONAL CENTRAL, DESTINADA A ÁTRIO OU SALA DE ESPERA; OS ESPAÇOS ADMINISTRATIVOS E AS SALAS DE CONSULTA SITUAM-SE DO LADO NASCENTE; OS QUARTOS PARTICULARES E ENFERMIARIAS PARA OS 2 SEXOS E A ZONA DAS COZINHAS, DO LADO POENTE. LINGUAGEM NEO-ROMÂNICA NOS ARCOS PERALTADOS DO CORPO DE ACESSO.</p>	
IGREJA DA MISERICÓRDIA DE BENAVENTE	<p>UTILIZAÇÃO INICIAL CULTURAL / ASSISTENCIAL</p> <p>UTILIZAÇÃO ACTUAL CULTURAL / FUNERÁRIA (UM DOS ANEXOS SERVE DE CASA MORTUÁRIA) / MUSEOLÓGICA (NA SALA DEBAIXO DA TRIBUNA EXISTE UM PEQUENO MUSEU COM IMAGENS ORIUNDAS DA DEMOLIDA IGREJA MATRIZ).</p> <p>PROPRIEDADE PRIVADA: MISERICÓRDIA</p>	Séc.16/17	<p>ARQUITECTURA RELIGIOSA, MANEIRISTA. IGREJA DA MISERICÓRDIA COM A FACHADA PRINCIPAL LATERAL RASGADA POR PORTAL, ENCIMADA POR PEQUENA SINEIRA, NAVE ÚNICA E CAPELA-MOR DESTACADA, SALA DA IRMANDADE E HOSPITAL COMUNICANDO COM A NAVE, DO LADO OPOSTO À CAPELA-MOR, POR TRIBUNA. LINGUAGEM ERUDITA NO TRATAMENTO DO PORTAL, COM O SEU JOGO DE PILASTRAS E PINÁCULOS, COROADO POR FRONTÃO DE VOLUTAS, ÚNICA NOTA DE DESTAQUE NA FACHADA RECTILÍNEA.</p>	

**Quadro 4.21. Listagem do Instituto Português do Património Arqueológico
(IGESPAR)**

LISTAGEM DO INSTITUTO PORTUGUÊS DO PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO (IGESPAR)				
CNS	TIPO	DESIGNAÇÃO	CONCELHO	FREGUESIA
1174	VILA	MONTE DA PARREIRA	BENAVENTE	BENAVENTE
14944	ESTAÇÃO DE AR LIVRE	MONTE DA FORMIGA	BENAVENTE	SAMORA CORREIA
15532	VESTÍGIOS DIVERSOS	ZAMBUJEIRO	BENAVENTE	BARROSA
16680	FORNO	MONTE DOS CONDES	BENAVENTE	SANTO ESTÊVÃO
17628	ATALAIA	BELMONTE	BENAVENTE	SAMORA CORREIA
19131	OLARIA	GARROCHEIRA	BENAVENTE	BENAVENTE
11501	NECRÓPOLE	COURELA DAS CAVEIRAS	BENAVENTE	BENAVENTE
11503	VESTÍGIOS DE SUPERFÍCIE	MONTE DO GATO	BENAVENTE	BENAVENTE
11505	VESTÍGIOS DE SUPERFÍCIE	ARNEIRO DE SANTO ANDRÉ	BENAVENTE	BENAVENTE
11504	VESTÍGIOS DE SUPERFÍCIE	FORNOS DA TELHA	BENAVENTE	BENAVENTE
11506	VESTÍGIOS DE SUPERFÍCIE	MONTE DOS CONCELHOS	BENAVENTE	SANTO ESTÊVÃO
11507	VESTÍGIOS DE SUPERFÍCIE	CALADO	BENAVENTE	SAMORA CORREIA

**Quando 4.22. Listagem do Instituto Português do Património Arqueológico
(IGESPAR)**

LISTAGEM DO INSTITUTO PORTUGUÊS DO PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO (IGESPAR)				
CNS ¹²²	TIPO	DESIGNAÇÃO	CONCELHO	FREGUESIA
11509	VESTÍGIOS DE SUPERFÍCIE	CASA DO GUARDA	BENAVENTE	BENAVENTE
11510	VESTÍGIOS DE SUPERFÍCIE	CARVOEIRA	BENAVENTE	BENAVENTE
11511	VESTÍGIOS DE SUPERFÍCIE	MONTE DA SAÚDE	BENAVENTE	BENAVENTE
11517	INDETERMINADO	MONTINHO	BENAVENTE	BARROSA
11584	ACHADO(S) ISOLADO(S)	VALE BAETA	BENAVENTE	SANTO ESTÊVÃO
11585	ACHADO(S) ISOLADO(S)	VALE DO TREJOITO	BENAVENTE	BENAVENTE
11587	MANCHA DE OCUPAÇÃO	ARNEIRO CORTIÇO	BENAVENTE	SAMORA CORREIA
11590	MANCHA DE OCUPAÇÃO	BELMONTE	BENAVENTE	SAMORA CORREIA
11622	POVOADO	MOITA DE OURIVES	BENAVENTE	SAMORA CORREIA
11627	POVOADO	MONTE DA QUINTA 2	BENAVENTE	BARROSA
20660	VESTÍGIOS DE SUPERFÍCIE	MONTE DA FOZ 1	BENAVENTE	BENAVENTE
20716	INDETERMINADO	MONTE DA QUINTA 1	BENAVENTE	BARROSA
20719	INDETERMINADO	FORO DE DOM JOÃO	BENAVENTE	BARROSA
21863	ESTAÇÃO DE AR LIVRE	MONTE DA FOZ 2	BENAVENTE	BENAVENTE
31157	VESTÍGIOS DE SUPERFÍCIE	SALEMA	BENAVENTE	BENAVENTE
31159	VESTÍGIOS DE SUPERFÍCIE	CASA DA GUARDA 2	BENAVENTE	BENAVENTE
31160	VESTÍGIOS DE SUPERFÍCIE	ODRES A	BENAVENTE	BENAVENTE
31161	VESTÍGIOS DE SUPERFÍCIE	ODRES B	BENAVENTE	BENAVENTE
31163	VESTÍGIOS DE SUPERFÍCIE	ODRES C	BENAVENTE	BENAVENTE
32065	MANCHA DE OCUPAÇÃO	RIBEIRA DO VALE COBRÃO 5	BENAVENTE	SAMORA CORREIA
32066	ACHADO(S) ISOLADO(S)	CANTO DO MARCO/VALE COBRÃO 1	BENAVENTE	SAMORA CORREIA
32067	ACHADO(S) ISOLADO(S)	CANTO DO MARCO/VALE COBRÃO 2	BENAVENTE	SAMORA CORREIA
32068	MANCHA DE OCUPAÇÃO	VALE DO OLHO 3	BENAVENTE	SAMORA CORREIA
32069	ACHADO(S) ISOLADO(S)	RIBEIRA DO VALE COBRÃO 6	BENAVENTE	SAMORA CORREIA
32070	ACHADO(S)	VALE DO OLHO 4	BENAVENTE	SAMORA
32071	MANCHA DE	CANTO DO MARCO/VALE	BENAVENTE	SAMORA
32072	ACHADO(S)	CANTO DO MARCO/VALE	BENAVENTE	SAMORA
32073	ACHADO(S)	CANTO DO MARCO/VALE	BENAVENTE	SAMORA
32074	ACHADO(S)	VALE DE OLHO 1	BENAVENTE	SAMORA
32075	ACHADO(S)	RIBEIRA DO VALE COBRÃO 7	BENAVENTE	SAMORA
32076	ACHADO(S)	VALE DE OLHO 2	BENAVENTE	SAMORA
32078	ACHADO(S)	VALE DE OLHO 5	BENAVENTE	SAMORA
32079	ACHADO(S)	RIBEIRA DO VALE COBRÃO 8	BENAVENTE	SAMORA

¹²² CNS – Código Nacional de Sítio

32080	MANCHA DE	VALE DE OLHO 6	BENAVENTE	SAMORA
32087	VESTÍGIOS DE	CABEÇA DOS BÁCOROS 2	BENAVENTE	SAMORA
32088	ACHADO(S)	PULGAS 1	BENAVENTE	SAMORA
32089	MANCHA DE	CABEÇA DOS BÁCOROS 3	BENAVENTE	SAMORA
32090	ACHADO(S)	PULGAS 2	BENAVENTE	SAMORA
32115	ACHADO(S)	PULGAS 3	BENAVENTE	SAMORA
32117	ACHADO(S)	CHAFARIZ DO BICO DA ROLA 2	BENAVENTE	SAMORA
32118	MANCHA DE	ALTO DOS CASTELHANOS	BENAVENTE	SAMORA
32119	ACHADO(S)	CANTO DO MARCO 1	BENAVENTE	SAMORA
32120	ACHADO(S)	CANTO DO MARCO 2	BENAVENTE	SAMORA
32121	ACHADO(S)	CANTO DO MARCO 3	BENAVENTE	SAMORA
32122	ACHADO(S)	PULGAS 4	BENAVENTE	SAMORA
32123	ACHADO(S)	PULGAS 5	BENAVENTE	SAMORA

**Quadro 4.23. PROPOSTAS POTENCIAIS /ACÇÕES REGIÃO CENTRO /OESTE
VALE DO TEJO**

	TOURING / TURISMO DE NATUREZA	RESORTS INTEGRADOS, TURISMO RESIDENCIAL E GOLFE
FACTORES DISTINTIVOS	PATRIMÓNIO NATURAL MONUMENTOS HISTÓRICOS E PAISAGÍSTICOS ALDEIAS TÍPICAS	PROXIMIDADE A LISBOA CAMPOS DE GOLFE
PRINCIPAIS ACÇÕES A DESENVOLVER	RECUPERAR E REQUALIFICAR EDIFÍCIOS, NÚCLEOS HISTÓRICOS E PAISAGENS NATURAIS PROMOVER A RECUPERAÇÃO E ADAPTAÇÃO DE EDIFÍCIOS PARA UNIDADES DE ALOJAMENTO (HOTÉIS DE CHARME)	POTENCIAR O DESENVOLVIMENTO DE RESORTS INTEGRADOS REALIZAR CROSS-SELLING COM LISBOA E PORTO
ACÇÕES TRANSVERSAIS	QUALIFICAR A OFERTA HOTELEIRA REFORÇAR A QUALIDADE DE SERVIÇO, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E PROTECÇÃO DO AMBIENTE MELHORAR AS ACESSIBILIDADES RODOVIÁRIAS (ESTRADAS SECUNDÁRIAS)	

124

¹²³ Fonte: Câmara Municipal de Benavente - www.cm-benavente.pt

¹²⁴ Fonte: Turismo de Portugal – PENT 2007

Quando 10.71. Museu Municipal de Benavente - Análise SWOT

<p style="writing-mode: vertical-rl; transform: rotate(180deg);">Plano interno do Museu Municipal de Benavente de Ben</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Excelente localização • Existência de espaços e recursos naturais de excelência; • Existência de um vasto património cultural material e imaterial; • População jovem; • Rede escolar estruturada; • Proximidade dos diversos equipamentos existentes; • Conhecimento das novas tecnologias; • Rede empresarial na região; • Comunidades estrangeiras que se tornam essenciais para o crescimento económico e social da região; • Uma grande vontade de atingir as diversas faixas etárias, de transformá-los em novos públicos; • Uma boa ligação e comunicação com a rede escolar da região, sendo mais eficaz com o 1º e 2º ciclo; • Realização de exposições temporárias (no Museu e itinerantes); • Quadro de pessoal qualificado, interessado com uma entrega apaixonada pela história da região, pela preservação do património e divulgação do mesmo; • Arquitetura e história do MMB; 	<ul style="list-style-type: none"> • Parcerias ineficazes; • Marketing bastante deficiente; • Fraca fidelização dos eventos por parte dos munícipes e visitantes; • Fraca gestão do equipamento museológico; • Pouca oferta de eventos culturais e relacionados com o património, história e museologia; • Deficiente oferta de projetos culturais com o intuito de promover uma cidadania ativa e afirmar-se como um verdadeiro polo de desenvolvimento económico e sustentável; • Divulgação e promoção dos eventos e exposições realizada de forma ineficaz. • Utilização ineficaz das novas tecnologias. • Ineficácia em atingir um público-alvo importante: os jovens; • Recursos financeiros muito frágeis; • Horário praticado. Aos sábados o Museu só abre se houver visitas e o Núcleo Agrícola encontra-se fechado, impossibilitando a visita de quem descobre a região; • Quadro de pessoal muito reduzido; • Espaço do museu com dimensões muito reduzidas; • Acessibilidades para deficientes inexistentes, sobretudo o MMB; • Serviços de apoio ao Museu (uma verdadeira receção, loja, cafetaria)
---	---	---

	Oportunidades	Ameaças
Plano externo do Museu Municipal de Benavente	<ul style="list-style-type: none"> • Rede de transportes favoráveis; • Sensibilização de todo o concelho para a cultura; • Criação de diversas parcerias com entidades ligadas à cultura (associações, clubes, museus, teatros, escolas...); • Desenvolvimento e promoção de programas culturais; • Escolas; • População jovem; 	<ul style="list-style-type: none"> • Economia local e global fragilizada; • Rede de transportes; • Preços praticados; • Pensamento dos cidadãos não orientado para a importância da cultura (quer na sua prática, quer como instrumentos essenciais para o desenvolvimento local); • A Cultura ainda é encarada como um pilar educacional ida como mero instrumento de lazer; • Outras formas de lazer: novas tecnologias...; • Outros museus mais apelativos e com outras atividades mais convidativas; • Tendência para a “negação” do passado, do património versus o interesse pelo efémero, o imediato;

Gráficos

Gráfico 1.2 – Espetadores de Cinema vs. Visitantes de Museus:

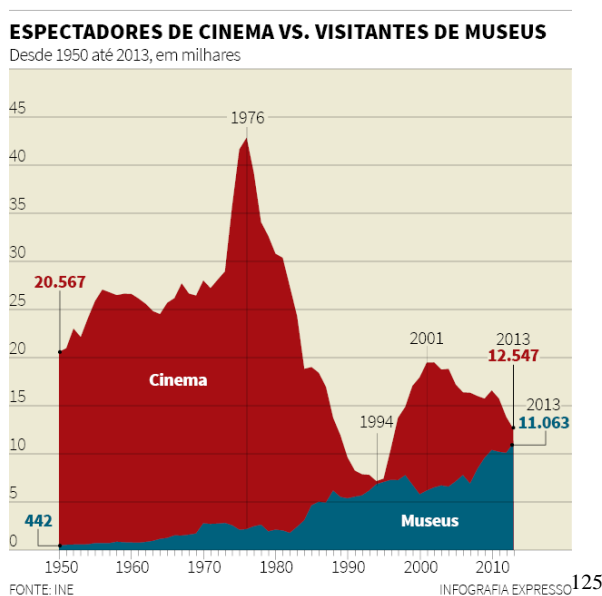


Gráfico 3.5 – Evolução do número de Museus em Portugal, entre 2000 e 2011

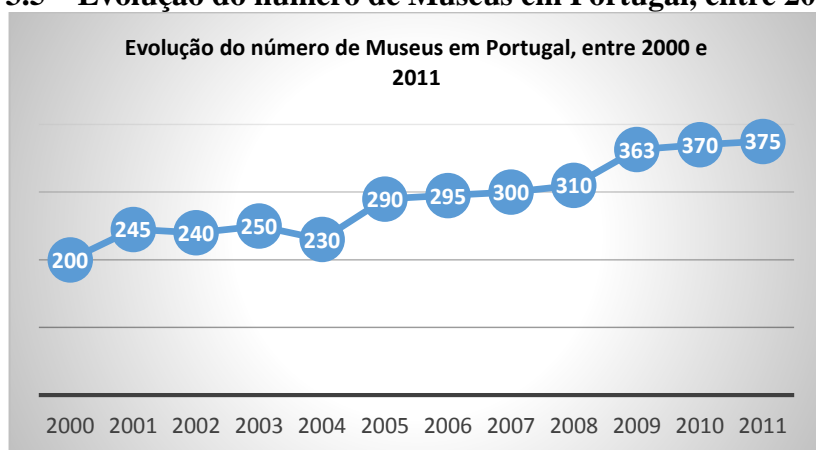
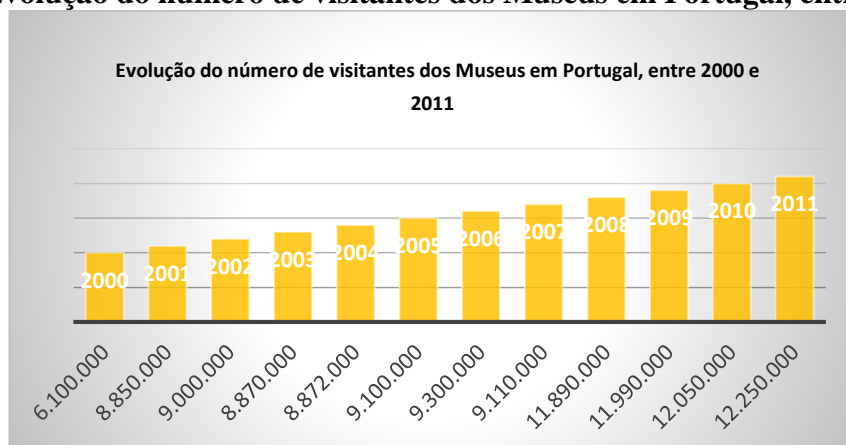


Gráfico 3.6 – Evolução do número de visitantes dos Museus em Portugal, entre 2000 e 2011¹²⁶



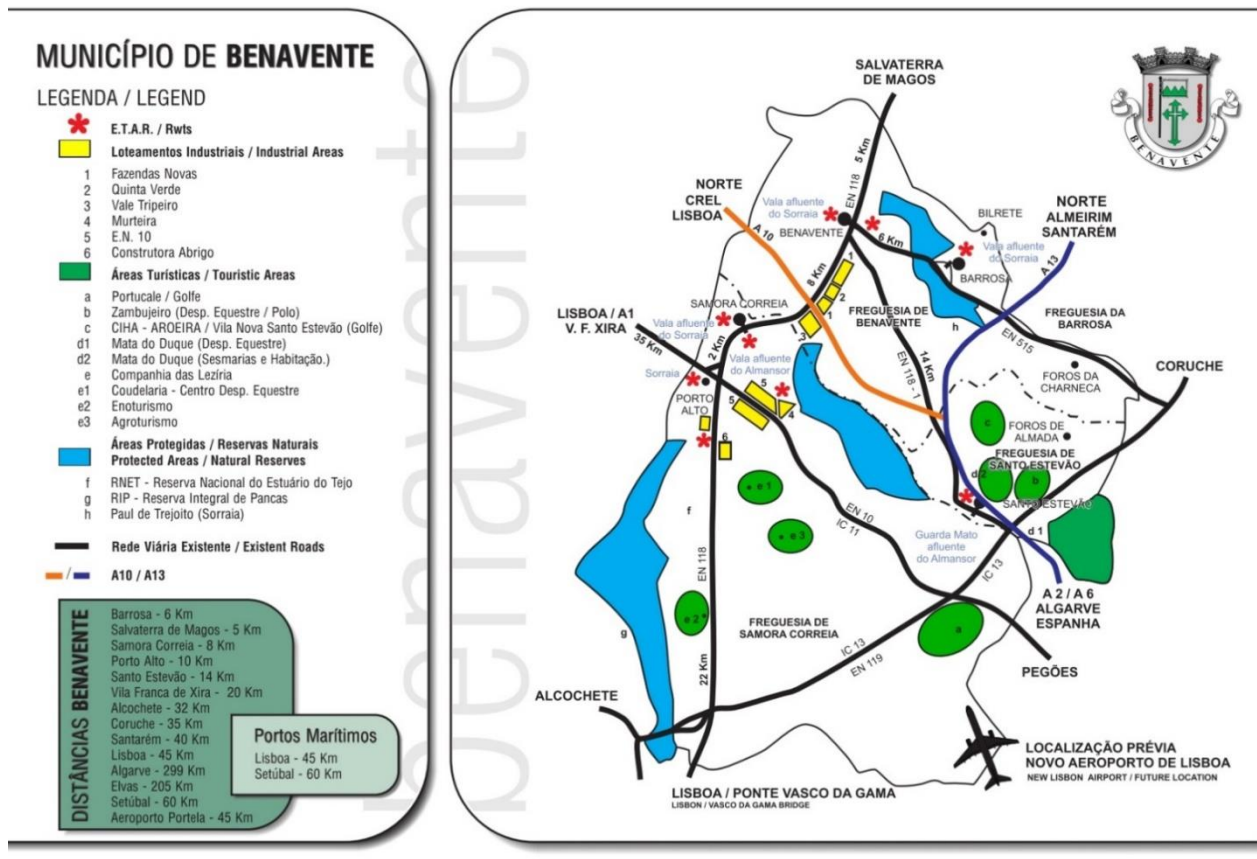
127

¹²⁶ Fonte: INE, Anuário Estatístico de Portugal e Estatísticas da Cultura, 2011.

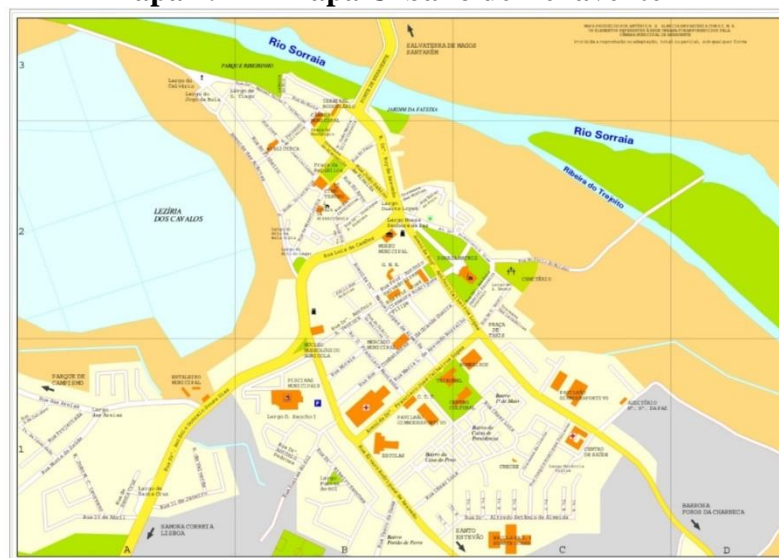
¹²⁷ INE, Anuário Estatístico de Portugal e Estatísticas da Cultura, 2011

Mapas

Mapa 4.11. Benavente:



Mapa 4.12 – Mapa Urbano de Benavente¹²⁸



¹²⁸ Câmara Municipal de Benavente, <http://www.cm-benavente.pt/>
XVI

ANEXO II

ANEXO II. Figuras

Fig:9.67 – Acervo e Reservas do Museu Municipal de Benavente – Foto de J. Azevedo

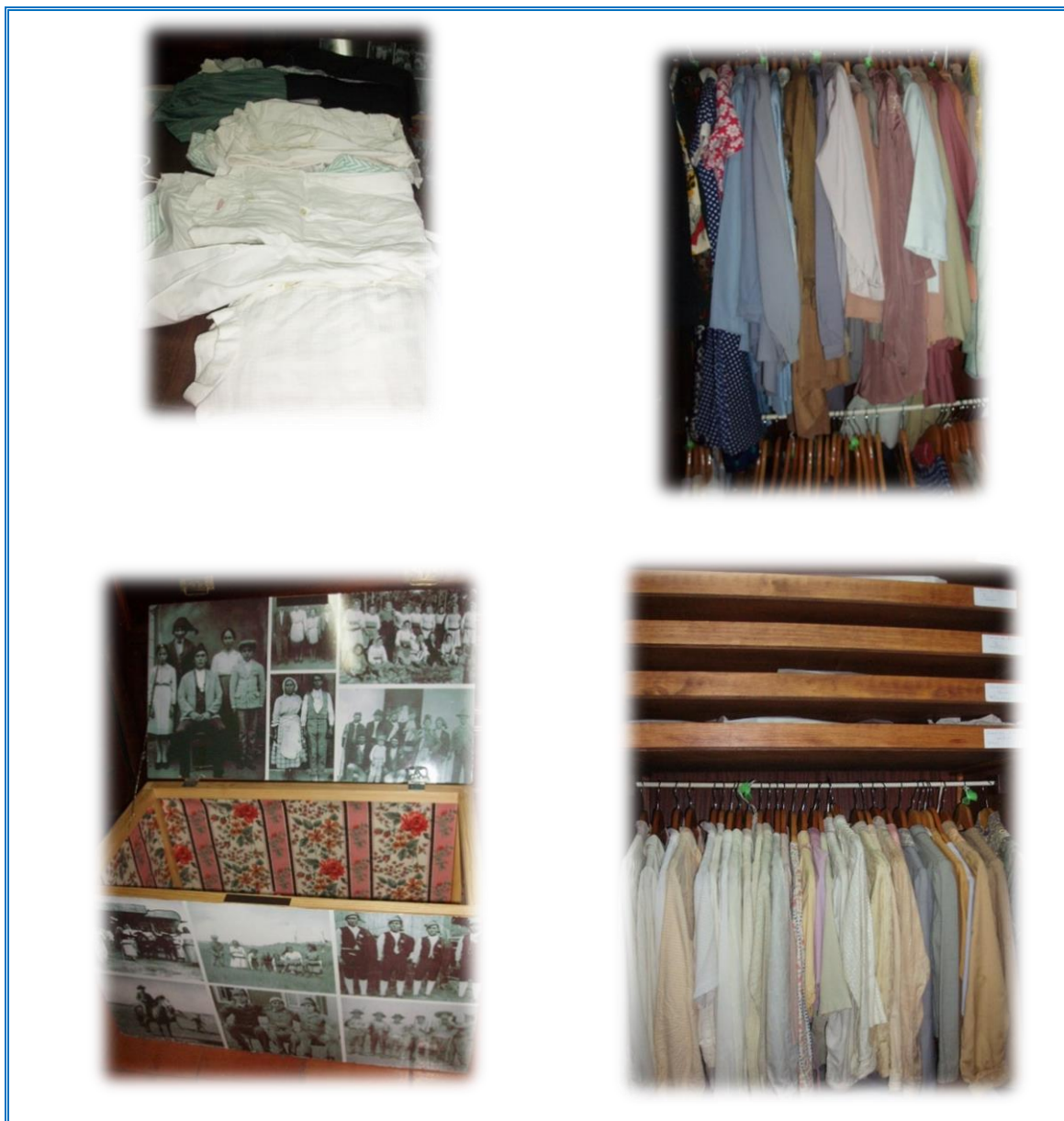




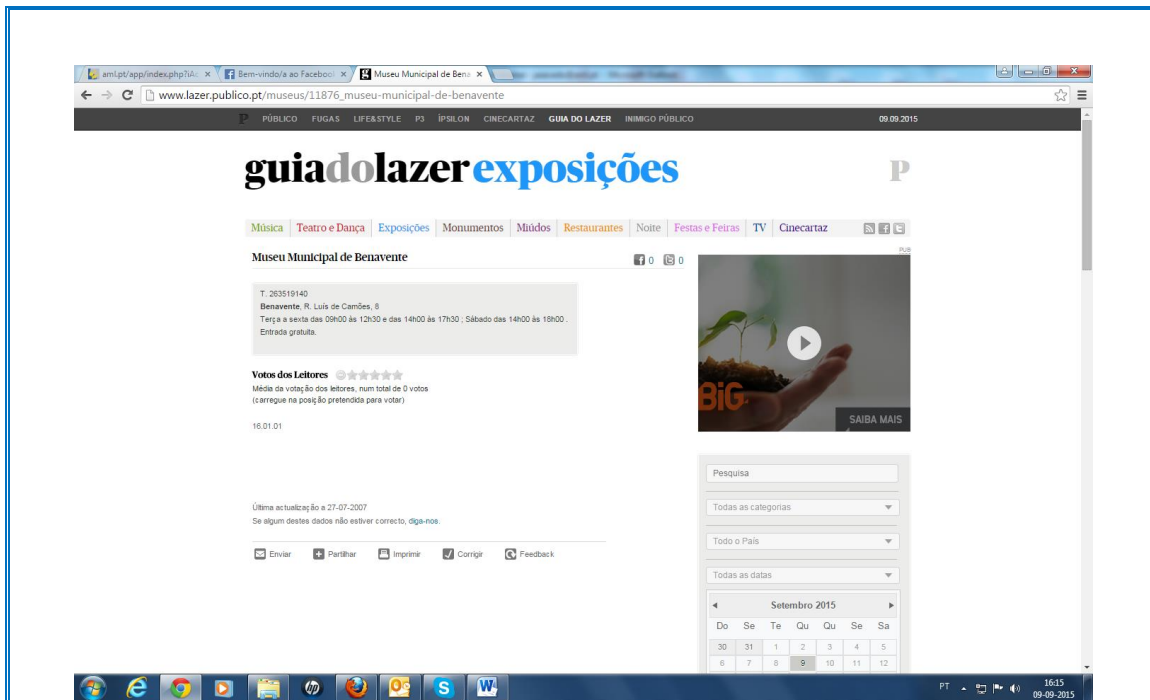
Fig:9.68 – Acervo e Reservas do Museu Municipal de Benavente – Foto de J. Azevedo







Fig. 10.68 – Alguns exemplos de exposições, catálogos realizados pelo Museu Municipal de Benavente: MMB



NOTÍCIA DO PÚBLICO (EDIÇÃO DE 27-07-2007)



NOTÍCIA NO PORTAL DA REDE REGIONAL (EDIÇÃO DE 31-10-2014)

ampl.pt/app/index.php?iA: x Bem-vindo/a ao Facebook x Museu Municipal de Beni x

boacamaboamesa.expresso.sapo.pt/museu-municipal-benavente-10139

SAPO Mail Úteis Notícias Mag Lifestyle Compras Internacional Imprensa

Expresso

BOA CAMA BOA MESA

INÍCIO BOA CAMA BOA MESA BOA VIDA BCM TV VINHOS & GOURMET CARTAZ PASSATEMPOS

Início > Santarém > Benavente > Benavente > Museu Municipal de Benavente

Museu Municipal de Benavente

28 Abr 2011

Aqui estão representados os ofícios tradicionais como sapateiro, correio, barbeiro, ferrador, ferreiro, carpinteiro, calafate, taneiro e estão expostos objetos das diversas atividades desenvolvidas na região, desde o final do século XIX, como...



Imprimir

Facebook Twitter Email

voltar à secção início

Comentar

Download on the App Store
APLICACIÓN ANDROID NO Google play

BOA CAMA BOA MESA 2015

CINEMA RESTAURANTES HOTEIS

Destino Sala Filme

Boa Cama Boa Mesa

Gostar da Página 24000 gostos

Assinatura Expresso Digital 1 mês por apenas 15,96€ 4,90€

PT 16:24 09-09-2015

NOTÍCIA NO JORNAL EXPRESSO (EDIÇÃO DE 31-10-2014)

ampl.pt/app/index.php?iA: x Bem-vindo/a ao Facebook x BENAVENTE: Exposições x

noticiasdoribatejo.blogs.sapo.pt/benavente-3003250

NOTÍCIAS DO RIBATEJO

NOTÍCIAS DO RIBATEJO EM SUMÁRIO E ATUALIZADAS PERIÓDICAMENTE - "A Imparcialidade Na Notícia" - UMA REFERÊNCIA NA INFORMAÇÃO REGIONAL - Editor e Responsável: António Centeiro

[post anterior](#) | [home](#) | [post seguinte](#)

Quarta-feira, 25 de Junho de 2014

BENAVENTE: Exposições Comemorativas do Aniversário do Museu Municipal de Benavente



Por ocasião de mais um Aniversário da Inauguração do Museu Municipal de Benavente, na próxima Sexta-feira dia 27 de Junho (Inauguração às 21.30h), o espaço acolhe as seguintes exposições de fotografia e instalação:

"Cerrados e Vinhas - A Agricultura Tradicional"

A agricultura de subsistência e de complemento ao rendimento familiar, um espaço de família e de convívio intensamente vivido. A partir de fotografias e instalações temáticas, esta exposição procura evidenciar um dos modos de vida de uma comunidade, intimamente ligado ao trabalho nos campos. Para além da

aguardar por geo2.statisticovh...

pesquisar

OK

Setembro 2015

DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SAB
	1	2	3	4	5	
6	7	8	9	10	11	12
13	14	15	16	17	18	19
20	21	22	23	24	25	26
27	28	29	30			

VISITANTES (Colocado em: 28.06.15)

posts recentes

PLURISICA: Colónia Refe...
PS Açucena Manifesto EU...

PT 16:26 09-09-2015

NOTÍCIA NO JORNAL NOTÍCIAS DO RIBATEJO (EDIÇÃO DE 25-06-2014)



NOTÍCIA NA PÁGINA DO FACEBOOK (EDIÇÃO DE 28-06-2013)



NOTÍCIA NA PÁGINA INSTITUCIONAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE BENAVENTE (EDIÇÃO DE 12-08-2015)



NOTÍCIA NO JORNAL O MIRANTE (EDIÇÃO DE 25-06-2015)



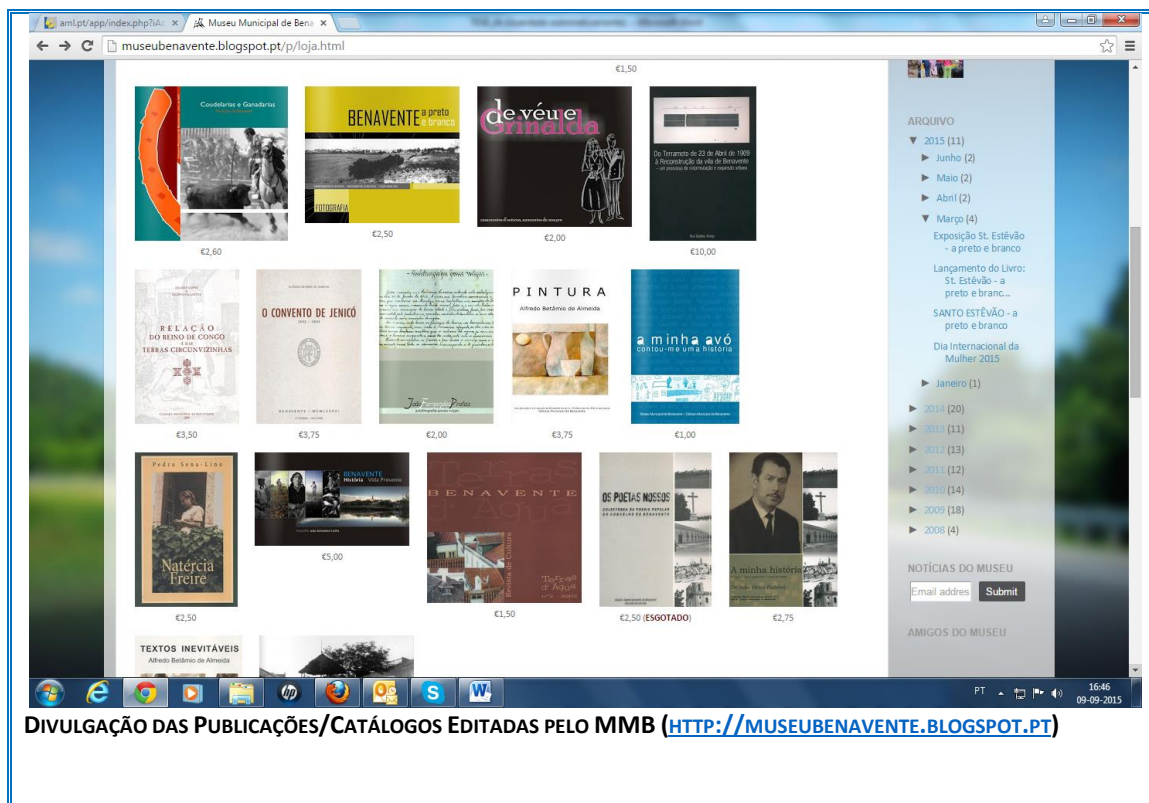


Fig.:10.70 – Alguns exemplos de atividades, lúdico/pedagógicas realizadas pelo Museu Municipal de Benavente: MMB

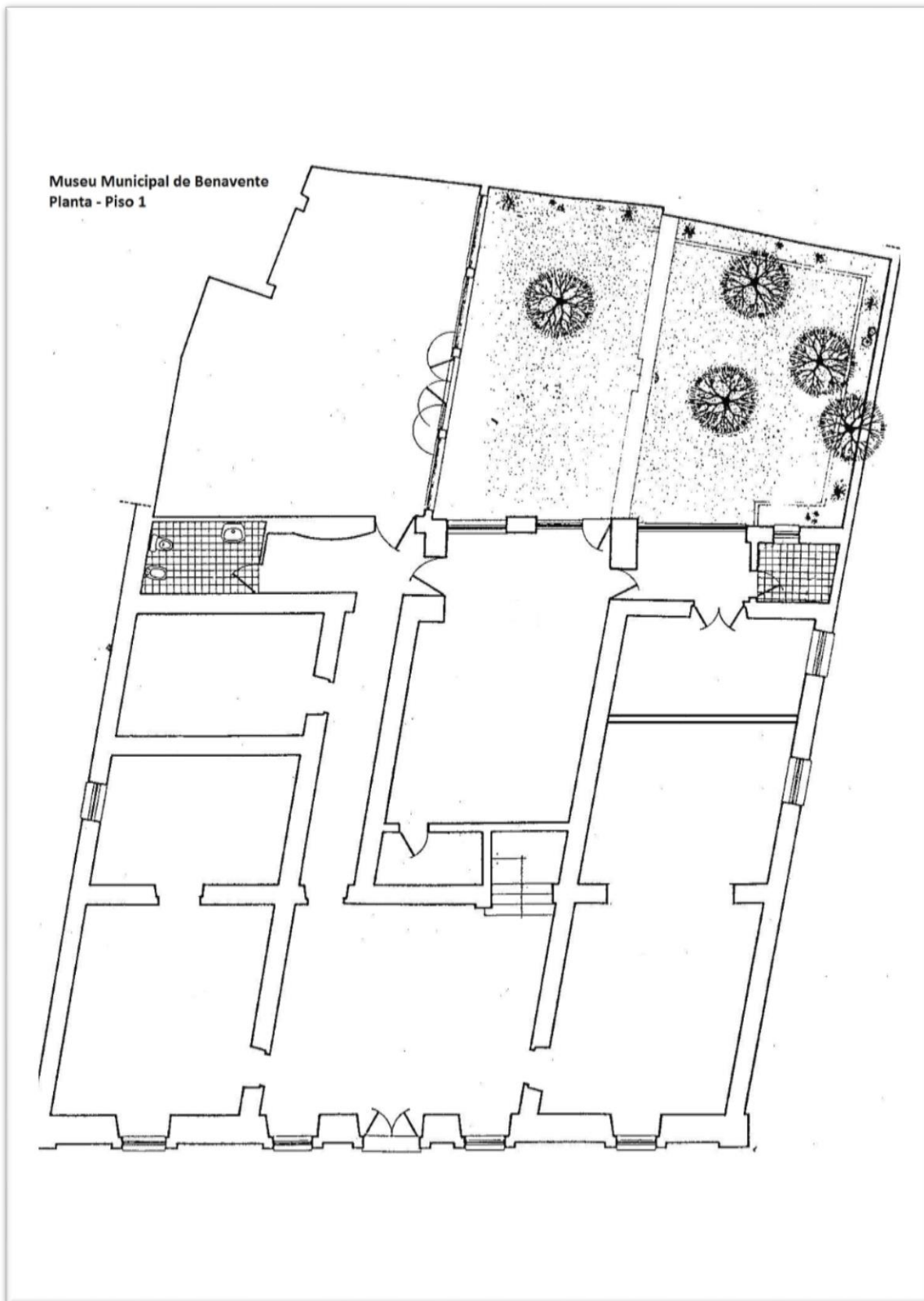




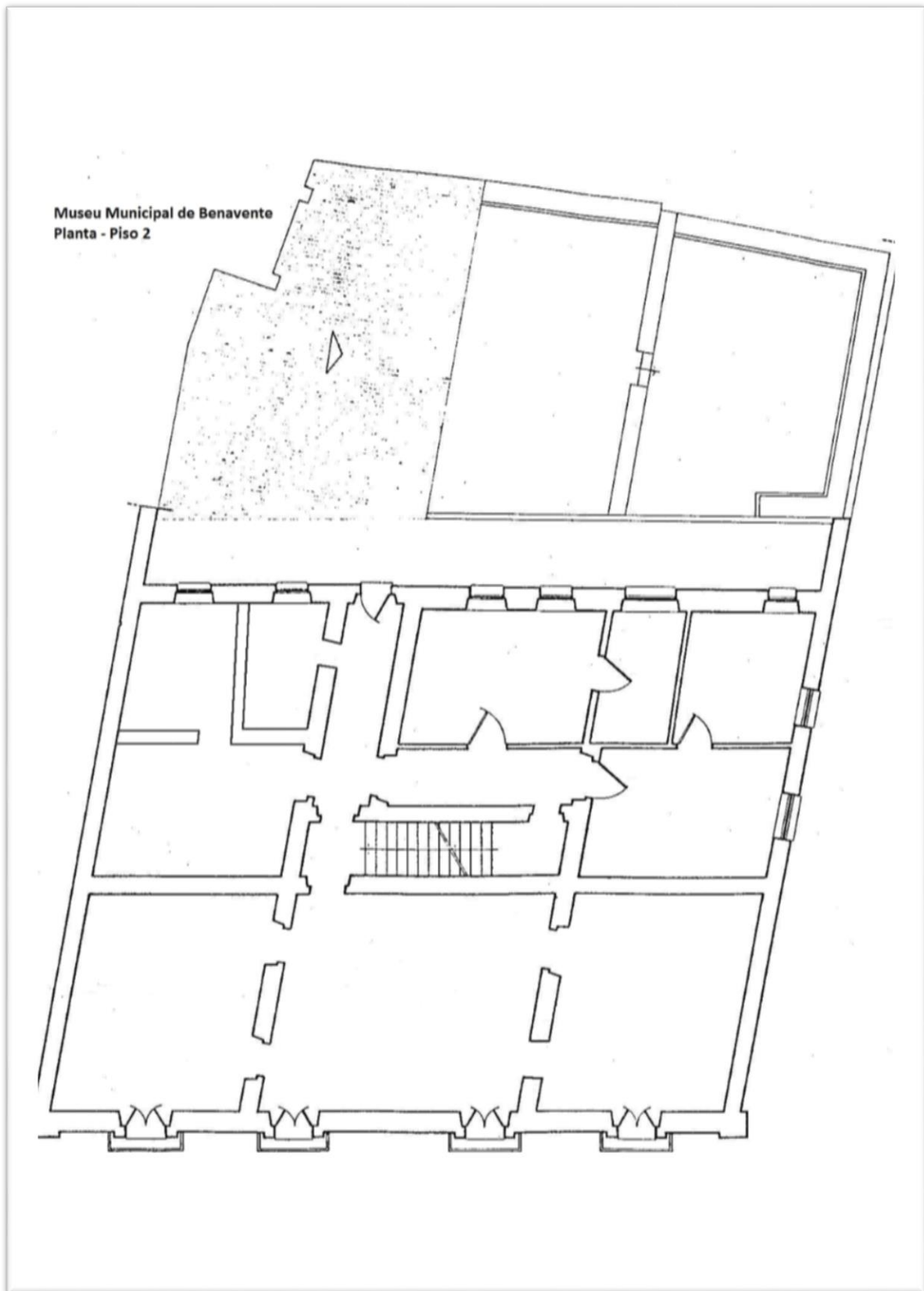
ANEXO III

ANEXO III. Plantas

Plantas do Edifício onde está instalado o Museu Municipal de Benavente: Piso 1



Plantas do Edifício onde está instalado o Museu Municipal de Benavente: Piso 2



ANEXO IV

ANEXO IV.
REGULAMENTOS

Regulamento do Museu Municipal de Benavente:¹³⁰

Regulamento do Museu Municipal de Benavente

Dr. António Gabriel Ferreira Lourenço



¹³⁰ Fonte: Museu Municipal de Benavente: <http://museubenavente.blogspot.pt/>

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Artigo 1.º

Lei Habilitante

Artigo 2.º

Objecto e âmbito de aplicação

Artigo 3.º

Natureza e localização

Artigo 4.º

Logótipo e Sigla

Artigo 5.º Missão

Artigo 6.º

Objectivos

CAPÍTULO II

Acesso ao Público

Artigo 7.º

Acesso

Artigo 8.º

Horário de funcionamento

Artigo 9.º

Acolhimento ao público

Artigo 10.º

Apoio a pessoas com deficiência ou mobilidade condicionada

Artigo 11.º

Registo de visitantes

Artigo 12.º

Normas de visita

CAPÍTULO III Gestão

do acervo

Artigo 13.º

Incorporação de bens culturais

Artigo 14.º

Inventariação e documentação

Artigo 15.º

Investigação e estudo de colecções

Artigo 16.º

Acesso às reservas museológicas

Artigo 17.º

Acesso à documentação

Artigo 18.º

Cedências

Artigo 19.º

Conservação e restauro
Artigo 20.º
Segurança

CAPÍTULO IV

Instrumentos de divulgação

Artigo 21.º
Divulgação de acervos
Artigo 22.º
Exposições
Artigo 23.º
Divulgação de actividades
Artigo 24.º
Educação
Artigo 25.º
Postos de venda

CAPÍTULO V

Colaborações

Artigo 26.º
Museus e instituições
Artigo 27.º Voluntariado

CAPÍTULO VI

Enquadramento e orgânica dos serviços

Artigo 28.º Enquadramento
orgânico Artigo 29.º
Orgânica dos serviços
Artigo 30.º
Competências

CAPÍTULO VII

Disposições finais

Artigo 31.º
Revisão do Regulamento
Artigo 32.º
Omissões Artigo 33.º
Entrada em vigor

ANEXOS:

I “ Manual Básico de Identidade Corporativa”

II “ Política de Incorporações”

III “ Normas e Procedimentos de Conservação Preventiva”

Nota Justificativa

O Museu Municipal de Benavente denominado Museu Municipal Dr. António Gabriel Ferreira Lourenço foi inaugurado em Julho de 1980, albergando uma vasta coleção de carácter etnográfico reunida ao longo de cerca de 40 anos por Joaquim Parracho. O desenvolvimento deste trabalho de recolha permitiu a criação de uma relação importante e duradoura entre a comunidade e o seu museu, resultando frequentes as doações particulares. Por outro lado, a recolha exaustiva de todos os objetos da vida quotidiana, familiar e de trabalho evitou o seu desaparecimento físico e, conseqüentemente, o esquecimento da memória coletiva.

Instalado numa antiga casa de habitação, construída no final do século XVIII pelo Capitão Colaço Lobo veio a ser adquirido pelo Dr. António Gabriel Ferreira Lourenço, em meados do século XX. Durante este período foi aqui instalado o Pensionato do Colégio de Benavente, pelo que foram realizadas algumas intervenções com o objetivo de adequar o edifício às suas novas funções. Mais tarde, o Dr. António Gabriel Ferreira Lourenço legou em testamento o edifício, condicionando a sua utilização a museu, vindo a celebrar-se a escritura em 20 de Dezembro de 1976. Apresentando uma tipologia habitacional típica, o edifício desenvolve-se em dois pisos e, originalmente, as dependências anexas como cavalariças e armazéns ocupariam a quase totalidade do quarteirão, agora urbano, onde se insere. De cunhais e bandas em pedra, a fachada é marcada pelo ritmo das sóbrias cantarias, o edifício orienta-se integralmente para a Rua Luís de Camões.

O piso térreo desenvolve-se a partir de um átrio de distribuição e no centro do edifício a escada em pedra de acesso ao piso superior. Todo este piso encontra-se muito condicionado, à exceção das amplas salas de exposição pela tipologia de origem desta casa.

Nas traseiras, desenvolve-se um pequeno pátio exterior e, invadindo esta área, no início de 1980, foi construído um pequeno pavilhão adossado transversalmente ao edifício.

O projeto para a criação deste Museu resultou, assim, de um conjunto de fatores que em articulação permitiram reunir uma equipa técnica para a sua coordenação efetiva, um edifício para a instalação da estrutura e uma doação notável, quer na quantidade de materiais, quer no próprio valor patrimonial.

A partir da década de 80, assistiu-se ao grande impulso da Museologia e dos Museus, em estreita relação com a mudança experimentada no respeito e valorização do Património Histórico por parte da sociedade em geral. O conceito de museu resulta deste processo proporcionando novas tendências nos princípios museológicos, nos programas museográficos e nos serviços que a instituição deve prestar. Este deverá dar resposta às necessidades criadas com a renovada relação Museu – Sociedade proporcionando junto dos diferentes públicos o conhecimento, valorização e salvaguarda dos recursos histórico - patrimoniais no sentido do desenvolvimento das comunidades e identidade locais.

Museu de território possui coleções relevantes no âmbito da alfaia agrícola, do traje, da cerâmica e de ofícios tradicionais. A coleção de fotografia constituída por centenas de registos representa um complemento essencial para a compreensão da vivência tradicional promovendo a articulação entre aspetos relativos à cultura material e aos comportamentos. As coleções de alfaias agrícolas e de traje dão expressão às diversas atividades desenvolvidas na região desde o final do século XIX.

A criação, em 2000, do Núcleo Museológico Agrícola instalado no antigo Matadouro Municipal permitiu o alargamento do conceito tornando a estrutura polinucleada. Neste núcleo, o programa museológico previu a instalação de uma exposição permanente, “O Calendário Agrícola”, bem como a preservação do edifício como memória do património industrial. Atualmente, por razões de carácter operativo, as atividades de Serviço Educativo do Museu têm vindo a ser desenvolvidas neste espaço.

Assim, nos termos dos artigos 112.º e 241.º da Constituição da República Portuguesa e do disposto nos artigos 52.º da Lei n.º 47/2004, de 19 de Agosto e 53.º, n.º 2, alínea a) da Lei 169/99, de 18 de Setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal de Benavente aprova o Projeto de Regulamento do Museu Municipal de Benavente Dr. António Gabriel Ferreira Lourenço.

CAPÍTULO I

Disposições gerais

Artigo 1.º Lei habilitante

O presente regulamento é elaborado ao abrigo dos artigos 112.º e 241.º da Constituição da República Portuguesa e do disposto no artigo 52.º da Lei n.º 47/2004, de 19 de Agosto.

Artigo 2.º Objeto e âmbito de aplicação

O presente regulamento estabelece as normas e procedimentos de organização interna e funcionamento do Museu Municipal de Benavente Dr. António Gabriel Ferreira Lourenço, adiante designado abreviadamente por MMB, de acordo com a Lei n.º 47/2004, de 19 de Agosto e em conformidade com os princípios basilares da política e do regime de protecção valorização do património cultural previstos na Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro.

Artigo 3.º Natureza e localização

1. O MMB consubstancia um serviço público, sem personalidade jurídica nem autonomia administrativa e financeira, tutelado pela Câmara Municipal de Benavente.
2. O MMB, sito na Rua Luís de Camões, n.º 8, 2130-062, em Benavente, é descentralizado no território do Município, dele fazendo parte o Núcleo Museológico Agrícola – Antigo Matadouro Municipal, sito no Largo de Santo André, em Benavente.
3. O MMB integrará ainda o Núcleo das Reservas Museológicas, atualmente em fase de projeto, bem como outros núcleos a criar de acordo com a programação museológica.

Artigo 4.º Logótipo e Sigla

1. O Museu Municipal tem logótipo próprio que representa um símbolo de identidade da região: um touro estilizado.
2. A utilização do logótipo deve obedecer ao disposto no Anexo I do presente diploma.
3. A designação de Museu Municipal de Benavente poderá, sempre que assim for entendido, ser substituída pela sigla MMB.

Artigo 5.º
Missão

De acordo com a sua vocação específica, entendida como o estudo da história e património do município de Benavente, o MMB define como missão:

- a) preservar as suas coleções garantindo a transmissão do seu acervo às gerações futuras nas melhores condições;
- b) valorizar e divulgar junto dos diversos públicos o Museu e as suas coleções;
- c) dinamizar atividades culturais e sociais de modo a fomentar o prazer de usufruir do Património;
- d) incorporação de novos bens.

Artigo 6.º
Objetivos

1. Constituem objetivos programáticos do MMB a recolha, a conservação, o inventário e documentação, a investigação e a divulgação da história e património do território concelhio para as populações que nele habitam.

2. Visando a concretização dos objetivos referidos no número anterior, cabe ao MMB:

- a) recolher todos os testemunhos que documentem a história e património do município de Benavente;
- b) conservar e salvaguardar todos os objetos históricos e patrimoniais, móveis e imóveis do município de Benavente;
- c) efetuar a conservação e restauro das coleções do MMB, e do património móvel concelhio, isolado ou integrado em imóveis de interesse patrimonial relevante;
- d) promover a salvaguarda e a conservação do património arquitetónico de interesse relevante no concelho, classificado ou não, isolado ou integrado em conjuntos edificados, em meio urbano ou rural;
- e) fomentar a salvaguarda, preservação e valorização do património arqueológico concelhio;
- f) implementar projetos de estudo e valorização de sítios arqueológicos;
- g) instruir processos de classificação legal para os sítios de interesse patrimonial considerados relevantes;
- h) emitir pareceres sobre obras públicas ou privadas que impliquem a alteração, demolição e /ou ampliação de edifícios ou espaços urbanos situados em áreas de risco patrimonial definidas pelo Plano Diretor Municipal (PDM) ou outras servidões administrativas;
- i) dar parecer sobre obras públicas e privadas que impliquem a escavação do subsolo incluindo as zonas ribeirinhas e o meio aquático nos termos da legislação em vigor;
- j) coordenar e fiscalizar os trabalhos arqueológicos necessários à salvaguarda de bens arqueológicos em obras da autarquia;
- k) acompanhar obras municipais em sítios e espaços em meio rural, urbano ou ribeirinho de interesse histórico e patrimonial que impliquem trabalhos de recuperação estrutural e valorização;
- l) inventariar todo o património móvel e imóvel do município de Benavente;
- m) documentar todo o património cultural móvel e imóvel do município de Benavente através do inventário sistemático em suporte manual e informatizado;
- n) inventariar e documentar todas as coleções museológicas do MMB manualmente e em suporte informatizado;
- o) investigar a história e património da região de influência do museu com os recursos humanos de investigação do MMB ou outros a afetar conforme a especificidade e especialização;
- p) estudar, salvaguardar e divulgar todas as coleções museológicas do MMB, nomeadamente, realizando intervenções de conservação e restauro;
- q) estabelecer parcerias com outras instituições tendo em vista o apoio e a colaboração na salvaguarda, estudo e divulgação do património cultural móvel e imóvel, sobretudo, do património religioso através das paróquias do concelho, igreja, militar e coletividades particulares;

- r) divulgar o património histórico e cultural do MMB aos diferentes públicos através de exposições de longa duração, temporárias e itinerantes, edições do museu, catálogos, roteiros de coleções museológicas, coleção de património local, revista cultural “*Terras d’Água*”, Sítio na Internet e, outros meios a criar;
- s) captar e diversificar o maior número de públicos para o museu;
- t) apoiar, sempre que possível, a criação, organização e consolidação de novos núcleos museológicos do MMB ou, os museus a criar na região, ajudando a difundir as boas práticas museológicas.

CAPÍTULO II Acesso

ao Público

Artigo 7.º

Acesso

O acesso ao MMB e ao Núcleo Museológico é gratuito.

Artigo 8.º

Horário de funcionamento

1. O horário de funcionamento dos serviços administrativos do MMB e do Núcleo Museológico Agrícola respeita o horário de trabalho dos funcionários estipulado de acordo com as regras aplicáveis à administração pública, sem prejuízo de, por despacho do Presidente da Câmara Municipal, poder vir a sofrer alterações.
2. Sem prejuízo de decisão em contrário por motivos de conveniência para a prossecução do interesse público, o MMB e o Núcleo Museológico Agrícola encerram ao público aos domingos e nos dias de feriado nacional e municipal.
3. O MMB dispõe de um Serviço Educativo que funciona de terça-feira a sexta-feira, das 9h às 12h 30m e das 14h às 17h 30m.
4. O MMB, durante a exibição de exposições temporárias, cujas salas de exposição são acessíveis até vinte minutos antes da hora determinada para o seu encerramento, tem o seguinte horário de funcionamento:
 - a) de terça a sexta-feira, das 9h às 12h 30m e das 14h às 17h 30m;
 - b) ao sábado, das 14h 30m às 18h 30m encerrando aos domingos e dias de feriado nacional e municipal.
5. O Núcleo Museológico Agrícola tem o seguinte horário de funcionamento:
 - a) de segunda a sexta-feira, das 10h às 13h e das 14h 30m às 18h;
 - b) ao sábado, das 10h 30m às 13h.
6. Os horários de funcionamento fixados nos números anteriores poderão ser alterados por despacho do Presidente da Câmara Municipal, atendendo aos interesses da comunidade a servir.

Artigo 9.º Acolhimento ao público

1. O acolhimento ao público realiza-se na receção do MMB e do Núcleo Museológico Agrícola, cabendo ao funcionário responsável pelo acolhimento prestar todas as informações e esclarecimentos necessários ao visitante.
2. Na receção estão em permanência o Livro de Honra e o Livro de Reclamações.
3. No caso de ser necessária intervenção superior, o funcionário deverá solicitar a presença do responsável técnico do MMB, ou do técnico que na sua ausência o substitua.
4. Sendo registada reclamação no respetivo Livro, deverão os serviços administrativos proceder de acordo com a legislação em vigor.

Artigo 10.º Apoio a pessoas com deficiência ou mobilidade condicionada

1. O Museu compromete-se a desenvolver todos os esforços com vista a trabalhar com os mais diversos tipos de público sem prejuízo das necessidades especiais, físicas, intelectuais, ou sociais que cada um possa ter, nomeadamente:
 - a) melhorando a acessibilidade dos seus espaços museológicos com a implementação de infraestruturas arquitetónicas como rampas, elevadores e casas de banho adaptadas;
 - b) permitindo o acesso a outros dispositivos, como publicações e legendas em Braille e áudio-guias;
 - c) desenvolvendo atividades e programas especiais destinados a este segmento de visitantes.

Artigo 11.º Registo de visitantes

1. O registo de visitantes tem como objetivo o conhecimento dos públicos que visitam o MMB e o Núcleo Museológico Agrícola.
2. O registo será efetuado em documento próprio, discriminativo do número de visitantes e da natureza da visita.
3. As estatísticas de visitantes serão elaboradas mensalmente.
4. O MMB realizará periodicamente estudos de público e de avaliação em ordem a melhorar a qualidade do seu funcionamento e atender às necessidades dos visitantes.

Artigo 12.º Normas de visita

1. Por motivos de segurança e conservação do MMB e Núcleo Museológico Agrícola, estabelecem-se as seguintes normas de visita:
 - a) o visitante é obrigado a deixar depositados nas áreas de acolhimento objetos tais como sacos, guarda-chuvas ou quaisquer outros que possam prejudicar a segurança e a conservação dos bens culturais e das instalações;
 - b) o funcionário responsável pelo acolhimento pode impedir a entrada a visitantes que sejam portadores de objetos que pela sua natureza não possam ser guardados, com segurança, na área de acolhimento;
 - c) tratando-se de objetos de valor elevado, a responsabilidade pelo seu depósito implica a declaração e identificação dos mesmos pelo visitante.
2. Compete ao funcionário responsável pelo acolhimento decidir sobre o disposto na parte final da alínea a) e alínea b) do n.º 1 do presente artigo.

3. Durante a visita ao MMB e ao Núcleo Museológico Agrícola é expressamente proibido:
- a) filmar ou fotografar sem autorização expressa do responsável do Museu;
 - b) tocar nos objetos expostos, exceto nos preparados especificamente para esse fim, designadamente réplicas museológicas;
 - c) usar telemóveis;
 - d) comer ou beber, salvo em espaços autorizados ou situações superiormente autorizadas ou programadas no decurso das iniciativas do Museu;
 - e) correr nos espaços das exposições;
 - f) fumar, salvo nos espaços devidamente assinalados no exterior;
 - g) fazer-se acompanhar por quaisquer animais, à exceção de cães-guia.

CAPÍTULO III Gestão do acervo

Artigo 13.º Incorporação de bens culturais

1. O MMB apresenta uma política de incorporações definida de acordo com a sua missão encetando um programa que objetiva a continuidade do enriquecimento do acervo museológico no âmbito da temática definida – património histórico do concelho.
2. Para além das coleções já existentes, heterogéneas e distribuídas por diferentes temáticas da história e património da região, serão incorporados no Museu os seguintes bens culturais:
 - a) os adquiridos pelas dotações orçamentais da Câmara Municipal ou por verbas extraordinárias destinadas especialmente para esse fim;
 - b) os resultantes de legados ou doações;
 - c) os que venham a ser expropriados, nos termos previstos na Lei n.º 107/2001, de 21 de Setembro;
 - d) os que, em virtude de contenciosos com terceiros, sejam dados em pagamento;
 - e) outros que, em virtude de transferências ou permutas sejam considerados propriedade do município;
 - f) os que resultem de trabalhos arqueológicos e de achados fortuitos realizados na área do concelho de Benavente;
 - g) os que derivem da atividade do Museu.
3. Os bens culturais serão incorporados nas coleções distribuídas pelos seguintes temas: arqueologia, etnografia, traje, alfaia agrícola, cerâmica, fotografia e pintura.
4. Os bens culturais depositados no museu não são incorporados.
5. A política de incorporações do Museu está descrita no documento “Política de Incorporações do Museu Municipal de Benavente” (Anexo II) de acordo com a Lei-Quadro dos Museus Portugueses (Lei n.º 47/2004).
6. A Política de Incorporações será revista e atualizada, pelo menos, de cinco em cinco anos.

Artigo 14.º Inventariação e documentação

1. Na inventariação e documentação dos bens culturais incorporados são seguidos os princípios gerais de inventário definidos pelo Conselho Internacional dos Museus (ICOM) e pela Lei – Quadro dos Museus Portugueses no seguimento das “Normas de Inventário” publicadas pelo IPM.
2. O inventário é registado em suporte informático utilizando-se o programa IN ARTE PLUS.
3. A informatização do inventário museológico não dispensa a existência do livro de tomo numerado sequencialmente e rubricado pelo responsável técnico do Museu.

4. O inventário museológico informatizado será obrigatoriamente objeto de cópias de segurança regulares a conservar no Museu e na Câmara Municipal, de forma a garantir a integridade e a inviolabilidade da informação.

Artigo 15.º Investigação e estudo de coleções

1. O MMB desenvolve e promove o desenvolvimento da investigação e estudo de coleções tendo em conta a missão, os objetivos, a política de incorporações e os planos de exposições e edições do museu.
2. A investigação e o estudo, desenvolvidos pelo MMB, deverão fundamentar as ações desenvolvidas para o cumprimento das restantes funções museológicas.
3. O MMB gere a investigação produzida e transmite-a aos públicos, através de exposições, elaboração de textos ou de outros materiais informativos, ou por qualquer outra forma que considere adequada à sua transmissão.
4. A investigação e estudo desenvolvidos pelos técnicos do MMB ao seu serviço não devem comprometer as exigências de confidencialidade, devendo os mesmos proteger a informação considerada confidencial, tais como informações referentes à segurança do MMB – plano de segurança – e à avaliação de bens culturais.
5. O MMB conserva todos os direitos de autor e direitos conexos de acordo com a legislação vigente, sobre a investigação desenvolvida pelos técnicos do Museu ao seu serviço, no âmbito de atividades do Museu, como exposições temporárias, programas educativos e publicações – catálogos, roteiros, desdobráveis, entre outros.
6. O MMB deve apoiar o trabalho de investigadores e estudiosos externos, facilitando o acesso à informação, nomeadamente, documental e fotográfica.
7. Constitui exceção ao número anterior, o acesso a documentos de avaliação, contratos de seguro, plano de segurança, certificados de depósito, localização dos bens culturais nas instalações do Museu – reservas, dados recolhidos pelo sistema de vídeo vigilância, registo de visitantes e estudos de público.
8. O acesso à informação a que se refere o n.º 6 do presente artigo deverá ser solicitado por escrito e o pedido fundamentado.
9. O MMB acionará os mecanismos legais em vigor contra quem fizer uso de qualquer informação obtida de forma ilegítima.
10. O MMB reserva-se o direito de condicionar o acesso às instalações das reservas, por razões de conservação e segurança, facilitando o acesso à documentação sobre os objetos em reserva.
11. O MMB deve acautelar a responsabilidade sobre a investigação e estudo de bens culturais depositados no Museu.

Artigo 16.º

Acesso às reservas museológicas

1. O MMB possui reservas instaladas em áreas individualizadas no seu edifício, organizadas de acordo com a tipologia das coleções de forma a otimizar a sua gestão.
2. O acesso às reservas é permitido, nomeadamente:
 - a) aos técnicos do museu;
 - b) a investigadores, desde que autorizados pelo responsável técnico do Museu, após pedido formal, devidamente fundamentado;
 - c) a grupos de visitantes com um número limite de cinco pessoas de cada vez, desde que hajam efetuado marcação prévia e esta tenha sido devidamente autorizada.
3. O acesso às reservas pode ser efetuado de segunda-feira a sexta-feira, das 9h às 12h 30m e das 14h às 17h 30m.

4. O acesso de investigadores e visitantes deve ser feito na companhia de um técnico do museu, a quem cabe salvaguardar todos os cuidados no manuseio dos objetos, disponibilizando sempre luvas adequadas.
5. O acesso é interdito:
 - a) quando não haja disponibilidade de pessoal técnico do Museu para acompanhar os investigadores ou visitantes;
 - b) quando o estado de conservação das peças implicar cuidados especiais;
 - c) por motivos inerentes às necessidades de cuidados especiais na conservação das peças;
 - d) por outros fatores considerados relevantes pelo responsável técnico do Museu.
6. Em qualquer caso, a não permissão de acesso às reservas deverá ser devidamente fundamentado, disso se dando conhecimento aos interessados.

Artigo 17.º Acesso à documentação

1. O MMB faculta aos interessados os acessos a dados constantes na ficha dos objetos museológicos existentes em formato digital e a elementos do processo dos objetos, desde que não sejam considerados confidenciais pelo Museu, nomeadamente:
 - i) quando a sua divulgação possa pôr em causa a integridade e a segurança das coleções museológicas ou,
 - ii) quando os objetos depositados ou doados ao Museu sejam sujeitos a normas restritivas de acesso documental impostas pelos depositantes ou doadores.
2. A consulta da documentação referida no n.º 1 pode ser efetuada de segunda-feira a sexta-feira, das 9h às 12h 30m e das 14h às 17h 30m.

Artigo 18.º Cedências

1. O MMB promove a interação com outras instituições de índole museológica ou cultural, nomeadamente, através da cedência e receção de objetos para exposições ou outros eventos que se enquadrem na missão ou objetivos do Museu.
2. A autorização de cedência de objetos ou de material museológico, a conceder pelo responsável técnico do Museu, ficará sujeita às seguintes condições:
 - a) formulação do pedido por escrito, devidamente fundamentado;
 - b) comprovada garantia, pelo cessionário, quanto às condições de segurança e conservação do material cedido;
 - c) celebração de contrato de seguro cujos bens segurados serão cedidos pelo MMB, cujo clausulado será acordado entre cedente e cessionário;
 - d) celebração de contrato de normas de conservação preventiva entre cedente e cessionário, mediante acordo prévio.
3. A não verificação das condições estabelecidas no número anterior, o MMB reserva-se o direito de não cedência.

Artigo 19.º Conservação e restauro

1. O Museu promove as condições e as medidas preventivas adequadas à boa conservação dos seus bens culturais móveis e imóveis, tendo em conta as normas veiculadas pelas entidades competentes nesta matéria.
2. A conservação do acervo do Museu, bem como a política de conservação da instituição consta do documento “ Normas e Procedimentos de Conservação Preventiva do MMB “ (Anexo III) de acordo com as especificidades do próprio Museu, dos princípios e prioridades da conservação preventiva, avaliação de riscos e elaboração de procedimentos adequados.

3. Os funcionários do Museu em geral, e os que lidam diretamente com as coleções museológicas, em especial, devem conhecer as normas e procedimentos de conservação preventivas adotadas pelo MMB.
4. Todas as intervenções de conservação e restauro devem ser seguidas da apresentação de um relatório final onde sejam descritos os procedimentos e as opções utilizadas e que sirvam para o acompanhamento futuro do bem cultural conservado ou restaurado.

Artigo 20.º **Segurança**

1. O MMB e o Núcleo Agrícola estão equipados com as condições de segurança indispensáveis que garantem a proteção e a integridade dos bens culturais neles incorporados, bem como dos visitantes, do respetivo pessoal e das instalações.
2. As condições referidas compreendem equipamentos de deteção de intrusão e de incêndio.
3. O Museu dispõe de um plano de segurança periodicamente testado a fim de garantir a prevenção de perigos e respetiva neutralização.
4. O plano e as regras de segurança do Museu têm natureza confidencial.
5. O MMB e o Núcleo Agrícola dispõem de Planos de Emergência Interna contra incêndio, incêndio/explosão e sismos cujo objetivo consiste na definição de um conjunto de procedimentos adequados para atuar em situação de emergência, garantindo-se desta forma a proteção de pessoas e bens.

CAPÍTULO IV Instrumentos de divulgação

Artigo 21.º Divulgação de acervos

A divulgação da informação faz-se com recurso aos seguintes meios:

1. Documentação impressa – Toda a documentação gráfica emanada pelo museu deve conter o logótipo e sigla do MMB de acordo com o respetivo guia de identidade visual, bem como a referência à CMB e o respetivo logótipo e, ainda, outros dados relevantes para o conhecimento e identificação do museu e da CMB.
O mesmo deve acontecer com publicações em coedição. Quando o museu estiver a tratar de uma nova edição é obrigatório solicitar os respetivos códigos de *International Standard Book Number* (ISBN) ou *International Standard Serial Number* (ISSN) para que sejam inseridos na ficha técnica da respetiva publicação.
2. Internet – O museu deve procurar divulgar na Internet, no Website da CMB e no próprio sítio, no sítio RPM/IPM ou noutros congéneres, as iniciativas que desenvolve de modo a promover o museu. Cada vez mais os conteúdos disponibilizados na Internet são uma mais-valia e uma das possibilidades de divulgação do trabalho desenvolvido pelos museus.
3. Documentação fotográfica e audiovisual – A execução e utilização dos registos fotográficos e audiovisuais dos objetos integrados nas coleções do MMB estão sujeitas ao conjunto de regras abaixo discriminadas:
 - a) todas as fotografias do espólio do MMB são propriedade da autarquia;
 - b) o pedido para a cedência das imagens fotográficas é sempre solicitado por escrito, endereçado ao responsável técnico do museu que pressupõe o estabelecimento de um compromisso aceite pelo requerente definindo as condições de cedência;

- c) em todas as imagens destinadas a fins comerciais, ou outros, com divulgação pública, serão obrigatoriamente referenciados nos créditos fotográficos o nome do proprietário da imagem (MMB), o nome do fotógrafo e, se possível, a data da fotografia;
- d) a execução de fotografias de inaugurações, exposições, comemorações diversas, colóquios ou outros eventos, apenas poderão ser utilizadas como instrumentos de divulgação das atividades do Museu;
- e) a cedência de imagens fotográficas do acervo do MMB é feita através dos serviços de documentação e gestão de coleções e serão fornecidas em formato digital;
- f) as imagens cedidas destinam-se apenas aos fins para os quais foram solicitadas e consequentemente autorizadas, sendo que a utilização efetuada fora do que foi autorizado incorre em sanções previstas na legislação aplicável a este propósito;
- g) as imagens cedidas para efeitos de produção multimédia em suporte ótico ou magnético seguem as regras previstas para a cedência de imagens para publicações em suportes tradicionais;
- h) o requerente fica obrigado, quando pretender utilizar as imagens para publicação, a mencionar na obra a designação da entidade que facultou as imagens – MMB ou CMB – e a enviar-lhe duas cópias do produto;
- i) as imagens recolhidas não poderão ser utilizadas para outros fins que não os autorizados pelo museu;
- j) a realização de filmagens ou de gravações em vídeo, do Museu, das suas exposições ou outras atividades, com o objetivo de promover a sua divulgação, poderá ser realizada mediante autorização prévia da CMB.

Artigo 22.º **Exposições**

1. O MMB apresenta os bens culturais que constituem o seu acervo através de um plano de exposições que contempla a realização de exposições temporárias, permanentes ou itinerantes.
2. Entende-se por exposição temporária a que se realiza por um período igual ou inferior a cinco meses.
3. Entende-se por exposição permanente ou de longa duração a que se realiza de acordo com um projeto museológico, estendendo-se por um período superior a três anos, até um máximo de dez anos.
4. O planeamento e a execução das exposições referidas no n.º 1 são da responsabilidade do Museu, podendo este obter, para a realização das mesmas, a colaboração de entidades exteriores.
5. O espólio do MMB permite a realização de exposições de temática diversificada dentro da sua vocação, bem como o estudo do território e identidade local.
6. O Núcleo sede apresenta exposições temporárias de carácter identificativo divulgando o seu espólio museológico e dando a conhecer a fixação das populações no seu território. Prepara também exposições temporárias de artes plásticas, fotografia, entre outras.
7. O Núcleo Museológico Agrícola tem patente uma exposição de carácter permanente sobre a temática agrícola. Esta exposição apresenta conteúdos expositivos que implicam uma rotatividade dos objetos expostos.

Artigo 23.º Divulgação das **Atividades**

O MMB usará todos os meios ao seu alcance para a divulgação das suas atividades e iniciativas, dispondo para o efeito dos meios internos facultados pelos serviços da autarquia através do Gabinete de Informação e Relações Públicas (GIRP), fazendo-se divulgação institucional interna e externa, nos diferentes meios de comunicação, imprensa local, regional e nacional, assim como, rádio, televisão e Internet.

Artigo 24.º **Educação**

1. O Museu promove a função educativa respeitando sempre a diversidade cultural, visando assim a educação permanente, a participação da comunidade, o aumento e a diversificação dos públicos.
2. O Museu desenvolve através do serviço educativo programas de mediação cultural e atividades educativas que contribuem para o acesso ao património cultural e às manifestações culturais.
3. O serviço educativo desenvolve estratégias pedagógicas inovadoras na abordagem do património e modelos de relação escola – museu.
4. A frequência do público escolar poderá ser objeto do estabelecimento de programas – piloto com escolas detentoras de atividades educativas particulares, ou com instrumentos de avaliação e reatividade específicos.
5. O serviço educativo promove todo um conjunto de atividades de animação educativa, dentro e fora dos espaços museológicos, dirigidas aos públicos seniores e outros indiferenciados.
6. O Museu promoverá a realização de visitas orientadas internas que visem especificamente o conteúdo das exposições patentes no Núcleo sede ou no Núcleo Museológico Agrícola.

Artigo 25.º Postos de venda

1. As publicações editadas pela Câmara Municipal poderão ser adquiridas no MMB, Núcleo Museológico Agrícola e Posto de Turismo durante os horários normais de funcionamento dos respetivos espaços.
2. As receitas obtidas pelos rececionistas serão entregues, diariamente, na Tesouraria Municipal até às 16h 00m através de guias de recebimento.
3. As receitas provenientes dos fins-de-semana serão entregues nas segundas-feiras de manhã.
4. Os produtos comerciais expostos são da responsabilidade do MMB e CMB, privilegiando-se a produção que se relaciona com o âmbito do Museu, história e património local.
5. A título excecional é admitida a venda de produtos em regime de consignação.

CAPÍTULO V **Colaborações**

Artigo 26.º Museus e instituições

O MMB dispõe-se a colaborar com todos os museus ou instituições nacionais ou internacionais com as quais possa vir a ter protocolos de colaboração.

Artigo 27.º **Voluntariado**

O MMB apoiará a colaboração de voluntários que acedam participar, de forma desinteressada e não remunerada, em atividades superiormente definidas pelo responsável técnico do Museu e aprovadas pela CMB, em horário a combinar e integradas no âmbito de projetos, programas e outras formas de intervenção sempre desenvolvidas sem fins lucrativos de acordo com o estipulado no Decreto-Lei N.º 71/98 de 3 de Novembro e no Decreto-Lei N.º 389/99 de 30 de Setembro.

CAPÍTULO VI Enquadramento e orgânica dos serviços

Artigo 28.º Enquadramento orgânico

O MMB enquadra-se na Divisão Municipal de Cultura, Educação e Turismo (DMCET), Sector de Museus e Património Histórico, Arqueológico e Cultural da Câmara Municipal de Benavente.

Artigo 29.º Orgânica dos serviços

A direção técnica do MMB é assegurada por um técnico superior do quadro de pessoal da Câmara Municipal de Benavente, a quem cabe para além do disposto no artigo seguinte, dirigir e assegurar o bom funcionamento dos seguintes Serviços:

- a) Serviço de Museografia;
- b) Serviço de Conservação e Restauro;
- c) Serviço de Inventário;
- d) Serviço Educativo;
- e) Serviço Administrativo.

Artigo 30.º Competências

1. Aos diversos Serviços que integram o MMB cabe a prossecução dos objetivos da instituição dentro das suas respetivas competências, nos termos do disposto no presente artigo.
2. Sem prejuízo do disposto no artigo anterior, cabe à Direção Técnica do MMB:
 - a) representar tecnicamente o MMB em reuniões científicas e congressos, sem embargo das atribuições do executivo municipal;
 - b) assegurar o cumprimento das funções museológicas;
 - c) promover o rigor científico e a qualidade das exposições e de outras ações de divulgação e promoção do MMB;
 - d) promover e apoiar iniciativas de estudo, valorização e divulgação do acervo do Museu;
 - e) formular e aplicar a Política de Incorporações, o Plano de Conservação Preventiva e o Plano de Segurança do MMB;
 - f) elaborar pareceres sobre novas incorporações ou abate de bens culturais nos espólios do MMB;
 - g) coordenar a programação museológica ou requalificação do MMB;
 - h) propor e coordenar a execução do Plano e do Relatório Anual de Atividades do MMB;
 - i) promover, organizar e editar catálogos, folhetos e outro material de promoção do MMB;
 - j) autorizar a realização de visitas orientadas e outras atividades regulares do MMB;
 - k) pronunciar-se sobre pedidos de cedência temporária de bens culturais do acervo do MMB, bem como sobre a realização de filmagens e/ou sobre o registo fotográfico dos mesmos;

7. Cabe ao serviço educativo:

- a) sensibilizar os diversos públicos, promovendo a educação para o património e o património na educação através da formação de uma consciência patrimonial coletiva;
- b) desenvolver a sensibilidade artística dos diversos públicos, mais especificamente, a comunidade educativa;
- c) criar o hábito de frequência do Museu por parte das escolas;
- d) desenvolver ações e estratégias angariadoras de novos públicos;
- e) propor atividades a desenvolver no âmbito dos Dias Comemorativos;
- f) estabelecer parcerias com os vários agentes e instituições do concelho nas áreas educacional, social e cultural;
- g) dinamizar as relações do Museu com o público promovendo visitas orientadas;
- h) promover atividades culturais e educativas que potenciem o acesso aos bens culturais conservados no Museu.

8. Cabe ao serviço administrativo:

- a) organizar administrativamente os processos inerentes ao funcionamento dos serviços do Museu;
- b) elaborar e organizar os mapas estatísticos dos visitantes do Museu;
- c) controlar os stocks das publicações e objetos vendidos nos espaços museológicos;
- d) dar apoio administrativo à realização de exposições e visitas orientadas;
- e) preparar ofícios, faxes ou mailings para divulgação das ações do Museu.

CAPÍTULO VII **Disposições finais**

Artigo 31.º Revisão do Regulamento

O presente Regulamento poderá ser revisto e atualizado sempre que sejam criados novos núcleos museológicos ou quando exista matéria que o justifique.

Artigo 32.º **Omissões**

Os casos omissos no presente Regulamento serão decididos por deliberação da Câmara Municipal.

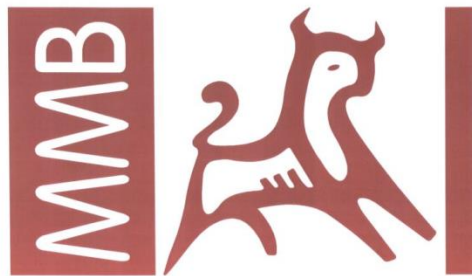
Artigo 33.º Entrada em vigor

O presente Regulamento entra em vigor no 15.º dia após a sua publicação em Diário da República.

ANEXO V

ANEXO V. MANUAL BÁSICO DE IDENTIDADE CORPORATIVA

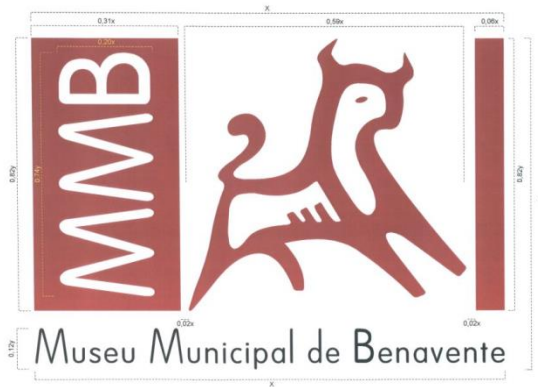




Museu Municipal de Benavente

Este Manual Básico de Identidade Corporativa deve ser compreendido como uma linha orientadora e de referência para a utilização do logótipo do "Museu Municipal de Benavente", de modo a facilitar a sua implementação.

Não são permitidas quaisquer reproduções do símbolo corporativo e logótipo que não tenham sido consideradas neste Manual.



Museu Municipal de Benavente

Máxima

Será livre de representação para uma medida máxima, devendo respeitar as proporções e normas contidas neste Manual.

Mínima

A dimensão mínima prevista para o logótipo é de 2,50 cm, quando acompanhado da designação da instituição. Em "marca d'água", reduzida a representação simbólica, deverá ser considerada a medida de 2 cm, como medida mínima.

regular



"marca d'água"



Padrão Cromático

PANTONE 1225 C
CMYK: C0 M30 Y95 K0
RGB: R224 G200 B10
Tonalidade (H): 37
Saturação (S): 219
Luminância (L): 110
Hexadecimal: #E0003A

PANTONE 201 C
CMYK: C7 M100 Y65 K32
RGB: R128 G0 B0
Tonalidade (H): 0
Saturação (S): 240
Luminância (L): 60
Hexadecimal: #800000

PANTONE Black C
CMYK: C0 M0 Y0 K100
RGB: R0 G0 B0
Tonalidade (H): 0
Saturação (S): 0
Luminância (L): 0
Hexadecimal: #000000

PANTONE Trans. White
CMYK: C0 M0 Y0 K0
RGB: R255 G255 B255
Tonalidade (H): 0
Saturação (S): 0
Luminância (L): 240
Hexadecimal: #FFFFFF

Tipo de Letra "Dreamspeak"

abcdefghijklmnopq
rstuvwxyz
ABCDEFGHIJ
KLMNOPQRS
TUVWXYZ
0123456789
!"#\$%&/'()=?»
,+Ç°~^,;:

Versão Positivo (P/B)



Versão Negativo (P/B)



Aplicações sobre Fundos 6

Admitem-se os Fundos:



Não se admitem os Fundos:



São admitidos estes e outros exemplos que não prejudiquem a legibilidade do logótipo, promovendo sempre o contraste figura-fundo, atendendo à saturação e luminosidade, e aplicando as regras e disposições previstas neste manual.
Pode ainda ser aplicado sobre motivos e gradientes, desde que se verifiquem os requisitos anteriormente apresentados.

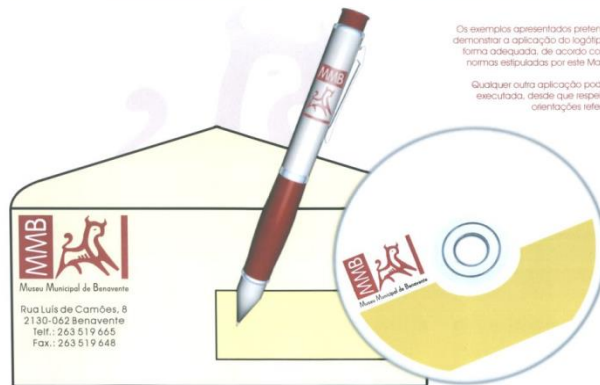
Não se admitem os fundos mencionados nem outros que se revelem de fraca legibilidade e possam interferir com a melhor interpretação do logótipo.

Marca d'água 7

À exceção do logótipo regular, pode ainda utilizar-se o símbolo como marca d'água nos exemplos apresentados, considerando todas as normas e disposições previstas neste manual.



Aplicações 8



Os exemplos apresentados pretendem demonstrar a aplicação do logótipo de forma adequada, de acordo com as normas estipuladas por este Manual.

Qualquer outra aplicação pode ser executada, desde que respeite as orientações referidas.

ANEXO VI

ANEXO VI. Política de Incorporações



Política de Incorporações

Entidade:

Museu Municipal de Benavente, Dr. António Gabriel Ferreira Lourenço (MMB)

Tutela:

Município de Benavente

:: INTRODUÇÃO

1. O Museu Municipal de Benavente, breve historial

O Museu Municipal de Benavente, denominado Museu Municipal Dr. António Gabriel Ferreira Lourenço (MMB), foi inaugurado em Julho de 1980, albergando uma vasta coleção de carácter etnográfico reunida ao longo de cerca de 40 anos pelo Sr. Joaquim Parracho. O desenvolvimento deste trabalho de recolha permitiu a criação de uma relação importante e duradoura entre a comunidade e o seu museu, resultando frequentes as doações particulares. Por outro lado, a recolha exaustiva de todos os objetos da vida quotidiana, familiar e de trabalho, evitou o seu desaparecimento físico e, consequentemente, o esquecimento da memória coletiva.

O projeto para a criação deste Museu resultou, assim, de um conjunto de fatores que em articulação permitiram reunir uma equipa técnica para a sua coordenação efetiva, um edifício para a instalação da estrutura e uma doação notável, quer na quantidade de materiais, quer no próprio valor patrimonial.

A partir da década de 80 assistiu-se ao grande impulso da Museologia e dos Museus em estreita relação com a mudança experimentada no respeito e valorização do Património Histórico por parte da sociedade em geral. O conceito de museu resulta deste processo proporcionando novas tendências nos princípios museológicos, nos programas museográficos e nos serviços que a instituição deve prestar. Este novo conceito deverá dar resposta às necessidades criadas com a renovada relação Museu – Sociedade.

2. Da missão do museu, da sua abrangência e das coleções

Museu de território possui coleções relevantes no âmbito da alfaia agrícola, do traje, da cerâmica e de ofícios tradicionais. A coleção de fotografia, constituída por centenas de registos, representa um complemento essencial para a compreensão da vivência tradicional, promovendo a articulação entre aspectos relativos à cultura material e aos comportamentos. As coleções de alfaias agrícolas e de traje dão expressão às diversas actividades desenvolvidas na região desde o final do século XIX.

:: POLÍTICA DE INCORPORAÇÕES

I PARTE

1. Enquadramento legal

A política de incorporações do MMB resulta do que se encontra definido na Lei-Quadro dos Museus Portugueses, nº 47/2004, de 19 de Agosto, considerando um documento desta natureza - política de incorporações – fundamental para a gestão e boas práticas de funcionamento da instituição museológica.

Em articulação foram também considerados outros documentos de referência, nomeadamente, a Lei de Bases do Património Cultural, Nº 107/2001, de 8 de Setembro, os regulamentos do International Council of Museums (ICOM) regulamentos do International Council of Museums (ICOM) e o Código Deontológico para os Museus, na versão publicada em 2003 pela Comissão Nacional Portuguesa do ICOM.

2. Missão e objetivos da política de incorporações

A política de incorporações tem como objetivo regular a incorporação de novos bens culturais garantindo a observância da legislação nacional e, quando aplicável, os normativos legais internacionais. A existência de um documento regulador desta natureza permitirá condicionar e obrigar à reflexão sobre futuras incorporações no MMB, evitando a ocorrência de situações anteriores em que se verificava sistematicamente a oferta de quaisquer objetos.

A definição e prossecução de uma política de incorporações clara e eficaz, permitirá fortalecer a própria missão do MMB e, conseqüentemente, o seu papel enquanto fator de identidade da comunidade.

3. História e tipologia das coleções

O acervo do MMB é, fundamentalmente, representado por três coleções, a coleção de alfaia agrícola, a coleção de traje e a coleção de fotografia. Estas coleções conferem expressão às diversas atividades desenvolvidas na região, desde os finais do século passado e, profundamente, vinculadas aos ambientes de tradição rural.

A fertilidade do solo e a grande lezíria ribatejana transformaram em atividades dominantes a agricultura e a criação de gado. Todos os materiais que concorrem para a identificação desta realidade, que pode ir da sementeira à colheita, ou da apartação do gado à amansia do touro para os trabalhos agrícolas, podem ser contemplados neste museu.

Um vasto conjunto de ofícios tradicionais, complementares às atividades dominantes, estão também representados com todas as alfaias empregues no decorrer dos seus trabalhos - o ferreiro, o ferrador, o tanoeiro, o carpinteiro, o sapateiro, o barbeiro, o abegão, o correiro, o pescador, entre outros.

O ambiente doméstico do quotidiano ocupa também um lugar de destaque existindo elementos que permitem a reconstituição de uma casa rural, de uma taberna típica ou, mesmo, a encenação do ciclo da vida do nascimento até à morte.

Todos estes quadros se completam com a introdução do traje que constitui uma vasta coleção dentro do grande grupo da etnografia.

Em paralelo, possuímos uma importante coleção de fotografia composta pelas mais variadas temáticas que vão de ambientes familiares de festa ou trabalho, a retratos de crianças, flagrantes da velhice, instantes do dia-a-dia ou de locais entretanto desaparecidos. A fotografia tem-se revelado uma ajuda importante, podendo constituir o objeto central de exposições ou o elemento que melhor concorre para a reconstituição de ambientes e visualização de situações.

A parte mais representativa deste acervo foi reunida durante cerca de 40 anos por Joaquim Parracho e doada à Câmara Municipal de Benavente com o objetivo de criação de um Museu, em 1979.

4. Domínio público das coleções

Os bens culturais incorporados no MMB integram o domínio público do Município de Benavente.

5. Critérios de seleção das incorporações

Como critérios essenciais para a incorporação de bens culturais no acervo do MMB e de acordo com a legislação em vigor, enunciamos os seguintes:

- a) Pertencerem à área geográfica de Benavente, ao distrito de Santarém ou, caso se justifique, possuam algum tipo de relação de identidade com Benavente;
- b) Possuírem título de propriedade, autoria ou autenticidade válidos;
- c) Não são colocadas quaisquer restrições de ordem cronológica, pelo que, poderão ser considerados objetos desde a pré-história à atualidade.

6. Limitações à incorporação

- a) O museu diligenciará no sentido de não incorporar qualquer bem cultural sem que a tutela e o responsável técnico pelo Museu se tenham certificado da possibilidade de obtenção de certificado de propriedade válido.
- b) O museu não adquirirá quaisquer bens culturais sem atestar que os mesmos não foram adquiridos ou exportados do país de origem em violação das leis nacionais em vigor no mesmo país.
- c) O Museu rejeitará qualquer bem cultural que tenha sido ilicitamente comercializado.
- d) O Museu não adquirirá quaisquer bens culturais que não possam ser inventariados, conservados, guardados ou expostos de forma adequada.

Deverão ser consideradas exceções às alíneas anteriores:

1. Se o Museu adquirir bens culturais de menor importância e que, apesar de carecer de documentação comprovativa de posse, se considerar não ter havido qualquer ilicitude relacionada com o bem cultural;
2. Se o Museu atuar com a permissão das autoridades com jurisdição aplicável.

7. Modalidades e procedimentos de incorporação

A incorporação representa a integração formal de um bem cultural no acervo do Museu Municipal e compreenderá as seguintes modalidades:

- a) Compra b)
Doação c)
Legado d)
Herança e)
Recolha f)
Achado
- g) Transferência h)
Permuta
- i) Afetação permanente j)
Preferência
- k) Dação em pagamento

Poderão igualmente ser incorporados no MMB bens expropriados ao abrigo do disposto na Lei 107/2001, salvaguardados os limites consagrados na Lei 47/2004.

Serão sempre passíveis de incorporação no MMB bens arqueológicos que resultem de intervenções arqueológicas e de achados fortuitos.

As ofertas de bens culturais quando sujeitas a condições especiais poderão ser recusadas quando as condições propostas forem consideradas pelo responsável do Museu como contrárias aos interesses a longo prazo do MMB e do seu público. No âmbito deste documento e de acordo com os procedimentos nele definidos, o responsável técnico do MMB poderá recusar a oferta de qualquer bem desde que não cumpra o definido nesta política de incorporações.

De forma a operacionalizar a incorporação de um bem cultural no acervo do MMB deverão ser respeitados os seguintes procedimentos:

- a) Avaliação de autenticidade do bem cultural.

- b) Verificação da inclusão do bem cultural no enquadramento temático e geográfico definido na Política de Incorporações.
- c) Avaliação financeira (quando aplicável).
- d) Apresentação de proposta de aquisição, transferência ou permuta (se aplicável).
- e) Apresentação de processo de incorporação à tutela.
- f) Emissão de documento de compra, recepção ou recolha (quando aplicável).

Após verificação de todo este procedimento prévio, a incorporação deverá considerar os seguintes passos:

- 1. Registo.
- 2. Atribuição de número de inventário.
- 3. Marcação da peça.
- 4. Inventariação.

8. Justificação e procedimentos de abatimento ao cadastro

Entende-se como abatimento ao cadastro o ato de retirar, de forma permanente, um bem cultural pertencente a um acervo museológico.

Considerando que o abatimento de um bem constitui matéria particularmente delicada importa definir um conjunto de regras objetivas. Assim, o processo para o abatimento de um bem cultural propriedade do MMB deverá reunir uma ou mais das seguintes condições:

- a) O bem cultural se encontre deteriorado ao ponto de não servir os seus propósitos ou de representar uma ameaça para a segurança ou saúde do público e funcionários do museu;
- b) O bem cultural se encontre danificado, como consequência de uma catástrofe ou acidente, ao ponto de a sua recuperação não ser possível;
- c) Quando as vantagens da sua destruição para efeitos de estudo e investigação sejam consideradas maiores do que as vantagens da sua preservação.

A decisão de propor o abate ao cadastro constitui competência do responsável técnico, contudo, só poderá ser efetivamente concretizada após a aprovação por escrito da tutela.

O abatimento ao cadastro pressupõe, no entanto, o cumprimento de todas as seguintes normas:

- 1) No caso do abatimento ao cadastro representar a realização de uma mais-valia monetária, tal montante só poderá ser aplicado em benefício do desenvolvimento, conservação, restauro ou preservação do acervo museológico do MMB;
- 2) Em caso algum, quando do abatimento ao cadastro resulte uma venda do bem cultural poderá a aquisição ser realizada a favor de qualquer funcionário, antigo funcionário, administrador ou antigo administrador do Município de Benavente, ou ainda a favor de qualquer colaborador, antigo colaborador ou voluntário do MMB.

3) O abatimento ao cadastro de qualquer bem cultural pertencente ao acervo do MMB não subentende o abatimento do seu número de inventário, nem a destruição, ou alienação por qualquer forma, da informação ou documentação que lhe estavam associadas. No caso de abatimento ao cadastro, tal facto deverá ficar registado tanto na base de dados, como no processo de documentação do bem cultural explicando-se os motivos que levaram ao mesmo.

II PARTE

1. Revisão quinquenal

A política de incorporações do MMB deverá ser revista de cinco em cinco anos.

A RPM será notificada de quaisquer alterações feitas à política de incorporações, bem como das implicações de tais alterações para o futuro das coleções existentes.

2. Exceções à política de incorporações

As incorporações não previstas no presente documento só serão efetuadas em circunstâncias muito excecionais e, ainda assim, somente após parecer positivo por parte da Tutela do MMB e do seu responsável técnico considerando igualmente o interesse de outros museus pertencentes à Rede Portuguesa de Museus/Instituto Português de Museus.

3. Informações adicionais

O acervo do MMB encontra-se exposto e depositado no edifício sede, situado na Rua Luís de Camões, 8, Benavente e no Núcleo Museológico Agrícola, instalado no antigo Matadouro Municipal, situado no Largo de Santo André, Benavente. Constitui ainda um espaço afeto ao MMB o armazém localizado num dos estaleiros da Câmara Municipal, em Benavente. Importa salientar que poderão também constituir espaços destinados a reservas outros armazéns do Município designados para o efeito.

ANEXO VII

ANEXO VII. NORMAS E PROCEDIMENTOS DE CONSERVAÇÃO PREVENTIVA



Normas e Procedimentos de Conservação Preventiva

Entidade:

Museu Municipal de Benavente, Dr. António Gabriel Ferreira Lourenço (MMB)

Tutela:

Município de Benavente

I O EDIFÍCIO

1. Caracterização do edifício

O Museu Municipal encontra-se instalado numa antiga casa nobre, construída nos finais do século XVIII, no local então conhecido como os arrabaldes da vila.

O edifício manteve-se como casa de habitação até meados do século XX, quando foi adquirido pelo Dr. António Gabriel Ferreira Lourenço e transformado em Pensionato do Colégio de Benavente.

Apresentando uma tipologia habitacional típica, o edifício desenvolve-se em dois pisos e, originalmente as dependências anexas como cavalariças e armazéns ocupariam a quase totalidade do quarteirão, agora urbano, onde se insere. De cunhais e bandas em pedra, a fachada é marcada pelo ritmo das sóbrias cantarias, o edifício orienta-se integralmente para a Rua Luís de Camões.

O piso térreo desenvolve-se a partir de um átrio de distribuição e no centro do edifício a escada em pedra de acesso ao piso superior. Todo este piso encontra-se muito condicionado, à exceção das amplas salas de exposição, pela tipologia de origem desta casa.

Nas traseiras, desenvolve-se um pequeno pátio exterior e, invadindo esta área, no início de 1980 foi construído um pequeno pavilhão adossado transversalmente ao edifício.

1.1. Localização e área envolvente

Localizado no principal eixo viário da vila de Benavente, a E.N.118, que neste troço urbano assume o nome de Rua Luís de Camões, o Museu constitui ainda um referencial no que respeita ao património arquitetónico construído. Apesar desta evidente centralidade, o MMB localiza-se

numa área de passagem. Na proximidade imediata existe um largo, a partir do qual se desenvolve o Parque 25 de Abril que possui área para estacionamento.

1.2. Edifício e seu estado de conservação

Quando da instalação do MMB, em 1980, o edifício de características marcadamente habitacionais foi sumariamente adaptado à sua nova função. Datam desse período a renovação de todo o sistema elétrico e a construção de uma nova área anexa ao piso térreo.

Atualmente, o edifício carece de uma intervenção que permita a sua integral requalificação como unidade museológica, pelo que constitui objetivo do Município iniciar, em breve, o processo de requalificação, sendo que, o projeto de arquitetura já se encontra iniciado.

Assim, verificam-se numerosas patologias que condicionam todo o seu funcionamento, nomeadamente, as infiltrações e problemas resultantes da idade dos tetos e soalhos em madeira.

O edifício é construído em alvenarias bastardas, autoportantes que diminuem de espessura de piso para piso. O pavimento do piso térreo encontra-se revestido a elementos cerâmicos que apresentam os normais sinais de desgaste devido ao uso. As madeiras dos pisos/tetos têm sofrido com as múltiplas infiltrações, apresentando evidentes sinais de empenamento e quebra. Por outro lado, os elementos fixos e móveis de guarnição dos vãos, em carvalho, apresentam-se em bom estado de conservação. Todos estes elementos apresentam vidraças simples, constituindo deste modo, pontes térmicas que dificultam o controlo ambiental no seu interior.

O pátio posterior divide-se entre o tradicional piso de seixo rolado e a calçada à portuguesa.

1.3. Adequação do edifício às coleções

Quando da instalação das coleções no edifício, em 1980, procedeu-se à adequação do espaço para esta finalidade. Todavia, a intervenção realizada à época apresentou um carácter muito sumário.

Até ao momento, foram realizadas diversas intervenções que visaram, fundamentalmente, adequar as coleções às condicionantes de espaço, preexistentes. As áreas destinadas a reservas ocupam espaços, maioritariamente, interiores de forma a garantir melhor estabilidade ambiental, embora cada uma delas possua ventilação.

2. Das coleções

O acervo do MMB é constituído na sua grande parte pelas coleções doadas por Joaquim Parracho e por um vasto conjunto de bens culturais incorporados pelo próprio Museu, doados por particulares.

A inventariação das coleções é feita de acordo com as normas de inventário definidas pelo Instituto Português de Museus, tendo como suporte informático o programa Inarte.

2.1. Coleções

As coleções que integram o acervo do MMB são compostas por mais de 20.000 objetos, onde destacamos, quer pela dimensão, quer pela relevância, as coleções de alfaia agrícola, traje/têxteis, fotografia, mobiliário e ofícios tradicionais. O MMB integra ainda uma pequena coleção de arqueologia que resulta de intervenções arqueológicas realizadas na área do Município de Benavente.

2.2. Estado de conservação

O estado geral de conservação das coleções é razoável, embora em algumas situações se verifiquem casos de conservação claramente deficientes.

2.3. Localização das coleções

As acessibilidades dentro do edifício do MMB encontram-se condicionadas pela tipologia habitacional. Assim, as salas mais adequadas para exposição localizam-se no piso superior e as áreas destinadas a reservas, nomeadamente as que envolvem maior sobrecarga, no piso térreo.

O acesso à reserva que alberga as coleções de cerâmica e pintura é feito a partir da receção e, através de um corredor que se desenvolve a partir deste átrio, acede-se à sala onde se encontra a coleção de traje. No final deste corredor existe uma outra sala onde se localiza a maior reserva

que existe no edifício e se encontram as coleções de alfaia agrícola e ofícios tradicionais.¹

¹ Importa salientar que a coleção de alfaia agrícola se encontra muito bem representada na exposição permanente patente no Núcleo Museológico Agrícola, instalado no antigo Matadouro Municipal e os bens culturais de maior dimensão, integrados ainda nesta coleção, encontram-se num armazém municipal.

No piso superior, ao qual se acede através de uma escadaria em pedra a partir do átrio (zona de receção/acolhimento), encontram-se as salas de exposição temporária², num total de três salas que comunicam entre si e com entrada na sala central. Neste piso localiza-se ainda a coleção de fotografia em sala anexa às áreas técnicas.

Todo o edifício possui sistema de alarme contra fogo e intrusão com detetores de incêndio e de movimento.

3. Dos recursos humanos

O MMB possui um Responsável Técnico, um Técnico Superior de História, um Técnico de Conservação e Restauro, uma Técnica Profissional de Museografia afeta ao Inventário e Serviço Educativo, duas Técnicas Auxiliares de Museografia que colaboram nas diversas ações a desenvolver e uma delas presta, fundamentalmente, funções ao acolhimento de visitantes. Do quadro permanente do MMB há ainda uma Auxiliar de Serviços Gerais que garante todas as funções de limpeza.

A reduzida dimensão da equipa obriga à existência de grande transversalidade nas funções desempenhadas por cada um dos elementos.

Normalmente, o MMB recebe estágios curriculares ou profissionais.

3.1. Recursos externos

Sempre que se verificar necessário poder-se-á recorrer a assessorias técnicas especializadas, nomeadamente as proporcionadas por instituições habilitadas para tal.

3.2. Formação profissional contínua

Considerando a importância de facilitar o acesso a formação profissional contínua são facultadas ao técnico de conservação preventiva, em particular, informações sobre a formação existente.

² A programação museológica definida para o MMB prevê apenas a realização de exposições temporárias no edifício sede.

4. Caracterização das áreas

O edifício do MMB desenvolve-se em dois pisos com sótão. No piso térreo, localizam-se três áreas de reservas, o espaço de receção/acolhimento de público, o Arquivo Histórico Municipal³, um atelier/oficina de restauro, uma pequena sala para armazenamento de materiais/equipamento expositivo, uma copa e os sanitários. No piso 1 encontram-se as 3 salas de exposição temporária que comunicam entre si, as áreas técnicas (gabinetes), a reserva onde se localiza a coleção de fotografia e uma sala de reuniões com a valência de pequeno Centro de Documentação. De salientar que o edifício possui ainda um sótão.

4.1. Áreas expositivas

A área de exposições desenvolve-se em três salas contíguas localizadas no piso superior e às quais se acede através de uma escadaria que parte do átrio. Esta área, constituída pelas referidas três salas, orienta-se para a Rua Luís de Camões e cada uma delas possui uma varanda. De acordo com o programa definido para cada exposição, o MMB dispõe de um conjunto de estruturas em madeira que permitem a modulação deste espaço, criando a orientação de visita desejada.

Toda esta área recebe iluminação natural que pode ser evitada com o fecho das portadas em madeira que as três varandas existentes possuem.

A área de exposições dispõe também de detetores de incêndio e de movimento.

4.2. Áreas de reserva

Todas as áreas destinadas a reserva possuem porta com fechadura e dispõem de detetores de movimento e de incêndio.

As áreas de reserva não recebem qualquer tipo de luz exterior direta, tendo iluminação fluorescente.

Todas as salas de reserva dispõem de desumidificador.

³ No âmbito de uma candidatura aprovada ao PARAM (Programa de Apoio à Rede de Arquivos Municipais) e a executar no biénio 2007/2008, o Arquivo Histórico passará a integrar esta nova estrutura.

5. Circulação de bens culturais

Entende-se por circulação de bens culturais as deslocções dos mesmos, realizadas quer internamente nos espaos do próprio edifício, quer externamente em relação à instituição a que os mesmos pertencem.

O manuseamento de um objeto museológico não deve ser considerado com um ato banal, tal como ocorre com qualquer objeto da vida quotidiana, pelo que deverá ser credibilizada e responsabilizada esta ação.

O conhecimento do estado de conservação de cada bem e de todos os procedimentos necessários para prevenir e minimizar os riscos de circulação, o interesse pelo projeto, a idoneidade da instituição de acolhimento, a duração da exposição ou evento, condições de trânsito, assim como as condições de segurança e ambiente local para onde se destina, constituem informação indispensável para a decisão de autorizar a deslocação de bens.

No MMB, a circulação de bens para integrarem exposições temporárias da responsabilidade do próprio museu verifica-se com bastante regularidade em diversos espaos dentro da área do município, em particular, na Galeria de Exposições do Palácio do Infantado, Galeria de Exposições do Centro Cultural de Samora Correia e Foyer do Cine – Teatro de Benavente. Todos os movimentos de bens que integram o MMB são acompanhados de uma ficha e devidamente autorizados pelo técnico responsável.

6. Público

No que respeita aos públicos, o MMB é fundamentalmente visitado por público escolar organizado em grupos constituídos por cerca de 25/30 elementos. Com bastante regularidade, assinalamos também, a visita de grupos turísticos.

Ao longo do ano registamos três momentos de maior afluência de públicos, as ações relacionadas com o Dia internacional dos Museus, a inauguração da exposição anual do MMB e as atividades no período de Natal. As ações do Dia Internacional dos Museus e as atividades no período de Natal envolvem sobretudo, estas últimas, cerca de 2300 crianças que, apesar de repartidas por 3 semanas, correspondem a uma carga suplementar para o edifício.

II AVALIAÇÃO DE RISCOS

Entende-se por avaliação de riscos a identificação dos fatores presentes no MMB que podem influenciar ou contribuir para a degradação ativa dos bens culturais. Neste sentido, são considerados fatores de deterioração: a luz, variações bruscas ou valores incorretos de temperatura e humidade relativa, presença de pragas, presença de poluentes atmosféricos e o manuseamento e acondicionamento inadequado dos bens culturais.

1. Edifício

O estado de conservação geral do edifício inspira um conjunto de cuidados e a necessidade de monitorizar em permanência a evolução de toda a estrutura.

A debilidade evidenciada pelo edifício traduz-se na existência de diversas infiltrações, no aparecimento recorrente de eflorescências de sais em diversos locais e, ainda, na existência de pragas associadas a madeiras. Os constrangimentos existentes no próprio edifício e já identificados, levaram à organização e estruturação do espaço de acordo com cada uma das áreas funcionais, de forma a garantir a minimização dos impactos.

Importa ainda referir que a proximidade a uma estrada nacional com elevado fluxo de tráfego, nomeadamente veículos pesados, conduz à presença de poluentes atmosféricos.

2. Áreas

Em cada uma das áreas do edifício existem factores de risco identificados e plenamente assumidos pela equipa, destacando-se as intensas variações de humidade relativa e temperatura.

Neste sentido, procedemos à individualização dos espaços de exposição e áreas técnicas, nomeadamente, as áreas de reservas e gabinetes de trabalho. As áreas destinadas a reservas, integrando as reservas 1, 2, 3 e 4 (geral, cerâmica, traje e fotografia) têm necessariamente um acompanhamento sistemático, uma vez que também nestas áreas as variações de humidade são evidentes.

3. Acervo

Considerando a especificidade de cada bem cultural, relacionado com a sua natureza, fragilidade, estado de conservação e valor patrimonial, a distribuição pelos vários espaços do museu foi efetuada com o objetivo de melhor adequar a localização do bem no próprio edifício.

Nas reservas, o acervo está devidamente individualizado em cada uma das salas afetas a reservas, embora, a total exaustão do espaço disponível não favoreça o seu acondicionamento mais adequado.

A coleção de fotografia reúne as melhores condições de acondicionamento em suportes próprios e em sala com controlo de temperatura e humidade relativa monitorizada em permanência.

4. Fator humano

Todo o edifício está protegido com sistema de alarme contra incêndio e intrusão o que, necessariamente, reduz os riscos de roubo. No entanto, existe a consciência clara que no decorrer de quaisquer visitas nos espaços de exposição ou de reservas, uma vez que promovemos as visitas orientadas, o risco de roubo seja elevado. Assim, todo o pessoal de MMB se encontra sensibilizado e ativo nesta questão, traduzindo-se numa atenção redobrada nestas situações.

O manuseamento de quaisquer bens, em exposição ou sobretudo nas reservas, é possível mas sempre com autorização e acompanhamento técnico.

III NORMAS E PROCEDIMENTOS

As normas e procedimentos são o conjunto de orientações e boas práticas destinadas a garantir a preservação e proteção dos bens culturais. A implementação de normas diminui as probabilidades de riscos e alerta toda a equipa do Museu para as questões da conservação preventiva.

1. Segurança

As normas de segurança encontram-se definidas em documento próprio, o Plano de Segurança e Emergência do MMB. Este documento é elaborado pelo Sector Municipal de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho.

O acesso a cada uma das áreas do edifício é condicionado pelo pessoal afecto ao Museu, estando apenas o átrio e as salas de exposição com acesso direto ao público.

2. Monitorização e controlo ambiental e biológico

O MMB deve proceder à monitorização e controlo ambiental e biológico. Esta ação é da responsabilidade do técnico com habilitação profissional, embora possa ser acompanhada por outros técnicos afetos ao MMB.

Com a periodicidade definida, diária, semanal ou mensal, esse procedimento deverá ser realizado em todas as áreas expositivas, reservas e outros espaços do edifício.

2.1. Luz

Tendo presente que a degradação causada pela luz é cumulativa e irreversível, devem ser definidos para cada tipo de bem cultural os níveis de exposição à luz. Os valores limite de ultravioletas e lux recomendados, devem ser respeitados e, sempre que possível, inferiores.

O sistema de iluminação da exposição deve ser desligado sempre que o Museu se encontre fechado ao público e, nas áreas de reservas, a iluminação deve ser apenas ligada quando necessária.

As reservas existentes no edifício não possuem entradas de luz natural pelo que toda a iluminação é artificial.

A seguinte tabela estabelece valores de iluminação e exposição à radiação U.V. para alguns materiais:

MATERIAIS / SENSIBILIDADE	LUX (LÚMEN/M2)	U.V. (MW/M2)
muito sensíveis: têxteis, aguarelas, guaches, obras em papel, pergaminho, fotografia a cores, couro pintado, maioria dos objetos de coleções etnográficas e de história natural.	< 50	< 30
sensíveis: pintura a óleo e têmpera, couro não pintado, laca, mobiliário, osso, marfim, corno, fotografia p&b.	< 200	< 75
pouco sensíveis: metais, pedra, cerâmica, vidro.	< 300	< 75

2.2. Humidade relativa (HR) e temperatura

Constitui uma obrigatoriedade a recolha de dados e a elaboração de relatórios resultantes da monitorização regular da humidade relativa.

Devem evitar-se oscilações de HR superiores a 10% por dia.

A HR não deve ultrapassar o limiar dos 70%; os metais devem estar num ambiente inferior aos 30% para evitar fenómenos de corrosão.

A ventilação e arejamento de salas devem ser garantidos, tanto mais pelas condições físicas existentes no edifício.

2.3. Poluentes

O MMB deve proceder à monitorização dos poluentes existentes no seu interior, bem como os que resultam do exterior.

2.4. Controlo biológico

O MMB deve proceder à monitorização do aparecimento ou desenvolvimento de organismos nocivos aos bens culturais.

A limpeza de todos os espaços do edifício, bem como do espaço envolvente deve constituir uma preocupação permanente com o objetivo de evitar a proliferação de organismos.

3. Manutenção de equipamento

A manutenção do equipamento, nomeadamente sistema de deteção de incêndios e intrusão e extintores deve ser periodicamente realizada pelo Sector Municipal de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho.

O equipamento relativo à monitorização das condições ambientais deve ser garantido pelo responsável técnico do MMB.

4. Materiais, equipamentos, sistemas de exposição e reserva e organização dos espaços

4.1. Exposição

O MMB não possui vitrinas com sistema de segurança e de controlo de níveis de humidade. Os objetos em exposição encontram-se dentro de vitrinas, sobre plintos com proteção em acrílico ou vidro ou, apenas, sobre bases dimensionadas em madeira.

4.2. Reservas

O MMB dispõe de 4 salas destinadas a reservas – identificadas de 1 a 4. Apesar das condições do edifício, todas as salas possuem desumidificadores e o acesso é feito por portas com fechaduras. As reservas 1 e 3 dispõem de estruturas com prateleiras largas e fundas e, conseqüentemente, de fácil acesso. A disposição destas estruturas em cada uma das salas permite a circulação. Contudo a exiguidade do espaço e a dimensão do acervo obrigam a sobreposições que devem ser evitadas. A reserva 2, onde se localiza a coleção de traje/têxteis possui estruturas em madeira, fechadas, com varão para suporte de cabides e prateleiras que deslizam, todas elas individualizadas. Existem ainda nesta reserva diversas caixas próprias para individualização de diversos bens culturais de carácter mais sensível. Na reserva 4, localiza-se a coleção de fotografia, existe um armário fechado que integra as caixas adequadas para armazenamento de fotografia. Existe também um arquivo horizontal onde estão guardados os “grandes formatos”.

5. Limpeza de espaços, equipamento e acervo

É fundamental que o MMB apresente os seus espaços, equipamentos e coleções impecavelmente limpos, pois a limpeza é um fator essencial quando se pretende uma correta conservação do acervo.

5.1. Espaços e equipamento

As funções relativas à limpeza são garantidas por um Auxiliar de Serviços Gerais do próprio museu e, quando se verifica a necessidade de proceder a limpeza de bens culturais expostos ou em reserva, um técnico do museu realiza o trabalho com ou sem a colaboração do Auxiliar de Serviços Gerais.

Deve ser efetuada uma limpeza a fundo de todas as áreas do MMB pelo menos duas vezes por ano.

5.2. Acervo

A limpeza do acervo deve ser efetuada por pessoal especializado ou sob sua supervisão.

A limpeza do pó deve ser realizada de forma cuidada, com a menor fricção possível e tendo em conta as zonas vulneráveis dos objetos. Pode ser realizada com panos, pincéis ou trinchas de pêlo suave. A limpeza deve ser acompanhada de aspiração adequada.

Não podem ser utilizados panos embebidos em água ou em produtos de limpeza.

6. Circulação de bens culturais

A circulação interna ou externa dos bens culturais implica sempre o seu manuseamento.

6.1. Manuseamento

A circulação de objetos só deve ser permitida após a autorização do técnico responsável do MMB e, conseqüentemente, o manuseamento só deve ser realizado por quem este indicar.

Os objetos devem ser manuseados usando luvas, preferencialmente de algodão, de látex, ou também de vinil. Se em condições excepcionais não for possível utilizar luvas, as mãos devem ser limpas e secas, antes e após o manuseamento.

Antes de manusear um objeto, este deve ser observado atentamente, de modo a identificar os seus pontos frágeis e pontos seguros. Não se pode pegar em objetos pelos seus pontos frágeis (asas, bordos, pegos, cabos) nem por áreas submetidas a restauro.

No manuseamento de um objeto devem ser sempre usadas ambas as mãos, independentemente do tamanho do objeto (em caso de um objeto pequeno, como uma moeda ou um anel, uma das mãos será colocada por baixo da outra, em formato de concha).

Elementos móveis constituintes de um objeto a manusear (tampas, por exemplo) devem ser retirados anteriormente.

Aconselha-se a utilização de batas sempre que se vá proceder ao manuseamento de bens culturais.

Em caso de danos provocados em bens culturais, o responsável técnico do MMB deve registar a ocorrência, se possível fotografar, devendo igualmente ser recolhidos todos os eventuais fragmentos para posterior tratamento.

6.2. Circulação interna

As condições de conservação dos objetos devem ser avaliadas sempre que se proceder à reorganização de reservas, levantamentos fotográficos, estudo físico do objeto, exposições temporárias, intervenções de conservação e restauro.

Todas as movimentações de objetos devem ser registadas. Um registo temporário deve ser colocado no local de onde é retirado o objeto, com referência à sua nova localização.

ANEXO VIII

ANEXO VIII. Fichas de Inventário do Espólio do Museu Municipal de Benavente (alguns exemplos)

Inventário : Objectos

Página 1 de 1

Câmara Municipal de Benavente

Inventário : Objectos

N.º inventário	MMB.01572
Designação	Rádio
Título	
Descrição	
Data registo	09-05-2011



Câmara Municipal de Benavente

Inventário : Objectos

N.º inventário	MMB.00194/1
Designação	Calças/Masculino
Título	
Descrição	Calças de traje de trabalho, de cotim cinzento. Cintura subida, na frente dois bolsos metidos na cintura. Atrás, abertura central em V Aperta na braguilha com um seis botões com as respectivas aberturas caseadas com linha de algodão cinzenta, no cós quatro botões para segurar os suspensórios. Forro do cós, bolsos e braguilha forrados de algodão cinzento.
Data registo	16-06-2004



Informação específica

Autorias

Autor	Tipo autoria
Desconhecido	Costureira

Categorias

Tipo categoria
Traje\Traje Civil\Masculino

Colecções

Tipo coleção
Traje

Cores

Cor	Parte descrita
Cinzento	

Cronologia

Data inicial	Data final	Data textual	Parte descrita
		Primeira metade do séc.xx	

Designações

Tipo designação	Designação
Comum	Calça

Estados

Estado	Parte descrita	Descrição	Data estado
Conservação\Razoável			16-06-2004
Função\Operacional			16-06-2004

Funções

Tipo função
Utilitário

Incorporações

Tipo incorpor.	Proveniência	Data
Doação	Umbelina Romano	03-07-1981

Notas: Pertenciam ao seu marido.

Inventariantes

Inventariante	Data
Perpétua Martins	16-06-2004

Localizações

Tipo localização	Localização	Data
Interna\Sala Traje		16-06-2004

Materiais

Tipo material	Cor	Parte descrita
Tecido\Cotim de algodão	Cinzento	

Medidas

Unidade medida	Parte descrita	Tipo de medida	Valor
Centímetro		Altura	108,0
Centímetro		largura/cintura	35,0

Numerações

Número	Tipo numeração	Data
MMB. 411	Antigo Número de Registo	05-07-1981

Informação relacionada

Autores	Desconhecido	(directa)
Proprietários	Umbelina Romano	(directa)
Inventariantes	Perpétua Martins; Técnica Profissional de Museografia	(directa)
Ficheiros	MMB.00194a; D:\ARQ. FOTOGRÁFICO\Arquivo Gráfico\mmb00194a.JPG; Foto	

Câmara Municipal de Benavente

Inventário : Objectos

N.º inventário	MMB.00195/2
Designação	Colete/Masculino
Título	
Descrição	Colete de traje de lavrador da Barrosa, de fazenda de lã preta mesclada com castanho. decote em bico. Aberto na frente e apertada com cinco botões, dos lados quatro bolsos metidos. Costas de tecido ...preto, na parte inferior duas presilhas que abotoam com uma fivela. Todo ele é forrado em riscado e na frente um bolso chapado.
Data registo	16-06-2004



Informação específica

Autorias

Autor	Tipo autoria
Desconhecido	Alfaiate

Categorias

Tipo categoria
Traje\Traje Civil\Masculino

Colecções

Tipo colecção
Traje

Cores

Cor	Parte descrita
Preto e castanho	

Cronologia

Data inicial	Data final	Data textual	Parte descrita
		1922	

Designações

Tipo designação	Designação
Comum	Colete/Masculino

Estados

Estado	Parte descrita	Descrição	Data estado
Conservação\Razoável			16-06-2004
Função\Operacional			16-06-2004

file:///C:/Users/anibal.ferreira/AppData/Local/temp/Inpatrimonium7/fmInventario20... 28-07-2015

Funções

Tipo função
Utilitário

Incorporações

Tipo incorpor.	Proveniência	Data
Doação	Ana Janita Semeano	26-06-1984

Notas: Traje que pertencia ao seu pai Vitorino Semeano.

Inventariantes

Inventariante	Data
Perpétua Martins	16-06-2004

Localizações

Tipo localização	Localização	Data
Interna\Sala Traje		16-06-2004

Materiais

Tipo material	Cor	Parte descrita
Tecido\Fazenda de lã	Preto e castanho	

Medidas

Unidade medida	Parte descrita	Tipo de medida	Valor
Centímetro		Altura	54,0
Centímetro		largura/Ombros	33,0

Numerações

Número	Tipo numeração	Data
MMB. 1352	Antigo Número de Registo	25-06-1987

Informação relacionada

Autores	Desconhecido	(directa)
Proprietários	Ana Janita Semeano	(directa)
Inventariantes	Perpétua Martins; Técnica Profissional de Museografia	(directa)
Ficheiros	MMB.00195b; D:\ARQ. FOTOGRAFICO\Arquivo Gráfico\mmb00195b.JPG; Foto	

 Câmara Municipal de Benavente

Inventário : Objectos

N.º inventário	MMB.00202
-----------------------	-----------

Designação	Saia/feminino
-------------------	---------------

Título	
---------------	--

Descrição	Saia comprida e rodada de traje domingueiro de mulher, em armur de fantasia verde. Cós de fita de algodão de onde parte o franzido, frente lisa. Abotoa atrás com um colchete. Na extremidade inferior três nervuras. No interior reforço da bainha em riscado cinzento.
------------------	--



Data registo	17-06-2004
---------------------	------------

Informação específica

Autorias

Autor	Tipo autoria
Desconhecido	Costureira

Categorias

Tipo categoria	Traje\Traje Civil\Feminino
-----------------------	----------------------------

Colecções

Tipo colecção	Traje
----------------------	-------

Cores

Cor	Parte descrita
Verde	

Cronologia

Data inicial	Data final	Data textual	Parte descrita
		Primeira metade do séc. xx	

Designações

Tipo designação	Designação
Comum	Saia/feminino

Estados

Estado	Parte descrita	Descrição	Data estado
Conservação\Razoável		O pano está a perder a cor.	21-06-2004
Função\Operacional			21-06-2004

Funções

Tipo função
Utilitário

Incorporações

Tipo incorpor.	Proveniência	Data
Doação	Maria Quitéria Cipriano	1985

Inventariantes

Inventariante	Data
Perpétua Martins	21-07-2004

Localizações

Tipo localização	Localização	Data
Interna\Sala Traje		21-07-2004

Materiais

Tipo material	Cor	Parte descrita
Tecido\Armur	Verde	

Medidas

Unidade medida	Parte descrita	Tipo de medida	Valor
Centímetro		Altura	88,0
Centímetro		largura/cintura	27,0

Numerações

Número	Tipo numeração	Data
MMB. 1173	Antigo Número de Registo	21-07-2004

Informação relacionada

Autores	Desconhecido	(directa)
Proprietários	Maria Quitéria Cipriano	(directa)
Inventariantes	Perpétua Martins; Técnica Profissional de Museografia	(directa)
Ficheiros	MMB.00202; D:\ARQ. FOTOGRÁFICO\Arquivo gráfico 1\mmb00202.JPG; Foto	

 Câmara Municipal de Benavente

Inventário : Objectos

N.º inventário MMB.00763

Designação Prato raso

Título

Descrição Prato raso em faiança, peça moldada, forma circular com aba lisa. Decoração por técnica de estampania monocroma a preto sobre fundo branco, ao centro uma paisagem com rio, ponte e casario e, em primeiro plano uma estátua equestre sobre pedestal envolta em flores. Na aba, grinalda de flores que enquadram paisagem de rio com casario.



Data registo 29-03-2006

Informação específica

Categorias**Tipo categoria**

Cerâmica
Meio Doméstico

Colecções**Tipo colecção**

Cerâmica
Meio doméstico

Cores**Cor** **Parte descrita**

Branco	Fundo
Preto	A decoração

Designações**Tipo designação** **Designação**

Comum	Prato raso
-------	------------

Estados**Estado** **Parte descrita** **Descrição** **Data estado**

Conservação\Razoável			30-03-2006
Função\Operacional			30-03-2006

Funções**Tipo função**

Utilitário

Incorporações

Tipo incorpor.	Proveniência	Data
Doação	Joaquim Parracho	1980

Notas: Faz parte da doação de milhares de peças feitas ao museu. O sr. Parracho durante toda a vida recolheu tudo o que achava antigo, em 1980 faz uma doação à Câmara Municipal quando da criação do Museu Municipal.

Inventariantes

Inventariante	Data
Perpétua Martins	30-03-2006
Suzel Rebocho	30-03-2006

Localizações

Tipo localização	Localização	Data
Interna\Sala Joaquim Parracho		30-03-2006

Marcas

Tipo marca	Texto	Técnica	Grafia	Posição	Idioma	Tradução
Marca de fabricante	Gilman § Ctª - Sacavém - Estátua - Portugal	Estampada		No verso do prato.	Português	

Materiais

Tipo material	Cor	Parte descrita
Faiança	Branco	

Medidas

Unidade medida	Parte descrita	Tipo de medida	Valor
Centímetro		Diâmetro	24,0

Numerações

Número	Tipo numeração	Data
MMB/DJP 3359	Antigo Número de Registo	15-04-1985

Informação relacionada

Proprietários	Joaquim Parracho	(directa)
Inventariantes	Perpétua Martins; Técnica Profissional de Museografia	(directa)
Inventariantes	Suzel Rebocho; Auxiliar Técnica de Museografia	(directa)
Ficheiros	MMB.00763; D:\ARQ. FOTOGRÁFICO\Arquivo Gráfico\mmb00763.JPG; Foto	

Câmara Municipal de Benavente

Inventário : Objectos

N.º inventário	MMB.00841
Designação	Casaco
Título	
Descrição	Blusa de traje do rancho folclórico do Sete Saias, em popeline branca, decote redondo com cós subido com quatro casas onde eram colocados os botões, a partir do ombro e na frente es pelho fazendo um bico e neste espelho bordado motivos florais em ponto de cruz com linha de algodão vermelha, azul, branca e verde, abotoa à frente com quatro molas, na altura da cinta um reforço interior por onde passa um elástico que vai afeiçãoar a cintura. Manga comprida com punho muito alto com quatro casas.
Data registo	21-04-2006



Informação específica

Autorias

Autor	Tipo autoria
Desconhecido	

Categorias

Tipo categoria
Traje\Traje Civil\Feminino

Colecções

Tipo colecção
Traje

Cores

Cor	Parte descrita
Branco	

Cronologia

Data inicial	Data final	Data textual	Parte descrita
		Anos 50	

Designações

Tipo designação	Designação
Local	Casaco
Comum	Casaco

Estados

Estado	Parte descrita	Descrição	Data estado
Conservação\Deficiente			21-04-2006

Função\Operacional

21-04-2006

Funções**Tipo função**

Utilitário

Notas: Utilizado com o traje do rancho folclórico com uma saia de baeta vermelha, um avental preto, meias de algodão branco e lenço de cabeça preto e vermelho.

Incorporações

Tipo incorpor.	Proveniência	Data
Doação	Maria Guilhermina Parracho	1999

Inventariantes

Inventariante	Data
Perpétua Martins	21-04-2006
Suzel Rebocho	21-04-2006

Localizações

Tipo localização	Localização	Data
Interna\Sala Traje		21-04-2006

Materiais

Tipo material	Cor	Parte descrita
Tecido\Popeline	Branco	

Medidas

Unidade medida	Parte descrita	Tipo de medida	Valor
Centímetro		Altura	50,0
Centímetro		largura/Ombros	36,0

Numerações

Número	Tipo numeração	Data
MMB 2605	Antigo Número de Registo	27-01-1999

Informação relacionada

Autores	Desconhecido	(directa)
Proprietários	Maria Guilhermina Parracho	(directa)
Inventariantes	Perpétua Martins; Técnica Profissional de Museografia	(directa)
Inventariantes	Suzel Rebocho; Auxiliar Técnica de Museografia	(directa)
Ficheiros	mmb00841; D:\ARQ. FOTOGRAFICO\Arquivo Gráfico\mmb00841.jpg; Foto	

 Câmara Municipal de Benavente

Inventário : Objectos

N.º inventário	MMB.00950
Designação	Jarro
Título	
Descrição	Jarro, faiança, peça manual, bojo periforme com colo alto que termina com um rebordo e um pequeno bico, asa lateral de perfil redondo com ressalto ao centro, o vidrado exterior é verde, decorado ao centro através de incisões a data 1932.
Data registo	02-10-2007



Informação específica

Autorias

Autor	Tipo autoria
Desconhecido	

Categorias

Tipo categoria
Cerâmica

Colecções

Tipo colecção
Cerâmica

Cores

Cor	Parte descrita
Verde	

Cronologia

Data inicial	Data final	Data textual	Parte descrita
		1932	

Designações

Tipo designação	Designação
Comum	Jarro

Estados

Estado	Parte descrita	Descrição	Data estado
Conservação\Razoável			2-10-2007
Função\Operacional			2-10-2007

Funções

Tipo função
Utilitário

Incorporações

Tipo incorpor.	Proveniência	Data
Doação	Joaquim Parracho	1980

Inventariantes

Inventariante	Data
Perpétua Martins	2-10-2007

Localizações

Tipo localização	Localização	Data
Interna\Sala Cerâmica		2-10-2007

Materiais

Tipo material	Cor	Parte descrita
Faiança	Verde	

Medidas

Unidade medida	Parte descrita	Tipo de medida	Valor
Centímetro		Altura	21,0
Centímetro		Largura	17,5

Numerações

Número	Tipo numeração	Data
MMB/DJP 3929	Antigo Número de Registo	

Informação relacionada

Autores	Desconhecido	(directa)
Proprietários	Joaquim Parracho	(directa)
Inventariantes	Perpétua Martins; Técnica Profissional de Museografia	(directa)
Ficheiros	MMB.00950a; D:\ARQ. FOTOGRAFICO\Arquivo Gráfico\mmb00950a.JPG; Foto	
Ficheiros	MMB.00950; D:\ARQ. FOTOGRAFICO\Arquivo Gráfico\mmb00950.JPG; Foto	

 Câmara Municipal de Benavente

Inventário : Objectos

N.º inventário	MMB.00980
Designação	Jarro
Título	
Descrição	Jarro, faiança, figura de mulher sendo o bojo a saia, o colo a cintura, a asa uma trança e a tampa um chapéu com um espigão que entra dentro da cabeça, a figura encontra-se a tocar guitarra; decoração policroma por técnica manual.
Data registo	08-10-2007



 Informação específica

Autorias

Autor	Tipo autoria
Desconhecido	

Categorias

Tipo categoria
Cerâmica

Colecções

Tipo colecção
Cerâmica

Cores

Cor	Parte descrita
Amarelo	A saia
Azul	A blusa
Castanho	O cabelo e o chapéu
Branco	O avental, a cara e as mãos

Cronologia

Data inicial	Data final	Data textual	Parte descrita
		Finais do séc XLX	

Designações

Tipo designação	Designação
Comum	Jarro

Estados

Estado	Parte descrita	Descrição	Data estado
Conservação\Deficiente			9-10-2007

file:///C:/Users/anibal.ferreira/AppData/Local/temp/Inpatrimonium7/fmInventario10... 28-07-2015

Função\Operacional

9-10-2007

Funções

Tipo função

Utilitário

Decorativa

Incorporações

Tipo incorpor.	Proveniência	Data
----------------	--------------	------

Doação

Joaquim Parracho

1980

Inventariantes

Inventariante	Data
---------------	------

Perpétua Martins

9-10-2007

Localizações

Tipo localização	Localização	Data
------------------	-------------	------

Interna\Sala Cerâmica

9-10-2007

Materiais

Tipo material	Cor	Parte descrita
---------------	-----	----------------

Faiança

Medidas

Unidade medida	Parte descrita	Tipo de medida	Valor
----------------	----------------	----------------	-------

Centímetro

Altura

31,5

Centímetro

Largura

15,0

Numerações

Número	Tipo numeração	Data
--------	----------------	------

MMB/DJP 2386

Antigo Número de Registo

Informação relacionada

Autores	Desconhecido	(directa)
Proprietários	Joaquim Parracho	(directa)
Inventariantes	Perpétua Martins; Técnica Profissional de Museografia	(directa)
Ficheiros	MMB.00980; D:\ARQ. FOTOGRAFICO\Arquivo Gráfico\mmb00980.JPG; Foto	
Ficheiros	MMB.00980a; D:\ARQ. FOTOGRAFICO\Arquivo Gráfico\mmb00980a.JPG; Foto	

 Câmara Municipal de Benavente

Inventário : Objectos

N.º inventário	MMB.00981
Designação	Jarro
Título	
Descrição	Jarro, faiança, peça moldada, cabeça humana, de negro, com lenço formando o bojo, a asa sai directamente do lenço como se fosse uma ponta, a tampa é a continuação deste, assente numa base circular com inflexão para o exterior; decoração policroma.
Data registo	08-10-2007



 Informação específica

Autorias

Autor	Tipo autoria
Desconhecido	

Categorias

Tipo categoria
Cerâmica

Colecções

Tipo colecção
Cerâmica

Cores

Cor	Parte descrita
Amarelo	O lenço
Azul\Azul escuro	A face
Verde\Verde claro	O laço

Cronologia

Data inicial	Data final	Data textual	Parte descrita
		Finais do séc. XIX	

Designações

Tipo designação	Designação
Comum	Jarro

Estados

Estado	Parte descrita	Descrição	Data estado
Conservação\Deficiente		A tampa encontra-se com umas falhas.	9-10-2007
Função\Operacional			9-10-2007

Funções

Tipo função
Utilitário
Decorativa

Incorporações

Tipo incorpor.	Proveniência	Data
Doação	Joaquim Parracho	1980

Inventariantes

Inventariante	Data
Perpétua Martins	9-10-2007

Localizações

Tipo localização	Localização	Data
Interna\Sala Cerâmica		9-10-2007

Materiais

Tipo material	Cor	Parte descrita
Faiança		

Medidas

Unidade medida	Parte descrita	Tipo de medida	Valor
Centímetro		Altura	20,0
Centímetro		Largura	17,0

Numerações

Número	Tipo numeração	Data
MMB/DJP 2408	Antigo Número de Registo	

Informação relacionada

Autores	Desconhecido	(directa)
Proprietários	Joaquim Parracho	(directa)
Inventariantes	Perpétua Martins; Técnica Profissional de Museografia	(directa)
Ficheiros	MMB.00981; D:\ARQ. FOTOGRAFICO\Arquivo Gráfico\mmb00981.JPG; Foto	
Ficheiros	MMB.00981a; D:\ARQ. FOTOGRAFICO\Arquivo Gráfico\mmb00981a.JPG; Foto	

 Câmara Municipal de Benavente

Inventário : Objectos

N.º inventário	MMB.01003
-----------------------	-----------

Designação	Caneca
-------------------	--------

Título	
---------------	--

Descrição	Caneca, faiança, peça moldada, forma cilíndrica, asa lateral, decoração policroma com duas composições de motivos florais junto ao bordo e neste uma risca, sobre fundo branco e ainda dois ressaltos junto à base, por técnica de estampania.
------------------	--

Data registo	10-10-2007
---------------------	------------



Informação específica

Autorias

Autor	Tipo autoria
Desconhecido	

Categorias

Tipo categoria
Cerâmica
Meio Doméstico

Colecções

Tipo colecção
Cerâmica

Cores

Cor	Parte descrita
Branco	
Verde	A decoração
Cor de rosa	A decoração

Cronologia

Data inicial	Data final	Data textual	Parte descrita
		Séc. XX	

Designações

Tipo designação	Designação
Comum	Caneca

Estados

Estado	Parte descrita	Descrição	Data estado
Conservação\Deficiente			11-10-2007

file:///C:/Users/anibal.ferreira/AppData/Local/temp/Inpatrimonium7/fmInventario10... 28-07-2015

Função\Operacional

11-10-2007

Funções**Tipo função**

Utilitário

Incorporações

Tipo incorpor.	Proveniência	Data
Doação	Joaquim Parracho	1980

Inventariantes

Inventariante	Data
Perpétua Martins	11-10-2007
Suzel Rebocho	11-10-2007

Localizações

Tipo localização	Localização	Data
Interna\Sala Cerâmica		11-10-2007

Marcas

Tipo marca	Texto	Técnica	Grafia	Posição	Idioma	Tradução
Marca de fabricante	CESOL	Estampada		Na base		

Materiais

Tipo material	Cor	Parte descrita
Faiança	Branco	

Medidas

Unidade medida	Parte descrita	Tipo de medida	Valor
Centímetro		Altura	8,0
Centímetro		Largura	11,0

Numerações

Número	Tipo numeração	Data
MMB/DJP 2029	Antigo Número de Registo	

Informação relacionada

Autores	Desconhecido	(directa)
Proprietários	Joaquim Parracho	(directa)
Inventariantes	Perpétua Martins; Técnica Profissional de Museografia	(directa)
Inventariantes	Suzel Rebocho; Auxiliar Técnica de Museografia	(directa)
Ficheiros	MMB01003; D:\ARQ. FOTOGRAFICO\Arquivo Gráfico\mmb01003.JPG; Foto	

 Câmara Municipal de Benavente

Inventário : Objectos

N.º inventário	MMB.01144
-----------------------	-----------

Designação	Arado
-------------------	-------

Título	
---------------	--

Descrição	Arado em ferro e madeira, formada por apo em madeira, rabiça em madeira cuja extremidade é em ferro com protecção em madeira, aiveca móvel em ferro, rodado dianteiro em ferro. Arado puxado por uma junta de bois.
------------------	---



Data registo	20-08-2008
---------------------	------------

Informação específica

Autorias

Autor	Tipo autoria
Desconhecido	

Categorias

Tipo categoria
Alfaia Agrícola\Instrumentos de Mobilização da Terra

Colecções

Tipo colecção
Alfaia agrícola

Cronologia

Data inicial	Data final	Data textual	Parte descrita
		1º metade do séc. XX	

Designações

Tipo designação	Designação
Comum	Arado

Estados

Estado	Parte descrita	Descrição	Data estado
Conservação\Razoável			20-08-2008
Função\Operacional			20-08-2008

Funções

Tipo função
Utilitário

Notas: Utilizado para lavrar as terras antes de lançar as sementes. Arados utilizados pelos singeleiros.

Incorporações

Tipo incorpor.	Proveniência	Data
Doação	Joaquim Parracho	1980

Inventariantes

Inventariante	Data
Perpétua Martins	20-08-2008
Suzel Rebocho	20-08-2008

Localizações

Tipo localização	Localização	Data
Externa\Armazém da CMB no Porto Alto		20-08-2008

Marcas

Tipo marca	Texto	Técnica	Grafia	Posição	Idioma	Tradução
Marca de fabricante	TRAMAGAL	Baixo-Relevo		Na aiveca		

Materiais

Tipo material	Cor	Parte descrita
Ferro		
Madeira		

Medidas

Unidade medida	Parte descrita	Tipo de medida	Valor
Centímetro		Altura	41,0
Centímetro		Comprimento	196,0
Centímetro		Largura	41,0

Numerações

Número	Tipo numeração	Data
MMB/DJP 10104	Antigo Número de Registo	13-7-1988

Informação relacionada

Autores	Desconhecido	(directa)
Proprietários	Joaquim Parracho	(directa)
Inventariantes	Perpétua Martins; Técnica Profissional de Museografia	(directa)
Inventariantes	Suzel Rebocho; Auxiliar Técnica de Museografia	(directa)
Ficheiros	MMB.01144; D:\ARQ. FOTOGRAFICO\Arquivo gráfico 2\101_2008\mmb01144.JPG; Foto	
Ficheiros	MMB.01144a; D:\ARQ. FOTOGRAFICO\Arquivo gráfico 2\101_2008\mmb01144a.JPG; Foto	
Ficheiros	MMB.01144b; D:\ARQ. FOTOGRAFICO\Arquivo gráfico 2\101_2008\mmb01144b.JPG; Foto	

 Câmara Municipal de Benavente

Inventário : Objectos

N.º inventário	MMB.01149
-----------------------	-----------

Designação	Arado
-------------------	-------

Título	
---------------	--

Descrição	Arado em ferro e madeira, formada por apo em madeira, rabiça em madeira cuja extremidade é em ferro com protecção em madeira, aiveca móvel em ferro, rodado dianteiro em ferro. Arado puxado por três juntas de bois.
------------------	---

Data registo	21-08-2008
---------------------	------------



Informação específica

Autorias

Autor	Tipo autoria
Desconhecido	

Categorias

Tipo categoria
Alfaia Agrícola\Instrumentos de Mobilização da Terra

Colecções

Tipo colecção
Alfaia agrícola

Cronologia

Data inicial	Data final	Data textual	Parte descrita
		Início do séc. xx	

Designações

Tipo designação	Designação
Comum	Arado
Comum	Charrua

Estados

Estado	Parte descrita	Descrição	Data estado
Conservação\Deficiente			22-08-2008
Função\Operacional			22-08-2008

Funções

Tipo função
Utilitário

Notas: Utilizado para lavrar (alqueivar) a terra de arroz,

Incorporações

Tipo incorpor.	Proveniência	Data
Doação	Joaquim Parracho	1980

Inventariantes

Inventariante	Data
Perpétua Martins	22-08-2008
Suzel Rebocho	22-08-2008

Localizações

Tipo localização	Localização	Data
Externa\Armazém da CMB no Porto Alto		22-08-2008

Marcas

Tipo marca	Texto	Técnica	Grafia	Posição	Idioma	Tradução
Nº de série	O T 2	Baixo-Relevo		Na aiveca		

Materiais

Tipo material	Cor	Parte descrita
Ferro		
Madeira		

Medidas

Unidade medida	Parte descrita	Tipo de medida	Valor
Centímetro		Comprimento	212,0
Centímetro		Largura	67,0
Centímetro		Altura	85,0

Numerações


Número	Tipo numeração	Data
MMB/DJP 10105	Antigo Número de Registo	13-07-1988

Informação relacionada

Autores	Desconhecido	(directa)
Proprietários	Joaquim Parracho	(directa)
Inventariantes	Perpétua Martins; Técnica Profissional de Museografia	(directa)
Inventariantes	Suzel Rebocho; Auxiliar Técnica de Museografia	(directa)
Ficheiros	MMB.01149; D:\ARQ. FOTOGRAFICO\Arquivo gráfico 2\mmb01149.JPG; Foto	
Ficheiros	MMB.01149a; D:\ARQ. FOTOGRAFICO\Arquivo gráfico 2\mmb01149a.JPG; Foto	
Ficheiros	MMB.01149b; D:\ARQ. FOTOGRAFICO\Arquivo gráfico 2\mmb01149b.JPG; Foto	

 Câmara Municipal de Benavente

Inventário : Objectos

N.º inventário	MMB.01155	
Designação	Canga	
Título		
Descrição	Canga, do tipo trave, com os lados anterior, posterior e inferior rectilíneos e o superior em linha ondulada com entalhes onde encaixam as correias do tamoeiro, que o liga ao carro ou a outras alfaias, em cada um dos topos tem um par de aberturas onde entram os cangalhos, sendo dois de ferro e um em madeira (faltam um) salientes na parte inferior (que entram no cachago dos bois). A prisão aos bois faz-se por meio das piaças, correias largas e compridas que apertam por meio de nós, nos cangalhos duas cordas em sisal que passam por baixo do pescoço do animal. Canga do sistema jugular e cornal.	
Data registo	26-08-2008	

 Informação específica

Autorias

Autor	Tipo autoria
Desconhecido	

Colecções

Tipo colecção
Alfaia agrícola

Cronologia

Data inicial	Data final	Data textual	Parte descrita
		Início do séc. xx	

Designações

Tipo designação	Designação
Comum	Canga

Estados

Estado	Parte descrita	Descrição	Data estado
Conservação\Razoável			26-08-2008
Função\Operacional			26-08-2008

Funções

Tipo função
Utilitário

Notas: Utilizado para latrelagem de carros e alfaias puxadas por bois.

Incorporações

Tipo incorpor.	Proveniência	Data
Doação	Joaquim Parracho	1980

Inventariantes

Inventariante	Data
Perpétua Martins	26-08-2008
Suzel Rebocho	26-08-2008

Localizações

Tipo localização	Localização	Data
Externa\Armazém da CMB no Porto Alto		26-08-2008

Materiais

Tipo material	Cor	Parte descrita
Madeira		A trave
Couro		
Ferro		
sisal		

Medidas

Unidade medida	Parte descrita	Tipo de medida	Valor
Centímetro		Comprimento	145,0
Centímetro		Altura	47,0

Numerações

Número	Tipo numeração	Data
MMB/DJP 1240	Antigo Número de Registo	14-07-1982

Informação relacionada

Autores	Desconhecido	(directa)
Proprietários	Joaquim Parracho	(directa)
Inventariantes	Perpétua Martins; Técnica Profissional de Museografia	(directa)
Inventariantes	Suzel Rebocho; Auxiliar Técnica de Museografia	(directa)
Ficheiros	MMB.01155; D:\ARQ. FOTOGRAFICO\Arquivo gráfico 2\mmb01155.JPG; Foto	
Ficheiros	MMB.01155a; D:\ARQ. FOTOGRAFICO\Arquivo gráfico 2\mmb01155a.JPG; Foto	

 Câmara Municipal de Benavente

Inventário : Objectos

N.º inventário	MMB.01170
-----------------------	-----------

Designação	Grade de bicos
-------------------	----------------

Título	
---------------	--

Descrição	Grade, em ferro, de quatro banzos e duas testeiras com vinte dentes aparafusados, nas extremidades dos dois banzos exteriores duas argolas que vão licar ao sistema de atrelagem..
------------------	--

Data registo	28-08-2008
---------------------	------------



Informação específica

Autorias

Autor	Tipo autoria
Desconhecido	

Categorias

Tipo categoria
Alfaia Agrícola\Instrumentos de Mobilização da Terra

Colecções

Tipo colecção
Alfaia agrícola

Cronologia

Data inicial	Data final	Data textual	Parte descrita
		Primeira metade do séc. xx	

Designações

Tipo designação	Designação
Comum	Grade de bicos
Local	Grade de bestas

Estados

Estado	Parte descrita	Descrição	Data estado
Conservação\Razoável			28-08-2008
Função\Operacional			28-08-2008

Funções

Tipo função
Utilitário

Notas: Utilizada para destorroar a terra depois de lavrada.

Incorporações

Tipo incorpor.	Proveniência	Data
Doação	Joaquim Parracho	1980

Inventariantes

Inventariante	Data
Perpétua Martins	28-08-2008
Suzel Rebocho	28-08-2008

Localizações

Tipo localização	Localização	Data
Externa\Armazém da CMB no Porto Alto		28-08-2008

Materiais

Tipo material	Cor	Parte descrita
Ferro		

Medidas

Unidade medida	Parte descrita	Tipo de medida	Valor
Centímetro		Comprimento	119,0
Centímetro		Largura	110,0
Centímetro		Altura	10,0

Numerações

Número	Tipo numeração	Data
MMB/DJP 10150	Antigo Número de Registo	14-07-1988

Informação relacionada

Autores	Desconhecido	(directa)
Proprietários	Joaquim Parracho	(directa)
Inventariantes	Perpétua Martins; Técnica Profissional de Museografia	(directa)
Inventariantes	Suzel Rebocho; Auxiliar Técnica de Museografia	(directa)
Ficheiros	MMB.01170a; D:\ARQ. FOTOGRÁFICO\Arquivo gráfico 2\mmb01170a.JPG; Foto	
Ficheiros	MMB.01170; D:\ARQ. FOTOGRÁFICO\Arquivo gráfico 2\mmb01170.JPG; Foto	

 Câmara Municipal de Benavente

Inventário : Objectos

N.º inventário MMB.01177

Designação Trenó

Título

Descrição Trenó, de forma rectangular, em madeira, constituído por um estrado formado por tábuas dispostas transversalmente e com protecções laterais colocadas de forma oblíqua face a este, a estrutura assenta sobre duas tábuas grossas cujas extremidades se erguem ao jeito de um trenó; o tabuleiro encontra-se cravado a um eixo longitudinal em ferro, de onde parte a argola para permitir a atrelagem. Usado para transporte dos molhos do arroz, porque se adapta às condições dos canteiros. Era puxado por animais.



Data registo 29-08-2008

 Informação específica

Autorias

Autor	Tipo autoria
Desconhecido	

Categorias

Tipo categoria
Transportes\Transportes de tracção animal

Colecções

Tipo colecção
Alfaia agrícola

Cronologia

Data inicial	Data final	Data textual	Parte descrita
		primeira metade do séc. xx	

Designações

Tipo designação	Designação
Comum	Trenó

Estados

Estado	Parte descrita	Descrição	Data estado
Conservação\Razoável			1-09-2008
Função\Operacional			1-09-2008

Funções

Tipo função

Utilitário

Notas: Utilizado para transporte dos feixes de arroz.**Incorporações**

Tipo incorpor.	Proveniência	Data
Doação	Joaquim Parracho	1980

Inventariantes

Inventariante	Data
Perpétua Martins	1-09-2008
Suzel Rebocho	1-09-2008

Localizações

Tipo localização	Localização	Data
Externa\Armazém da CMB no Porto Alto		1-09-2008

Marcas

Tipo marca	Texto	Técnica	Grafia	Posição	Idioma	Tradução
Ferro de casa agrícola	Ferradura com um N dentro	Baixo-Relevo		Na parte lateral.		Casa agrícola Neto e Dias

Materiais

Tipo material	Cor	Parte descrita
Madeira		
Ferro		

Medidas

Unidade medida	Parte descrita	Tipo de medida	Valor
Centímetro		Comprimento	165,0
Centímetro		Largura	116,0
Centímetro		Altura	52,0

Informação relacionada

Autores	Desconhecido	(directa)
Proprietários	Joaquim Parracho	(directa)
Inventariantes	Perpétua Martins; Técnica Profissional de Museografia	(directa)
Inventariantes	Suzel Rebocho; Auxiliar Técnica de Museografia	(directa)
Ficheiros	MMB.01177; D:\ARQ. FOTOGRAFICO\Arquivo gráfico 2\mmb01177.JPG; Foto	
Ficheiros	MMB.01177a; D:\ARQ. FOTOGRAFICO\Arquivo gráfico 2\mmb01177a.JPG; Foto	
Ficheiros	MMB.01177b; D:\ARQ. FOTOGRAFICO\Arquivo gráfico 2\mmb01177b.JPG; Foto	
Ficheiros	MMB.01177c; D:\ARQ. FOTOGRAFICO\Arquivo gráfico 2\mmb01177c.JPG; Foto	

 Câmara Municipal de Benavente

Inventário : Objectos

N.º inventário	MMB.01187
Designação	Arado
Título	
Descrição	Arado, em ferro, composto por um apo encurvado onde se encontra a aiveca, rodado dianteiro, duas rabiças com manipulo em madeira.
Data registo	02-09-2008



 Informação específica

Autorias

Autor	Tipo autoria
Desconhecido	

Categorias

Tipo categoria
Alfaia Agrícola\Instrumentos de Mobilização da Terra

Colecções

Tipo colecção
Alfaia agrícola

Cronologia

Data inicial	Data final	Data textual	Parte descrita
		Primeira metade do séc. xx	

Designações

Tipo designação	Designação
Comum	Arado

Estados

Estado	Parte descrita	Descrição	Data estado
Conservação\Mau			8-09-2008
Função\Operacional			8-09-2008

Funções

Tipo função
Utilitário

Incorporações

file:///C:/Users/anibal.ferreira/AppData/Local/temp/Inpatrimonium7/fmInventario12... 24-07-2015

Tipo incorpor.	Proveniência	Data
Doação	Joaquim Parracho	1980

Inventariantes

Inventariante	Data
Perpétua Martins	8-09-2008
Suzel Rebocho	8-09-2008

Localizações

Tipo localização	Localização	Data
Externa\Armazém da CMB no Porto Alto		4-09-2008

Marcas

Tipo marca	Texto	Técnica	Grafia	Posição	Idioma	Tradução
Comercial	Representações exclusivas para Portugal e Colónias - FASSIO LDA Rua do arco da Bandeira - LISBÔA			Chapa no apo.		

Materiais

Tipo material	Cor	Parte descrita
Ferro		
Madeira		

Medidas

Unidade medida	Parte descrita	Tipo de medida	Valor
Centímetro		Comprimento	163,0
Centímetro		Largura	49,0
Centímetro		Altura	62,0

Informação relacionada

Autores	Desconhecido	(directa)
Proprietários	Joaquim Parracho	(directa)
Inventariantes	Perpétua Martins; Técnica Profissional de Museografia	(directa)
Inventariantes	Suzel Rebocho; Auxiliar Técnica de Museografia	(directa)
Ficheiros	MMB.01187a; D:\ARQ. FOTOGRÁFICO\Arquivo gráfico 2\mmb01187a.JPG; Foto	
Ficheiros	MMB.01187; D:\ARQ. FOTOGRÁFICO\Arquivo gráfico 2\mmb01187.JPG; Foto	

 Câmara Municipal de Benavente

Inventário : Objectos

N.º inventário	MMB.01193
-----------------------	-----------

Designação	Trilho
-------------------	--------

Título	
---------------	--

Descrição	Trilho, em ferro, formado por uma grade, compostas por duas barras longitudinais em que as extremidades, dianteira e traseira, se erguem, ligadas por travessas, que suporta três cilindros, formados cada um por quatro barras e cravejadas por laminas em forma de cunha. Trilho puxado por gado cavalar.
------------------	---



Data registo	04-09-2008
---------------------	------------

 Informação específica

Autorias

Autor	Tipo autoria
Desconhecido	

Categorias

Tipo categoria	Alfaia Agrícola\Instrumentos de Debulha
-----------------------	---

Colecções

Tipo colecção	Alfaia agrícola
----------------------	-----------------

Cronologia

Data inicial	Data final	Data textual	Parte descrita
		Primeira metade do séc. xx	

Designações

Tipo designação	Designação
Comum	Trilho

Estados

Estado	Parte descrita	Descrição	Data estado
Conservação\Razoável			8-09-2008
Função\Operacional			8-09-2008

Funções

Tipo função	Utilitário
--------------------	------------

Notas: Utilizado nas eiras para debulhar o cereal, puxado por cavalos.

Incorporações

Tipo incorpor.	Proveniência	Data
Doação	Joaquim Parracho	1980

Inventariantes

Inventariante	Data
Perpétua Martins	8-09-2008
Suzel Rebocho	8-09-2008

Localizações

Tipo localização	Localização	Data
Externa\Armazém da CMB no Porto Alto		8-09-2008

Materiais

Tipo material	Cor	Parte descrita
Ferro		

Medidas

Unidade medida	Parte descrita	Tipo de medida	Valor
Centímetro		Comprimento	152,0
Centímetro		Largura	100,0
Centímetro		Altura	29,0

Informação relacionada

Autores	Desconhecido	(directa)
Proprietários	Joaquim Parracho	(directa)
Inventariantes	Perpétua Martins; Técnica Profissional de Museografia	(directa)
Inventariantes	Suzel Rebocho; Auxiliar Técnica de Museografia	(directa)
Ficheiros	MMB.01193a; D:\ARQ. FOTOGRAFICO\Arquivo gráfico 2\mmb01193a.JPG; Foto	
Ficheiros	MMB.01193; D:\ARQ. FOTOGRAFICO\Arquivo gráfico 2\mmb01193.JPG; Foto	

 Câmara Municipal de Benavente

Inventário : Objectos

N.º inventário	MMB.01321
-----------------------	-----------

Designação	Barrete
-------------------	---------

Título	
---------------	--

Descrição	Barrete do traje de festa, em lã verde, sem costuras, em forma de manga, a parte de dentro é em carapinha castanha com a extremidade em vermelho fazendo uma dobra para fora, a extremidade é costurado em curva e termina com uma borla verde.
------------------	---



Data registo	24-11-2008
---------------------	------------

 Informação específica

Autorias

Autor	Tipo autoria
Desconhecido	

Categorias

Tipo categoria	Traje\Acessórios
-----------------------	------------------

Colecções

Tipo colecção	Traje\Acessórios
----------------------	------------------

Cores

Cor	Parte descrita
Verde	
Vermelho	A dobra
Castanho	O forro

Cronologia

Data inicial	Data final	Data textual	Parte descrita
		Década de 1950	

Designações

Tipo designação	Designação
Comum	Barrete

Estados

Estado	Parte descrita	Descrição	Data estado
Conservação\Razoável			2008-11-25
Função\Operacional			2008-11-25

file:///C:/Users/anibal.ferreira/AppData/Local/temp/Inpatrimonium7/fmInventario13... 28-07-2015

Funções

Tipo função
Utilitário

Incorporações

Tipo incorpor.	Proveniência	Data
Doação	Joaquim Parracho	1980

Inventariantes

Inventariante	Data
Perpétua Martins	2008-11-25
Suzel Rebocho	2008-11-25

Localizações

Tipo localização	Localização	Data
Interna\Sala Traje		2008-11-25

Materiais

Tipo material	Cor	Parte descrita
Tecido\Fazenda de lã	Verde	
Lã	Vermelho	
Lã	Castanho	

Medidas

Unidade medida	Parte descrita	Tipo de medida	Valor
Centímetro		Altura	48,0
Centímetro		Largura	24,0

Numerações

Número	Tipo numeração	Data
MMB/DJP 10777	Antigo Número de Registo	

Informação relacionada

Autores	Desconhecido	(directa)
Proprietários	Joaquim Parracho	(directa)
Inventariantes	Perpétua Martins; Técnica Profissional de Museografia	(directa)
Inventariantes	Suzel Rebocho; Auxiliar Técnica de Museografia	(directa)
Ficheiros	mmb01321; D:\ARQ. FOTOGRÁFICO\Arquivo gráfico 2\mmb01321.JPG; Foto	

Câmara Municipal de Benavente

Inventário : Objectos

N.º inventário MMB.01413

Designação Colete interior/Feminino

Título

Descrição Colete interior, em sarja branca, decote retangular com duas alças largas, a parte da frente com abertura que afeiçoa por meio de seis botões, de ambos os lados reforço do mesmo tecido e bastante pespontado, as costuras laterais também se encontram reforçadas, na parte de trás também com três tiras reforçadas e termina em baixo com um arredondado, pequeno monograma "A" bordado em ponto dfe cruz com linha de algodão vermelha.



Data registo 27-08-2009

Informação específica

Autorias

Autor	Tipo autoria
Desconhecido	Costureira

Categorias

Tipo categoria
Traje\Roupa interior\Feminino

Colecções

Tipo colecção
Traje

Cores

Cor	Parte descrita
Branco	
Vermelho	O monograma

Cronologia

Data inicial	Data final	Data textual	Parte descrita
1927 d.C.		1927	

Designações

Tipo designação	Designação
Comum	Colete interior/Feminino

Estados

Estado	Parte descrita	Descrição	Data estado
Conservação\Razoável			2010-02-22

file:///C:/Users/anibal.ferreira/AppData/Local/temp/Inpatrimonium7/fmInventario14... 28-07-2015

Função\Operacional

2010-02-22

Funções**Tipo função**

Utilitário

Incorporações

Tipo incorpor.	Proveniência	Data
Doação	Maria Castanheiro Ruivo	1981-03-17

Inventariantes

Inventariante	Data
Perpétua Martins	2010-02-22
Suzel Rebocho	2010-02-22

Localizações

Tipo localização	Localização	Data
Interna\Sala Traje		2010-02-22

Materiais

Tipo material	Cor	Parte descrita
Tecido\Sarja	Branco	
Linha\Algodão	Vermelho	O monograma.

Medidas

Unidade medida	Parte descrita	Tipo de medida	Valor
Centímetro		Altura	35,0
Centímetro		largura/Ombros	25,0
Centímetro		Largura	33,0

Numerações

Número	Tipo numeração	Data
MMB.91	Antigo Número de Registo	1981-03-17

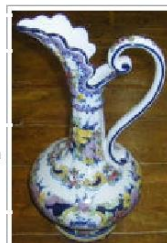
Informação relacionada

Autores	Desconhecido	(directa)
Proprietários	Maria Castanheiro Ruivo	(directa)
Inventariantes	Perpétua Martins; Técnica Profissional de Museografia	(directa)
Inventariantes	Suzel Rebocho; Auxiliar Técnica de Museografia	(directa)
Ficheiros	mmb01413; D:\ARQ. FOTOGRÁFICO\Arquivo gráfico 3\mmb01413.JPG; Foto	
Ficheiros	mmb01413a; D:\ARQ. FOTOGRÁFICO\Arquivo gráfico 3\mmb01413a.JPG; Foto	

 Câmara Municipal de Benavente

Inventário : Objectos

N.º inventário	MMB.01449
Designação	Jarro Decorativo
Título	
Descrição	Jarro, em faiança, peça moldada, bojo saliente sobre base circular recuado, colo estreito e alto, bocal com projecção de bico recortado, asa lateral de contorno circular. Decoração policroma sobre fundo azul, pintura manual com motivos florais.
Data registo	26-03-2010



 Informação específica

Autorias

Autor	Tipo autoria
Desconhecido	

Categorias

Tipo categoria
Cerâmica
Meio Doméstico

Colecções

Tipo colecção
Cerâmica
Meio doméstico

Cores

Cor	Parte descrita
Azul	

Cronologia

Data inicial	Data final	Data textual	Parte descrita
		Década de 1980	

Designações

Tipo designação	Designação
Comum	Jarro Decorativo

Estados

Estado	Parte descrita	Descrição	Data estado
Conservação\Razoável			2010-03-26
Função\Operacional			2010-03-26

file:///C:/Users/anibal.ferreira/AppData/Local/temp/Inpatrimonium7/fmInventario14... 28-07-2015

Funções

Tipo função
Decorativa

Inventariantes

Inventariante	Data
Perpétua Martins	2010-03-26
Suzel Rebocho	2010-03-26

Localizações

Tipo localização	Localização	Data
Interna\Sala Cerâmica		2010-03-26

Marcas

Tipo marca	Texto	Técnica	Grafia	Posição	Idioma	Tradução
Comercial	E.P.L. ALCOBAÇA 427 MADE IN PORTUGAL	Pintura	Maiúsculas	Na Base		

Materiais

Tipo material	Cor	Parte descrita
Faiança		

Medidas

Unidade medida	Parte descrita	Tipo de medida	Valor
Centímetro		Altura	42,0
Centímetro		Diâmetro\inferior	13,0

Informação relacionada

Autores	Desconhecido	(directa)
Inventariantes	Perpétua Martins; Técnica Profissional de Museografia	(directa)
Inventariantes	Suzel Rebocho; Auxiliar Técnica de Museografia	(directa)
Ficheiros	MMB01449; C:\Documents and Settings\suzel\Os meus documentos\arq fot\mmb01449.JPG; Foto	
Ficheiros	MMB01449a; C:\Documents and Settings\suzel\Os meus documentos\arq fot\mmb01449a.JPG; Foto	

 Câmara Municipal de Benavente

Inventário : Objectos

N.º inventário	MMB.01473
Designação	Cesto
Título	
Descrição	Cesto, em cerâmica, peça moldada, covo muito acentuado, aba com inflexão muito pronunciada e formando um ondulado; asa de ferfil retengular formando um semi-círculo; decoração monocroma com motivos florais.
Data registo	15-04-2010



 Informação específica

Autorias

Autor	Tipo autoria
Desconhecido	

Categorias

Tipo categoria
Artes plásticas\Artes Decorativas Meio Doméstico

Colecções

Tipo colecção
Cerâmica

Cores

Cor	Parte descrita
Azul	

Cronologia

Data inicial	Data final	Data textual	Parte descrita
		Década de 1960	

Designações

Tipo designação	Designação
Comum	Cesto

Estados

Estado	Parte descrita	Descrição	Data estado
Conservação\Razoável			15-04-2010
Função\Operacional			15-04-2010

file:///C:/Users/anibal.ferreira/AppData/Local/temp/Inpatrimonium7/frmInventario15... 28-07-2015

Funções**Tipo função**

Decorativa

Incorporações

Tipo incorpor.	Proveniência	Data
Doação	Rui Vieira/ Vera Vieira	2009-09-29

Notas: Pertencia à avó Elvira da Piedade Ferreira dos Santos Vieira, nasceu em 1910, professora do ensino primário, veio para Benavente em 1930 e casou com José dos Santos Vieira natural de Benavente.

Inventariantes

Inventariante	Data
Perpétua Martins	15-04-2010
Suzel Rebocho	15-04-2010

Localizações

Tipo localização	Localização	Data
Interna\Sala Cerâmica		15-04-2010

Marcas

Tipo marca	Texto	Técnica	Grafia	Posição	Idioma	Tradução
Marca de fabricante	OAL ALCOBAÇA Portugal A.S.	Pintura		Na parte inferior da base.		

Materiais

Tipo material	Cor	Parte descrita
Cerâmica		

Medidas

Unidade medida	Parte descrita	Tipo de medida	Valor
Centímetro		Altura	21,0
Centímetro		Largura	23,0

Informação relacionada

Inventariantes	Perpétua Martins; Técnica Profissional de Museografia	(directa)
Proprietários	Rui Vieira/ Vera Vieira	(directa)
Inventariantes	Suzel Rebocho; Auxiliar Técnica de Museografia	(directa)
Autores	Desconhecido	(directa)
Ficheiros	MMB01473; C:\Documents and Settings\suzel\Os meus documentos\arq fot\mmb01473.jpg; Foto	

 Câmara Municipal de Benavente

Inventário : Objectos

N.º inventário	MMB.01490
Designação	Manta lobeira
Título	
Descrição	Manta lobeira, em lã de ovelha churra, tecida em tear manual, às riscas vermelhas, verdes, amarelas, bege e preto.
Data registo	19-10-2010

**Historial**

O cobertor de papa também é conhecido por cobertor de pêlo, manta lobeira, amarela e espanhola, podendo ser produzido numa só cor (branco, verde, vermelho, etc.), com cor "barrenta" branco e castanho, bordado a azul, verde e vermelho (destinado ao Minho e ao Norte do País) ou fabricado em com tiras coloridas de castanho, amarelo, verde e vermelho (típico da zona do Ribatejo)

A diferença entre este cobertor e os restantes é que o de papa é fabricado exclusivamente, com lã churra de ovelha.

A lã utilizada no cobertor "é a lã churra". É uma lã macia das ovelhas de Idanha A Nova, Monsanto e Medelim.

O cobertor pesa em média três quilogramas e mede 170 cm de largura e 240cm de comprimento e distingue-se dos outros cobertores pelo seu "design" e pelo facto de ter pêlo mais comprido, porque a lã de que é feito "é mais comprida".

O fabrico do cobertor tem diversas fases. A lã é comprada e enviada para a fição entrando na fábrica transformada em fio. Segue-se a fase de tecelagem, num tear de madeira. Na etapa seguinte, quando o corte (porção de tecido que equivale a sete cobertores) estiver feito é transportado para o pisão para lavar e feltrar (tomar "corpo", volume). quando o corte tiver o "corpo" necessário vai à carda para puxar o pêlo. De seguida, os cobertores são cortados e vão à rãmbula (peça de ferro onde se prendem esticados para secarem e ficarem com uma determinada medida).

A indústria têxtil em Maçainhas e nomeadamente a produção do cobertor de papa, remonta ao reinado de D. Sancho II (...). Em 1930-1932 houve uma grande crise e foram poucos os fabricantes que resistiram. Em 1938, começou a recuperação e, em 1942-1943, quase todas as famílias tinham um tear para fabricar cobertores chegando a existir 35 teares, actualmente só existem dois teares, Semanário "A Guarda" em 8/11/2007

Informação específica

Autorias

Autor	Tipo autoria
Desconhecido	

Categorias

Tipo categoria
Têxteis

Colecções

Tipo colecção
Etnologia

Cores

Cor	Parte descrita
Amarelo	
Beje	
Preto	

file:///C:/Users/anibal.ferreira/AppData/Local/temp/Inpatrimonium7/fmInventario15... 22-07-2015

Verde
Vermelho

Cronologia

Data inicial	Data final	Data textual	Parte descrita
		1ª metade do séc.xx	

Designações

Tipo designação	Designação
Comum	Manta lobeira

Estados

Estado	Parte descrita	Descrição	Data estado
Função\Operacional			2010-10-19
Conservação\Razoável			2010-10-19

Funções

Tipo função
Utilitário

Notas: Estas mantas eram dadas aos campinos, pelo patrão, no S. Miguel. Serviam para andar no campo, para proteger do frio.

Incorporações

Tipo incorpor.	Proveniência	Data
Doação	Joaquim Gabriel	2010-06-26

Inventariantes

Inventariante	Data
Perpétua Martins	2010-10-19
Suzel Rebocho	2010-10-19

Localizações

Tipo localização	Localização	Data
Interna\Sala Traje		2010-10-19

Materiais

Tipo material	Cor	Parte descrita
Lã		

Medidas

Unidade medida	Parte descrita	Tipo de medida	Valor
Centímetro		Largura	172,0
Centímetro		Comprimento	235,0

Informação relacionada

Inventariantes Perpétua Martins; Técnica Profissional de Museografia (directa)

Inventariantes	Suzel Rebocho; Auxiliar Técnica de Museografia	(directa)
Proprietários	Joaquim Gabriel	(directa)
Autores	Desconhecido	(directa)
Ficheiros	mmb01490; C:\Documents and Settings\suzel\Os meus documentos\arq fot\mmb01490.JPG; Foto	

Câmara Municipal de Benavente

Inventário : Objectos

N.º inventário	MMB.02040
Designação	Fotografia\Positivo
Título	Artesã com Joaquim Parracho
Descrição	A artesã Bárbara Parracho na Quinta da Foz, em Benavente, no ano de 1978, a fazer meias de pinha. Esta iniciativa inseriu-se numas filmagens para um programa da RTP. Sentada num pequeno banco de madeira e de olhar fixo nas agulhas, Bárbara Parracho executa a sua atividade artesanal perante o olhar atento de Joaquim Parracho. No braço direito da artesã está suspenso um pequeno cesto de vime, onde esta guarda o novelo de linha de algodão.
Data registo	24-02-2012



Informação específica

Autorias

Autor	Tipo autoria
Desconhecido	

Categorias

Tipo categoria
Artesanato\Meias de pinha Artes plásticas\Fotografia\Actividades Económicas\Artesanato

Colecções

Tipo colecção
Fotografia

Cores

Cor	Parte descrita
Colorida	

Cronologia

Data inicial	Data final	Data textual	Parte descrita
		1978	

Designações

Tipo designação	Designação
Comum	Fotografia

Estados

Estado	Parte descrita	Descrição	Data estado
Conservação\Bom			2012.02.27

Função\Operacional 2012.02.27

Funções

Tipo função
Utilitário

Incorporações

Tipo incorpor.	Proveniência	Data
Doação	Joaquim Parracho	1980

Inscrições

Tipo inscrição	Autor	Texto	Grafia	Técnica	Posição	Idioma	Tradução	Data
Nota	Desconhecido	Quinta da Foz Rádio Televisão Portuguesa... (?) 19(?)8	Cursivo	Manuscrito	No verso do suporte	Português		2012.02.27

Notas: No livro de entradas da Coleção de Fotografias, Joaquim Parracho registou a fotografia com data de 1978.

Inventariantes

Inventariante	Data
Aníbal Manuel Rodrigues Ferreira	2012.02.27

Localizações

Tipo localização	Localização	Data
Interna\Arquivo Fotográfico	Pasta 3	2012.02.27
Interna\Arquivo Fotográfico	DVD 1	2012.02.27

Materiais

Tipo material	Cor	Parte descrita
Papel\Fotográfico		Fotografia

Medidas

Unidade medida	Parte descrita	Tipo de medida	Valor
Centímetro	Fotografia	Comprimento	16,5
Centímetro	Fotografia	Largura	11,0

Numerações

Número	Tipo numeração	Data
424	Antigo Número de Registo	1980

Notas: Primeira numeração atribuída por Joaquim Parracho

412/88	Antigo Número de Registo	1988
MMB.FOT.00196	Nº. de Registo do Arquivo Fotográfico	2012.02.27

file:///C:/Users/anibal.ferreira/AppData/Local/temp/Inpatrimonium7/frmInventario18... 28-07-2015

Originalidade**Originalidade**

Original

Técnicas**Técnica**

Fotografia

Parte descrita**Tema / Assunto****Tema**

Fotografia\Actividades económicas\Artesanato

Assunto

Artesanato / Meias de pinha

Informação relacionada

Autores	Desconhecido	(directa)
Inventariantes	Anibal Manuel Rodrigues Ferreira; Técnico-Superior	(directa)
Autores	Desconhecido	(directa)
Proprietários	Joaquim Parracho	(directa)
Ficheiros	MMB00196; T:\Museu\ARQUIVO FOTOGRAFICO\MMB_FOT\MMB00196.jpg; Foto	

 Câmara Municipal de Benavente

Inventário : Objectos

N.º inventário	MMB.02221
-----------------------	-----------

Designação	Foice
-------------------	-------

Título	
---------------	--

Descrição	Foice, composta por lâmina em ferro, encurvada, pontiaguda e gume serrilhado, tendo junto ao cabo gravada a marca, talvez do proprietário, M, cabo em madeira rectilíneo com "guarda", saliência na extremidade do cabo, para encosto do dedo mínimo.
------------------	---

Data registo	02-10-2012
---------------------	------------



Informação específica

Autorias

Autor	Tipo autoria
Desconhecido	

Categorias

Tipo categoria
Alfaia Agrícola\Instrumentos de Colheita de Cereais

Colecções

Tipo colecção
Alfaia agrícola

Cronologia

Data inicial	Data final	Data textual	Parte descrita
		Primeira metade do século xx.	

Designações

Tipo designação	Designação
Comum	Foice

Estados

Estado	Parte descrita	Descrição	Data estado
Conservação\Deficiente			2012-10-02
Função\Operacional			2012-10-02

Funções

Tipo função
Utilitário

Notas: Utilizado na ceifa dos cereais, os trabalhadores agarravam com a mão esquerda o molho das espigas e com

file:///C:/Users/anibal.ferreira/AppData/Local/temp/Inpatrimonium7/fmInventario23... 24-07-2015

a foice na mão direita iam cortavando deixando-as no chão em "paveias".

Incorporações

Tipo incorpor.	Proveniência	Data
Doação	Joaquim Parracho	1980

Inventariantes

Inventariante	Data
Suzel Rebocho	2012-10-02
Perpétua Martins	2012-10-02

Localizações

Tipo localização	Localização	Data
Interna\Sala da Alfaias		2012-10-02

Marcas

Tipo marca	Texto	Técnica	Grafia	Posição	Idioma	Tradução
Iniciais de proprietário	M	Baixo-Relevo		Na lâmina junto ao cabo.		

Materiais

Tipo material	Cor	Parte descrita
Ferro		A lâmina.
Madeira		O cabo.

Medidas

Unidade medida	Parte descrita	Tipo de medida	Valor
Centímetro		Largura	4,0
Centímetro		Comprimento	45,0

Numerações

Número	Tipo numeração	Data
MMB/DJP1331	Antigo Número de Registo	

Informação relacionada

Inventariantes	Perpétua Martins; Técnica Profissional de Museografia	(directa)
Autores	Desconhecido	(directa)
Proprietários	Joaquim Parracho	(directa)
Inventariantes	Suzel Rebocho; Auxiliar Técnica de Museografia	(directa)
Ficheiros	mmb02221; T:\Museu\INVENTÁRIO\arq.fot\mmb02221.JPG; Foto	

Câmara Municipal de Benavente

Inventário : Objectos

N.º inventário	MMB.02697	
Designação	Fotografia\Positivo	
Título	Festa em Honra de Nossa Senhora da Paz - Procissão	
Descrição	<p>Imagem da padroeira da vila de Benavente, Nossa Senhora da Paz, a sair da capela existente no Largo do Chaveiro (atual Parque 25 de Abril), no início de uma procissão no ano de 1955. Com a derrocada da Igreja Matriz de Benavente durante o terramoto de 23 de abril de 1909, foi construída esta capela em madeira que funcionou até à construção da nova Igreja Matriz da vila, inaugurada em 1958. Em frente ao andor vão os três festeiros: da esquerda para a direita, Tomás de Oliveira Vasco, ao lado deste o "juíz" José de Oliveira e Joaquim Ferreira Semeano Júnior. Em frente dos homens estão três meninas: pela mesma ordem, Ana Maria Quintino (acompanhante), Maria Virgínia dos Santos Tavares "juíza" e outra das acompanhantes (?). Em frente à "juíza" está uma criança vestida de branco, de grinalda na cabeça e com as palmas das mãos unidas. De ambos os lados da capela são visíveis diversas pessoas que se preparam para acompanhar o desfile religioso. À direita são visíveis as partes superiores de algumas habitações da Avenida Dr. Francisco de Sousa Dias. (A imagem de Nossa Senhora da Paz, encontra-se na Igreja Matriz de Benavente desde a sua inauguração em 1958, data em que foi solenemente transportada da Capela de madeira visível na fotografia. Esta Capela, foi construída a expensas da Duquesa de Palmela, para albergar a Senhora da Paz dado que o seu templo anterior, a Ermida de São Bento (junto ao cemitério) ficara também inteiramente destruída com o terramoto que assolou a vila em 1909).</p>	
Data registo	20-05-2013	

Informação específica

Autorias

Autor	Tipo autoria
Desconhecido	

Categorias

Tipo categoria
Artes plásticas\Fotografia\Retrato\Grupo
Artes plásticas\Fotografia\Retrato\Crianças
Artes plásticas\Fotografia\Benavente, Freguesia\Festas\Festa de Nossa Senhora da Paz
Artes plásticas\Fotografia\Benavente, Freguesia\Capela do Largo do Chaveiro

Colecções

Tipo colecção
Fotografia

Cores

Cor	Parte descrita
-----	----------------

file:///C:/Users/anibal.ferreira/AppData/Local/temp/Inpatrimonium7/frmInventario28... 22-07-2015

Preto e Branco

Cronologia

Data inicial	Data final	Data textual	Parte descrita
		1955	

Justificação: Escrito no verso do suporte por Joaquim Parracho e confirmado pelas listas de Festeiros e "juíza" relativos ao ano de 1955.

Designações

Tipo designação	Designação
Comum	Fotografia

Estados

Estado	Parte descrita	Descrição	Data estado
Conservação\Razoável		Com bastantes vincos	2013.05.21
Função\Operacional			2013.05.21

Funções

Tipo função
Utilitário

Incorporações

Tipo incorpor.	Proveniência	Data
Doação	Desconhecida	1990

Inscrições

Tipo inscrição	Autor	Texto	Grafia	Técnica	Posição	Idioma	Tradução	Data
Legenda	Joaquim Parracho	N. S. ^a da Paz ao sair da capelinha no largo do chaveiro 1955	Cursivo	Manuscrito	No verso do suporte	Português		2013.05.21

Notas: A tinta azul.

Nota	Desconhecido	Museu	Cursivo	Manuscrito	No verso do suporte, junto à outra inscrição	Português		2013.05.21
------	--------------	-------	---------	------------	--	-----------	--	------------

Notas: A tinta azul

Inventariantes

Inventariante	Data
Aníbal Manuel Rodrigues Ferreira	2013.05.21

Localizações

Tipo localização	Localização	Data
Interna\Arquivo Fotográfico	Pasta 8	2013.05.21
Interna\Arquivo Fotográfico	DVD 2	2013.05.21

Materiais

Tipo material	Cor	Parte descrita
Papel\Fotográfico		Fotografia

Medidas

Unidade medida	Parte descrita	Tipo de medida	Valor
Centímetro	Fotografia	Comprimento	11,4
Centímetro	Fotografia	Largura	8,4

Numerações

Número	Tipo numeração	Data
2421	Antigo Número de Registo	1990

Notas: Primeira numeração atribuída

MMB.FOT.00900	Nº. de Registo do Arquivo Fotográfico	2013.05.21
---------------	---------------------------------------	------------

Originalidade

Originalidade
Original

Técnicas

Técnica	Parte descrita
Fotografia	

Tema / Assunto

Tema	Assunto
Fotografia\Retrato\Grupo	Procissão

Informação relacionada

Proprietários	Desconhecida	(directa)
Autores	Joaquim Parracho	(directa)
Autores	Desconhecido	(directa)
Inventariantes	Aníbal Manuel Rodrigues Ferreira; Técnico-Superior	(directa)
Autores	Desconhecido	(directa)
Ficheiros	MMB00900; T:\Museu\ARQUIVO FOTOGRAFICO\MMB_FOT\MMB00900.jpg; Foto	

file:///C:/Users/anibal.ferreira/AppData/Local/temp/Inpatrimonium7/fmInventario28... 22-07-2015

Câmara Municipal de Benavente

Inventário : Objectos

N.º inventário MMB.02782

Designação Fotografia\Positivo

Título Largada de toiros em Benavente

Descrição Largada de toiros em Benavente num recinto vedado com tronqueiras. A largada decorre junto ao Hospital da Santa Casa da Misericórdia (fachada central) na Avenida D. Francisca Montanha. Ao fundo, é visível um edifício habitacional, propriedade da empresa norte americana Raret, atualmente readaptado a Posto dos CTT (Correios), situado a meio da Avenida Dr. Francisco José Calheiros Lopes. No recinto, homens e rapazes brincam com o toiro que está a ser rabejado por um popular. Na parte exterior das tronqueiras centenas de curiosos observam a largada de toiros, prática habitual na região em dias festivos.



Data registo 12-09-2013

Informação específica

Autorias

Autor	Tipo autoria
Desconhecido	

Categorias

Tipo categoria
Artes plásticas\Fotografia\Benavente, Freguesia
Artes plásticas\Fotografia\Largadas de touros

Colecções

Tipo colecção
Fotografia

Cores

Cor	Parte descrita
Preto e Branco	

Designações

Tipo designação	Designação
Comum	Fotografia

Estados

Estado	Parte descrita	Descrição	Data estado
Conservação\Bom			2013.09.12
Função\Operacional			2013.09.12

Funções

Tipo função
Utilitário

Incorporações

Tipo incorpor.	Proveniência	Data
Doação	Joaquim Parracho	1980

Inventariantes

Inventariante	Data
Aníbal Manuel Rodrigues Ferreira	2013.09.13

Localizações

Tipo localização	Localização	Data
Interna\Arquivo Fotográfico	Pasta 8	2013.09.13
Interna\Arquivo Fotográfico	DVD 2	2013.09.13

Materiais

Tipo material	Cor	Parte descrita
Papel\Fotográfico		Fotografia

Medidas

Unidade medida	Parte descrita	Tipo de medida	Valor
Centímetro	Fotografia	Largura	18,0
Centímetro	Fotografia	Comprimento	23,9

Numerações

Número	Tipo numeração	Data
3178/92	Antigo Número de Registo	1992
MMB.FOT.00934	Nº. de Registo do Arquivo Fotográfico	2013.09.13

Originalidade

Originalidade
Original

Técnicas

Técnica	Parte descrita
Fotografia	

Tema / Assunto

Tema	Assunto
Fotografia\Espetáculos\Largadas de touros	

Notas: Benavente

Informação relacionada


Autores	Desconhecido	(directa)
---------	--------------	-----------

file:///C:/Users/anibal.ferreira/AppData/Local/temp/Inpatrimonium7/fmInventario29... 28-07-2015

Inventariantes	Aníbal Manuel Rodrigues Ferreira; Técnico-Superior	(directa)
Proprietários	Joaquim Parracho	(directa)
Ficheiros	MMB00934; T:\Museu\ARQUIVO FOTOGRAFICO\MMB_FOT\MMB00934.jpg; Foto	

Câmara Municipal de Benavente

Inventário : Objectos

N.º inventário	MMB.02884	
Designação	Fotografia\Positivo	
Título	Desfile etnográfico em dia festivo	
Descrição	Desfile etnográfico a percorrer a Praça da República na direção dos Paços do Município, em Benavente. Em destaque, um campino em traje de festa montado a cavalo e com o pampilho (vara) ao ombro. Na frente do cortejo elementos do Rancho Típico Sete Saias, de Benavente. Nos passeios, diversos populares observam e outros, incluindo crianças, acompanham o desfile. Atrás, diversas individualidades integram o cortejo, entre estes, o Presidente da Câmara Municipal de Benavente, Dr. António Gabriel Ferreira Lourenço. Ao fundo é visível a Rua João Sabino de Almeida Fernandes. Tirado no final da década de 50 ou primeira metade de 60 do século XX.	
Data registo	30-10-2013	

Informação específica

Autorias

Autor	Tipo autoria
Desconhecido	

Categorias

Tipo categoria
Artes plásticas\Fotografia\Espetáculos\Cortejos/Desfiles
Artes plásticas\Fotografia\Folclore
Artes plásticas\Fotografia\Benavente, Freguesia\Praça da República

Colecções

Tipo colecção
Fotografia

Cores

Cor	Parte descrita
Preto e Branco	

Cronologia

Data inicial	Data final	Data textual	Parte descrita
		Final da década de 50 ou primeira metade de 60 do século XX	

Justificação: Período correspondente à Presidência da Câmara Municipal de Dr. António Gabriel Ferreira Lourenço e data da formação do Rancho Típico Sete Saias (1957).

Designações

Tipo designação	Designação
Comum	Fotografia

Estados

Estado	Parte descrita	Descrição	Data estado
Função\Operacional			2013.10.31
Conservação\Bom			2013.10.31

Funções

Tipo função
Utilitário

Incorporações

Tipo incorpor.	Proveniência	Data
Doação	Joaquim Parracho	1980

Inventariantes

Inventariante	Data
Aníbal Manuel Rodrigues Ferreira	2013.10.31

Localizações

Tipo localização	Localização	Data
Interna\Arquivo Fotográfico	Pasta 9	2013.10.31
Interna\Arquivo Fotográfico	DVD 3	2013.10.31

Materiais

Tipo material	Cor	Parte descrita
Papel\Fotográfico		Fotografia

Medidas

Unidade medida	Parte descrita	Tipo de medida	Valor
Centímetro	Fotografia	Comprimento	18,0
Centímetro	Fotografia	Largura	13,0

Numerações

Número	Tipo numeração	Data
1482	Antigo Número de Registo	1980

Notas: Primeira numeração atribuída por Joaquim Parracho

1413/88	Antigo Número de Registo	1988
MMB.FOT.01036	Nº. de Registo do Arquivo Fotográfico	2013.10.31

Originalidade

Originalidade
Original

Técnicas

Técnica	Parte descrita
Fotografia	

Tema / Assunto

Tema	Assunto
Fotografia\Espetáculos\Cortejos/Desfiles	

Informação relacionada

Autores	Desconhecido	(directa)
Proprietários	Joaquim Parracho	(directa)
Inventariantes	Aníbal Manuel Rodrigues Ferreira; Técnico-Superior	(directa)
Ficheiros	MMB01036; T:\Museu\ARQUIVO FOTOGRAFICO\MMB_FOT\MMB01036.jpg; Foto	

Câmara Municipal de Benavente

Inventário : Objectos**N.º inventário** MMB.02922**Designação** Fotografia\Positivo**Título** Exibição de cavaleiros e campinos na zona ribeirinha de Benavente

Descrição Cavaleiros e campinos no recinto da picaria na zona ribeirinha de Benavente (junto ao Calvário), a aguardar a saída do touro. Ao fundo, junto à vedação, muitos populares assistem ao evento. Este espetáculo ocorre durante a manhã da Festa da Amizade / Sardinha Assada, que se realiza anualmente, no último sábado do mês de junho. Tirada no final da década de 80 ou início de 90 do século XX.

**Data registo** 21-11-2013

Informação específica

Autorias**Autor** Desconhecido **Tipo autoria****Categorias****Tipo categoria**

Artes plásticas\Fotografia\Agricultura\Campinos

Artes plásticas\Fotografia\Benavente, Freguesia\Zona Ribeirinha

Artes plásticas\Fotografia\Benavente, Freguesia\Festas\Festa da Amizade

Colecções**Tipo colecção**

Fotografia

Cores**Cor** Colorida **Parte descrita**

Colorida

Cronologia**Data inicial** **Data final** **Data textual** **Parte descrita**

Final da década de 80 ou princípio de 90 do século XX

Justificação: Pela semelhança com outros registos**Designações****Tipo designação** **Designação**

Comum

Fotografia

Estados

Estado	Parte descrita	Descrição	Data estado
Conservação\Bom			2013.11.21
Função\Operacional			2013.11.21

Funções

Tipo função
Utilitário

Incorporações

Tipo incorpor.	Proveniência	Data
Doação	Desconhecida	

Inventariantes

Inventariante	Data
Aníbal Manuel Rodrigues Ferreira	2013.11.21

Localizações

Tipo localização	Localização	Data
Interna\Arquivo Fotográfico	Pasta 9	2013.11.21
Interna\Arquivo Fotográfico	DVD 3	2013.11.21

Materiais

Tipo material	Cor	Parte descrita
Papel\Fotográfico		Fotografia

Medidas

Unidade medida	Parte descrita	Tipo de medida	Valor
Centímetro	Fotografia	Comprimento	15,1
Centímetro	Fotografia	Largura	10,1

Numerações

Número	Tipo numeração	Data
MMB.FOT.01074	Nº. de Registo do Arquivo Fotográfico	2013.11.21

Notas: Primeira numeração efetuada neste registo

Originalidade

Originalidade
Original

Técnicas

Técnica	Parte descrita
Fotografia	

Tema / Assunto

Tema		Assunto
Fotografia\Benavente, Freguesia\Festas\Festa da Amizade / Sardinha Assada		Concurso de cabrestos e picaria à vara larga
Informação relacionada		
Autores	Desconhecido	(directa)
Proprietários	Desconhecida	(directa)
Inventariantes	Aníbal Manuel Rodrigues Ferreira; Técnico-Superior	(directa)
Ficheiros	MMB01074; T:\Museu\ARQUIVO FOTOGRAFICO\MMB_FOT\MMB01074.jpg; Foto	

Câmara Municipal de Benavente

Inventário : Objectos

N.º inventário	MMB.02954
Designação	Fotografia\Positivo
Título	Procissão em São Brás, Barrosa
Descrição	Saída da Procissão da Igreja de São Brás, freguesia da Barrosa, por ocasião dos festejos da Ascensão. Estas comemorações realizam-se anualmente em maio, no feriado municipal da Ascensão. Tirada no ano de 2000.
Data registo	17-01-2014



Informação específica

Autorias

Autor	Tipo autoria
Maria Madalena Semeano Ricatia	Fotógrafo

Notas: Concurso de fotografia comemorativo dos 800 anos do Foral de Benavente.

Categorias

Tipo categoria
Artes plásticas\Fotografia\Barrosa, Freguesia\S. Brás
Artes plásticas\Fotografia\Barrosa, Freguesia\Festa da Ascensão

Colecções

Tipo colecção
Fotografia

Cores

Cor	Parte descrita
Colorida	

Cronologia

Data inicial	Data final	Data textual	Parte descrita
		2000	

Justificação: Data da realização do concurso de fotografia comemorativo dos 800 anos do Foral de Benavente.

Designações

Tipo designação	Designação
Comum	Fotografia

file:///C:/Users/anibal.ferreira/AppData/Local/temp/Inpatrimonium7/frmInventario31... 28-07-2015

Estados

Estado	Parte descrita	Descrição	Data estado
Conservação\Bom			2014.01.17
Função\Operacional			2014.01.17

Funções

Tipo função
Utilitário

Incorporações

Tipo incorpor.	Proveniência	Data
Compra	Câmara Municipal de Benavente	2000

Notas: Revelada na empresa Flashvídeo, Lda. - Samora Correia

Inventariantes

Inventariante	Data
Aníbal Manuel Rodrigues Ferreira	2014.01.17

Localizações

Tipo localização	Localização	Data
Interna\Arquivo Fotográfico	Pasta 9	2014.01.17
Interna\Arquivo Fotográfico	DVD 3	2014.01.17

Materiais

Tipo material	Cor	Parte descrita
Papel\Fotográfico		Fotografia

Medidas

Unidade medida	Parte descrita	Tipo de medida	Valor
Centímetro	Fotografia	Comprimento	15,1
Centímetro	Fotografia	Largura	10,2

Numerações

Número	Tipo numeração	Data
MMB.FOT.01106	Nº. de Registo do Arquivo Fotográfico	2014.01.17

Originalidade

Originalidade
Original

Técnicas

Técnica	Parte descrita
Fotografia	

Tema / Assunto

file:///C:/Users/anibal.ferreira/AppData/Local/temp/Inpatrimonium7/frmInventario31... 28-07-2015

Tema	Assunto
Fotografia\Barrosa, Freguesia\Festa da Ascensão	Procissão em São Brás

Informação relacionada

Autores	Maria Madalena Semeano Ricatia	(directa)
Proprietários	Câmara Municipal de Benavente	(directa)
Inventariantes	Aníbal Manuel Rodrigues Ferreira; Técnico-Superior	(directa)
Ficheiros	MMB01106; T:\Museu\ARQUIVO FOTOGRAFICO\MMB_FOT\MMB01106.jpg; Foto	

file:///C:/Users/anibal.ferreira/AppData/Local/temp/Inpatrimonium7/frmInventario31... 28-07-2015

Câmara Municipal de Benavente

Inventário : Objectos

N.º inventário MMB.03193

Designação Fotografia\Positivo

Título Missa campal, no Largo do Calvário, em Benavente

Descrição Realização de Missa campal, no Largo do Calvário, em Benavente. A cerimónia religiosa ocorre anualmente, no último sábado de junho, por ocasião da Festa da Amizade / Sardinha Assada de Benavente. Estão presentes todos os campinos e outros participantes a cavalo, que desfilaram pelas ruas da vila. Após a cerimónia irão realizar-se concursos com jogos de cabrestos e picaria à vara larga, na Zona Ribeirinha junto ao Calvário. Centenas de populares, residentes e forasteiros assistem ao evento.



Data registo 25-02-2014

Informação específica

Autorias

Autor	Tipo autoria
Desconhecido	

Categorias

Tipo categoria
Artes plásticas\Fotografia\Benavente, Freguesia\Festas\Festa da Amizade

Justificação: Missa campal

Artes plásticas\Fotografia\Benavente, Freguesia\Largo do Calvário

Colecções

Tipo colecção
Fotografia

Cores

Cor	Parte descrita
Colorida	

Designações

Tipo designação	Designação
Comum	Fotografia

Estados

Estado	Parte descrita	Descrição	Data estado
Conservação\Bom			2014.02.25
Função\Operacional			2014.02.25

Funções

Tipo função
Utilitário

Incorporações

Tipo incorpor.	Proveniência	Data
Compra	Câmara Municipal de Benavente	

Inventariantes

Inventariante	Data
Aníbal Manuel Rodrigues Ferreira	2014.02.25

Localizações

Tipo localização	Localização	Data
Interna\Arquivo Fotográfico	Pasta 10	2014.02.25
Interna\Arquivo Fotográfico	DVD 3	2014.02.25

Materiais

Tipo material	Cor	Parte descrita
Papel\Fotográfico		Fotografia

Medidas

Unidade medida	Parte descrita	Tipo de medida	Valor
Centímetro	Fotografia	Comprimento	15,0
Centímetro	Fotografia	Largura	10,1

Numerações

Número	Tipo numeração	Data
MMB.FOT.01225	Nº. de Registo do Arquivo Fotográfico	2014.02.25

Originalidade

Originalidade
Original

Técnicas

Técnica	Parte descrita
Fotografia	

Tema / Assunto

Tema	Assunto
Fotografia\Benavente, Freguesia\Festas\Festa da Amizade / Sardinha Assada	Missa campal


Informação relacionada

Autores	Desconhecido	(directa)
Proprietários	Câmara Municipal de Benavente	(directa)
Inventariantes	Aníbal Manuel Rodrigues Ferreira; Técnico-Superior	(directa)
Ficheiros	MMB01225; T:\Museu\ARQUIVO FOTOGRAFICO\MMB_FOT\MMB01225.jpg; Foto	

file:///C:/Users/anibal.ferreira/AppData/Local/temp/Inpatrimonium7/frmInventario33... 28-07-2015

Câmara Municipal de Benavente

Inventário : Objectos

N.º inventário	MMB.03353	
Designação	Fotografia\Positivo	
Título	Rancho Típico Sete Saias, de Benavente	
Descrição	Retrato dos elementos do Rancho Típico Sete Saias, de Benavente. Da esquerda para a direita: Lurdes Costa, Maria Odete, Maria Irene Ferreira, Manuela da Paz, Maria Eugénia, Ana Rosa, Cesarina Monteiro, Manuela Figueiredo, Maria Conceição e Leonor Quá (uma das mulheres não está identificada). Acordeonistas: José Berneirante, Joaquim Mira e José Francisco. Os restantes, pela mesma ordem são: Isidro Pereira, Manuel Pinto, António Simão, Francisco Costa, Augusto Paulo, José Duarte, José Letra, Vicente Rodrigues, José Barroca, João Caramelo e ao centro o formador e ensaiador do Rancho, Joaquim "Sete Saias". Tirado em Benavente no ano de 1962. (ver Bloco de Notas)	
Data registo	03-07-2014	

Bloco de notas

"(...) 8. Rancho Típico Sete Saias, 1957

No seguimento da ruptura com o Rancho Típico de Benavente e sob a direcção de Joaquim «Sete Saias» e alguns elementos vindos do referido Grupo foi formado, em 1957, o Rancho Típico Sete Saias que fez a sua estreia em Maio desse mesmo ano, na Herdade do Borralho, em Benavente.

Angariando amizades e conhecimentos com pessoas relacionadas e ligadas ao destaque e desenvolvimento que o Folclore estava a ter, tais como Celestino Graça, Dr. Pedro Homem de Melo, Tomás Ribas e outros mais. O Rancho Típico Sete Saias, foi dilatando e expandindo o Folclore de Benavente com actuações em vários certames de Folclore Nacional e Internacional, por todo o País, com assíduas presenças de grupos dançando em várias casas típicas de Lisboa, como a Nau Catrineta, A Tipóia, A Adega Machado, A Toca, A Adega Mesquita, O Solar da Hermínia, o restaurante e casa típica O Folclore, em Lisboa entre outros, e em Benavente, no restaurante Barrete Verde e no restaurante Pôr-do Sol.

Em Agosto de 1958, um grupo de 4 dançarinos, incluindo o exímio e sempre recordado acordeonista José Francisco Loureiro, juntamente com o Rancho Académico de Santarém, representaram o Ribatejo, em terras de França, durante 15 dias e em Outubro desse mesmo ano, este grupo ampliado com outros elementos, em conjunto com o Grupo de Folclore de Santa Marta de Portuzelo, estiveram em Hamburgo, Hannover e Frankfurt, na Alemanha, durante 20 dias, tendo depois nos anos seguintes, actuado na Bélgica, Suíça, Estados Unidos, para além de outros países.

Participou também em programas televisivos, transmitidos em directo, na RTP, nos anos de 1957, 1958 e 1963, além de muitos outros programas, até 1968.

Este Rancho foi perdendo notoriedade e acabou por extinguir-se nos anos 1968/1969.

In "IR AO CÉU, TORNAR A VIR"

Danças e Cantares de Benavente

Elementos para a história da cultura popular em Benavente

Autores: Fernando Jacinto, Leonor Parracho e Domingos Lobo

Edição: Junta de Freguesia de Benavente / 2013

Informação específica**Autorias**

Autor	Tipo autoria
Desconhecido	

Categorias

Tipo categoria

Artes plásticas\Fotografia\Folclore
Artes plásticas\Fotografia\Retrato\Grupo

Colecções**Tipo colecção**

Fotografia

Cores**Cor**

Colorida

Parte descrita**Cronologia****Data inicial****Data final****Data textual****Parte descrita**

1962

Justificação: Referida no Livro "Ir ao Céu, Tornar a vir", Danças e Cantares de Benavente. Edição da Junta de Freguesia de Benavente, 2013.

Designações**Tipo designação**

Comum

Designação

Fotografia

Estados**Estado****Parte descrita****Descrição****Data estado**

Função\Operacional

2014.07.03

Conservação\Bom

2014.07.03

Funções**Tipo função**

Utilitário

Incorporações**Tipo incorpor.**

Doação

Proveniência

Desconhecida

Data**Inscrições****Tipo inscrição****Autor****Texto****Grafia****Técnica****Posição****Idioma****Tradução****Data**

Missiva

Desconhecido

26-2-80
Dear, Mr.
Murray,
We hope,
that you
pass a
warderful
day an
your
Birthay,
near your
wife and
children.

Cursivo

Manuscrito

Inglês

2014.07.03

No
verso
do

suporte

-Rancho
Típico
"Sete
Saias"-
-Typical
group-
-
Benavente-
-Portugal-

Notas: A tinta azul

Inventariantes

Inventariante	Data
Aníbal Manuel Rodrigues Ferreira	2014.07.03

Localizações

Tipo localização	Localização	Data
Interna\Arquivo Fotográfico	Pasta 11	2014.07.03
Interna\Arquivo Fotográfico	DVD 4	2014.07.03

Materiais

Tipo material	Cor	Parte descrita
Papel\Fotográfico		Fotografia

Medidas

Unidade medida	Parte descrita	Tipo de medida	Valor
Centímetro	Fotografia	Comprimento	15,0
Centímetro	Fotografia	Largura	10,0

Numerações

Número	Tipo numeração	Data
2855	Antigo Número de Registo	1985

Notas: Primeira numeração atribuída por Joaquim Parracho

2835/90	Antigo Número de Registo	1990
MMB.FOT.01369	Nº. de Registo do Arquivo Fotográfico	2014.07.03

Originalidade

Originalidade
Original

Técnicas

Técnica	Parte descrita
Fotografia	

Tema / Assunto

Tema	Assunto
Fotografia\Retrato\Grupo	Rancho Típico Sete Saias

Informação relacionada

Inventariantes	Aníbal Manuel Rodrigues Ferreira; Técnico-Superior	(directa)
Autores	Desconhecido	(directa)
Proprietários	Desconhecida	(directa)
Autores	Desconhecido	(directa)
Ficheiros	MMB01369; T:\Museu\ARQUIVO FOTOGRAFICO\MMB_FOT\MMB01369.jpg; Foto	

Câmara Municipal de Benavente

Inventário : Objectos

N.º inventário MMB.00766

Designação Prato raso

Título

Descrição Prato raso em faiança, peça moldada, forma circular com aba. Decoração por técnica de estamperia monocroma a azul sobre fundo branco, ao centro motivos florais. Na aba, cercadura rematada por motivos circulares e motivos florais.

Data registo 03-04-2006



Informação específica

Categorias

Tipo categoria

Cerâmica

Meio Doméstico

Colecções

Tipo colecção

Cerâmica

Meio doméstico

Cores

Cor

Branco

Azul

Parte descrita

O fundo.

A decoração.

Designações

Tipo designação

Comum

Designação

Prato raso

Estados

Estado

Conservação\Deficiente

Função\Operacional

Parte descrita

Descrição

Data estado

3-04-2006

3-04-2006

Funções

Tipo função

Utilitário

Incorporações

Tipo incorpor.

Proveniência

Data

Doação Joaquim Parracho 1980

Inventariantes

Inventariante	Data
Perpétua Martins	3-04-2006
Suzel Rebocho	3-04-2006

Localizações

Tipo localização	Localização	Data
Interna\Sala Joaquim Parracho		3-04-2006

Marcas

Tipo marca	Texto	Técnica	Grafia	Posição	Idioma	Tradução
Comercial	Sacavém	Estampada		No verso da aba.		

Notas: É da fabrica de sacavém , mas o carimbo não está muito nitido.

Materiais

Tipo material	Cor	Parte descrita
Faiança	Branco	

Medidas

Unidade medida	Parte descrita	Tipo de medida	Valor
Centímetro		Diâmetro	25,0

Numerações

Número	Tipo numeração	Data
M.M.B./D.J.P. 3365	Antigo Número de Registo	15-04-1985

Informação relacionada

Proprietários	Joaquim Parracho	(directa)
Inventariantes	Perpétua Martins; Técnica Profissional de Museografia	(directa)
Inventariantes	Suzel Rebocho; Auxiliar Técnica de Museografia	(directa)
Ficheiros	MMB.00766; D:\ARQ. FOTOGRÁFICO\Arquivo gráfico 1\mmb00766.JPG; Foto	